

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA**

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Biênio 2014-2015

Presidente de Honra
Roberto Figueira Santos

Presidente
Eduardo Moraes de Castro

1º Vice – Presidente
José Nilton Carvalho Pereira

2º Vice – Presidente
Joaci Góes

Secretário Geral
Newton Cleyde Alves Peixoto

Secretário Adjunto
Alberto Nunes Vaz da Silva

Diretor Financeiro
Wilson Thomé Sardinha Martins

Diretor Financeiro Adjunto
Fernando Antônio de Souza

Orador Oficial
Edivaldo Boaventura

Diretor de Publicações
Sérgio Mattos

Diretor da Biblioteca
Carlos Eugênio T. Junqueira Ayres

Diretora do Arquivo Histórico
Zita Magalhães Alves

Diretores Suplentes
Guarani Valença de Araripe
Luiz Américo Lisboa Jr.
Pedro F. Souza Pondé

Conselho Fiscal
Luís Fischer
Soane Nazaré de Andrade
Helen Sabrina Gledhill

Suplentes
Ellen Melo dos Santos Ribeiro
Manoel Antonio dos Santos Neto
Romário Gomes

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

Salvador, v. 110, p. 1-380, jan./dez. 2015

Conselho Editorial Nacional

Cybelle Moreira de Ipanema
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Edivaldo Machado Boaventura
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

José Ibarê Dantas
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Luís Henrique Dias Tavares
Universidade Federal da Bahia

Maria Nadja Nunes Bittencourt
Universidade do Estado da Bahia

Maria Tereza Navarro Britto Matos
Universidade Federal da Bahia

Sérgio Augusto Soares Mattos
Univ. Federal do Recôncavo da Bahia

Zilma Parente de Barros
Universidade Federal da Bahia

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro
Academia Portuguesa da História e Universidade
de Lisboa – Portugal

Antonella Rita Roscilli
Escritora e Jornalista – Itália

Berthold Zilly
Instituto Latinoamericano da Freie Universitat
Berlin – Alemanha

Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança
Academia Portuguesa da História – Portugal

Edmundo Aníbal Herédia
Universidade Nacional de Córdoba – Argentina

Glória Kaiser
Escritora – Áustria

Hendrik Kraay
Universidade de Calgary – Canadá

Marcos Noronha da Costa
Academia Portuguesa da História – Portugal

Stuart Schwartz
Yale University – Estados Unidos

Comitê Científico responsável por este número

Esmeralda Maria de Aragão
José Carlos B. Sant Anna
Maria Augusta Cardozo
Sérgio Mattos

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

© 2015 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Coordenação Editorial | Sérgio Mattos | **Projeto Gráfico** | Sidney Santos Silva |
Editoração | Quarteto Editora | **Diagramação** | Quarteto Editora | **Bibliotecárias** |
Esmeralda Maria de Aragão e Roberto Pinheiro Ferraz | **Revisão de Linguagem** |
Sérgio Mattos, Consuelo Pondé de Sena e José Carlos Sant Anna |

Ficha Catalográfica

Bibliotecária Responsável:

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ano 1-2 (set. /dez. , 1894), –
Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –

v.: il

Annual

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos,
ensaios e palestras.

CDU: 94(813. 8)



FOMENTO À CULTURA
Fundo de Cultura



REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A, Piedade
40060-001 – Salvador – BA – Brasil
Telefone: (71) 3329-4463
Fax: (71) 3329-6336

ighb@ighb.org.br – revista@ighb.org.br

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

Sumário

APRESENTAÇÃO

Integrando para preservar o conhecimento	15
Sérgio Augusto Soares Mattos	

ARTIGOS

Hermes Ernesto da Fonseca: irmão do proclamador da República, governador da Bahia e sua política educacional	23
Antonietta d’Aguiar Nunes	

A Gema do Brasil: a Capitania de Ilhéus em um manuscrito de 1626	49
Pablo Antonio Iglesias Magalhães	
Rosara Durval Lopes de Brito	

A narrativa biográfica e o cidadão comum	77
Sérgio Mattos	

Medida da recepção do Hino ao Nosso Senhor do Bomfim	101
Pablo Sotuyo Blanco	

Projeto de novo modelo de sociedade a ser edificado no futuro	127
Fernando Alcoforado	

Do Rio de Janeiro a São Luís do Maranhão de trem: o Tronco Meridional 2 e os descaminhos das políticas ferroviárias no Brasil	
Aloísio Santos da Cunha	

Epigrafia do IGHB – em torno da lápide do “Jahu”	173
Lamartine Lima	

CENTENÁRIO DE PERSONALIDADES

Jorge Calmon, uma vida de amor à família	185
Jorge Calmon Filho	

Jorge Calmon e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia Roberto Sá Menezes	191
Jorge Calmon – Um homem de palavra e das palavras Inaldo da Paixão Santos Araújo	195
Prazo de validade renovado Luís Guilherme Pontes Tavares	203
Josaphat Ramos Marinho uma existência fecunda Paulo Marinho	209
Josaphat Marinho Archimedes Pedreira Franco	215
José Calasans Brandão da Silva: retrato sem retoque Oleone Coelho Fontes José Dionísio Nóbrega	229
Oldegar Vieira – Mestre Baiano do Haikai O perfume eterno das “Folhas de Chá” colhidas há 75 anos (Centenário comemorativo 1915-2015) Carlos Verçosa	269
Walter da Silveira – A sinceridade construtiva Oscar Santana	303
COMEMORAÇÕES DOS 121 ANOS DO IGHB IGHB comemora 121 anos de fundção Carlos Eugênio Junqueira Ayres	311
Os 121 anos do IGHB Eduardo Morais de Castro	315
Consuelo Pondé de Sena, o reconhecimento do IGHB Edivaldo M. Boaventura	317
O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2014 Edivaldo M. Boaventura,	331

ESPAÇO ABERTO MEMORIAL DOIS DE JULHO	
2 de julho de 2015	349
Eduardo Moraes de Castro	
RELATÓRIO	
Biblioteca Ruy Barbosa	353
Relatório do exercício de setembro de 2014 a julho de 2015	353
SÓCIOS	
Sócios do IGHB	359
NORMAS DE PUBLICAÇÃO	
Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	371

Apresentação

Integrando para preservar o conhecimento

Sérgio Augusto Soares Mattos

Diretor de Publicações e Editor da Revista do IGHB

E-mail: sasmattos@gmail.com

O ano de 2015 marca os 121 anos de atividades ininterruptas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que passou por mudanças em sua estrutura física e em sua composição diretiva. Várias obras de restauração do acervo e de recuperação das instalações foram realizadas o que impediu que as comemorações dos 121 anos fossem realizadas no mês de maio, só acontecendo em agosto. Neste ano o IGHB de 2015 faleceu Consuelo Pondé de Sena que foi substituída por Eduardo Moraes de Castro que iniciou seu discurso na solenidade de comemorações dos 121 anos dizendo que “Nos últimos 20 anos, esta é a primeira comemoração de aniversário da ‘Casa da Bahia’ na ausência da inesquecível Consuelo Pondé de Sena; muito embora emane de cada particular singularidade desta casa o seu espírito combativo e empreendedor. Esse exemplo de dedicação impulsiona os que hoje permanecem nesta casa a salvaguardar o seu acervo, cultivar a memória e tradições baianas, mas sobretudo disseminar para as próximas gerações este conhecimento”.

A *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, cuja circulação atinge o número 110 com esta edição, apresenta um total de 22 contribuições, distribuídas entre quatro sessões: Artigos; Centenários de Personalidades; Comemoração dos 121 anos do IGHB; Memorial do Dois de Julho, além do conteúdo de outras sessões tradicionais como o relatório de atividades da Biblioteca Ruy Barbosa, da Lista dos sócios atualizada e as normas de publicação da revista.

A sessão **Artigos**, com sete ensaios, apresenta contribuições de pesquisa histórica, diálogos, narrativas e reflexões que enriquecem a produção do conhecimento. A sessão é aberta com o trabalho de autoria da professora Antonieta d'Aguiar Nunes, que revela que “poucos são os baianos que sabem que o irmão mais velho do proclamador da República e pai do futuro presidente do Brasil era Comandante das Armas na Bahia no dia 15 de novembro de 1889”, tendo sido por alguns meses “o segundo governador do estado da Bahia”.

O segundo ensaio, que leva a assinatura de Pablo Magalhães e de Rosara de Brito, revela um manuscrito inédito sobre a Capitania de São Jorge dos Ilhéus, redigido por Antonio Simões, datado de 1626, apresentando novas informações sobre essa Capitania, que integrava o Brasil colonial. O documento abordado pelos autores é de grande relevância porque apresenta um projeto para a recuperação política e econômica de São Jorge dos Ilhéus.

O terceiro artigo, de autoria de Sérgio Mattos, faz reflexões sobre o gênero biográfico no Brasil, que tem crescido em importância nos últimos 30 anos com inúmeras publicações de perfis e biografias de profissionais de todas as áreas do conhecimento. Segundo o autor “a redescoberta da biografia por editores e leitores tem atraído jornalistas a produzir narrativas de vida de personalidades e de cidadãos comuns”. O ensaio apresenta um breve histórico do gênero biográfico e aspectos metodológicos que são utilizados na prática biográfica, respaldando-se na metodologia da cartografia para contextualizar histórias de vida. Apresenta métodos alternativos utilizados na construção de biografias, afirmando em suas conclusões “que não existe apenas uma forma de escrita biográfica, mas várias narrativas, várias abordagens metodológicas e várias técnicas para se construir a história de vida de um personagem”.

Na sequência, o leitor encontra o artigo de Pablo Sotuyo Blanco que explica as razões do Hino ao Senhor do Bonfim ser tão popular na Bahia. O autor, de maneira didática, mostra “a gênese e processo de aceitação do antigo Hino do Estado da Bahia, recentemente substituído pelo “Hino ao 2 de Julho” por decisão do Governo do Estado, tentando encontrar o(s) porquê(s) da sua aceitação popular.”

Dando um salto do passado histórico para o futuro, o quinto ensaio, assinado por Fernando Alcoforado, apresenta o que ele nominou como sendo “Projeto de novo modelo de sociedade a ser edificado no futuro”, como alternativa aos modelos de capitalismo liberal, neoliberal e de socialismo. Para o autor, “este novo modelo de sociedade deveria resultar do aperfeiçoamento do modelo atual de social democracia escandinava que operaria com um tripé estruturado com base em um Estado neutro, Sociedade Civil Organizada ativa e Setor Produtivo (estatal e privado) eficiente e eficaz”.

O sexto artigo, de autoria de Aloísio Santos da Cunha, faz uma análise das políticas nacionais de integração ferroviária, demonstrando que a morosidade, a falta de padronização e a descontinuidade são as principais causas da substituição das ferrovias pelas rodovias asfaltadas. O autor toma como exemplo para sua análise o Tronco Meridional Norte 2 (TM2), proposto pelo Plano Nacional de Viação de 1934, que tinha o objetivo de ligar São Luís do Maranhão ao Rio de Janeiro e que nunca foi concluído.

A última contribuição da sessão **Artigos** é de autoria de Lamar-tine Lima e gira em torno da Lápide do “JAHU”, que “assinala o registro de um importante feito de aviadores brasileiros que passaram pela Bahia: a travessia aérea do Sul do Oceano Atlântico, sob navegação astronômica, sem escalas nem apoio náutico, pela primeira vez na História”.

Na sessão **Centenário de Personalidades** os homenageados são: o jornalista Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, ex-presidente de honra do IGHB; o ex-senador e jurista Josaphat Ramos Marinho; o historiador e professor José Calasans Brandão da Silva; o jurista, professor e poeta Oldegar Franco Vieira, e do professor, cronista e crítico cinematográfico Walter Raulino da Silveira.

Devido a importância da atuação multifacetada de Jorge Calmon em várias instituições e também pelo papel desempenhado neste Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sem qualquer demérito para os outros homenageados, esta Revista do IGHB destinou um espaço maior, acolhendo quatro artigos em sua homenagem. Coube ao filho, Jorge Calmon Filho, escrever sobre o pai e a dedicação dele à família. Por sua vez, Roberto Sá Menezes escreveu sobre a relação e o papel desempenhado por Jorge Calmon na Santa Casa de Misericórdia. Já Inaldo da Paixão Santos Araújo prestou homenagem ao antigo Conselheiro do Tribunal de Contas. A Luís Guilherme Pontes Tavares coube fazer um registro de todas as homenagens que foram prestadas ao jornalista Jorge Calmon ao longo deste ano de 2015.

Os artigos que resgatam a memória de Josaphat Ramos Marinho ficaram sob as responsabilidades do filho dele, Paulo Marinho, e de antigo aluno e companheiro Archimedes Pedreira Franco. Já os artigos que homenageiam José Calasans Brandão da Silva são assinados por dois admiradores do estudioso de Canudos: Oleone Coelho Fontes e Dionísio da Nóbrega. Para homenagear o acadêmico Oldegar Franco Vieira, considerado como o maior mestre do Haicai na Bahia, assina artigo o jornalista, publicitário e poeta Carlos Verçosa. Coube a Oscar Santana, cineasta baiano, seguidor e admirador, escrever sobre Walter da Silveira, crítico de cinema e presidente-fundador do Clube de Cinema da Bahia.

A sessão destinada às **Comemorações dos 121 anos do IGHB**, é composta quatro contribuições. Na primeira, o jornalista Carlos Eugênio Junqueira Ayres descreve como foram as festividades dos 121 anos do IGHB sem contar com a presença e liderança de nossa ex-presidente Consuelo Pondé de Sena, que faleceu no início do ano, tendo sido substituída na função por Eduardo Moraes de Castro, que presidiu a solenidade e em seu discurso, reproduzido na sessão, saudou a ex-presidente. Coube ao orador oficial do IGHB, Edivaldo M. Boaventura, prestar uma homenagem, em separado, a Consuelo Pondé de Sena, reconhecendo o papel que ela desempenhou durante o período em que ficou na presidência. Em suas palavras, destacou: “Por onde Consuelo Pondé de Sena esteve e passou, marcou a sua presença. É essa presença participativa e sumamente ativa que tentamos resgatar. Sentimos a

profundidade da perda, mas temos a compensação da lembrança realizada”.

Ao orador oficial coube ainda o papel de fazer o registro de adeus aos sócios que nos deixaram no período e a saudar os novos sócios empossados.

No **Espaço Memorial do Dois de Julho** apresenta o discurso do presidente do IGHB, Eduardo Moraes de Castro quando apelou ao governador Rui Costa e ao presidente da Assembléia Legislativa, Marcelo Nilo, no sentido de que seja criada uma lei que insira a disciplina História da Bahia nas escolas estaduais e municipais, pois só assim “estaremos semeando a verdadeira história do Brasil”.

O número 110 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* apresenta ainda as seguintes sessões: **Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa, Relação dos Sócios** e as **Normas de Publicação**.

Tenham uma boa leitura!

Artigo

Hermes Ernesto da Fonseca: irmão do proclamador da República, governador da Bahia e sua política educacional

Antonietta d'Aguiar Nunes

Profª Adjunta de História da Educação – FAGED/UFBA
Historiógrafa do Arquivo Público da Bahia
antoniettaan@terra.com.br

Introdução

Poucos são os baianos que sabem que o irmão mais velho do proclamador da República e pai do futuro presidente do Brasil era o Comandante das Armas na Bahia no dia 15 de novembro de 1889. De início se manifestou contra o golpe militar republicano. Depois, ao receber longo telegrama do seu irmão, o novo presidente da república aquiesceu, tendo concordado com o novo regime e vindo a ser, meses depois, o segundo governador do estado da Bahia.

É bem verdade que governou pouco, apenas cinco meses, pois teve que ir ao sul acompanhado de seu médico para tratar-se de grave enfermidade da qual terminou por falecer, no Rio de Janeiro, em 8 fevereiro de 1891.

Dados biográficos

Hermes Ernesto da Fonseca nasceu na cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro da Fonseca, província de Alagoas, a 11 de setembro de 1824. Foi o filho primogênito do casal Manuel Mendes da Fonseca Galvão e Rosa Maria Paulina da Fonseca, que teve ao todo 10 filhos, oito homens e duas mulheres. O segundo filho, Severiano Martins da Fonseca, nascido em 1827, seria o futuro barão de Alagoas; seu terceiro filho, Manuel Deodoro, nascido em 1829, seria o proclamador da república brasileira; o quarto, Pedro Paulino, nascido em 1831, seria nomeado por Deodoro, a 17 de novembro de 1889, governador de Alagoas, e o sétimo filho do casal, João Severiano, nascido em 1835, seria médico. A família mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 40 do século XIX.

Hermes Ernesto, aos 17 anos de idade, em 25 de setembro de 1841, assentou praça no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, matriculando-se depois na Escola Militar da Corte juntamente com seu irmão Severiano Martins da Fonseca (o futuro barão de Alagoas). Em 1844 Hermes foi promovido a alferes-aluno (14 de março) e 2º tenente (23 de julho). Seguiu para a Bahia em 1845, incorporado ao 4º Batalhão de Artilharia a Pé (SILVA, 1993, p. 42).

Quando estalou a revolução Praieira em Pernambuco, entre as tropas imperiais enviadas em auxílio do presidente da província, estavam os segundos tenentes Hermes Ernesto e Manuel Deodoro da Fonseca. (MAGALHÃES JR, 1957, v. I, p. 16). Hermes integrava em Pernambuco o 3º Batalhão de Artilharia a Pé, tendo estado presente nos ataques de Camaragibe, Serrinho, Recife e Pau Amarelo (13 de fevereiro de 1849), em Pernambuco, e Brejo de Areias, na Paraíba. Foi promovido a 1º tenente por decreto de 27 de agosto de 1849. Em 1852, foi promovido a capitão no dia 30 de outubro e, em seguida, transferido para o 1º Regimento de Artilharia a Cavalos sediado em São Gabriel,

Rio Grande do Sul, onde permaneceu por quase sete anos. Aí conheceu a jovem Rita Rodrigues Barbosa, com quem veio a casar-se no dia 18 de abril de 1853. Em 1856 comandava a 6ª Bateria destacada na Divisão de Observação na fronteira do Rio Grande do Sul. Em Bagé, no mesmo ano, desempenhou importante papel nos trabalhos de demarcação da cidade, atuando como agrimensor. Dos seus oito filhos, seis nasceram no Rio Grande do Sul e os dois últimos em Salvador, Bahia (MAGALHÃES JR, v. I, p. 40 e SILVA, 1993, p. 42-4).

Participação na Guerra do Paraguai

Hermes Ernesto e seis de seus irmãos participaram da Guerra do Paraguai. A 1º de dezembro de 1864, ele marchou para Paissandu, tomando parte nos combates até a sua rendição final. Daí, seguiu para Vila União, onde participou da capitulação de Montevideu. Deste momento existe uma foto histórica onde estão retratados cinco dos sete irmãos militares em campanha (SILVA, 1993, p. 45-6). Hermes foi promovido a major em 22 de janeiro de 1866, por antiguidade (FÉ DE OFÍCIO p. 29-30). No combate de Curuzu, em 3 de setembro de 1866, faleceu seu irmão Afonso Aurélio, alferes do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, sem completar ainda 21 anos. (MAGALHÃES JR., 1957, v.I, p. 67). Em Curupaiti, 22 de setembro de 1866, morreu outro irmão seu, o capitão Hipólito Mendes da Fonseca, do 36º Batalhão de Voluntários da Pátria (Id. ib. v. I, p. 70). Continuavam na luta os outros irmãos Fonseca: Hermes, Severiano, Deodoro, João Severiano e Eduardo Emiliano.

Por decreto de 28 de agosto de 1866 Hermes Ernesto foi condecorado com o hábito da Imperial Ordem do Cruzeiro, pelos serviços prestados em combate de 17 de abril, 2 de maio e batalha de 24 desse mês, tudo de 1866, publicado na Ordem do Dia nº 536, de 30 de dezembro do referido ano. Promovido a Tenente Coronel para o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, por ato de bravura, continuou, porém, no comando do 3º batalhão de artilharia a pé (FÉ DE OFÍCIO, p. 37).

O tenente-coronel Hermes Ernesto da Fonseca, comandando o 8º batalhão e seu irmão Manuel Deodoro, no comando do 24º batalhão, tomaram parte da tomada de Taji, no dia 2 de novembro de 1867, e na

segunda batalha de Tuiuti, no dia 3 de novembro de 1867. Em 6 de dezembro de 1868, Hermes, comandando a 8ª Brigada, e Manuel Deodoro ficaram feridos no combate de Itororó, onde lhes faleceu o terceiro irmão, Eduardo Emiliano da Fonseca, comandante do 40º Batalhão de Voluntários da Pátria. Hermes tombara ferido numa das pernas por bala paraguaia, sendo obrigado a passar o comando, e Deodoro, no ventre, em Itororó. Ambos se recuperaram posteriormente. No dia 1º de janeiro de 1869, Hermes da Fonseca, já comandando uma brigada de infantaria, ocupou a cidade de Assunção, sem encontrar resistência; no dia 5 entrou ali Caxias, à frente do Exército brasileiro vitorioso (MAGALHÃES JR., 1957, v. I, p. 79-81; 97; 100).

Demitindo-se Caxias, assumiu o comando do exército brasileiro o marechal Conde d'Eu, genro de Pedro II. Ele reorganizou as tropas em combate, criou dois corpos de exército comandados por generais, porém com vários subcomandantes, entre os quais os coronéis Hermes Ernesto e Manuel Deodoro da Fonseca, e o tenente coronel Floriano Peixoto (MAGALHÃES JR., 1957, v. I, p. 103).

No dia 20 de setembro de 1869 deu-se o encontro de Caaguatu, em que, à frente do 6º Batalhão de Infantaria, o coronel Hermes da Fonseca se apoderou de um desfiladeiro com apenas dois mortos e 10 feridos, o que facilitou a transposição da serra de Caaguatu pelas tropas e a tomada da povoação de São Joaquim. Apenas com a morte de Solano Lopez em 1º de março de 1870 é que se deu por concluída a guerra do Paraguai (MAGALHÃES JR., 1957, v. I, p. 118; 120-1).

Por Decreto de 3 de fevereiro de 1874 foi Hermes Ernesto da Fonseca promovido a Brigadeiro, pelo que foi excluído do estado efetivo do 4º Batalhão de Artilharia a Pé a 15 de abril do referido ano de 1874.(FÉ DE OFÍCIO,p.44)

Administração de Mato Grosso

Em 1875, com os conservadores no poder, Hermes Ernesto da Fonseca foi nomeado a 1º de maio, pelo visconde do Rio Branco, para presidir a província do Mato Grosso e ser, cumulativamente, o seu Co-

mandante das Armas, tendo tomado posse no dia 5 de julho. Foi mantido pelo Gabinete Caxias, também conservador, que assumiu em 25 de junho o poder na Corte. Ficou no cargo até 1º de março de 1878, tendo só no dia 6 de julho de 1878 tomado posse o novo presidente de Mato Grosso, João José Pedrosa, nomeado pelo gabinete liberal de João Lins Vieira Cansanção do Sinimbu, que assumira o poder desde 5 de janeiro deste ano (MJNI – Org. Prog. Min, 1962, p. 450; SILVA, 1993, p. 47).

Como presidente da província de Mato Grosso, Hermes Ernesto assinou, no dia 13 de fevereiro de 1878, o Regulamento da Instrução Pública da Província de Mato Grosso, com 29 capítulos e 189 artigos, além de duas tabelas de emolumentos anexas. Ele abrangia o ensino primário (três classes de escolas, com pagamento diferenciado dos professores e com o ensino sendo dado em dois graus) e secundário (dado no Liceu Cuiabano em dois Cursos de Humanidades: o Curso Normal, misto, em três anos letivos, para preparar professores e professoras para o magistério primário, e o Curso de línguas e ciências preparatórias que habilitava os aspirantes às matrículas nos cursos superiores do Império), público (em estabelecimentos públicos), particular (em colégios ou escolas particulares) e privado (o ministrado no lar doméstico dos alunos pelos próprios chefes de famílias ou por professores por eles estipendiados), e era dirigido pelo Diretor Geral dos Estudos, de exclusiva nomeação da presidência da província. O particular e o privado seriam livres a quem o quisesse exercer, devendo porém sujeitar-se à fiscalização do governo quanto à higiene, à moral e à estatística (art. 5º) o que, em pequena parte, antecipava o chamado “Decreto do Ensino Livre”, de nº 7.247, baixado em 19 de abril de 1879 por Carlos Leôncio de Carvalho, ministro do Império do Gabinete Liberal Sinimbu (SÁ/SIQUEIRA, 2000, p. 115-145).

Comandante das Armas na Bahia

Em fevereiro de 1880 Hermes Ernesto da Fonseca foi promovido (pelo Gabinete liberal de Sinimbu) a marechal de campo e recebeu o Comando das Armas da Província da Bahia, cargo em que permaneceu até 1890 (SILVA, 1993, p. 51 e VI Região Militar. In: D.O.E. 2/7/1923, p. 282).

O Comandante das Armas era a mais alta expressão militar de cada província, e o título significa que sua autoridade abrange as forças de terra como as de mar. Era, entretanto, subordinado ao presidente da província, dele recebendo ordens. No regime então vigente, carecedoras as províncias de autonomia, eram os presidentes simples delegados do governo imperial e aquela subordinação dirimia conflitos de autoridade que, de outro modo, eventualmente poderiam surgir. (MAGALHÃES JR, 1957, v. I, p. 195).

No último gabinete imperial, presidido pelo liberal Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), era, portanto, o marechal de campo Hermes da Fonseca, Comandante das Armas na província da Bahia. Assim o foi durante o governo do último presidente da província da Bahia, José Luiz de Almeida Couto.

Por ocasião da proclamação da república, mal informado, Hermes foi de início a favor da manutenção da monarquia, tendo mudado de posição depois de receber telegrama explicativo de seu irmão Deodoro. O coronel Frederico Christiano Buys, que chegara a ser nomeado Comandante das Armas por telegrama, foi chamado ao Rio no final de novembro de 1889 e Hermes Ernesto voltou a ocupar aquele posto.

Hermes Ernesto tinha como filho mais velho a Hermes Rodrigues da Fonseca (futuro presidente da república), que, por ocasião da proclamação da república, era capitão e estava morando no Rio de Janeiro com seu tio e sogro Pedro Paulino. Ele era republicano e ligado a um clube secreto constituído só de jovens militares. Era muito chegado também ao tio Deodoro, que não tinha filhos (MAGALHÃES JR, 1957, v. II, p. 22; 48).

Outro filho de Hermes Ernesto era João Severiano da Fonseca Hermes, então, com 32 anos de idade, que ficou como secretário geral do Governo Provisório constituído após a proclamação da república. Isto porque, quando o Governo Provisório da república decidiu que o ministério agiria de comum acordo, fazendo reuniões periódicas, elas passaram a ser fixadas em atas, lavradas pelo secretário geral do Con-

selho de Ministros do governo Provisório, criado pelo decreto 113-E, de 2 de janeiro de 1890. O nomeado para o cargo foi este sobrinho de Deodoro, filho de Hermes Ernesto da Fonseca: João Severiano da Fonseca Hermes (MAGALHÃES JR, 1957, v. II, p. 123).

Em 21 de janeiro de 1890 Hermes Ernesto foi graduado em Tenente general, posto em que foi efetivado a 30 do mesmo mês. Em 8 de março seguinte foi nomeado Conselheiro de Guerra. No dia 15 de abril de 1890, pelo decreto nº 350, que modificou os postos da hierarquia militar foi – junto com os tenentes Generais Floriano Peixoto, José de Miranda da Silva Reis e Salustiano Jerônimo dos Reis – considerado Marechal do Exército, último posto a que se podia atingir (*A República Federal*, 25/1/1890, p. 2 e *O Pequeno Jornal*, 26/4/1890, p. 1).

Governo de Manoel Vitorino e nomeação de Hermes

O primeiro governador indicado pelo Governo Provisório da República para o estado da Bahia foi o liberal Manoel Vitorino Pereira, professor da Faculdade de Medicina. Logo na sua posse considerou dissolvidos os partidos políticos da monarquia e mostrou sua intenção de governar sem se preocupar com os interesses dos extintos partidos, o que gerou logo algumas desconfianças (ARAGÃO, 1923, p. 15 e SAMPAIO, 1999, p. 59).

Preocupado com a posição do comandante das armas, Hermes da Fonseca que, de início, se mostrara contrário à república, Manoel Vitorino achou por bem criar uma Guarda Cívica para cuidar da segurança pública, nomeando o coronel Christiano Buys para seu comandante, mas este foi pouco depois chamado ao Rio de Janeiro.

Sendo professor da Faculdade de Medicina e tendo presidido o Liceu de Artes e Ofícios onde fizera ampla reforma educacional baseada nos Pareceres que Ruy Barbosa dera ao chamado Decreto do Ensino Livre de Leôncio de Carvalho, Manoel Vitorino logo nomeou uma comissão para estudar a reforma educacional, mas não esperou seus resultados e logo em 31 de dezembro de 1889 baixou um longo ato de 53 artigos reformando a instrução pública primária e secundária, que

esperava vigorasse já no ano de 1890. A este ato seguiram-se outros no mês de janeiro de 1890, inclusive um determinando o recenseamento da população em idade escolar, para se identificar onde seria necessário criar novas escolas.

Fez também a reforma do poder judiciário criando novos termos e comarcas e nomeando juízes; igualmente nomeou novos delegados e subdelegados de polícia em vários pontos do estado.

Além disso, por recomendação do Governo Provisório, dissolveu as várias Câmaras Municipais e nomeou os respectivos Conselhos Municipais e Intendentes. O governador em pessoa fez várias viagens ao interior incentivando à criação de clubes republicanos para que a população se familiarizasse com os procedimentos do novo regime, mas, como prometera, não levou muito em conta os interesses dos antigos partidos ou grupos dominantes do tempo do Império na hora de nomear Intendentes, o que acirrou ainda mais os ânimos contra ele.

No dia 25 de abril de 1890, a cidade do Salvador apresentou em vários pontos cartazes afixados, sem assinatura, convidando o povo para um *meeting* a fim de protestar contra a administração de Manoel Vitorino e solicitar ao Governo Provisório a sua demissão. Manoel Vitorino solicitou ao Chefe de Polícia que procurasse impedir a realização de tal reunião pública. À tarde, numa segunda edição de tais cartazes, anunciava-se que, depois da demonstração hostil ao governo, far-se-ia no mesmo local uma manifestação ao marechal Hermes, cumprimentando-o pela sua promoção ao último posto do Exército, o de marechal.

O chefe de Polícia na ocasião, João Siqueira Cavalcanti, foi de parecer que não se devia impedir essa manifestação, tendo pedido exoneração do cargo, que Manuel Vitorino não concedeu (Cf. *O Pequeno Jornal*, 12/4 e 26/4/1890, p. 1). Ele então enviou telegrama ao general Deodoro afirmando que Manoel Vitorino queria impedir as manifestações de apreço ao marechal. Com essa informação, Deodoro telegrafou, às 16:45, a Manoel Vitorino, dizendo-lhe que não podia fazê-lo. Ao receber tal telegrama e constatando o quanto Deodoro fora intencionalmente mal informado, Vitorino, logo às 5:30 hs, telegrafou de volta apresentando sua exoneração e solicitando permissão para passar já o

governo ao marechal Hermes da Fonseca, Comandante das Forças Armadas na Bahia. Autorizado, retirou-se da administração estadual (VITORINO, 1891, p. 196-7).

No dia seguinte, por nomeação do Governo Provisório, Hermes Ernesto da Fonseca assumiu o cargo de governador do estado da Bahia perante o Conselho Municipal, numa cerimônia a que Manuel Vitorino não compareceu (*O Pequeno Jornal*, 26/4/1890, p. 1).

Pouco governou a Bahia, no entanto. No segundo semestre de 1890 adoeceu gravemente e precisou ir ao Rio acompanhado por um médico, para tratamento de saúde. Solicitou ao irmão um conto de réis para fazer face às despesas. Sem dispor no momento de tal quantia, Deodoro ordenou ao vice-governador do estado da Bahia que entregasse tal numerário ao médico de seu irmão, dr. Antônio Pacheco Mendes, pelo Tesouro do Estado, solicitando que ela fosse descontada do seu subsídio de Chefe do Governo Provisório. Em carta de 20 de setembro deste ano Deodoro pediu a Rui Barbosa, ministro da Fazenda, que indenizasse o Tesouro da Bahia com a máxima reserva, evitando publicidade sobre o assunto¹. Afinal, Hermes viajou para o Rio acompanhado pelos médicos Antônio Pacheco Mendes e Menandro dos Reis Meireles², mas aí faleceu no dia 8 de fevereiro de 1891, sendo sepultado no cemitério de São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro (MAGALHÃES JR., v. II, p. 219-21; MENDONÇA, 1953, p. 56; SILVA, 1993, p. 53).

¹ O ato estadual que a isto se refere, datado de 13 de setembro, diz no entanto que “em cumprimento das ordens expedidas pelo generalíssimo chefe do Governo Provisório abre crédito de três contos de réis, exercício corrente, para pagamento das ajudas de custo mandadas abonar ao marechal governador e ao dr. Antonio Pacheco Mendes que o acompanha à capital federal 15 de setembro de 1890”. (APEB, cx. 1761, doc. 1756, p. 128).

² O dr. Menandro dos Reis Meireles foi nomeado, por decreto de 8 de dezembro de 1890, Secretário da Faculdade de Medicina da Bahia e tomou posse no Rio de Janeiro, embora continuasse na mesma missão em que se achava a serviço do Governo Provisório (de acompanhar ao marechal Hermes em sua doença). (APEB, cx. 1825, doc. 1959, p. 44).

Início da administração de Hermes Ernesto da Fonseca

Assumindo o governo no dia 26 de abril de 1890, neste mesmo dia assinou ato designando o chefe da 1ª seção da Secretaria do Governo, José Vieira de Faria Rocha, para Oficial de Gabinete e designando-o para substituir o Secretário em suas faltas (APEB, cx 1760 doc1755, p. 219; 220). No dia 12 de maio nomeou Pedro Vergne de Abreu para servir interinamente o cargo de Secretário de Estado (APEB, cx. 1760, doc. 1755, p. 239).

Logo no dia 29 de abril, Hermes Ernesto da Fonseca nomeou Augusto Álvares Guimarães para Intendente Municipal de Salvador e para membros do Conselho Municipal: o comendador Manoel de Oliveira Rodrigues, Dr. Antônio Monteiro de Carvalho, coronel Maximiano dos Santos Marques, Dr. Alexandre Afonso de Carvalho, dr. Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade, cônego dr. Emílio Lopes Freire Lobo (substituído por João Agripino da Costa Dórea a 23 de julho de 1890), comendador José Jacinto Rodrigues Teixeira, negociante João Batista Tuvo, tenente coronel Júlio Telles da Silva Lobo e Dr. Anísio Circundes de Carvalho (APEB, cx.1760, doc.1755, p. 222). Mas no dia seguinte teve de nomear os drs. José Joaquim Ribeiro dos Santos, Antonio Augusto Guimarães, o cidadão Constantino de Aquino Leite e o capitão José Antônio da Costa para o cargo de membros do Conselho da Intendência Municipal desta capital em substituição aos Drs. Anísio Circundes de Carvalho e Antonio Monteiro de Carvalho, do negociante João Batista Tuvo e do comendador José Jacinto Rodrigues Teixeira, que solicitaram dispensa do referido cargo. (APEB, cx. 1760, doc.1755, p. 224). No dia 5 de maio, em lugar do engenheiro Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade, nomeava o dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho como membro do Conselho Municipal de Salvador (APEB, cx. 1760, doc. 1755, p. 234). E ainda, como um dos seus atos finais de governo, no dia 12 de setembro de 1890, Hermes Ernesto reduziu para nove o número de membros do Conselho Municipal da capital, exonerando, a pedido, o vice-intendente, comendador Manoel de Oliveira Rodrigues e os drs. José Joaquim Ribeiro dos Santos, Alexandre Afonso de Carvalho, Antônio Augusto Guimarães e o capitão Antônio José da Costa e nomeou para preencher as vagas existentes o dr. Antônio Pa-

checo Mendes³, então designado como 1º vice-intendente, Pedro Júlio Barbuda e Antonio Luiz de Souza Seixas (APEB, cx. 1761, doc.1756, p.125 e *O Pequeno Jornal*, 13/9/1890, p. 2).

Augusto Álvares Guimarães fora Presidente da Câmara Municipal no último governo provincial e dera posse tanto a Virgílio Damásio quanto a Manuel Vitorino, primeiros governadores do Estado da Bahia. Era, em 1890, também redator chefe do jornal *Diário da Bahia*, folha que muito criticara o governo de Manuel Vitorino e que, logo no início do governo Hermes, em homenagem às demonstrações de público regozijo pela sua investidura no poder, se ofereceu para publicar todos os atos oficiais da administração Hermes e o expediente da secretaria do Estado, sem ônus algum para o tesouro (*O Pequeno Jornal*, 3/5/1890, p. 1). Augusto Guimarães exerceu o cargo de Intendente de 1890 a 1893, ocasião em que passou o posto a José Luiz de Almeida Couto, primeiro Intendente eleito, e que fora o último presidente da província da Bahia, do partido liberal (ala agrária) (WILDBERGER, 1949, p.730).

Hermes da Fonseca manteve no cargo de Chefe de Polícia interino João de Siqueira Cavalcanti, que causara o *qui pro quo* entre Deodoro e Manuel Vitorino, provocando a renúncia deste último. João de Siqueira Cavalcanti, que era juiz de direito, só deixou o cargo de chefe de polícia em 28 de agosto de 1890, quando foi nomeado para o lugar o também juiz de direito Felipe Daltro de Castro (APEB, cx.1762, doc.1758, p. 275; 276 e *O Pequeno Jornal*, 28/8/1890, p. 2).

No dia 30 de abril, e por influência do Diretor Geral de Instrução Pública, Sátiro de Oliveira Dias, Hermes baixou um ato anulando quase todos os anteriores de Manoel Vitorino referentes à educação, retor-

³ Era o médico que viajaria com Hermes da Fonseca no dia 16 de setembro de 1890 para o Rio de Janeiro, acompanhado também pelo dr. Menandro dos Reis Meireles, ambos licenciados com vencimentos, de seus cargos na Faculdade de Medicina (APEBcx1778doc1807;p.108). Por decreto de 26 de dezembro de 1890 ele foi transferido da cadeira de Anatomia e Fisiologia patológica para a 1ª de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina da Bahia, tomando posse da referida cadeira no Rio de Janeiro perante a Diretoria Geral da Secretaria da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, fato que foi comunicado ao governador baiano por Aviso de Benjamin Constant de 5 de janeiro de 1891, continuando na mesma comissão em que se achava a serviço do Governo Provisório (acompanhar o marechal Hermes em sua doença) (APEB-cx1825doc1959p.2)

nando provisoriamente à situação anterior à proclamação da república, mandando que continuasse em vigor o Regulamento Bulcão, de 5 de janeiro de 1881:

O marechal governador deste Estado, tendo atenção às circunstâncias dos cofres públicos, resolve suspender, até ulterior e oportuna deliberação, a execução do ato de 31 de dezembro último e dos regulamentos complementares pelos quais foi reformada a instrução pública deste Estado, mandando que continue em vigor o Regulamento de 5 de janeiro de 1881; convindo, entretanto, que se conclua o recenseamento escolar a que se está procedendo, para servir de base a qualquer reforma que porventura se tenha de fazer sobre este ramo do serviço público. Palácio do Governo do Estado Federado da Bahia, 29 de abril de 1890 Hermes Ernesto da Fonseca. (APEB,Cx1761doc1755 p.223, ato que foi publicado no dia seguinte e leva a data oficial de 30 de abril).

Reconhecendo as grandes dificuldades econômicas e financeiras que o governo teria que enfrentar no novo regime político, o marechal Hermes Ernesto resolveu convocar várias pessoas gradadas para uma reunião em palácio no dia 14 de maio, para ouvir a opinião dos cidadãos que se quisessem pronunciar a respeito das finanças do Estado e outros assuntos tendentes à administração pública.

Neste dia 14 de maio, às 11 ½ hs da manhã, houve a reunião, no salão onde funcionara a Assembleia Legislativa Provincial, e que na época servia de gabinete do governador, presente o marechal Hermes Ernesto da Fonseca, convidou o secretário deste Estado, Pedro Vergne de Abreu, para servir de 1º secretário e o oficial de Gabinete José Vieira de Faria Rocha, para 2º secretário. Constatou-se a presença de 81 expressivos cidadãos baianos.

Declarada aberta a reunião, foram lidas as cartas enviadas, e o marechal Hermes declarou que nos 18 primeiros dias de seu governo já tomara algumas providências como: haver revogado o novo Regula-

mento da Instrução Pública e os Atos e Regulamentos complementares, mandando vigorar o Regulamento de 5 de janeiro de 1881; ter reduzido a gratificação do Ajudante de Ordens de 150\$000 mensais a 30\$000, e ordenado a dispensa de todas as comissões médicas e vacinadoras paroquiais.

Em seguida, franqueou a palavra aos cidadãos que dela quisessem usar para o fim convocado. Vários oradores falaram, discutindo a situação financeira do estado e dando sugestões do que poderia ser feito a respeito. No fim da reunião o marechal nomeou comissões para tratarem dos assuntos que haviam determinado aquela reunião e encerrou o encontro (APEB, cx.1760, doc.1751 e *O Pequeno Jornal*, 16/5/1890, p. 1).

O exercício da administração estadual

No dia 16 de maio foi baixado o ato que dissolveu a Guarda Cívica criada por Manoel Vitorino e reorganizou o Corpo Militar de Polícia. O Hospício de Jerusalém, dos franciscanos esmoleres da Terra Santa, que servira de quartel à Guarda Cívica, foi devolvido ao padre Tertuliano Fiúza em inícios de junho.

Como mais uma medida de economia para os cofres do estado, Hermes Ernesto determinou, a 19 de julho, que a partir do dia 1º deste mês se pagasse apenas 3 ½ % de juros (não mais 6% como determinado pelo art. 3º § único da lei nº 2.221 de 6 de agosto de 1881) sobre as quantias depositadas em dinheiro como fiança dos coletores do Estado, equivalente ao que era pago pela Fazenda, conforme fixado por circular do Ministério da Fazenda nº 198, de 7 de abril de 1879 (APEB, cx.1760, doc. 753, p.171 e v.).

Significativas mudanças ocorreram também nas administrações municipais. Logo em abril havia sido mudado todo o Conselho Municipal e o Intendente de Salvador, como visto.

Foram ao todo 22 substituições de Conselhos Municipais nomeados por Manuel Vitorino (Virgílio Damásio, seu vice-governador, faria outras cinco substituições), criação de sete novos municípios e

dissolução de 17 antigas câmaras com a criação de novos Conselhos Municipais e seus Intendentes (ver tabela dos Intendentes nomeados por Manuel Vitorino e substituídos nos governos seguintes, anexa a este capítulo).

Também foram feitas inúmeras nomeações de juizes municipais, tabeliães, promotores públicos nas várias localidades do estado, e substituição e nomeações de delegados e subdelegados, estes últimos por indicação do Chefe de Polícia.

Preocupado com o saneamento básico da capital do estado, Hermes Ernesto contratou, no dia 28 de julho de 1890, com a *Société Anonyme de Travaux et d'Entreprise au Brésil* a execução da rede de esgoto de matérias fecais e águas servidas, com prazo de seis anos para conclusão dos trabalhos e privilégio por 60 anos para uso e gozo da referida empresa, cobrando taxa dos proprietários dos prédios, depois do que passariam a pertencer à Municipalidade, sem indenização alguma, todas as obras construídas, máquinas e aparelhos montados. A companhia francesa deveria também colocar nas ruas da cidade, nos lugares marcados pela Intendência Municipal, 60 mictórios e 15 latrinas (APEB, cx.1760, doc.1753, p. 36-50).

Interferências na questão da Instrução Pública

Além da anulação dos atos educativos de Manoel Vitorino e da volta à vigência do Regulamento Bulcão, houve outras interferências na Instrução Pública, a saber:

Logo no mês de maio foram abertas as inscrições para os Exames Preparatórios (à Faculdade de Medicina), que deveriam se realizar entre 1º de junho a 15 de julho próximo vindouro (*O Pequeno Jornal*, 21/5/1890, p. 2).

Com o objetivo de preencher cadeiras vagas no subúrbio da capital e no interior do Estado, em junho foram abertas as inscrições, pelo espaço de 30 dias, dos pretendentes às seguintes 18 cadeiras de 1ª classe (*O Pequeno Jornal*, 6/6/1890, p. 2) e por atos posteriores deste mesmo governo (manuscritos, encontrados no Arquivo Público do Estado) co-

nhecemos a nomeação de professores vitalícios para elas, o que significa que os que se habilitaram foram submetidos aos exames necessários, e aprovados. Relacionaremos seus nomes, ao lado das respectivas cadeiras e a data de sua nomeação:

- vila de Abadia, sexo feminino, comarca do Conde – em 25 de julho foi nomeada a aluna mestra Teonila Maria da Silva (APEB, cx.1760 doc.1754, p. 89);
- vila do Soure, sexo feminino, comarca de Itapicuru – no dia 12 de agosto foi nomeada a aluna mestra Ubaldina de Almeida Soares (APEB, cx.1760, doc.1754, p.150);
- vila de Santo Antonio das Queimadas, sexo feminino, comarca da Jacobina – no dia 25 de julho foi nomeada a aluna mestra Dulce Barreto de Araújo (APEB, cx.1760, doc. 754, p. 91) ;
- vila de Maraú, sexo feminino, comarca de Camamú – no dia 9 de agosto foi nomeada a aluna mestra Antonia Inácia da Rocha (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 137);
- vila de Santo Antonio de Jesus, sexo feminino, comarca de Nazaré – no dia 17 de julho foi nomeada a aluna mestra Adelina da Cunha Barreto (APEB, cx. 760, doc.1754, p. 65);
- freguesia da Saúde, sexo feminino, comarca de Jacobina – no dia 9 de agosto foi nomeada a aluna mestra Alexandrina Germana de Aquino (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 139);
- arraial das Candeias, sexo feminino, comarca da capital (freguesia de Passé) – no dia 17 de julho foi nomeada a aluna mestra Flaviana Maria da Conceição (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 66);
- arraial da Furna, sexo feminino, comarca de Minas do Rio de Contas – no dia 16 de agosto nomeada a aluna mestra Rosalina Emiliana Barata (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 161).
- arraial da Água-Fria, sexo feminino, comarca da Purificação (freguesia de Ouriçangas) – no dia 11 de julho foi nomeada professora vitalícia a aluna mestra Lívia Rosa Simões do Lago (APEBCx1760doc1754p.25);

- arraial de S. Francisco, mista, comarca de Santo Amaro – no dia 17 de julho foi nomeada a aluna mestra Ana Olímpia de Andrade Lisboa (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 67) ;
- arraial de S. Roque de S. Felipe, comarca de Maragogipe – no dia 4 de agosto foi nomeada a aluna mestra Cândida Bibiana da Costa Python (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 117);
- arraial de Caixa-Pregos, mista, comarca de Nazaré (ilha de Itaparica) – no dia 4 de agosto foi nomeada a aluna mestra Eufrosina Adelaide da Silva 1890 (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 118);
- arraial da Conceição do Patrimônio, mista, comarca da Purificação – no dia 11 de julho foi nomeada a aluna mestra Maria da Pureza de Jesus (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 30);
- arraial da Pedra, mista, comarca da Serrinha – em 25 de julho foi nomeada a aluna mestra Fará Pedrazilia da Silveira (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 92);
- arraial da Tijuca, comarca de Taperoá – no dia 9 de agosto foi nomeada a aluna mestra Hermínia Jardimina Cezimbra (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 140);
- arraial de Cariacá, mista, comarca da Vila-Nova da Rainha – no dia 12 de agosto foi nomeada a aluna mestra Sancha Emiliana de Oliveira (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 147);
- arraial da Pituba, comarca da capital (freguesia de Brotas) – no dia 11 de julho foi nomeada a aluna mestra Cândida Rosa Vilas Boas (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 27);
- arraial do Cabula, mista, comarca da capital (freguesia de Santo Antonio além do Carmo) – no dia 11 de julho foi nomeada a aluna mestra Maria Lúcia Gomes Pereira (APEB, cx.1760, doc.1754, p. 26).

No dia 14 de julho o diretor da Instrução Pública, Sátiro de Oliveira Dias, apresentou um minucioso relatório ao marechal Hermes cumprindo o § 4º do art. 285 do Regulamento Bulcão (de 5/1º/1881, que voltara a estar em vigor com a posse do Mal. Hermes no governo), que determinava a apresentação de relatório circunstanciado do estado

do ensino primário e secundário, acompanhando-o o quadro estatístico das escolas provinciais. Retratar antes a situação precária das escolas às quais faltava tudo: prédios, mobiliário, material escolar, sendo incomparável a sua pobreza; apenas as duas Escolas Normais podiam ser visitadas por estranhos, dizia ele. Também julgava importante melhor distribuir e disseminar as escolas existentes, suprimir as que funcionam em locais de poucos alunos e criar outras.

Neste relatório, Sátiro Dias falou que o primeiro passo para uma reforma regular do ensino primário do estado da Bahia já fora dado por Manuel Vitorino quando iniciou o trabalho do recenseamento escolar, continuado no governo Hermes, mas demorando muito para ser concluído. Pediu ao marechal que ordenasse que, em no máximo 90 dias, tais alistamentos fossem concluídos. O único resultado que pôde apresentar foi o das crianças matriculadas em escolas da capital, com exceção da freguesia de Passé que ainda não enviara os dados. Com base neste quadro, feito apenas para a capital do Estado, o diretor de Instrução pública informou que, do total de 20.300 crianças em idade escolar, existentes nessas 16 paróquias, apenas cerca de 16,5% (3.344) delas estavam matriculadas nas escolas públicas e somente cerca de 11% (2.240) efetivamente frequentavam as aulas. Concluiu que, descontadas as que recebiam instrução em família ou em instituições particulares, ainda cerca de dez mil crianças não aprendiam a ler e escrever em Salvador.

Acrescentava também que, desde 1883, quando se discutia na Assembleia Provincial a questão do ensino obrigatório ele já ponderara que seria necessário neste caso criar cerca de duas mil escolas, em vez das 690 já existentes. Agora em 1890, havia em torno de 715, mas segundo sua atual proposta, o número das necessárias não atingiria a mais de mil. Ele pretendia propor não o que se deveria fazer, mas o que era possível na ocasião.

De três preliminares dependia, portanto, o êxito de uma profícua reforma de ensino na Bahia, segundo Sátiro Dias: 1) a questão do dinheiro, que seria vencida por meio do imposto de capitação (ideia da reforma Vitorino que ele aceitava com pequenas modificações); 2) o término do recenseamento escolar (também iniciado por Vitorino) e

3) o estabelecimento de uma fiscalização, como a delineada por ele, Sátiro.

Os últimos meses de 1890 seriam preenchidos com medidas preparatórias, inclusive a aquisição de material para as escolas e para o ensino e a construção de prédios escolares (também previstos pela reforma Vitorino). Sugeriu que, não havendo verba para todas serem providas a um só tempo, que se comesasse por dotar as da capital, depois as das cidades, as das vilas, e por fim as dos povoados e arraiais. Tudo isto poderia ser feito em três anos.

Neste relatório defendeu ainda com ênfase muitos pontos do Regulamento Bulcão, embora o considerasse passível de melhoras. Julgava que seu principal demérito foi o de não ter sido efetivamente posto em prática, não se observar o seu programa nas escolas primárias tanto por não ter a maioria dos professores as habilitações para tanto, quanto por não haver o governo dotado as escolas com os materiais necessários ao ensino por processos intuitivos. Hermes da Fonseca autorizou-o, então, a fazer as correções necessárias e preparar um novo Regulamento para Instrução, que ele o aprovaria. Sátiro Dias assim o fez, sendo o novo regulamento aprovado no dia 18 de agosto de 1890.

A atuação do governo Hermes da Fonseca foi marcante no que se refere à nomeação (59, para diferentes cadeiras), permuta ou remoção de professores (28 e mais uma que foi anulada e um que voltou ao lugar de origem 12 dias depois), aliada a sete jubilações e quatro gratificações de docentes por tempo de serviço.

Além do ato de 30 de abril, que anulava os atos educativos de Manuel Vitorino, fazendo voltar à vigência o Regulamento Bulcão, no dia 18 de agosto Hermes Ernesto baixou um ato reformando a instrução primária e o curso normal. O Liceu, embora incluído, poucas modificações sofreu. Este ato foi o resultado do que fora apresentado por Sátiro Dias em relatório no dia 14 de julho e Hermes recomendara sua regulamentação para ser emitido, o que finalmente ocorreu no dia 18 de agosto.

No dia 20 do mesmo mês de agosto Hermes aprovou ainda o quadro da divisão do estado em 12 distritos escolares apresentado pelo mesmo Diretor Geral da Instrução Pública, seccionando o Estado da

Bahia em 12 distritos escolares (nesta ocasião já se tinha alguns resultados do recenseamento escolar determinado por Manuel Vitorino).

No dia 25 de agosto baixou-se um ato sobre o Fundo Escolar e o Imposto de Captação, tão criticado quando estabelecido por Manuel Vitorino, mas agora reconhecido como de absoluta necessidade ter-se uma fonte de recursos especificamente destinados a financiar as questões da Instrução pública.

Final de governo Hermes

No governo Hermes da Fonseca aconteceram as eleições para a Constituinte Federal, realizada no mesmo dia em que o marechal Hermes da Fonseca deixava o governo para tratamento de saúde: 15 de setembro de 1890.

Certamente por esperar e desejar que o problema de saúde do irmão fosse rapidamente resolvido, Deodoro da Fonseca não lhe nomeou governador substituto, tendo passado a exercer o governo baiano o vice-governador Virgílio Damásio, que sempre assinou todos os seus atos não como governador, mas na qualidade de vice-governador em exercício, o que o inclui ainda no período do governo Hermes Ernesto da Fonseca, podendo ser os dois períodos administrativos considerados como um único. Virgílio Damásio assumiu o poder a partir de 16 de setembro de 1890 e nele permaneceu até 31 de outubro do mesmo ano (quando se afastou por ter sido eleito senador para a Constituinte Federal), governando, portanto, por apenas um mês e meio.

Questões referentes à Educação

Desde 19 de agosto de 1890 assumira a Diretoria de Instrução Pública interinamente – enquanto Sátiro Dias se afastava para participar como deputado à Constituinte baiana – Ernesto Carneiro Ribeiro, que se manteve no cargo até fins de maio de 1891. Não obstante, no dia 30 de outubro, quando Virgílio Damásio inaugurou oficialmente o Instituto Oficial do Ensino Secundário no edifício do antigo Liceu Provincial,

Sátiro de Oliveira Dias compareceu, na qualidade de Diretor Geral da Instrução Pública. Neste mesmo dia foi feito o juramento e dada a posse aos professores nomeados para o recém inaugurado Instituto Oficial de Ensino Secundário e para as novas cadeiras da Escola Normal (*O Pequeno Jornal*, 31/10/1890, p. 2).

Em outubro, o vice-governador em exercício recebeu Aviso de Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, informando que a petição do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, feita por intermédio do governador do Estado, de que fosse aumentada a subvenção que o Governo lhe concedia, não poderia ser atendida por não haver verba para o aumento requerido (APEB, cx.1825, doc.1959, p. 36).

Durante o seu governo no que se refere à instrução primária, Virgílio Damásio converteu algumas cadeiras públicas primárias de 1ª classe do sexo masculino em mistas.

Quanto a professores, nomeou seis professores para escolas primárias, transferiu nove professores do antigo Liceu para o recém criado Instituto Oficial do Ensino Secundário, nomeou 19 professores para este Instituto e mais três para a Escola Normal, jubilou dois professores primários e concedeu uma gratificação adicional de 25% ao professor da cadeira de S. Felix, por ter completado 25 anos de serviço

Preocupado com as questões de instrução pública de nível secundário, Virgílio Damásio, que era – como Ernesto Carneiro Ribeiro – professor do antigo Liceu Provincial, e que também lecionava na Faculdade de Medicina, resolveu complementar – melhor adequando a parte relativa ao ensino secundário – à reforma realizada pelo seu antecessor, por sugestão de Sátiro Dias. Assim, no dia 23 de outubro de 1890, extinguiu o antigo Liceu e criou o Instituto Oficial de Ensino Secundário (APEB, cx.1761, doc.1756, p. 236-238) e lhe deu Regulamento (APEB, cx.1761, doc.1756, p. 238a-269). Neste mesmo dia nomeou vários professores para as matérias, aproveitando em muitos casos os que já lecionavam no Liceu. (APEB, cx.1761, doc.1756, p. 232e233) Como tivesse feito nomeações para outras matérias anteriormente sem provimento, foi muito criticado por não ter aberto concurso para o preenchimento das vagas, como seria mister.

No dia 25, Virgílio Damásio criou o lugar de Diretor e de vice do Museu de História Natural junto a este novo Instituto e determinou que o Passeio Público fosse considerado anexo à cadeira de História Natural do Instituto de Ensino Secundário, tendo como administrador o respectivo lente (APEB, cx.1761, doc.1756, p. 274; 275).

E ainda, por sugestão do Diretor Geral de Instrução Pública, no dia 27 de outubro, restabeleceu o lugar de oficial maior da Secretaria da Diretoria da Instrução Pública, alterando dispositivo do artigo 292 do Regulamento de 18 de agosto daquele mesmo ano. Igualmente por indicação daquele diretor, criou novas cadeiras, nomeou, transferiu, jubilou professores, tomou ainda medidas referentes ao recenseamento escolar e até abriu um crédito suplementar à verba de Instrução Pública para fazer face às despesas necessárias até o fim daquele exercício.

Foram doze os atos por ele emitidos entre os dias 23 e 27 de outubro, tratando da questão do ensino secundário desde seus aspectos mais gerais, como a extinção do Liceu e a criação do Instituto Oficial de Ensino Secundário e o Regulamento proposto para o Instituto, como os mais práticos: o de transferir professores do antigo Liceu para o novo Instituto, aposentar os que tinham mais de 30 anos de serviço, revitalizar o Museu de História Natural (cujo diretor passou a ser o professor de Geologia e Paleontologia, Botânica e Zoologia, Adolfo Diniz Gonçalves), reabrir concurso de Geometria e Trigonometria em função da mudança do conteúdo destas disciplinas e nomeando para os cargos administrativos: Secretário e Inspetor do Instituto, um bedel e dois guardas.

Aragão (1924, p. 28) menciona ter Virgílio Damásio reformado também o ensino de Medicina Legal na Bahia, *dando-lhe feição de acordo com os progressos da ciência*. E Oliveira (1992;258) afirma que as diretrizes por ele introduzidos nos estudos de Medicina Legal na Faculdade de Medicina, onde também lecionava, teriam exercido influência sobre dois eminentes professores daquela Faculdade: Nina Rodrigues e Oscar Freire.

Final do governo do vice em exercício Virgílio Damásio

Tendo sido eleito senador para a Constituinte federal, Virgílio Damásio teve que viajar para o Rio de Janeiro, capital federal, onde assumiria os seus novos compromissos como parlamentar; deixou o governo da Bahia no dia 31 de outubro de 1890, sendo sucedido, a partir de 1º de novembro, por José Gonçalves da Silva.

No dia 31 de outubro, último dia do seu governo, ele convocou a Assembleia Legislativa do Estado, designando o dia 5 de fevereiro de 1891 para nele se proceder em todo o território estadual à eleição de 42 deputados e 21 senadores para elaborar a Constituição do estado da Bahia e constituir posteriormente a primeira assembleia estadual.

Neste mesmo dia, Virgílio Damásio criou a Secretaria da Câmara dos Deputados, constituída, com algumas modificações, como era a da extinta assembleia provincial, e a Secretaria do Senado, com idêntico número de empregados e da mesma categoria que os da Câmara (APEB, cx1761, doc.1756, p. 316). Os empregados da extinta Assembleia provincial que foram adidos à Secretaria de Governo deveriam servir nelas, completando-se, por nomeações desta mesma data, o seu quadro (APEB, cx.1761, doc.1756, p. 318).

O marechal Hermes verbalizara explicitamente de início, que não pretendia fazer mudanças radicais nos atos de seu antecessor, mas os atos que ele foi baixando pouco a pouco modificaram todo o arcabouço liberal e progressista começado a construir por Manuel Vitorino. Muito do que ele fizera foi aparentemente retomado, mas sob forma atenuada e inócua em muitos pontos, de modo bem mais conservador

Virgílio Damásio, republicano histórico, não era tão contrário às ideias de Manuel Vitorino, mas governou como vice em exercício, e por pouco tempo apenas; pouco pôde fazer, portanto. Mas, apesar de procurar dar continuidade ao governo do marechal, em licença para tratamento de saúde, Virgílio tomou medidas que certamente não seriam da iniciativa de Hermes, ou mesmo sequer endossadas pelo seu antecessor, mostrando uma certa independência em suas concepções político-econômicas.

Referências

ALMEIDA, Antonio da Rocha. Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, seção Vultos da Pátria – XXVII; especial para o *Correio do Povo*. (Recorte de jornal sem identificação e sem data, guardado no arquivo Pedro Calmon na Fundação Pedro Calmon em Salvador)

APEB – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – Seção Republicana – Fundo: Secretaria do Governo – Série: Atos do Governo, 1890, Caixa 1760. Doc. 1751.

APEB – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – Seção Republicana – Secretaria do Governo – Série Atos do Governo 1890. Caixa 1760, Doc. 1753. 207 p.

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. **A Bahia e seus governadores na República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. 695 p.

BARROS, F. Borges de. Os municípios da Bahia 1823-1923. In: BAHIA, Diário Oficial do Estado da Bahia, 2 de julho de 1923. p. 518-520.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1969, 741 p. (esp. p. 553, corpo do texto; e 571/2, notas)

LIVRO MESTRE DO CORPO DO ESTADO MAIOR GENERAL DO EXÉRCITO. **Fé de Ofício do Brigadeiro Hermes Ernesto da Fonseca**. p. 29-44 (até o ano de 1875).

LIVRO MESTRE DO CORPO DO ESTADO MAIOR GENERAL DO EXÉRCITO. **Fé de Ofício de Cristiano Buys**.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Deodoro, a espada contra o Império. Vol I – O aprendiz de feiticeiro (da Revolta praieira ao Gabinete Ouro Preto)** São Paulo: Nacional, 1957. 399 p. [Col. Brasileira (grande formato) Série 5ª, vol. 12].

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Deodoro, a espada contra o Império. Vol II – O galo na torre (do desterro em Mato Grosso à fundação da república)** São Paulo: Nacional, 1957. 446 p. [Col. Brasileira (grande formato) Série 5ª, vol. 12ª].

MENDONÇA, Rubens de. **Dicionário Biográfico Mato-grossense**. Cuiabá: s/ed, 1953.

MENDONÇA, Rubens de. **História de Mato Grosso**. 4. ed., Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES – ARQUIVO NACIONAL. **Organizações e programas ministeriais – Regime parlamentar no Império**. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1962. 469 p.

MOREIRA, Cosme. Discurso pronunciado na 42ª sessão ordinária da Câmara dos Senhores Deputados do Estado da Bahia no dia 14 de setembro de 1891 in BAHIA. **Anais da Câmara dos Senhores deputados do estado federado da Bahia – Sessões do ano de 1891**. vol. II Bahia: Tipografia do *Diário da Bahia*, 1891. 206 p mais apêndices.

NUNES, Antonietta d’Aguilar. **Política Educacional no início da república na Bahia: duas versões do projeto liberal**. Salvador: Faculdade de Educação da UFBA, 2003. 569 p. (Tese de Doutorado)

PEQUENO JORNAL, O. Redator-chefe Dr. César Zama. Redatores: Eduardo Carigé e Cerqueira Lima. Administrador – Miguel Santos. Salvador, 14 de março, 12 de abril 3 de maio e 16 de maio de 1890.

RUY, Affonso. **História Política e Administrativa da Cidade do Salvador**. Bahia: Tipografia Beneditina, 1949. 664 p.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Orgs.). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas: Autores Associados; SBHE (Sociedade Brasileira de História da Educação), 2000. 203 p.

SILVA, Alberto Martins da. Marechal Hermes Ernesto da Fonseca (1824-1891). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nº 380, jul/set. 1993, p. 40-54.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Governantes de Mato Grosso**. Cuiabá: APMT, 1993.

VI Região Militar. In: p. 281-284 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

DA BAHIA, Edição Especial do Centenário, segunda-feira, 2 de julho de 1923. 584 p

TAVARES, Luís Henrique Dias (Org.). **Ideias políticas de Manoel Vitorino. Cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados.** Brasília: Senado Federal / Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1981. 2 v. V.1, 404 p.; v. 2- 648 p. (Ação e Pensamento da República, 6)

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** Salvador: Correio da Bahia, 2000. 332 p.

VITORINO, Manoel. Discurso na sessão do Senado do Estado da Bahia em 1891, no dia 18 de agosto. In: vol I dos **Anais do Senado do Estado da Bahia** – Sessões de 29 de março a 14 de setembro de 1891. Bahia: Tipografia do *Diário da Bahia*, 1896.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da província da Bahia, efetivos e interinos, 1824-1889.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 861p.

A Gema do Brasil: a Capitania de Ilhéus em um manuscrito de 1626

Pablo Antonio Iglesias Magalhães

Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
e Professor Adjunto de História del Brasil na
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

Rosara Durval Lopes de Brito

Graduada em História na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo

O presente artigo revela um manuscrito inédito acerca da Capitania de São Jorge dos Ilhéus ao tempo da União das Coroas Ibéricas. O documento redigido por Antonio Simões, em 1626, apresenta novas informações sobre a referida capitania, que integrava o Brasil colonial, indicando as dificuldades em que se encontrava desde o fim da guerra contra os índios. O documento se reveste de mais importância porque inclui no texto um projeto para a recuperação política e econômica dos Ilhéus.

Palavras-chaves: Capitania de Ilhéus, União Ibérica (1580-1640), Economia Colonial.

The Yolk of Brazil:

The Captaincy of Ilhéus in a manuscript of 1626

Abstract

This article reveals an unpublished manuscript about the Captaincy of São Jorge dos Ilhéus at the time of the Iberian Union of the Crowns. The document drafted by Antonio Simões in 1626 presents new information of that captaincy, which included colonial Brazil, indicating the difficulties in which it stood since the end of the war against the indians. That document becomes more important because included in the text a project for political and economic recovery of Ilhéus.

Keywords: Capitania of Ilhéus, Iberian Union, Colonial Economy.

A Capitania de Ilhéus foi estabelecida pela monarquia portuguesa e cedida, por meio da carta de Évora de 26 de junho de 1534, a Jorge de Figueiredo Correia.¹ No espaço geográfico colonial, a referida capitania estava situada no trecho da costa entre a Ilha de Tinharé (Morro de São Paulo) e a margem esquerda do rio Grande, onde se instalou a Vila Nova de Belmonte. Assim, eram 50 léguas costeiras, estendendo-se da foz do rio Jaguaripe, ao norte, até a foz do rio Grande, identificado no século XVIII como Jequitinhonha, ao sul. Ocupada por diversos povos indígenas, em 1535, Jorge de Figueiredo enviou para lá o capitão-mor Francisco Romero, que se estabeleceu na ilha de Tinharé e, posteriormente, na foz do rio Cachoeira, onde fundou a primitiva vila de São Jorge dos Ilhéus (1536), na elevação depois conhecida como Morro da Matriz Velha.

A história da Capitania de Ilhéus pode ser definida como tardia e é extremamente difícil investigar os eventos que ocorreram naquele vasto território nos dois primeiros séculos da colonização. Isto se deu por dois motivos. Primeiramente, Ilhéus fazia divisa com a capitania da Bahia, então a mais importante do Brasil por razões políticas, econômicas e religiosas, sendo a capital colonial, centro produtor de açúcar e

¹ Carta de Doação da capitania de Ilhéus. In: LISBOA, Baltazar da Silva. *Memoria topographica e econômica da comarca dos Ilheos*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1825, p. 251-261.

sede do bispado. É correto afirmar que as Capitanias de Ilhéus, de Porto Seguro e do Espírito Santo, situadas entre as da Bahia e do Rio de Janeiro, não foram prioridades para o governo português ou espanhol (1580-1640) nas centúrias iniciais da ocupação colonial. No caso de Ilhéus, decerto, fez-lhe sombra a Capitania da Bahia, que tendo Salvador por capital concentrou ali as instituições de ensino, justiça e burocracia. Isto refletiu na escassez de registros históricos acerca de Ilhéus, visto que o seu pouco prestígio político e econômico não estimulou a produção de documentos seriados, antes do século XVIII. Registros de Ilhéus datados dos séculos XVI e XVII, demasiado raros, surgem, não obstante, em uma ou outra correspondência que os membros da congregação dos jesuítas escreveram a partir da sua residência ou aldeamentos ali instalados. É possível que conflitos contra indígenas, bem como ataques de corsários e piratas, tenham reduzido ainda mais a quantidade de registros acerca daquela capitania, particularmente dos séculos XVI e XVII.

O segundo motivo é consequência do primeiro. Ilhéus possui uma historiografia tardia, com escassez de crônicas e corografias, ainda que figure em alguns capítulos da *História da Provincia de Sancta Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo (1570), do *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares e Sousa (1587), e da *História do Brasil*, de Fr. Vicente do Salvador (c. 1630). Antonio de Herrera limitou-se a compilar as observações de Gândavo sobre Ilhéus.² A primeira crônica de Ilhéus foi escrita somente em fins do século XVIII por Baltazar da Silva Lisboa e impressa tardiamente em 1825 pela Academia de Ciências de Lisboa, com o título de *Memória topográfica e econômica da comarca de Ilhéus*. O então Ouvidor daquela comarca elaborou um trabalho valioso que resgatou documentos do século XVI que ainda se encontravam nos registros locais e em arquivos de Portugal. Apesar do valor significativo do, hoje raro e pouco conhecido, livro de Silva Lisboa, a história da antiga Capitania de Ilhéus preserva muitos elementos desconhecidos, especialmente acerca dos seus dois primeiros séculos.

² TORDESILLAS, Antonio de Herrera: *Historia general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra Firme del mar Océano que llaman Indias Occidentales*. Madrid: Juan de la Cuesta, 1615. Década IV, Livro VIII.

A iniciativa de Silva Lisboa ficou isolada e praticamente esquecida. Não frutificou em investigações históricas mais seguras. Não foi possível, assim, checar fontes manuscritas; identificar personagens e episódios importantes. Isto permite afirmar que documentos e relatos sobre Ilhéus anteriores ao século XVIII são raros.

Nos primeiros anos do século XIX, a economia da então Comarca de Ilhéus, integrada Província da Bahia, em 1763, durante a administração pombalina, continuava a demonstrar sinais de franca decadência, conforme Karl Philip von Martius e Johan von Spix assinalaram:

A posição da Vila de São Jorge é muito bonita. A ponta de terra arenosa, em cuja margem ocidental está edificada a vila, é guarnecida de um profuso coqueiral ondeante, imprimindo um particular encanto à bela palmeira onde quer que apareça. [...] Quem apreciar com olhar encantado essa paisagem adorável e lembrar-se de que, já no ano de 1540, se havia fundado aqui uma colônia portuguesa, perguntará a si mesmo por que não se encontra aí uma cidade populosa e próspera e apenas algumas cabanas pobres, em ruas cheias de capim. Atualmente a povoação não tem uma só casa sólida, pois o Colégio dos Jesuítas, construído em 1723 com grês e tijolos, desabitado e abandonado, já começa a cair em ruína. A vila e toda sua freguesia contam hoje com apenas 2.400 almas, embora seja a cabeça da comarca de Ilhéus e residência do ouvidor.³

O mesmo século XIX, não obstante, assistiria a Comarca de Ilhéus, especialmente a parte norte, na região acima de rio de Contas, ascender economicamente por meio da produção de cacau para exportação. O impulso econômico reacendeu o interesse sobre a História da região, que seria retomada apenas nas primeiras décadas do século XX por meio das monografias de João Borges de Barros (1915 e 1917) e da volumosa *Crônica de Ilhéus*, de João da Silva Campos (1936). Era tar-

³ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1976, p. 158.

de demais para encontrar no Brasil, com alguma facilidade, relatos dos primeiros séculos da Capitania de Ilhéus. Ambos os autores se mostram inseguros em suas observações e o segundo observou que há significativas lacunas sobre a história da referida Capitania na primeira metade do século XVII.⁴ Mesmo a monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre Serafim Leite, é vacilante quando se propõe a descrever a atuação daquela congregação religiosa em Ilhéus no século XVII, em razão da escassez documental.⁵

A recente interiorização das universidades brasileiras e a expansão dos programas de pós-graduação no Estado da Bahia reforçaram o interesse no estudo da antiga Capitania de Ilhéus. Os historiadores Maria Hilda Baqueiro Paraíso e Antonio Fernando Guerreiro de Freitas publicaram, em 2002, *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania de Ilhéus, os frutos de ouro e a Princesa do Sul (Ilhéus 1534-1940)*, no qual descrevem os conflitos entre os colonizadores e os povos indígenas na região, desde a segunda metade do século XVI até cerca de 1620.⁶ Em 2007 Caio Fernandes Adan defendeu a dissertação de mestrado *Soberania e Territorialidade na América Portuguesa: a Colonial Comarca de Ilhéus (1763-1808)* e Teresinha Marcis defendeu em 2013 a tese *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus (1758-1822)*.⁷ Enquanto o estudo de Baqueiro Paraíso e Guerreiro de Freitas é uma imprescindível síntese histórica, os outros dois são importantes investigações sobre Ilhéus após ser transformada em Comarca da Bahia, durante o ministério do Marquês de Pombal, na segunda metade

⁴ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006, p. 168.

⁵ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945, vol. 5, p. 216-226.

⁶ PARAISO, Maria Hilda Baqueiro; FREITAS, A. F. G. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania de Ilhéus, os frutos de ouro e a Princesa do Sul (Ilhéus 1534-1940)*. Ilhéus: Editus, 2002, p. 16-36. Registramos os agradecimentos dos autores a Prof. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso, pela leitura e revisão desse artigo.

⁷ ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. *Soberania e territorialidade na América Portuguesa: a Colonial Comarca de Ilhéus (1763-1808)*. Salvador, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Orientador: Maria Hilda Baqueiro Paraíso, 2007.

do século XVIII. Também se deve destacar as pesquisas de Marcelo Henrique Dias sobre a produção de farinha e de madeira em Ilhéus.⁸

Apesar dos avanços que surgiram a partir das investigações acima elencadas, a história da Capitania de Ilhéus ainda possui muitas lacunas. Os arquivos e bibliotecas de Portugal, não obstante, conservam documentos preciosos que tratam dos primeiros séculos da colonização no Brasil. Na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, foi possível encontrar um documento esquecido que aponta novos personagens, revela episódios desconhecidos e elucida questões historiográficas acerca de Ilhéus. Trata-se do manuscrito intitulado *Enformassão da Capitania dos ilheos dada por An.^{to} Simões procurador da snr. Dom João de Castro, Snr. Dela*. Datada de 1626, a *Informação* de Antonio Simões constitui-se num valioso registro sobre a referida capitania, redigido na ocasião em que a mesma se encontrava em grave crise por ter sido devastada na guerra de resistência dos povos indígenas contra os colonos. Apesar de conter elementos epistolares, a estrutura do manuscrito é mais semelhante às relações ou *relaciones* que durante os séculos XVI e XVII, na ausência de periódicos produzidos na América portuguesa, constituíram-se num imprescindível instrumento de comunicação entre a Península ibérica e o ultramar.

É possível entender a própria história do manuscrito na medida em que ele está relacionado à figura de D. Jerônimo de Ataíde, donatário da Capitania de Ilhéus. O documento seguiu para a Biblioteca da Ajuda, porque nela foi conservada boa parte do acervo pela família Ataíde, sendo que seu destinatário era o próprio D. Jerônimo de Ataíde.

Em 1615, D. João de Castro e sua mulher, Juliana de Sousa, filha de Nicolau Giraldes, iniciaram uma ação judicial contra Francisco de Sá Meneses e sua esposa, Maria Giraldes, em cobrança de dívida de Lucas Giraldes. Após vários recursos, foi a leilão em Lisboa, a 4 de junho de 1620, a Capitania de Ilhéus, com a vila de São Jorge e todo o seu território. Tudo arrematado por 17.000 cruzados. Juliana faleceu duran-

⁸ DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonia*. Ilhéus: Editus, 2011. Cf. também: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Orgs.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.

te o processo, ficando como donatária sua filha menor de idade, Helena de Castro, sendo assim a 6ª donatária da Capitania. Veio a casar-se com o 2º Conde de Castro Daire, 6º Conde de Castanheira e 1º Marquês de Colares, Jerônimo de Ataíde, para quem o documento é endereçado. Na Ajuda, a *Informação dos Ilhéus* estava em meio a outros papéis cartoriais referentes à propriedade dos Ataíde sobre a mesma Capitania.

O autor do texto é Antonio Simões, nome que até então permanece ignorado pelos historiadores brasileiros e portugueses. Foi possível encontrar informações sobre ele por meio de um requerimento datado de 1622, conservado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. O objetivo dessa petição era conseguir o cargo de Provedor da Fazenda Real na Capitania de Ilhéus, apresentando em anexo certidões que datam desde o ano de 1610.

O autor da *Informação dos Ilhéus* era natural da Vila de Aveiro, em Portugal, sendo filho de Margarida Fernandes e do mestre-piloto João Fernandes. O mesmo ofício do seu pai era ocupado por seus dois tios maternos, todos da mesma cidade. Era uma família ligada à arte da navegação. Afirmava ser cristão velho por todos os costados, e bem aparentado com pessoas da governança da sua cidade natal. Todas as testemunhas arroladas confirmaram isso. Não sabemos quando chegou ao Brasil, mas é certo que, antes de 1610, já era morador na “Villa de São Jorge Rio dos Ilheos”.

Simões manteve contato com outros personagens importantes da colônia, como o Sargento-mor Diogo de Campos Moreno, autor do *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*.⁹ Em um requerimento de próprio punho Antonio Simões solicitou a El-Rey Felipe III a mercê de Provedor da Alfandega de Ilhéus. Para legitimar o pedido incluiu uma série de documentos que nos permite rastrear os caminhos por ele percorridos

Por meio desses documentos foi possível apurar que Antonio Simões serviu “a VMag.^{de} de mais de vinte anos a esta parte nas Ilhas de Porto Santo e dos Ilheos de capitão assim do mar como da terra e conquistas dos gentios com m.^{to} esforço, sendo dos prim.^{ros} que se acha-

⁹ *Anais*. IV Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951, vol. IV, p. 12 e 20.

ção nos acometim.¹⁰ [...] serviu de veedor da faz.^{da} de VMag.^{de} na dita Ilha dos Ilheos com m.^{ta} inteireza e satisfação”. Casou-se “na dita ilha dos Ilheos com uma mulher muito nobre e dos principais dela e se quer quietar e gozar o fruto de seu trabalho que tem padecido nas ditas partes”. Antes, porém, casou-se duas vezes na Capitania de Porto Seguro, sendo a primeira com uma filha de Damião Roiz e a segunda com uma filha de Pero Coelho, que era ali juiz e vereador.¹⁰

O autor da *Informação* serviu também em ações militares para defender Ilhéus contra a ameaça de piratas vindos da Europa setentrional. Por ordem do Capitão Francisco da Costa Barreto, Antonio Simões embarcou em um caravelão como capitão dela e de uma companhia que saiu em perseguição a um patacho de piratas “que davão sobre esta Capitania”, interceptando o barco e rendendo seus tripulantes.¹¹ Estabelecendo laços familiares e participando de episódios militares, fica patente que Simões conhecia muito bem a Capitania de Ilhéus, adquirindo conhecimento e reunindo informações para escrever sobre aquele território.

A *Informação da Capitania dos Ilhéus* é importante por uma série de razões, podendo ser estabelecidos paralelos entre este documento e as cartas geográficas de João Teixeira Albernaz. Em primeiro lugar, ambos os documentos indicam os mesmos limites entre as Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro. A carta geográfica de Albernaz assinala o rio de Santo Antonio como o limite meridional de Ilhéus, seguindo-se adiante a Capitania de Porto Seguro. O historiador Francisco Eduardo Torres Cancela chama a atenção para isso e sinaliza o suposto erro de Albernaz na demarcação dos limites entre Ilhéus e Porto Seguro.¹² A

¹⁰ AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 2, D. 247-250. Ilhéus, 1622. REQUERIMENTO de Antônio Simões, residente em Ilhéus, no Brasil, por seu procurador Antônio Carvalho, ao rei [D. Filipe III], solicitando a mercê do cargo de provedor da Fazenda de Ilhéus, pelos serviços prestados em Porto Santo e na referida capitania de Ilhéus, durante mais de 20 anos. Anexo: auto de testemunhas, requerimento, procuração.

¹¹ AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 2, D. 247-250. Ilhéus, 1622. Auto de testemunhos feito a pedido de Antonio Simões, acerca do seu procedimento dos Ilhéus (Vila de S. Jorge do Rio dos Ilhéus, 12 de outubro de 1610). Requerimento de Antonio Simões pedindo cópia de um instrumento de testemunhas acerca do seu procedimento (Ilhéus, 23 de agosto de 1622). Procuração de Antonio Simões (Bahia, 25 de outubro de 1622).

¹² CANCELA, Francisco Eduardo Torres. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto*

Informação de Antonio Simões, contudo, se alinha à representação cartográfica indicando o Rio de Santo Antonio como o limite sul de Ilhéus. Devemos recordar que tanto Albernaz quanto Antonio Simões estavam a serviço do poderoso Conde da Castanheira e não surpreenderia se o mesmo desejasse aumentar os limites da sua propriedade.

Uma expressão comumente utilizada para definir Ilhéus nos seiscentos era a de que a referida capitania era “gema”, enquanto o Brasil era um “ovo”. O próprio Simões confirma na sua *Informação* que era vocábulo ordinário a todos, dizia-se que “o brasil he um ovo os ilheos he a jema”. Esse adágio também foi registrado no mapa de João Teixeira Albernaz, datado de cerca de 1630, encomendado pelo então donatário de Ilhéus, Dom Jerônimo de Ataíde, 6º conde da Castanheira. Ambos os documentos buscavam evocar a centralidade geográfica da Capitania de Ilhéus na América portuguesa.

Apesar do epíteto de “Gema do Brasil”, que ressaltava sua importância territorial, o século XVII assinala a pior fase de toda a história da Capitania de Ilhéus. Assim a descreve Fr. Vicente do Salvador:

o mal desta capitania, [foi] senão a praga dos selvagens Aimorés, que com seus assaltos cruéis, fizeram despovoar os engenhos, e se hoje estão já de paz, ficaram os homens tão desbaratados de escravos, e mais fãbrica, que se contentam com plantar mantimento para comer. Porém no rio do Camamu, e nas ilhas de Tinhare e Boepeba, que são da mesma capitania, e estão mais perto da Bahia, há alguns bons engenhos e fazendas, e no rio de Taipé, que dista só duas léguas dos Ilhéus, tem Bartolomeu Luiz de Espinha um engenho, e junto dele esta uma lagoa de água doce, onde há muito e bom peixe do mar, e peixes-bois, e um pomar formoso de marmelos, figos e uvas, e frutas de espinhos.¹³

Seguro (1726-1808). Salvador: Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Maria Hilda Baqueiro Paraíso, 2012, p. 40.

¹³ SALVADOR, Fr. Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Weisflog, 1918, Livro 1, Cap. VI.

A despeito dos problemas enfrentados pela Capitania, a *Informação* busca, em contrapartida, demonstrar as potencialidades econômicas de Ilhéus. Do mesmo modo, no mapa de João Teixeira Albernaz, encontra-se um pequeno texto que declara ser a dita Capitania de São Jorge dos Ilhéus, “a melhor e mais fértil de todo o Estado, de modo que é provérbio comum que o Brasil é um ovo e os Ilhéus a gema. E, se meter cabedal nesta capitania será de grandíssimo trato e importância”.¹⁴ Em suma, tanto Albernaz quanto Simões pleiteavam a necessidade da monarquia investir recursos em Ilhéus. Não é coincidência a sincronia nas propostas apresentadas nos textos de Simões e Albernaz, visto que ambos estavam a serviço do poderoso Conde da Castanheira.

Simões evoca ao longo de toda a *Informação* a fertilidade de Ilhéus,

[...] tão fértil e viçosa que não dando as terras da Baía, nem Pernambuco, canas nos outeiros ou ladeiras nestes se dão férteis, grandes e boas que alguns canaviais da primeira povoação até agora sem nunca mais serem plantados nem replantados”. Afirma que a Capitania possuía “nove engenhos, três de água, o de Santana dos jesuítas, o Esperança de Antonio Cavalcante e o Taipe de Antonio de Araújo de Sousa.

Um dos engenhos indicados merece mais atenção. A *Informação* de Antonio Simões apresenta uma possível referência histórica a atual cidade de Itabuna (antiga Tabocas), a 26 km da atual cidade de Ilhéus, quando indica a existência do “engenho Tabuna” que “ficou da mulher de Manoel do Couto”. Manuel do Couto, ou melhor, Manuel do Couto de Eça, antigo dono do engenho Tabuna, era filho de Bartolomeu de Sousa de Eça e após seu falecimento a propriedade passou a ser administrada por sua viúva.¹⁵ Sem dúvida, é a primeira vez em que aparece grafado a palavra “Tabuna”.

¹⁴ Mapa da Capitania de Ilhéus. Por João Teixeira Albernáz, o velho, ca. 1631. In: ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

¹⁵ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-c.1630*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 270.

Outro engenho situado em Ilhéus, o de Santana, de propriedade, do Colégio de Santo Antão de Lisboa, estava praticamente inutilizado ao tempo que Simões redigia seu manuscrito. Em junho de 1625, o Padre André de Gouveia descreveu o estado em que se encontrava aquele engenho e estava cético quanto à possibilidade daquele empreendimento gerar algum lucro, cogitando vender a propriedade.¹⁶

Além do açúcar, o autor destacava ainda outros produtos que poderiam ser aproveitados. Havia abundância de pau-brasil, “do grande e do mirim”, caju e gengibre. A produção de farinha também é destacada e já é bem conhecido que Salvador consumia parte dessa produção, especialmente nos momentos de crise, durante as ameaças militares neerlandesas entre os anos de 1624 e 1650.

Simões se mostra contrário à criação de bois em Ilhéus, considerando que “o melhor que tem esta Capitania é não criar muito gado por que é certo que donde se dá muito são campinas e as campinas no Brasil não servem para outra lavoura, contudo não faltam pastos para criar”. Ilhéus, deste modo, adotava a prática de separar a criação extensiva de gado das áreas com maior potencial agrícola, do mesmo modo que se praticava no Recôncavo baiano e na zona da mata pernambucana, produtores de cana de açúcar. À época em que o manuscrito foi redigido, o principal núcleo de criação extensiva de gado bovino era a Capitania de Sergipe del Rey, ao norte da Bahia, bem como os sertões baianos que abasteciam de carnes as principais cidades e vilas entre Pernambuco e as capitanias ao sul da Baía de Todos os Santos.

A potencialidade dos rios de Ilhéus também é destacada, especialmente pela navegabilidade. Exemplo é “O Rio das Contas [...] capaz de navio de alto bordo; pode-se defender dos ladrões com duas peças de artilharia”. Os ladrões de que Simões se refere são os neerlandeses que fustigavam o litoral brasileiro, a exemplo de Thomas Sickes que esteve em Ilhéus (que Laet chama Islehos) e navegou o rio de Contas no mesmo ano em que a Informação foi redigida.¹⁷

¹⁶ MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias: A relação do Engenho de Sergipe do Conde em 1625. In: *Afro-Ásia* (CEAO-UFBA), v. 41, p. 237-264, 2010.

¹⁷ LAET, Johannes de. *Historie Ofte Jaerlijck Verhael van de Verrichtingen der Geotropeerde West-Indische Compagnie*. Leiden: Bonaventuer ende Abraham

A *Informação* ressalta uma particularidade da economia de Ilhéus: a produção de zimbo. Penso ser o mais antigo documento a indicar com alguma exatidão os pontos de extração, precedendo, inclusive, a *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador. Segundo Antonio Simões “zimbo se tira quatro léguas ao sul desta vila [de Camamu] em mediana quantidade no verão [...] Com ventos e gualhenos na vila de Santo Antonio de Boipeba se tira também na mesma quantidade”. Frei Vicente do Salvador alinha suas observações à do autor da *Informação*, revelando que “[...] no rio Caravelas colhia-se muito zimbo, dinheiro de angola, que são uns buziozinhos mui miúdos de que levam pipas cheias e trazem por elas navios de negros”. Johan de Laet também registra que, durante uma investida neerlandesa no litoral de Angola, avistaram um pequeno navio que se aproximava para atracar no porto de Luanda. Os neerlandeses inteceptaram a embarcação e acabaram descobrindo que o navio “[...] era um patacho do porte de quarenta e cinco tonéis, procedente de Ilhéus, com carga de farinha, cimbe e um pouco de arroz. [...] Tomaram-lhes o arroz, cimbes, e uma porção de farinha para seus negros, e largaram o naviozinho”¹⁸. No texto de Johannes de Laet, o “zimbo” foi registrado sob a corruptela de “cimbes”. Mesmo considerando a pouca intensidade destes laços comerciais, fica evidente que a Capitania de Ilhéus não estava isolada, mas se integrando aos sistemas econômicos que criados no Atlântico sul desde meados do século XVI.

O zimbo era uma importante moeda de troca usada em Angola e em quase toda a costa ocidental da África. Trata-se de uma concha univalve (cypraca moneta ou cypraea exanthema), encontrada também na costa litorânea de Angola e na Ilha de Luanda. O zimbo às vezes aparece grafado como jimbo ou cauri e não era taxado por nenhum tributo colonial. É impossível, por isso, estimar a quantidade extraída de Ilhéus e do Baixo Sul baiano, bem como sua exportação para as regiões do Congo e Angola. Sobre a inexistência de taxaço do fisco metropolitano assinala Alencastro: “[...] No Brasil se pesca quantidade do mesmo búzio de que se trata – zimbo – e o levam a Angola a vender, em que fazem muito dinheiro e não pagam ao dito Estado nada, nem a Angola”.¹⁹

Elsevier, 1644, p. 91-92.

¹⁸ LAET, *Historie Ofte Jaerlijck Verhael*, p. 36.

¹⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 254.

O navio aprisionado na costa da África, segundo Laet, também tinha um carregamento de arroz. Na *Informação* de Simões é mencionada a existência de lavouras de arroz em Ilhéus, sendo possível que essa cultura asiática tivesse sido transplantada para a referida região em fins do século XVI e início do XVII.

A União Ibérica (1580-1640) não apresentou qualquer projeto para criar um sistema defensivo em Ilhéus, particularmente nas partes meridionais da capitania. Bahia e Pernambuco, os principais centros produtores de açúcar, receberam contingentes militares e tiveram fortificações construídas ou reformadas. Ilhéus, contudo, não produzia tanto açúcar, logo continuou negligenciada pelas monarquias dos Felipes. É possível que o donatário da Capitania não quisesse a interferência política do governo espanhol no seu território, apesar das boas relações que os Condes da Castanheira mantiveram com os Habsburgos, permanecendo aliados, mesmo após a Restauração portuguesa em 1640. Nem o episódio da invasão neerlandesa à Salvador em 1624²⁰ e a recuperação da cidade pela armada luso-espanhola, comandada por D. Fradique de Toledo em 1625, apesar de toda comoção política que gerou na América e na Europa, não trouxe mudanças significativas para a capitania vizinha, que continuou abandonada à própria sorte. Não havia um projeto político para a “Gema do Brasil” ao término do primeiro quartel do século XVII. Naquele contexto, Antonio Simões evocou justamente a intervenção da monarquia para estimular o desenvolvimento econômico daquela região.

A *Informação*, deste modo, é muito mais do que um reporte corográfico. Simões oferece um projeto de recuperação da parte sul da Capitania de Ilhéus com o objetivo de criar mecanismos que estimulassem sua economia e, conseqüentemente, repovoá-la com colonos portugueses. O projeto consiste de oito procedimentos a serem executados pela monarquia para “dar proveito ao donatário”. As duas primeiras serviam para atrair novos moradores, para um território que sofria com o vazio demográfico.

A primeira medida seria dar licença aos seus habitantes carregarem pau-brasil pelo tempo de dez anos. A extração dessa valiosa ma-

²⁰ MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. Frei Francisco de San Juan: um missionário espanhol na Bahia em 1624. In: *Hispania Sacra*, v. 63, p. 155-184, 2011.

deira não exigia técnicas sofisticadas e, inclusive, poderia ser realizada pelos moradores que não dispunham de significativos recursos, humanos ou financeiros. A segunda era fazer com que o açúcar produzido não pagasse “direitos” na alfândega, ou seja, que as caixas de açúcar preparadas em Ilhéus não pagassem tarifas alfandegárias para a coroa portuguesa, o que reduzia seu custo e lhe permitiria concorrer com o açúcar produzido no Recôncavo baiano. Simões afirma que essas duas medidas seriam suficientes para atrair “muita gente pera morar”. O aumento da produção agravaria, destarte, o problema da falta de mão-de-obra, escravizada, de africanos ou de indígenas, para tocar a complexa indústria açucareira.

Era necessário, então, resolver o problema da escassez de escravos para servir de mão de obra na lavoura da cana e nos engenhos. Assim, a terceira medida consistia em permitir a escravidão indígena, contrariando a sua proibição vigente no Brasil desde 1609, imposta pela monarquia filipina. Simões sugeriu que pudessem “descer gentio e servir-se dele quem o for buscar na forma costumada”, com a licença devendo ser expedida pelo governador do Brasil. Por conta da busca por índios, Simões projeta uma metáfora de que isso tornaria Ilhéus o “pescoço” que juntaria a cabeça (Bahia) ao corpo do Brasil, ou seja, às demais capitanias meridionais. Ilhéus receberia índios tanto do sul, como do Espírito Santo e de São Paulo, quanto do norte, da vasta região que se estende da Bahia a Paraíba, tornando-se, assim, um elo entre as capitanias do Brasil.

A quarta providência consistia em colocar navios de carreira ligando Ilhéus a Portugal e a Angola. Junto com o apresamento de índios, isto resolveria a questão da falta de mão de obra, estabelecendo um sistema econômico escravista utilizando africanos oriundos do comércio com o porto de São Paulo de Luanda. Além disso, os navios de carreira permitiriam escoar a produção açucareira direto para o Porto de Lisboa.

A quinta medida consistia em “dar peças aos moradores a pagar”, ou seja, criar um mecanismo de crédito e empréstimos para a compra de escravos, “inda que [os interessados] não tenham fazendas”. “Não ter fazendas” pode ser compreendido como não dar nenhuma garantia de quitação da dívida contratada. Os prejuízos seriam assumidos

pelo financiador que, no projeto de Simões, era a própria Coroa, e não nos contratadores dos empréstimos.

A sexta era conceder o direito aos moradores que tivessem dívidas fora de Ilhéus pagá-las “com condições de darem os açúcares que haviam de dar a seus credores”, além de não permitir que o açúcar ali produzido fosse embarcado em outros portos do Brasil, nesse caso, obviamente, uma referência velada ao Porto de Salvador.

O sétimo quesito, em continuação ao anterior, propunha que se assentasse na câmara que todos os gêneros produzidos em Ilhéus fossem embarcados na própria Capitania, nomeadamente farinha e pau-brasil, sendo que os navios que buscariam a carga deveriam vir carregados de gêneros a serem vendidos localmente.

O oitavo e último ponto da proposta sugeria que o governo emprestasse recursos para os novos moradores que fossem povoar a capitania e isentasse por dez anos do pagamento dos dízimos aos que retornassem a habitá-la.

Ao considerar os oito pontos do projeto de Antonio Simões, percebe-se, de imediato, que se tratava da exigência de um conjunto de direitos, sem, em contrapartida, apresentar deveres como barganha política. Não surpreende que o sul de Ilhéus tenha permanecido negligenciado pelos dois séculos seguintes. Por conta da sua estagnação econômica e desprezível crescimento populacional, João da Silva Campos afirmou que a Comarca de Ilhéus, por volta de 1800, em quase nada mudou, comparando-a aos anos de 1600, quando ainda era uma Capitania.

Ao que parece, o manuscrito de Simões não tramitou nos conselhos da monarquia ibérica. Àquela época, a prioridade era a capitania da Bahia, recém restaurada pela armada luso-espanhola, após um ano de domínio neerlandês. Todos os recursos financeiros e militares foram organizados para criar um sistema defensivo para Salvador e o Recôncavo baiano. São Jorge dos Ilhéus continuaria um território aberto para incursões de corsários da europa setentrional. A *Informação* foi colocada no meio de outros documentos do Conde da Castanheira e esquecido por quase quatro séculos. Por meio da publicação do manuscrito, contudo, toda uma nova geração de investigadores pode vislumbrar um

momento particularmente importante e decisivo na história da Gema do Brasil.

2. Sobre o manuscrito

O texto manuscrito, que se encontra na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, é classificado como 54-XI-26. Trata-se de um documento informativo sobre a Capitania de Ilhéus redigido por Antonio Simões procurador do senhor Dom João de Castro. Ele é composto por sete fólios enumerados pelo *scriptor* contendo mancha escrita no *recto* e no verso em cada um deles, exceto no último, que foi escrito somente no *recto*. O *scriptor* apresenta uma escrita que pode ser considerada elementar. Há irregularidade na construção do texto como um todo. Não existe, por exemplo, um padrão de separação das palavras, muitas vezes, os artigos, as palavras e as preposições são escritas unidas. A seguir algumas das características mais marcantes da sua escrita:

- cada fólio tem, em média, 30 linhas escritas;
- alguns dos parágrafos são enumerados pelo *scriptor* pelos caráter de listagem das informações, são um total de 33 itens;
- as letras são um pouco inclinadas para a direita, a letra não é bem definida, tampouco desenhada;
- é constante o uso de letras maiúsculas em todo o texto no meio do parágrafo e no meio das palavras, em especial o <e>, <r> e <c>, contudo, sem indicação de padrão;
- a nasalidade é, em alguns momentos, marcada com <~> e, em outros, por <n>;
- o til do ditongo nasal <ão> se encontra, na maioria das vezes, sobre a segunda vogal, por exemplo:
- observa-se o uso constante do <i> e <s> longos;
- é usual o <i> substituir o <j>, bem como <j> o <g>, por exemplo: <jente> no fólio 01 *recto*;

- o <u> é usado, frequentemente, para representar o <v>, como em <pouasão> no fôlio 01r.
- o <que>, embora apareça escrito algumas vezes, é, na maioria das ocorrências, abreviado por suspensão: <q'>;
- constata-se a presença de abreviaturas por supressão e suspensão, como no caso da palavra <Engenho>, que no fôlio 02 *recto* está grafado como <Eng.º>
- <um>, <uma> e <é> são grafados com <h>: <hu'>, <huã> e <he>;

2.1 Critérios de edição do manuscrito

Dado o caráter desse trabalho se optou por uma edição semidiplomática. Visa-se facilitar a compreensão do texto pelo leitor não especializado. Os critérios de edição foram elaborados a partir das peculiaridades do manuscrito observadas no processo de transcrição. E são:

- respeita-se, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página, inclusive mantendo as enumerações dadas pelo *scriptor*;
- numeram-se as linhas dos fôlios contando apenas aquelas preenchidas com escrita ou sinais muito particulares do *scriptor*. Desta forma, as linhas são numeradas de cinco em cinco, a partir da primeira;
- procura-se conservar a grafia original, mesmo nos casos em que fica claro o lapso do *scriptor*, exceto no que refere ao uso do <i> no lugar do <j>, do <u> representando o <v>, bem como se optou por deslocar o <~> para a primeira vogal do ditongo nasal <ão>; – optou-se pela separação das palavras a partir das regras ortográficas atuais independentemente das separações e/ou ligações do documento original; porém se manteve a pontuação gráfica original.
- as alterações (o desdobramento de abreviaturas) realizadas pelo editor são inseridas no texto da transcrição, para isso, utilizam-se alguns operadores, como:

Abreviatura = desdobramento de abreviatura

[] = leitura conjecturada

. Transcrição do documento

Fls. 1-7 (n.3) Enformação da Capitania dos ilheos dada por An.to
Simões procurador da snr. Dom João de Castro, Snr. Dela

06/12/1626

[Fl.01r]

1

Enformação da capitania dos ilheos dada por
antonio simois procurador do *senhor* dom joão de
castro *senhor* dela.

05- Tem Esta capitania sinquoenta leguoas de costa *que* come
são a medir da ponta de tapariqua E barra do Rio de
jagoaripe que he junto da bahia E pela banda do sul
Parte por um Reaxo piqueno chamado de santo antonio
junto a povoação de santa Crus da Cappitania de porto seguro.

10- 2 Em todas Estas sinquoenta leguoas a Catorze barras
de Rios navegaves de embarquasois grandes E pique
nas com forme no desCurso desta Emformação se dira
fora dos coais ficão outros muitos en que se podem fazer
fazendas E navegar com Canoas E EmbarCasois mais
Piquenas que da Costa E chamãose os Rios e barras
15- dos nomes seguintes Comesando do norte para o sul
Jagoaripe // Jequirixa // o morro de sam paulo // a barra
de boipeva // Sirinhaem// Camamu // Rio das Contas //
Rio de taipe // Rio dos ilheos // Rio de Una // Comanda
tiba // Juisia // o patipe // Rio grande // Este ma
20- ta no Riexo de santo antonio //

3 Os nomes E barras destes Rios se poim no mar no Coal
suas agoas Entrão mas Em muitas barras destas des
Emboquão tres coatro E seis Rios junto que se *vem* a unir
E misturar antes da barra como he Este Rio dos ilheos
Em que se desEmboquão tres Rios separados a saber
Rio de santa anna, Rio da cachoeira Rio da Esperansa
E a barra de Camamu onde desEmboquão. mais de outo
huns de uma parte E outro da outra E que
tem seus nomes particulares pelos coais se pode
30- Estender muita jente //

[Fl.01v]

- 4 Todos Estes Rios são abundantissimos de peixe E ma
risquo E Coanto mais desertos E menos povoados mais
E ainda diguo fartos de peixes bois pescado de mais isti
ma que tudo pois val a tres vintenis ha coatro a libra
05- O que não he a carne *nem* outro nenhum peixe E assi
mesmo todo Estes Rios tem Em si muitas madeiras
de toda a sorte asi pera naus como pera cazas
engenhos E escritorios e são Estes matos mui abun
dantes de Casa de toda a sorte E ainda de Coelhos de por
10- tugal nos Rios que a pera a banda do sul como
he patipe e Rio grande onde tambem a muita Cas
tanha de Caigu E outros proveitos da terra //
- 5 Todos Estes Rios se naveguão pella terra dentro hums
muito outros menos Conforme suas aguaoas o premi
15- tem E as caChoeiras Ocomjente *para* que alguns se nave
garão vinte leguoas pola terra dentro Como he o
Rio grande outros a des oito sinco E Coatro E alguns
a menos//
- 6 Em todos Eles em altura de seis leguoas do mar E dahi
20- Pera sima a infinidade de pau brasil do merin E
do grande E asim o afirmão jeralmente negros E
branquos antigos E em meus dias se fes muito E
não se fas oje por Estar mui barato que não quer
Sua *Magestade* ou seus ofisiais dar por Ele mais que
25- Pataqua deoito vintenis E como os moradores tem
Pouqua fauriqua E estão acomodados En outras lavou
ras de aRos asuquar E farinha estando Custumados
a dalo por mil réis E nove tostois não *querem* oje por
lhe mão. //
- 30- [7] E a Coanto a diserse que he do duque diguo que do duque
he o que Esta na Sua *Cappitania* ou pera melhor diser a vin
tena dele En Lisboa como he tambem do *senhor* dom joão
33- a vintena do que Sair desta sua *Cappitania* a Coal paga E lhe

[Fl.02r]

- 2 E lhe da sua *magestade* na alfandegaua e se alguma ves os moradores
de huma Capitania vão fazer o pau brasil aos Rios da ou
tra he as EsCondidas //
- 05- E por que *imos* falando de pau brasil sera justo neste paço
diser hum dos modos com que a *Cappitania* Em pouquo tempo
com pouquo custo de grande salto: porque os Reis paça
dos fiserão *mercê* a todos os moradores da Costa do brazil
que por tempo de dez annos pudessem Carregar por

- 10- sua Comta *para* lisboa todo o pau brasil que quisesem
E ali o vendesem a quem quisesem co so pagar hum
tostão de *direito* por quintal desta *mercê* se valeu E o usou
todo o brazil aqueles primeiros des annos o *que* Esta Ca
Pitania não pode fazer por Estar *autoalmente* En geras
com o gentio aimore alarues papa guente E asi cons
15- ta dos livros dalfândega que En todo aquele tempo
senão carregava nenhum por que os Enemiguos ti
nhão Ajente opremida E não deixavão sair hos homes
dos muros ou Estacadas para fora Coanto mais *irem* ao
mato fazer E carregar pau brasil E asi pedindo a sua
20- Magestade reformasse E dese lisença a esta Capitania que
cobrasse oque Então perdeo pois foi *muito* de que o Enemi
guo aplicou E não Culpa ou negligensia sua Este
meu seria amiguo ati para o publico como para o do
notairo que avia de reseber a vintena parte En *Lixboa*
25- E alem disso se lhe faria fistanssa E alvisaras que os
do povo Entre si ajuntarião per que pudessem carre
guar por sua conta tenho dito dos rios E pau bra
zil//
Tem a capitania En si vilas Cuia Cabesa E primeira
30- he Esta dos ilheos onde assiste o Capitam mor E ouvi
dor junto En *huma* mesma pessoa E apartado como
susede: a esta são as mais seguintes e pelas medidas
E leis desta como mais antigua se governão as mais:
A segunda vila se chama de Santo *antonio* Esta asitu
35- ada na barra de boipeva a segunda se chama de

[F1.02v]

- Nosa *Senhora* do Rosairo situada na barra do moRo de sam
Paulo En todas estas vilas a muita jente nobre E *bem* nasi
da mas todos com menos cabedal do que avião mister
E jeralmente todos os moradores da *Cappitania* são pobres
05- tudopor falta de trato E Comersio de navios do Rei
no Hangola os Coais todos vinhão a Ela antes das ge
rras En que Ela floresia e carreguavão nela de asu
quares ares gengibre E outras drogvas o que tudo
as guerras desfizerão por que matarão E acabarão
10- os negros E despejarão os moradores//
10 tem Esta vila En si os padres da *Companhia* teve os de são
bento que despejarão con a gerra: tem Em si no
ve Engenhos a saber tres de aguoa despovoados *por*
rasão das gerras E pobreza dos moradores E estes são
15- a cachoeira // são joão // são *francisco* os seis moiem Es
tes são: Santa anna // dos padres de santo antão
de *Lslixboa* // a Esperanssa De fellipe cavalgante // taipe

20- de antonio daraujo de Ssousa // Santiago de baltassar
 Peixoto da Silva // [ajsta] de afonso *gonçalez* // tabuna
 da mulher que ficou de *manuel* do Couto // os mais
 deles tem pouqua fauriqua . E por isto não fazem
 muito asuquar E outros moim suas canas somente
 Por não terem lavradores que lha fação mas se tive
 25- rão posses asim os Senhores dos Engenhos como os
 moradores fiserão a dez E doze mil @ como os da
 bahia que tem tudo de sobreselente E asim tanto
 que o *Engenho* tem aguoa cana E lenha esta capas
 de fazer o que diguo E *muito* mais se lhe *derem* de comer
 30- hia o de santa anna porque o arendou a *muitos* anos
 um homem de *Lixboa* Riquo fazia nele oque diguo_
 11 Na jurisdisão da vila de nosa *senhora* do Rosairo aco
 atro Engenhos um de juão [dusedez] // outro de *antonio*
 de Couros// outro de *francisco* Ribeiro // outro de paxe
 35- quo de jagoaripe que so per Estes *Engenho* Estar
 iunto da Bahia no Rio de Jagoaripe E ter mer
 36- cador que ofornessa faz doze mil @ de asuquar

[F1.03r]
 3

E por que vou tratando de asuquar sera bem que digua
 neste Capitulo que os moradores podem careguar segun
 do cuido os seos asuquares E não paguarem direito nas
 alfandegas de portugual por *que* asim he consedido nas
 05- doasois per *huma* verba que diz: E querendo o dito
 cappitam moradores E povoadores da dita Cappitania traser ou
 mandar traser por si ou por outrem a meus Reinos
 E senhorios coais quer sortes de mercadorias *que* na dita
 terra E partes dela ouverem tirando Escravos e pau
 10- de brasil podeloão fazer E serão Recolhidos E agua
 zalhados En Coais quer portos E sidades de meus Rei
 nos E não pagarão dellas direitos alguns somente
 asiza do que venderem porto que pelos forais Re
 gimentos E custume dos tais luguares fosem obri
 15- guados apagar //

De modo que Esta verba de foral ainda *que* não seu
 za per que hos *homens* não carreguão nem podem
 com tudo foi ja [indequado] na caza da suplicasão por
 neguativa que o comfesa E diz asim asentenssa
 20- fundada Em que [memdeça] luqas giraldes E outros
 moradores norreino quiserão forar os asuqres: a
 cordão os do desenbarguo del Rei noso *senhor* vis
 tos os Embarguos do Capitam da Capitania dos I
 lheos E mais Embarguantes e comtrariEdade do pro

25- curador dos feitos do dito *senhor* doação E foral dado
a dita terra E como visando os Enbarguantes no Rei
no senão comprehendem as palavras do dito foral
Para avizo de ser escuzos de pagar E vai conti
nuando asi que paguem que se oje ouvesse quem
30- isto averiguase não queria melhor por visto *nem*
trassa para a capitania se povoar depressa E dar
muito proveito ao donotairo *que* não pagasem os a
33- suques direitos En portugal por *que* so por fora

[F1.03v]

forarem os direitos virão muitos homens ricos de fora po
voar a Ela E fazer Engenhos pera terem e carregarem
os asuques por ser grande Enteresse serem [liberados]
nas alfandegas E sendo Este cazo duvidoso pode
05- se pedir de *mercê* a sua *magestade* por alguns annos visto Co
mo he lei geral aos Lavradores ou senhores de En
genhos não pagar mais que meios direitos dos
asuques que carreguão pouco custara seo foral
senão Entender como soa com sedelo de novo para
10- que com isso se povoe a Capitania pois não fica
dando mais que a metade //

13 □ O Camamũ ha outro Engenho dos padres da Com
Panhia anda bem fornecido mas falta lhe lavrado
res E asi ocupase ajente do Enjenho como vaga
15- Em madeiras E taboados E asi são por todos Cator
ze Engenhos no que da Capitania Esta povoado
que he menos de a metade E a pior terra della E
se se povoasse bem isto que Esta povoado se farião
muitos mais que para tudo a agoas E terras E
20- não falo para a banda do sul desta vila donde
Este tudo despovoado ate porto seguro E he ami
lhor terra da Capitania E que a Respeito da ou
tra pelo muito que os Rios entrão pela terra
dentro alojaria seis vezes mais jente do que
25- cabera dela pera o norte paudando se tudo como de
ve //

14 As agoas pera Engenhos nesta vila são mui
tas E asi que os ouver de fazer sera bem que
as veja mais as mais publicas deixando os En
30- jenhos despovoados que esas estão mais prestes
as outras aonde os não ouve são segintes
huma sotio chamado sauipe no Coal se tratou ja
33- fazer Engenho E no milhor fes o Enimiguo com que

[F1.04r]

- Que se levou mão dele esta aguoa por ser meia legua da vila
 muita Cantidade em meia legua de terra boa *com* muitas canas
 Prantadas com vista do mar se podia comprar a seu dono pera
 o *senhor* dom Luis dandrade por ficar junto do mato verdadei
 ro E capas de muita jente E Rosarias mas deve custar tres
 ou Coatro mil Cruzados fica no Rio de santa ana dos tres
 que dise que fazião a barra da vila // outra ha Em
 maria jape e que fica no Rio da Cachoeira onde onde es
 ta a do mesmo *Engenho* deste nome E a de sam joão outra
 ha no Rio da Esperanssa que he a mesma do Rio deste
 nome com outras menos publicas que não faltão com
 terras pera Canas E ainda o *Engenho* da Esperanssa se
 lhe dara barato □
- 15 O Rio das Contas corre por dos padres da Companhia he Ca
 Pas de navio de alto bordo podese defender dos la
 drois com duas pessas de artelharia tem terras E
 agoas pera *Engenhos* não tem mais que dous lavra
 dores de farinha//
- [1]6 O Camamu he *huma* bahia capas de grandes navios entra
 rem duas leguas pela terra dentro *com* mil reCon-
 cavos capazes de muitos moradores como tambem he
 o Rio Grande E o patipe E o rio desta vila os mais
 não Sam Capazes de grandes Enbarcações mais aos
 Piquenas Com *muita* seguranssa Entrão E sai com car
 guas nelas//
- 25- 17 Zinbo se tira coatro leguas ao sul desta vila En
 mediana cantidade noverão. Com ventos e gualhenos.
 // Na vila de santo antonio de boipeva se tira tam
 bem na mesma cantidade E tudo *muito* sam E *muito* bom //
- 30- Todas as terras que ficão antre Estes Rios nome
 ado onde Entrão Enbarcasois *algumas* delas tem
- 32- Porto mais piquenos de que não fis mensão mas

[Fl.04v]

- todas ou nestes portos piquenos ou En carros der rio
 aRio se pode levar os frutos E lavouras por que
 tudo he praia limpa E não ha Rochedos que in
 Pidam os carros ou bestas E por iso toda a Costa
 se anda pela baixa mar da mare //
- 05- 18 Desta vila se vai E vem da sidade com as monçois
 Em vinte E coatro horas E muitas veses menos que
 he grande comodo da vida que nela temos sem
 navios do Reino E pela mesma Resão de facil
 10- Jornada E breve avendo devir guado de fora pera E
 la deve de ser dab ahia onde tambem he barato

- que nesta ocasião se vendem as veses a dous mil
rs. E menos //
- 15- 19 E o melhor que tem esta Capitania he não criar
muito guado por que he certo que donde seda
muito São Campinas E as campinas no brasil não
servem pera outra lavoura com tudo não fál
tão pastos pera criar Em abastansia pera
a terra coanto mais que ajente E o mesmo gua
20- do trilhando E pastando fas pasto pera si E cõ
serva Empasto o que ajente teve de rossas E
asim se faz coanto se ha mister //
- 20 Indios da terra a muitos no sertão porque ama
ais de trinta E tantos annos que não forão a
25- Eles sua *magestade* tem os portos tapados areque
rimento dos padres da Companhia que se al
gũs vão buscar he pera as suas aldeas.
E pera os Catequisarem En que suas almas Re
sebem mais prol *que* o povo *nem* que sua *magestade*
30- com suas lavouras deles que alem de não pa
31- guarem disimos não atendem a interese mais *que*
- [Fl.05r]
5
01- A sua sustentação E asim avendose lisença E ordem que
se dis de guastos seria proveito por coanto os angolas
custam muito E são mais peresedeiros E o meo mais
conviniente pera Esta jornada não he bem asem
05- talo ausente pois E [nausenisa] senão ha de fazer
basta dizer que sera de muito proveito pera au
mento da Capitania Rendimentos dos moradores das
Rendas de sua *magestade* E donatario //
- [21]
10- O que Pernãobuquo Rende ao donatario prosede de
não ter couza que não seja povoada E ainda a
judada dos mercadores da vila // Esta Capitania Esta
dezerta sem jente E esa que tem Esta nua de to
do o favor [umanuo] asim de merCardores como de pe
soas que animem os moradores que ate o *senhor* Dom
15- João ate oje não hescreveo aos ofisiais da Camara
desta suas vilas o mesmo fizerão outros senhores
de luquas giraldes pera Ca E por isso vãose os que
Estão ou Cazão na terra Coanto mais virem outros de
fora pera Ella //
- 20- 22 Cazas de morada na vila Podemse fazer no sitio que
foi dos padre de sam bemto com seu quintal
serrado onde ficara Comfonte dentro E aguo de
mare Pera fazer E conservar ho tamque de pei

25- xe vesinho aos Padres da Companhia E no mais
 corpo E ComCurso da villa //
 23 De maneira que se tem esta Capitania Portão fer
 til Evisozza que não dando as terras da bahia *nem*
 29- Pernãobuquo canas nos outeiros ou ladeiras nes
 tas se dão tão fertes grandres E boas que alguns

[Fl.05v]

 canaveais da primeira povoasão ate aguora sem *num*
 qua mais serem prantados *nem* replantados.
 E os annos da guerra muitos annos por cortar che
 ios de mato com so lhe porem fogo E desepallos
 05- tornarem a seu Estado //
 24 tam jeral he En toda a Costa a fertilidade E
 frescura desta Capitania que he voCabolo ordi
 nario dizerem todos o brasil he um ovo os ilheos
 he a jema //
 10- 25 Atras tenho dito que ho Engenho detaipa moi
 aguora diguo que o donatario tem a metade do
 Engenho E terras E que o mesmo tem no Engenho
 da Caxoeira mas que ate aguora en *nenhum* deles
 ouve partilhas //
 15- 26 Os meios Pera a Capitania dar *muito* Proveito ao
 donatario estão Referidos tais cazos a saber
 liberdade Pera carreguarem Por tempo de dez
 annos Pau brasil E então veremos se se acha
 Pera carregar o 2.º fazer que os asuqres não
 20- Paguem direitos por que com estes dous la
 sos se adequerira muita jente pera morar E
 Povoar a Capitania sem o Coal tudo nada 3.ª
 Poderem desser jemtio E servirse dele quem
 o for buscar na forma costumada E esta li
 25- sensa pode dar o *Governador* que for do Estado aguo
 ra falta o pescoso que ade ajuntar a cabessa
 com o Corpo que são [caixa toquada]bando
 quer ir por sua vontade guastos pera isso
 29- a Pagar a volta //

[Fl.06r]

6

 Coarta a ver navios na CaReira Endireitura
 Pera Portugal E anguola quinta dar peças
 aos moradores a pagar Pelas nuvidades com
 forme a pose E fazendas de *huns* com forme
 05- aos animos Credito E prestimo de outras a
 inda que não tenham fazendas //

- [2]7 Sesto os moradores que tiverem dividas fora da Capitania pagar per Elles com comdi são de darem os asuques que avião de dar aseos aCredores a quem pagar por Elles visto para que não va o asuquar a carregar fora des te porto E se fasa ou fasamos Corpo por nos mesmos de que os navios aCudão a isso //
- 10-
- [2]8 Setimo Comtratar com os mais E asentar En Camara que tudo se Embarque na terra asuques aRos farinhas Pau brasil E o na vio que levar ou Emtrar abusquar Cargua venha Carreguado //
- 15-
- [2]9 Coando o donatairo per si não posa sem lhe custar nada podera por outrem deste modo Pedindo ao merCador que manda de Lisboa Pera anguola buscar negros para ou tras Capitancias os mande trazer a esta E segurar lhe o mesmo interese que nas outras
- 20-
- 25- E ter um a jente a que EmComende o neguosio E este de os negros as pessoas que os po dem pagar Com a primeira novidade das
- 27-
- [Fl.06v]
- Lavouras que tem feitas que nem a ser a um a nno ao mais larguo este Cobrando nesta vila aRos de sinquo ouseis tostois a asuquar de oito Pau brasil de outo ou nove seo pudese Ca reguar aqui mesmo na Costa que he a bahia nestas mesmas couzas avansara muito E mais vem dera as pessas pelo mesmo presso que nas outras capitancias ouvera de vender //
- 05-
- 30 Tera Este ajente todas as Cousas do Reino asa ber vinho aseite sal pano de linho farra mentas preguaduras vestidos sedas e todo o mais masame deste [sais] pera que os moradores não aião mister levar as drogus com que custu mão comprar estas Couzas a sidade E assim fi que tudo pera carregar na terra E pera que a terra guaste o que vier a Ella a isto mesmo Pode aver obrigação se quiserem //
- 10-
- 15-
- 31 Pedir lisensa a sua magestade ou a quem o possa dar para que do Rio grande paraiba sam Paulo Rio dos patos E outras terras nossas abitadas se possa trazer pera a Capitania to do jentio que por sua vontade quiser vir ou que os Capitains destas terras onde o jen
- 20-

25- tio he muito E por ser muito se alevantão com
os pouquos branquos que ha de Cada *hum* tan
29- tos Cazais ou se posa desta mesma terra com
tratar com os mesmos negros que se vendem E
resgató *huns* a outros E isto sendo pera quem
os aquerir sendo morador //

[Fl.07r]

7
[3]2 E outras Capitánias se podia também traser pera
Esta Estando nela de baixo da sojeição dos padres
da *Companhia* como estão donde podião vir por que
coalkuer outra Capitania tirando Esta porto segu
05- ro he a bahia tem todas as demais muitissimas
En demasia E nesta não chegarão a trinta cazais
de admenistração dos padres que ainda que sam
imcapazes de provisto particular a cada um com
tudo he *Companhia* E parte de ajuda a coantos mais
10- negros Em cantidade maior asera
[3]3 8º fazer Enprestimos a quem vier povoar E
favores se se pudese alcansar que por dez annos
os que viesem de novo não paguasem dissimos seria
grande bem que como isto he de sua *Magestade* pude
15- ra fazer *mercê* do que quizer //

Aserqua do governo E justiscas de Capitão E ouvidor da
terra tinha muito que diser para boa conserva
são. E aumento dos moradores mas Esta materia
nem me toqua de presente *nem* Emporta pera o
20- cazo de que imos tratando incaminhe o *Senhor*
tudo Em maior gloria E louvor sua salvassão
E proveito nosso En 6 de desenbro de 626 annos
23- *Antonio Simois*

A narrativa biográfica e o cidadão comum

Sérgio Mattos

Doutor em Comunicação pela Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos.
Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). sasmattos@gmail.com

RESUMO

O gênero biográfico no Brasil tem crescido em importância nos últimos 30 anos com inúmeras publicações de perfis e biografias de profissionais de todas as áreas do conhecimento. A redescoberta da biografia por editores e leitores tem atraído jornalistas a produzir narrativas de vida de personalidades e de cidadãos comuns. Este artigo apresenta um breve histórico do gênero biográfico e aspectos metodológicos que são utilizados na prática biográfica, respaldando-se na metodologia da cartografia para contextualizar histórias de vida. Apresenta métodos alternativos utilizados na construção de três biografias de cidadãos comuns, concluindo que não existe apenas uma forma de escrita biográfica, mas várias narrativas, várias abordagens metodológicas e várias técnicas para se construir a história de vida de um personagem.

Palavras-chave: Jornalismo. Narrativa biográfica. História. Cartografia.

ABSTRACT

The biographical genus in Brazil has grown in importance over the past 30 years with publications profiles and biographies of professionals from all areas of knowledge. The rediscovery of the biography by editors and readers has attracted journalists to produce life narratives of personalities and ordinary citizens. This article presents a brief history of the biographical genus and presents methodological aspects that are used in the biographical practice, backing on the cartography methodology to contextualize stories of life. Presents alternative methods used in the construction of three biographies of common citizens, concluding that there is not only a form of biographical writing, but several narratives, several methodological approaches and various techniques to build the life story of a character.

Keywords: Journalism. Biographical narrative. History. Cartography.

Introdução

Desde a Antiguidade greco-romana que o gênero biográfico vem sendo cultivado e, ao longo desse tempo, os referenciais metodológicos foram sendo construídos e consolidados com inúmeros ajustes nas práticas de abordagem. Durante os séculos XIX e XX o prestígio deste gênero sofreu altos e baixos, tendo sido rejeitado pelos historiadores pelo fato de privilegiar o individual em vez do coletivo.

François Dosse, no livro *O desafio biográfico: escrever uma vida*, faz uma análise histórica sobre as produções biográficas, na qual demonstra a evolução do gênero, concentrando-se nos dois últimos séculos. Para tanto, ele estabeleceu uma divisão metodológica das produções biográficas: as produzidas da antiguidade até a modernidade integram a “idade heróica”, as produzidas ao longo do século XX, denominadas “modais”, e as mais recentes, que integram a “idade hermenêutica”¹.

¹ Hermenêutica é a arte ou a técnica de interpretar e explicar um texto ou discurso. Segundo a filosofia, a hermenêutica aborda duas vertentes: a epistemológica, com a interpretação de textos, e a ontológica, que interpreta uma realidade.

Como biógrafos integrantes da “idade heróica”, François Dosse destaca Plutarco, com *Vidas Paralelas*, e Suetônio, com *A vida dos doze cézares*. Da Europa Medieval ele considera os hagiógrafos e dentre os modernos destaca Maquiavel, com *A vida de Castruccio Castracani*, e Thomas Carlyle, com *História de Frederico II da Prússia*. Uma das características das biografias desse período é a linearidade temporal. No século XIX, a narrativa biográfica foi questionada por historiadores e desprezada pelas academias, além de ser considerada como um gênero inferior. Tal situação começa a mudar no século XX quando a História passou a ser influenciada pelo estruturalismo sociológico. As biografias produzidas a partir da concepção generalizante desse período foram classificadas por Dosse como sendo “modais”. Esse estruturalismo biográfico começa a ser rompido a partir da década de 1980, quando se inicia a “idade hermenêutica”, caracterizada pela variação do enfoque analítico das figuras biografadas (DOSSE, 2009).

A partir dos anos 1980 a biografia histórica deixou de ser rejeitada devido ao renascimento da história política, ressurgindo com toda a força a partir da valorização do indivíduo e sua autonomia na sociedade. Época em que foi anunciada por François Dosse a chegada de uma “idade hermenêutica”, que tem como objetivo capturar “a unidade pelo singular” (PRIORE, 2009, p. 9).

A redescoberta da biografia está ligada também ao interesse dos leitores, ao gosto popular e ao interesse comercial das editoras, que atraíram e contrataram jornalistas que passaram a produzir, ao lado dos historiadores, narrativas de vida de personalidades ou de cidadãos comuns que se destacaram em suas respectivas profissões e comunidades. Entre outros jornalistas que continuam se destacando como biógrafos produtivos e de sucesso comercial estão Fernando Morais (*Chatô, o rei do Brasil*, 1994); Jorge Caldeira (*Mauá, empresário do império*, 1996); Lira Neto (*Padre Cícero, poder, fé e guerra no sertão*, 2009); Mário Magalhães (*Marighella*, 2012); e Ruy Castro (*Estrela Solitária*, 1996).

Segundo Sérgio Vilas Boas,

Fernando Morais, Ruy Castro e Jorge Caldeira – nenhum deles historiador, antropólogo ou

psicólogo por formação – contribuíram para (re) despertar os leitores brasileiros para o gênero. O “fazer” dos três jornalistas-biôgrafos é composto por um conjunto de recursos extraídos, deliberada ou intuitivamente, do Jornalismo, da Literatura e da História (VILAS BOAS, 2002, p. 27).

Muitos fatores contribuíram para a redescoberta da biografia, mas segundo a pesquisadora e professora Teresa Malatian, o gênero biográfico só ganhou força mesmo, quando nas ciências humanas,

[...] a Escola de Chicago elegeu a vida dos imigrantes como significativa para a compreensão da sociedade norte-americana e lhes deu a palavra. A história de vida e os documentos que a iluminam (cartas, diários íntimos) alcançam o estatuto de objeto científico no qual a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito (Lewis, 1970).

Em reação aos modelos teóricos totalizantes da vida social, como o marxismo e o estruturalismo, e aos métodos quantitativos, o relato de vida foi redescoberto na Europa gerando, nos anos 1970, as reflexões pioneiras na França de Daniel Bertaux sobre a aproximação biográfica. Os trabalhos sociológicos nesta vertente abrigaram a maior parte da produção do gênero e alcançaram, nos anos 1980, grande expansão e reflexões metodológicas sobre o estatuto dessa história e seu valor como documento confiável para o conhecimento reconhecido como científico (MALATIAN, 2008, p. 22).

Apesar de apresentar uma trajetória cheia de altos e baixos, o gênero biográfico no Brasil tem crescido em importância nos últimos 30 anos com a publicação de perfis e biografias de profissionais de todas as áreas do conhecimento, como também tem sofrido restrições e provocado um amplo debate na mídia em torno da possibilidade de veiculação ou não de biografias sem a autorização prévia do biografado.

A produção de livros biográficos (biografias, memórias, autobiografias e cartas) no Brasil é crescente. Entre 1995 e 1997, o número de exemplares à venda no Brasil praticamente dobrou (99%), enquanto a variação do total de títulos lançados caiu 11% de 1995 (213 títulos) para 1997 (190). O pico foi em 1996: 285 títulos (VILAS BOAS, 2002, p. 23).

Considerando esse cenário, este artigo tem dois objetivos: apresentar aspectos metodológicos utilizados na prática biográfica, respaldando-se muitas vezes na metodologia da cartografia, como alternativa, para fazer um mapeamento do tempo e dos espaços, construindo um mosaico para transmitir ao leitor a época contextualizada na qual o biografado viveu, com seus aspectos reais e subjetivos; e descrever objetivos e métodos alternativos utilizados na produção de biografias três cidadãos comuns. O artigo está, portanto, dividido em quatro partes, além desta introdução: 1) Breve história do gênero biográfico; 2) A biografia e a cartografia; 3) Descobrimos personagens; e 4) Considerações finais.

1 Breve história do gênero biográfico

Partindo de Plutarco, precursor do gênero biográfico, o objetivo desta seção é traçar uma breve história das mudanças ocorridas no gênero biográfico. Plutarco descrevia seus personagens procurando aproximar sua obra a de um retrato pintado por um artista com o objetivo de transmitir fidelidade ao biografado. A maior preocupação dele era com o aspecto moral, os conflitos existentes entre a virtude e a práxis. Ele concentrava mais atenção na maneira como o herói retratado usava a sorte do que com as fases do ciclo de vida dele (o nascimento, a formação, a carreira, a maturidade, o declínio/velhice e a morte).

Suetônio, outro grande nome da biografia, no início do século I d.c. [...] não manifesta nenhuma preocupação com a sequência dos fatos e com a precisão na descrição das guerras. Sua abordagem, mesmo não se atendo aos caracteres cronológicos, postulados pelos historiados

res, busca, diferentemente de Plutarco, perfilar traços de uma vida de forma mais reflexiva, impessoal e realista, até certo ponto. Aproxima-se, em alguns aspectos, dos historiadores de sua época, mas não abre mão do heroísmo imprescindível aos personagens.

A criação de heróis, de figuras idealizadas, não é somente um atributo do período greco-romano. Couberam, também, aos biógrafos, da Idade Medieval, a preocupação de mitificar ou santificar pessoas eminentes, sejam senhores feudais ou sujeitos do alto clero. O tratamento dado à vida dos santos, já consagrados, recebeu o nome de *hagiografia*, biografias excessivamente elogiosas. Aos indivíduos, que se estendiam a esse patamar, lhes eram certificadas características de verdadeiros deuses, distantes do homem comum, ou seja, do camponês. Tal postura alimentava ainda mais a hierarquia social defendida pela Igreja, na Alta Idade Média (SOLANO, 2010, p. 4).

Com as mudanças sociais ocorridas ao longo dos séculos XII e XIII, as narrativas biográficas dos santos ganharam contornos mais humanos, explicando que, apesar dos homens também pecarem, eles podiam se redimir, alcançando a beatificação. A partir do século XIX, as biografias passaram a registrar novos protagonistas, momento em que os heróis e santos cederam os lugares para escritores, filósofos, poetas e pintores, que passaram a ser perpetuados e reinterpretados (SOLANO, 2010).

Com a autonomia adquirida pela disciplina histórica, ao longo do séc. XIX, e com a consolidação da sociologia no início do século XX, o indivíduo vê-se fadado a um único valor: ilustrar os aspectos coletivos e o meio social no qual estava inserido. O homem converteu-se em “uma coisa da qual a sociedade dispõe”, como afirmava o sociólogo Émile Durkheim. Preza-se por uma descrição conhecida como “biografia modal”. O sujeito histórico, nesse modelo, só

tem valor quando é capaz de transmitir os modos, costumes e comportamentos dos indivíduos associados a uma estrutura social abrangente (SOLANO, 2010, p. 5).

Pierre Bourdieu contribuiu para a consolidação da concepção da “biografia modal”, que marcou a maior parte do século XX. Para Bourdieu, a biografia é uma “ilusão”, pois se não houver um processo de reconstrução de cada etapa do contexto histórico no qual um indivíduo viveu, torna-se impossível revelar os aspectos da vida dele. Dessa forma, Bourdieu critica a estrutura da escrita histórica, pois ele acredita que se torna difícil resgatar a dimensão temporal porque com o passar do tempo aparecem novas concepções e interpretações sobre o que foi o passado e, como consequência, a biografia nada revela de importante (BOURDIEU, 1998).

A concepção de Bourdieu tem sido muito criticada pela limitação de entender que a narrativa de vida individual só deve acontecer se abranger todos os outros fatos similares acontecidos nos mesmos espaços sociais. Alguns críticos, a exemplo de Sabina Loriga e Giovanni Levi, citados por François Dosse (2009), apontam que a biografia é a chance de revelar as condições humanas nas diversidades, sem exaltar nem aprisionar o sujeito histórico (DOSSE, 2009; SOLANO, 2010). Por sua vez, Sérgio Vilas Boas (2002, p. 21) afirma que “o objetivo da narrativa biográfica é gerar conhecimento sobre o passado de alguém ou de alguma coisa”.

Jean Paul Sartre faz uma abordagem existencialista, rompendo a estrutura da causalidade mecânica, não conveniente ao gênero biográfico. Com isso ele abriu perspectivas para analisar indivíduos singulares, devolvendo a característica prospectiva das biografias. Sartre reavaliou seu modelo considerando o quanto e como as situações históricas podem afetar a trajetória das pessoas, mas ele não abandonou a postura existencialista. Assim, valorizou a subjetivação e a liberdade que o indivíduo possui de se manifestar dentro de uma estrutura social maior (DOSSE, 2009: 232; SOLANO, 2010: 7).

O sociólogo Jean-Claude Passeron, citado por François Dosse, “procura definir um espaço médio entre o radicalismo estrutural, de or-

dem antropológica, e a tentação de uma regressão infrassociológica” (DOSSE, 2009: 209). Alexandre Solano acrescenta que Passeron segue o modelo de Jean Paul Sartre,

[...] no qual o indivíduo tem certa liberdade perante aos determinismos sociais, vivendo em meio a uma temporalidade fragmentada. Refuta, nesse sentido, a abordagem que só prioriza os sistemas de relações, no qual os sujeitos perdem sua autonomia e individualidade perante o coletivo (SOLANO, 2010, p. 6).

Outros pensadores e teóricos também abordaram a biografia, identificando-a como micro-história, valorizando a participação do indivíduo no progresso histórico. Sabina Loriga propõe a “biografia coral”, na qual o personagem biografado deve ser analisado levando-se em conta todas as suas características, individuais e fragmentadas, abrindo novas possibilidades ao gênero biográfico e determinando o fim das “homogeneidades aparentes”. Roland Barthes lançou a “biografema”, reunindo numa biografia todos os fragmentos e detalhes do indivíduo. A “biografema” em vez de seguir as grandes linhas da historiografia, concentra-se nos fragmentos, nas imprecisões e insignificâncias do indivíduo. Por sua vez, fundamentado na dialética da unidade e da pluralidade, Michel Foucault propõe, com suas lógicas discursivas, escrever sobre “a vida dos homens infames”, com o objetivo de dar voz aos esquecidos da história, alcançando até a vida do homem comum (DOSSE, 2009; SOLANO, 2010).

Segundo François Dosse, com a chegada da “idade hermenêutica”,

A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tan-

gível a significação histórica geral de uma vida individual (PRIORE, 2009, p.9).

Complementando a perspectiva hermenêutica, Elizeu Clementino de Souza diz:

Numa perspectiva hermenêutica, não se reduz a uma tarefa técnica ou mecânica. O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas. Neste sentido, o conceito de “si mesmo” é, como todo conceito, uma proposta organizadora de determinado princípio de racionalidade. O falar de si hermenêutico, que defendemos como meio formativo neste artigo, é muito diferente do falar de si movido por metafísica teológica ou pragmatista. A epistemologia da modernidade criticou a metafísica medieval e teológica deslocando a verdade de uma dogmática religiosa para a dogmática racionalista. O pressuposto principal da racionalidade moderna é a separação sujeito/objeto e a crença de que é passível de conhecimento apenas o que for possível ser medido, ordenado, comparado, etc. Logo a subjetividade deveria ser exorcizada da ciência. Os cientistas deveriam escrever sobre o que eles pesquisam e não sobre o que eles são, deveriam escrever sobre suas descobertas e não sobre suas crenças e valores (SOUZA, 2007, p. 68).

Como consequência dessa evolução discursiva sobre a arte de dar voz aos esquecidos da história, por meio de biografias e suas respectivas abordagens, lanço mão da síntese feita por Francisca Nogueira de Azevedo que diz:

Hoje a biografia é um modelo de escrita da história nitidamente definida. Há uma metodologia explicitada, na qual a biografia não se destina mais ao julgamento feito por seus autores, mas sim a uma construção relevante sobre hipóteses

cujos pressupostos serão confirmados ou não. Seu objetivo fundamental é levar à compreensão da época que, como a montagem de um quebra-cabeça, pouco a pouco vai revelando o que é permanente, indicando as diferenças, permitindo perceber a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida (AZEVEDO, 2000, p. 133).

A historiadora Mariza Guerra de Andrade acrescenta que o gênero biográfico “está na interseção entre domínios discursivos da Literatura, Historiografia e Jornalismo”, tendo em vista que “a prática do fazer narrativo biográfico complementa a análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos”. No artigo intitulado “A biografia como peste”, publicado no *Observatório da Imprensa*, a convite do jornalista e biógrafo Alberto Dines, Mariza Guerra de Andrade levanta também questões sobre a prática do fazer narrativo biográfico, afirmando que “a normatividade do gênero é valorizada quando identificada pela marca documental”, além de apresentar uma concepção do que seria uma boa biografia:

A biografia decente seria a que se faz em uma escrita comprometida com as qualidades da própria narrativa, com a desmistificação, com a crítica e a postura corajosa de se transitar entre os (muitos) tempos da vida biografada e da vida em sociedade – numa imensa tarefa que somente o tempo e, novamente, a crítica seriam capazes de aferir suas qualidades e densidades interpretativas. [...] A biografia possibilita – isso é importante – perceber as margens de liberdade e de coação nas quais os indivíduos em condições próprias e conforme seus laços sociais se movem em geral e produzem representações, assimilações, embates e confrontos (ANDRADE, 2013).

2 A biografia e a cartografia

As questões teórico-metodológicas estão sempre presentes nos debates sobre a produção de biografias, autobiografias e histórias de vida, envolvendo reflexões sobre as formas de ouvir, registrar e interpretar as narrativas, a maneira de executar o recorte temporal, o uso do método discursivo, factual, focado no indivíduo. Teresa Malatian (2008) acrescenta ainda a necessidade de se fazer escolhas, sobre como e quando iniciar o trabalho, identificar qual o período de vida do biografado e o que é mais relevante para a composição do relato biográfico. Para ela,

[...] a tarefa de construção de biografias pelo historiador coloca em questão direcionamentos a serem observados desde a escolha do personagem, em função da sua atuação ou de qualidades que possam estabelecer identificações projetivas importantes. Biografar indivíduos vivos ou não? Qual o grau de exaustão do “eu” que a biografia comporta? Como biografar sem criar “tipos”? Como biografar sem cair nos elogios ou julgamentos.

Não há muito como eludir a forma narrativa e cronológica que permite o acompanhamento da trajetória do personagem e o estabelecimento de “marcos temporais entre acontecimentos e história individual”. Constitui, portanto, característica da biografia a narrativa que deve levar em conta o recorte temporal da história de uma vida? (MALATIAN, 2008, p. 25).

A biografia serve para mapear e historicizar a trajetória de vida de um indivíduo, registrando no espaço onde viveu, trabalhou e construiu, dando sua contribuição ao desenvolvimento e no qual exerceu a cidadania. Acreditamos que o contexto socioeconômico cultural e político da época do biografado deve ser considerado para que se possa construir os limites da vida do perfilado e as relações que ele mantinha ou mantém com o ambiente e com os demais indivíduos de seu grupo social.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem biográfico-narrativa assume a complexidade e a dificuldade em atribuir primazia ao sujeito ou à cultura no processo de construção de sentido. Ao longo de seu percurso pessoal, consciente de suas idiossincrasias, o indivíduo constrói sua identidade pessoal mobilizando referentes que estão no coletivo. Mas, ao manipular esses referentes de forma pessoal e única, constrói subjetividades também únicas. Nesse sentido a abordagem biográfico-narrativa pode auxiliar na compreensão do singular/universal das histórias, memórias institucionais e formadoras dos sujeitos em seus contextos, pois revelam práticas individuais que estão inscritas na densidade da História (SOUZA, 2007, p. 65-66).

Produzir uma biografia é um esforço em historicizar os conflitos, litígios, conquistas e derrotas do personagem. Na identificação dos erros e acertos cometidos pelo biografado, o biógrafo pode encontrar a chave, a solução, que justifique a importância do indivíduo e como ele se projetou ocupando espaços e influenciando sua comunidade. Deve-se, portanto, analisar as contribuições e produções do personagem como resultantes tanto do contexto individual (família, formação, carreira profissional) como do contexto externo (a sociedade, a cultura, a política e a economia) do período de vida dele.

Num artigo que fez a volta ao mundo, David Brion Davies se perguntava, justamente como achar “os pontos de intersecção” entre um indivíduo e o quadro social e cultural e político do qual participa. Segundo o historiador americano, bem como o francês Le Goff, a biografia individual ou coletiva (no caso de estudos de família ou prosopografias) oferece uma solução metodológica a esta pergunta, pois ela implica o estudo de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos que representam uma classe social, uma profissão, uma fé ou crença, desde que se defina, precisamente, a estrutura social a que pertencem (PRIORE, 2009, p. 11).

A narrativa de vida de um sujeito é na verdade um emaranhado de relações, interesses, intenções, decepções, vitórias e derrotas entre outras questões. Cabe ao biógrafo intervir no sentido de juntar as peças do quebra-cabeça para reconstruir o espaço vivido a partir das relações do biografado com o poder constituído, com as normas sociais, com as leis, a fim de constatar como ele usa o saber, o conhecimento, em seu meio, contribuindo para o desenvolvimento coletivo, além de identificar as ações que o projetaram. Para tanto, toda e qualquer informação, mesmo aquelas que pareçam ser irrelevantes, podem ser a chave para a descrição do caráter e das atitudes tomadas pelo biografado. Isso porque, no dizer de Marcelo Hornos Steffens:

O biógrafo busca, grosso modo, ser fiel à vida de seu objeto de estudo e reconstrução. Se esse indivíduo tem uma vida trágica ou grandiosa, se foi um grande homem ou mulher ou se é distinto da “normalidade” de seu grupo social, tanto melhor. O leitor de biografias, via de regra, assume o papel de voyeur. Quanto maiores forem as peculiaridades das vidas dos biografados, quanto maiores os dramas e sua superação, tanto mais atraente fica a biografia. As biografias nos permitem compreender, de uma forma privilegiada, as tensões do contexto nos quais são produzidas, isto é, perceber a própria temporalidade do conhecimento histórico (STEFFENS, 2010, p. 14).

Ao analisar a produção historiográfica brasileira, pode-se constatar que muitos indivíduos que exerceram influência sobre um biografado ou compartilharam com ele algumas vitórias e derrotas, não são lembrados, citados ou reconhecidos pelo perfilado e, por isso, acabam sendo omitidos pelo biógrafo. Na biografia dos vencedores, muitos são silenciados ou esquecidos devido a interesses políticos e ideológicos entre outros. Para vencer estes obstáculos de sombras ou omissões, devem-se utilizar diferentes formas de elementos textuais para contrapor um ao outro, tentar construir e desconstruir argumentos para que o caminho correto seja encontrado. Para auxiliar nesta reconstrução, podemos fazer uso do método cartográfico.

A cartografia é um instrumento fundamental na coleta de dados econômicos, sociais e técnicos e a biografia pode utilizá-la como recurso para problematizar questões entre fronteiras geográficas e territoriais sócio-culturais. A cartografia biográfica conta a história de um indivíduo de uma maneira geográfica, conectando as fases de vida do biografado no tempo e no espaço.

O método cartográfico, proposto por Deleuze e Guattari, vem sendo utilizado em pesquisas de campo voltadas para o estudo da subjetividade. Entende-se por subjetividade um sistema complexo e heterogêneo composto pelo indivíduo e pelas inúmeras relações que ele estabelece.

[...] A cartografia procura romper com a lógica cartesiano-positivista, caracterizada pela dicotomização das relações entre pesquisador e objeto, por uma pressuposta neutralidade e imparcialidade vinculadas a métodos de representação de objetos preexistentes com regras estabelecidas de antemão. [...] A cartografia rejeita a ideia de que conhecer é representar ou reconhecer a realidade, assumindo uma perspectiva construtivista (WEBER; GRISCI; PAULON, 2012, p. 844-845).

De acordo com Roberta Carvalho Romagnoli (2009, p. 169-171) a cartografia permite ao pesquisador mergulhar “nos afetos que permeiam os contextos e as relações” que ele pretende conhecer. Como método, a cartografia não parte de modelo pré-estabelecido, mas “indaga o objeto de estudo a partir de uma fundamentação própria, afirmando uma diferença, em uma tentativa de reencontrar o conhecimento diante da complexidade”. Exatamente por isso Romagnoli destaca a cartografia como uma importante ferramenta de investigação da vida, sem se curvar aos dogmas reducionistas, pois a cartografia “é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo.” Em seus esclarecimentos sobre o uso da cartografia e sua relação com a pesquisa e a vida, Romagnoli nos aponta os caminhos que podem ser utilizados na biografia:

Os fluxos da vida são ora mutantes e conectivos, ora codificados e reterritorializados, não pertencendo a um indivíduo ou a determinado grupo social. Eles são detentores de funcionamentos diferentes de acordo com o plano em que se inserem, conforme as relações que são desenvolvidas. Nesse contexto, cada pesquisador e cada objeto de estudo habitam um “meio”, circulam em formas de se relacionar, constituindo um território que envolve marcas, estratos, conexões, relações. São as circunstâncias, os elementos que se estabelecem entre os encontros que podem ou não trazer outras marcas, romper sentidos conhecidos e fundar outros impensáveis. Logo, são essas relações que devem ser mapeadas no método cartográfico para se conhecer a realidade em sua complexidade (ROMANGNOLI, 2009, p. 171).

3. Descobrindo personagens

Graças à renovação da historiografia brasileira, as biografias voltaram a ser valorizadas, devido à nova dimensão da individualidade. Assim, as biografias, autobiografias, memórias e depoimentos voltaram a ser incorporados como fontes no cenário da pesquisa histórica. As biografias voltaram a despertar o interesse do público leitor e os títulos publicados se multiplicam por todo o país. Algumas biografias são publicadas por grandes e pequenas editoras, outras contam com o patrocínio de agências de fomento, ou são financiadas diretamente pelos governos estaduais, por câmaras municipais e assembleias legislativas. A título de exemplo, só a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia publicou, nos últimos dois anos, trinta e um (31) títulos biográficos que integram a *Coleção Gente da Bahia*, na qual estão perfilados educadores, jornalistas, intelectuais, músicos, poetas, políticos e gente do povo. Os biógrafos, neste caso, são jornalistas que estão aos poucos assumindo cada vez mais a tarefa de escrever narrativas de vida, construindo textos baseados na análise de documentação disponível, em arquivos de jornais, no depoimento de pessoas que

convivem ou conviveram com os perfilados e entrevistas realizadas com o biografado quando possível.

Como foi esclarecido, o objetivo desta seção é descrever métodos alternativos utilizados pelo mesmo autor, Sérgio Mattos, na produção de três biografias singulares produzidas entre 2009 e 2014. O objeto da pesquisa biográfica foram três cidadãos, ícones em suas respectivas áreas de conhecimento e atividade, e pouco conhecidos fora delas. Considerando-se que os três personagens biografados estão vivos, pode-se supor, portanto, que estas são biografias autorizadas, destacando-se o fato de que nenhum dos três criou qualquer dificuldade em prestar depoimentos, fornecer documentos comprobatórios e indicar nomes de pessoas com as quais se relacionaram ao longo de suas respectivas vidas. Nisso tiveram comportamento similar, mas o mesmo não se pode dizer com relação à história de vida de cada um deles que, apesar de conviverem mais ou menos na mesma época, enfrentando as mesmas dificuldades históricas e políticas encontraram caminhos diferentes para exercer a cidadania plena, cada um deles dando contribuições importantes, demonstrando que suas vidas realmente servem de exemplo a serem seguidas. Cada uma das biografias produzidas exigiu o uso de abordagens completamente diferentes, devido à dimensão individual de cada um deles e isto significa que, para escrever uma biografia, não existe uma receita pronta, um roteiro pré-estabelecido. Os três cidadãos biografados são os professores: Jayme Ramos de Queiroz, José Marques de Melo e Edivaldo Machado Boaventura.

3.1. Jayme Ramos de Queiroz

O primeiro cidadão biografado foi o engenheiro agrônomo Jayme Ramos de Queiroz, um profissional que sempre esteve envolvido na produção, distribuição e comercialização agrícola, tanto na esfera pública como na esfera privada da Bahia. A proposta de trabalho foi tentar descrever a vida de Jayme com objetividade e clareza, procurando atrair a atenção do leitor para o desdobramento dos fatos correlatos sem, no entanto, se afastar da verdade e da exatidão. Nesse perfil biográfico, o autor não pretendeu realizar uma obra de moral ou de crítica, nem tampouco se ater ao elogio puro e simples da vida perfilada. Procurou-se

evitar os preconceitos e a preocupação em explicar problemas de caráter histórico, afastando-se o autor de todas as informações consideradas secundárias para poder melhor definir e descrever a vida desse homem, sem, contudo, deixar de considerar os detalhes que contribuem para mostrar quem realmente era o personagem.

O objetivo do autor foi traçar o perfil de Jayme como um ser humano comum, igual a qualquer um de nós. Um cidadão que se revelou capaz de fazer a diferença, por saber exercer seus direitos e deveres da maneira correta, construindo ao longo de sua vida uma quantidade imensa de exemplos a serem seguidos.

Muitos fatos, às vezes considerados como insignificantes, ocorridos no dia-a-dia, são exatamente aqueles que acabam marcando a imagem física e a alma do ser humano perante seus semelhantes. Procurei identificar episódios da vida dele, um ser humano normal, com defeitos e virtudes [...], às vezes, flexível em demasia, pois não sabia como dizer não. Jayme, extremamente observador, possui um olhar simpático e acolhedor que não impede que se torne inflexível quando o momento exige. Seus gestos elegantes, sempre comedidos, quase que estudados ou calculados, acompanham sua voz calma e pausada, cujo timbre deixa transparecer seu estado de espírito a cada momento, externando sua satisfação ou não com os fatos ou com a conversa que está mantendo.

O fato de nunca ter perdido a calma e se alterado, elevando a voz em determinadas situações, não significa que ele não fosse, ou não seja, capaz de se alterar, quando contrariado e desafiado. Significa, sim, que Jayme é uma pessoa controlada, que procura nunca perder a linha para não perder a razão. Significa que ele aprendeu a ser manso. Significa ainda que ele é uma pessoa que, estrategicamente, sabe avançar ou recuar e que se revelou como um grande negociador, apaziguador e capaz de resolver problemas (MATTOS, 2009, p. 17-18).

Como profissional da agronomia, o cargo mais alto alcançado por ele foi o de Secretário de Estado no governo da Bahia. Mas, em sua história, destaca-se um fato que, por si só, já justificaria a biografia: ele trabalhou, sempre ocupando cargos no primeiro escalão do governo estadual, com 12 diferentes governadores, cujos estilos político-administrativos foram determinantes aos destinos do Estado da Bahia, além de ter atravessado incólume os 21 anos da Ditadura de 1964 a 1985. Paralelamente ele exerceu também a função de professor atuando no magistério superior.

Dentro das contradições, das idas e vindas da vida, tentou-se encontrar, nos fatos vividos ou testemunhados ao longo dos 84 anos de vida do biografado, o homem a ser descrito. Usando a intuição, o autor preencheu as lacunas deixadas nos depoimentos, baseando-se em fatos conhecidos. Isso não significa que o autor fantasiou na reconstituição de passagens vividas pelo perfilado, escrevendo uma história de ficção da vida dele, mas que, considerando certos episódios, ele deduziu que certas atitudes e decisões tomadas por Jayme, bem como alguns eventos, com alta probabilidade de sucesso, teriam acontecido exatamente da maneira como foi narrado (MATTOS, 2009).

3.2. José Marques de Melo

O segundo personagem foi o professor doutor José Marques de Melo, o mais jovem dos três, mas possuidor de um espírito de liderança incontestado, capaz de aglutinar pesquisadores de todo o país em torno de seus projetos. Autor de uma produção intelectual exuberante ele também se destaca entre seus pares pela capacidade de organizar, de criar instituições e de promover eventos comunicacionais no Brasil. A pluralidade de José Marques foi o primeiro desafio encontrado pelo autor, que teve desde o início o objetivo de traçar um perfil desse homem numa perspectiva crítica, permeando sua vida, fazendo o confronto de sua personalidade, as influências recebidas, o amadurecimento e como isso foi utilizado por ele no jornalismo, na academia e na vida cultural, literária e política.

Para elaborar o projeto da biografia de José Marques, diferentemente da biografia de Jayme, o autor teve que ler todos os livros publicados pelo biografado, as entrevistas e depoimentos concedidos,

discursos proferidos e artigos publicados sobre a trajetória dele. Além disso, foram identificados e analisados os cargos acadêmicos ocupados e as penalidades que sofreu durante o período do regime militar. O autor da biografia teve que realizar várias sessões de entrevistas com ele, com familiares e com amigos e não seguidores. Isso porque para compreender a vida de Zé Marques, como todos o tratam, além de conhecer a sucessão dos acontecimentos, foi necessário fazer a ligação dos fatos entre si e como estes se uniram ao biografado. A partir daí, o trabalho foi o de encaixar a história de vida dele, de modo linear, buscando a coerência e demonstrar como os acontecimentos de toda ordem e natureza, contribuíram para transformar este líder das comunicações e agitador cultural no homem que ele é.

Ele se define como sendo “uma pessoa otimista, que não guarda rancores, nem coloca mágoas na geladeira”, mas a personalidade marcante, o determinismo e os ideais dele foram fundamentais para a formação do homem no qual Marques de Melo se transformou. A formação e a orientação familiar o conduziram para a escolha de uma profissão humanística, o jornalismo, mas o autor precisava de outras informações peculiares para lhe traçar o perfil.

Considerando que o homem é fruto das circunstâncias em que vive, só conhecendo como se deu a formação da família dele, como foi a criação dele, os ambientes que frequentou, onde e como ele estudou, o que ele leu e com quem trabalhou e quem o influenciou, poderemos entender melhor este líder da comunicação brasileira, este verdadeiro guerreiro midiático, que não se considera irrequieto, mas um homem superativo: “faço várias coisas ao mesmo tempo, mas concluo todas”.

Neste livro pretendemos apresentar o perfil existencial de Zé Marques em perfeita sintonia com a herança cultural, educacional e social por ele assimilada ao longo dos anos. Pretendemos apresentar estes ângulos, contextualizando a história de vida dele a fim de que possamos entender melhor a Zé Marques e suas ações

pioneiras, pois ele nunca se preocupou com os que o combatem, deplorando tanto os que têm dor de cotovelo quanto os que são bajuladores (MATTOS, 2010, p. 20).

Como poucos, o biografado, que tem uma história vitoriosa, soube aproveitar todas as oportunidades que a vida lhe ofereceu. O sucesso alcançado não modificou o seu modo simples de ser, de defender seus ideais e de se relacionar com a família, com amigos, com autoridades, cientistas e pesquisadores, ou jovens estudantes, a quem sempre soube dedicar atenção e estimular o potencial. As evidências que o autor conseguiu reunir nessa biografia dele o levaram a concluir que Zé Marques é um predestinado e não apenas um obstinado como ele acredita ser. Quando escreveu a revisão ampliada da segunda edição do livro *O Guerreiro Midiático*, um novo capítulo foi acrescentado ao livro, intitulado O Moto Perpétuo, pois ele não pára. Entre a primeira e a segunda edição da biografia, um espaço de quatro anos, o professor José Marques de Melo publicou mais de 35 livros.

3.3. Edivaldo Machado Boaventura

O terceiro personagem, Edivaldo Machado Boaventura, é, na essência, um educador. Para produzir a biografia, intitulada *Um Cidadão Prestante*, o autor lançou mão da técnica da entrevista jornalística, tipo ping-pong, pergunta e resposta, agrupadas em seis capítulos com cada um deles apresentando um texto inicial contextualizando cada época de sua trajetória. A elaboração de uma entrevista deste porte, sobre a vida e a obra de uma pessoa, tem características próprias e definidas no objetivo final, exigindo tanto do entrevistador como do entrevistado a checagem de datas, nomes e a elaboração de um roteiro prévio que balizou o desenvolvimento do projeto, em razão de ser uma entrevista fragmentada ao longo de um tempo não previsto e determinado. Assim sendo, a biografia do professor doutor Edivaldo é resultado de uma longa entrevista-biográfica que se estendeu por oito meses.

As perguntas foram dirigidas no sentido de examinar a vida profissional e relacioná-la com sua obra escrita porque o biografado é um

intelectual produtivo e que sempre se fez presente, direta e indiretamente, em todos os acontecimentos de relevância na Bahia nos últimos 60 anos. Edivaldo, com 81 anos de idade, continua tendo uma constante participação na vida socioeconômica, cultural e educacional da Bahia, tendo atuado como educador, escritor, juiz, pesquisador e produtor cultural, o que já justificaria a produção de uma biografia sobre ele, devido à sua singularidade e representatividade social.

O objetivo do autor foi o de obter uma verdadeira confissão através da entrevista-biográfica, a fim de descrever a vida e a obra desse homem.

No início, a entrevista teve um caráter cronológico e linear, tendo as respostas, posteriormente, sido ordenadas de forma concatenada com o intuito de permitir ao leitor uma ideia completa da trajetória de vida do entrevistado.

Segundo Saint-Beuve, quando se trata de escrever expondo a vida, as ações, os escritos de uma personalidade/intelectual, devemos começar examinando a época e suas origens, considerando o contexto, o seio familiar e a sociedade na qual ele surgiu e desenvolveu seu papel social, por meio de suas atividades. Foi assim que procurei, primeiro, construir a identidade de Edivaldo M. Boaventura por meio de suas lembranças e depoimentos sobre sua vida. Algumas questões tiveram um caráter geral e outras foram mais específicas (MATTOS, 2014, p. 20).

O processo obrigou o entrevistado a responder as perguntas da maneira mais direta possível, procurando pontuá-las com nomes e datas, a fim de permitir ao autor contextualizar todas as informações durante a edição final do texto.

O resultado final dessa entrevista-biográfica foi publicado no formato de livro e pode-se identificá-lo como uma experiência inédita, pelo menos na Bahia. Ao longo dos capítulos, a figura do biografado vai aparecendo como o cidadão prestante, como um cidadão não acomodado e como um homem realizador. A entrevista descreve a história de vida de Edivaldo Boaventura e como ele conseguiu construí-la, apro-

veitando todas as oportunidades que lhe foram apresentadas, da mesma forma que José Marques de Melo fez, sem regatear, mas utilizando suas próprias mãos para moldá-las.

Nos últimos 40 anos, o autor revela que teve a oportunidade de acompanhar de perto a história de vida de Edivaldo, pois, de alguma forma, os dois sempre circularam pelos mesmos espaços educacionais e culturais da Bahia e são membros efetivos das mesmas instituições. Ao longo deste tempo, Edivaldo nunca deixou de produzir, registrando tudo o que fez em livros. Edivaldo sempre teve consciência de que a memória deve ser preservada, pois um povo sem memória e sem cultura não existe.

Enfim, o objetivo da entrevista-biográfica foi alcançado, pois, com a publicação da biografia a memória de Edivaldo foi preservada. A biografia dele serviu também para mostrar que, para realizar uma obra, como a que ele consolidou, é necessário ter paciência, determinação, habilidade política e saber construir amizades. Além de Edivaldo ter sido secretário da Educação da Bahia duas vezes, ele tem mestrado e dois doutorados obtidos no exterior. Foi responsável pela implantação de duas universidades: A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e A Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Ele também tem recebido muitos prêmios, além de ter presidido a Academia de Letras da Bahia da qual é membro ativo.

4. Considerações finais

Como se pode observar, ao longo deste trabalho e dos casos biográficos relatados, não existe apenas uma forma de escrita biográfica, como sugeriu Pierre Bourdieu, mas várias formas de narrativas e de abordagens metodológicas e de técnicas para se levantar os dados necessários para construir a história de vida de um personagem. O biógrafo deve ir fundo no estudo da dimensão individual do seu biografado, considerando-o com um ser singular e ao mesmo tempo plural. O biógrafo é, portanto, o responsável pela identificação e conexões dos fragmentos coletados, armando o quebra-cabeça, pelo esclarecimento de possíveis erros e pelo preenchimento das lacunas constatadas. Só

assim conseguirá reconstruir territórios (localidades geográficas), delimitar o tempo e o espaço nos quais ocorreram os fatos. Enfim, a narrativa biográfica permite a reconstrução contextualizada de vida de um personagem, mostrando todas as suas facetas desconhecidas.

Referências

ANDRADE, Mariza Guerra de. A biografia como peste. **Observatório da Imprensa** – Caderno da Cidadania – edição 769, 22 out. 2013.

Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed769_a_biografia_como_pestes/ Acesso em: 31 out. 2013.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Biografia e Gênero. In GUAZELLI, César Augusto Barcellos *et al.* (Orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 363 p.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009. 440 p.

MALATIAN, Teresa Maria. A biografia história. **Cadernos Cedem – Artigos**, Marília-SP, v. 1, n. 1, p.16-31, 2008. Disponível em : <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518> Acesso em: 02 set. 2014.

MATTOS, Sérgio. **Só você pode Jayme** – um perfil de Jayme Ramos de Queiroz. Salvador: Contexto & Arte, 2009. 190 p.

MATTOS, Sérgio. **O guerreiro midiático** – Biografia de José Marques de Melo. São Paulo/ Petrópolis: Intercom/Editora Vozes, 2010. 240 p.

MATTOS, Sérgio. **Um cidadão prestante** – entrevista biográfica com Edivaldo M. Boaventura. Salvador: Quarteto, 2014. 258 p.

PRIORE, Mary Del. Biografia: Quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.10. n. 19, Jul.-Dez. 2009, p. 7-16. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi19/topoi%2019%20-%2001%20artigo%201.pdf Acesso em 02 set.2014.

ROMANGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. In: **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000200003&script=sci_arttext Acesso em 02 set. 2014.

SOLANO, Alexandre Francisco. A Biografia Desafiada: os contornos de uma vida por François Dosse. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia-MG, v.7, n. 2, maio, junho, julho, agosto, 2010, p 4. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/RESENHA_1_%20ALEXANDRE_FRANCISCO_SOLANO_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf Acesso em: 02 set. 2014.

SOUZA, Elizeu Clementino. (Auto)Biografia, História de vida e práticas de Formação. In: NASCIMENTO, AD; HETKROWSKI, TM (orgs.). **Memória e formação de professores** [online]. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 59-74. 310 p. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em 02 set. 2014.

STEFFENS, Marcelo Hornos. A biografia na pesquisa histórica: uma análise do trabalhismo no Brasil. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 2, n. 4, p. 1-17, dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/teoria/article/view/28935/16108> Acesso em 02 set. 2014.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias & biógrafos: jornalismo sobre personagens**. São Paulo: Summus, 2002.

WEBER, Lilian; GRISCI, Carmen; PAULON, Simone. Cartografia: aproximação metodológica para produção do conhecimento. In: **Caderno EBAPE.Br**, Rio de Janeiro, v. 10, artigo 4, p. 842-857, dez. 2012.

Medida da recepção do Hino ao Nosso Senhor do Bomfim

Pablo Sotuyo Blanco

Introdução

Consultado pelos meus confrades do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia sobre o porquê do Hino ao Senhor do Bonfim ser tão popular na Bahia, me deparei não apenas com uma questão digna de ser levada em séria consideração, mas também com uma provocação interessante e instigante: como nascem e se estabelecem os hinos nas diversas sociedades? Debruçar-me sobre esta questão, sobre os diversos aspectos, graus e âmbitos de recepção do Hino ao Senhor do Bonfim não apenas me mostrou o quanto é popular o referido hino, mas também o quanto a sua origem e história são ainda desconhecidas pelo povo que o adotou e que o vem reprocessando e re-significando desde então.

Assim, tentando ser breve, mostraremos a gênese e processo de aceitação do antigo Hino do Estado da Bahia, recentemente substituído pelo “Hino ao 2 de Julho” por decisão do Governo do Estado, tentando

encontrar o(s) porquê(s) da sua aceitação popular e, se for possível, o que isso significa, ao tempo em que possa ser devidamente aproveitado pelos numerosos internautas e *bloggers* que disseminam informações nem sempre acuradas porém facilmente multiplicadas por estudantes ou simples curiosos da musicografia relativa à Bahia.

Os hinos ao Senhor do Bonfim

Segundo nos lembra Manuel Veiga,

[A] relação estreita entre o que se publicava e a clientela de consumidores faz dos impressos testemunhos eloquentes dos acontecimentos contemporâneos, sejam de que ordem forem: sociais, políticos, religiosos, anedóticos, modas e vogas, consequentemente documentos de interesse para a história da Bahia.

Tomado como exemplo, nem um hino para as comemorações e homenagens ao Senhor do Bonfim, em torno do Dois de Julho de 1923, centenário da data maior da Bahia, escaparia a isso. Não um poeta, dois foram requisitados, ambos excelentes, o segundo quase genial: Pethion de Villar [Egas Moniz Barreto de Araújo] (1870-1924), a pedido de um membro da Irmandade do Senhor do Bonfim, o médico e professor Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, também seu colega; Arthur de Sales (1879-1952), por semelhante solicitação do prefeito de Salvador, Dr. Manuel Duarte de Oliveira.

O poema de Pethion, considerado oficial, foi musicado pelo maestro e compositor Remígio Domenech, injustamente esquecido das enciclopédias e dicionários de música brasileira. Por decisão de dom Tomé Jerônimo da Silva, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, o hino conferiria “cem dias de indulgências a quem o cantasse”. O tenente da Polícia Militar

de Salvador e mestre de banda, João Antônio Wanderley (1879-1927), não obstante, também o musicaria, contribuindo para o imbróglio: já fora o compositor do texto de Arthur de Salles. Em suma, temos três hinos de dois compositores e de dois poetas diferentes, quando um seria suficiente, não fossem as injunções políticas e religiosas (Veiga, 2003)

Embora a decisão de conceder 100 dias de indulgência “aos christãos que cantarem a peça” (Cf. Figura 1) por parte do arcebispo Tomé Jerônimo da Silva não estivesse vinculada ao hino de Domenech sobre o poema de Egas Moniz, mas à versão musical realizada por Wanderley do mesmo poema (Figura 1), diversos elementos (musicais e extramusicais) colaboraram para firmar dita confusão bastante comum.

Assim, um mesmo momento histórico (o centenário da independência do Brasil na Bahia e a organização das suas comemorações oficiais) contou com quatro protagonistas baianos capazes de produzir três hinos cujos históricos seguiriam caminhos diferentes com graus e âmbitos de recepção diferentes, como veremos adiante.

Como pano de fundo, o governo de Seabra, em crepúsculo turbulento, buscava num evento popular deter o curso de uma derrota que viria contra Góes Calmon, seu sucessor no governo da Bahia. Amargava um 1923 cheio de dificuldades, inclusive com a morte de Rui Barbosa, de quem nem sempre tinha sido aliado. A imagem do Senhor do Bonfim seria levada à Igreja da Vitória, para permanecer de 3 a 7 de julho, em função dos festejos do centenário do Dois de Julho, gerando dois cortejos cívico-religiosos de grandes proporções. A Mesa Administrativa da Devoção ao Senhor do Bonfim, por sua vez, a princípio negara a solicitação do governador. A imagem jamais saíra de sua basílica, exceto em casos de calamidade pública. Ao ceder, a Mesa decidiu aderir ao regozijo, mas à sua maneira, marcando sua festa para o dia seguinte ao da volta da imagem, 8 de julho.

Figura 1 – Folha de rosto do Hino ao Senhor do Bonfim de Moniz e Wanderley (acervo IGHB)



A versão Pethion / Domenech foi assim executada em festa solene, perante o primaz, terminada com bênção papal, no dia seguinte à grande procissão de quase nove horas que trouxera de volta a imagem do Senhor do Bonfim à sua Sagrada Colina.

Curiosamente, o hino que prevaleceu na memória popular é o de Arthur de Salles / Wanderley, hoje definido como hino oficial da Bahia (por que não o próprio Hino ao Dois de Julho?)¹, com manifesto desagrado de algumas denominações religiosas não católicas, mas ainda uma vez refletindo a exploração da música e da religiosidade popular por interesses políticos. Embora os três hinos tenham sido publicados, só um deles permanece na memória do povo (Veiga, 2003)

Embora seja muito comum (e fácil) se enganar com relação a qual hino ficou esquecido e em quais espaços populares cada um dos outros ainda é lembrado, iremos analisar os três hinos e observar as diversas estratégias por parte de poetas, compositores, músicos e políticos para assim tentar encontrar os elementos (técnicos musicais e contextuais) que de alguma forma consolidaram a referida aceitação popular.

Elementos literários e musicais comparados

Iniciando a análise pelos textos poéticos, num primeiro nível formal, embora ambos os textos contenham o mesmo número de estrofes e repetições do refrão, como pode se observar a partir da Tabela 1, quando comparados, o texto de Arthur de Salles resulta mais regular e homogêneo metricamente com estrofes com versos 10 sílabas poéticas

¹ Em 20 de abril de 2010, o Governador do Estado, Jacques Wagner, sancionou a Lei Estadual nº 11.901, publicada no Diário Oficial do Estado, de 21 de abril do mesmo ano, em que se oficializou o “Hino ao 2 de Julho” como o Hino do Estado da Bahia, segundo a composição conjunta de Ladislau dos Santos Titara (letra) e José dos Santos Barreto (música).

e de 8 apenas no refrão. Já o texto de Egas Moniz não diferencia o número de sílabas das estrofes e do refrão, alternando entre versos de 8 e de 7 sílabas poéticas. Ainda, enquanto Salles utiliza uma estrofe de apenas quatro versos entre as repetições do refrão, Egas Moniz utiliza duas estrofes de 4 versos. Além do mais, a estrutura do refrão é bem mais simples na versão de Salles do que na de Moniz.

**Tabela 1 – Comparação dos dois textos utilizados nos hinos
ao Nosso Senhor do Bonfim.**

Autor	Arthur de Salles (1923)	metro	Egas Moniz (1923)	metro
Estrofe 1	Glória a ti neste dia de Glória Glória a ti redentor que há cem anos Nossos pais conduziste à vitória Pelos mares e campos baianos.	10* 10* 10* 10	À sombra do teu madeiro, Sob um céu primaveril, Nasce o povo Brasileiro, Cresce pujante o Brasil. De um dia sermos vencidos Não nos assalta o temor: Ao teu lado, sempre unidos, Somos o seu povo, Senhor!	8 7 8 7* 8* 7* 8* 8
Refrão	Dessa sagrada colina Mansão da misericórdia Dai-nos a Graça Divina Da Justiça e da Concórdia	8 8 8 8	Salva, protege, alumia, Pelo sinal desta cruz, O coração da Bahia, Que aos teus pés o Amor conduz. Volve os teus olhos divinos, Aos nossos males – Oh sim! Ouve o clamor destes hinos, Nosso Senhor do Bom-fim!	8* 7 8 7* 8* 7 8* 7
Estrofe 2	Glória a ti nessa altura sagrada És o eterno farol, és o guia És, Senhor, sentinela avançada És a guarda imortal da Bahia.	10* 10* 10* 10*	Abrindo os sagrados braços Desceste do teu altar, Para guiar nossos passos E nossos ferros quebrar! Da Bahia eterno Amigo, Passando entre nós, Jesus, Levas nossa alma contigo, Num grande abraço de luz!	8* 7 8 7 8* 7* 8* 7*
Refrão	[Repete Refrão]		[Repete Refrão]	
Estrofe 3	Aos teus pés que nos deste o Direito Aos teus pés que nos deste a Verdade Trata e exulta num fervido pretoito A alma em festa da nossa cidade.	10* 10* 10* 10*	Do mundo na tempestade Seja o teu nome o fanal, O escudo da Liberdade, A espada do Ideal! Na peleja mais renhida Ninguém nos há de vencer: Quem teme a Deus nesta vida Nada mais pode temer!	8 7* 8* 7* 8 7 8* 7
Refrão	[Repete Refrão]		[Repete Refrão]	

* metro poético resultante do uso do recurso da elisão.

Aparentemente, as letras dos poemas deveriam evocar um episódio histórico, registrado pelo poeta, cronista e historiador Ladislau dos Santos Titara na sua epopeia da guerra da independência na Bahia intitulado *Paraguassú*. Segundo Titara, a imagem do Senhor do Bonfim teria ficado em poder das tropas portuguesas e só seria restituída ao seu templo na península de Itapagipe em cortejo popular pela cidade, quando a vitória dos brasileiros fosse conquistada em 1823. (Cf. Titara, 1923; 1924; 1973)

Assim, observando o conteúdo de imagens e referências constantes nos poemas, pode-se conferir que ambos objetivam destinos e públicos sensivelmente diferentes, condizentes com a origem da demanda realizada a cada um deles (religiosa ou oficial), só tendo em comum o render glórias ao Nosso Senhor do Bonfim. (Tabela 2) Assim, o poema de Salles atendeu bem a contento a solicitação do intendente de Salvador,² da mesma forma que o de Moniz satisfaz devidamente o pedido da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Seja enfatizando os aspectos cívicos e simbólicos em torno da interferência divina no imaginário baiano, ou destacando os aspectos religiosos e espirituais da referida relação, cada um dos poetas exprimiu claramente os desejos dos seus respectivos encargos.

² Segundo a relação da História Administrativa de Salvador, informada pelo Arquivo Histórico Municipal no site da Fundação Gregório de Mattos (Cf. http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=41&Itemid=28), o Cel. Manoel Duarte de Oliveira foi Intendente de Salvador apenas entre março de 1920 e maio de 1921, sendo o Engº Epaminondas dos Santos Tôres o Intendente em exercício (de maio de 1921 a junho de 1924) quando das comemorações do centenário da independência em julho de 1923.

Tabela 2 – Descrição temática dos dois textos utilizados nos hinos ao Senhor do Bonfim

Autor	Arthur de Salles (1923)	Egas Moniz (1923)
Referências religiosas	Rende glórias ao Senhor do Bonfim. Referências a Cristo, a redenção e à Graça Divina.	Rende glórias ao Senhor do Bonfim. Refere a cruz de Cristo, o Amor Divino, a Boa Morte e o devido temor a Deus.
Referências históricas	Atribui ao Senhor do Bonfim as vitórias nas batalhas em que os baianos venceram os portugueses em 1823.	Os versos “sob um céu primaveril nasce o povo brasileiro” parece fazer referência ao 7 de setembro (Dia da Declaração da Independência). Faz referência ainda mais indireta à independência brasileira conquistada no 2 de Julho.
Referências geográficas	Aos “campos e mares” da Bahia assim como à “ <i>Sagrada Colina</i> ”, local onde está erguida a Basílica.	Referência genérica à Bahia.
Outras referências	Além da sugestão de cidade apaixonada e festiva no final, algumas das referências anteriores podem ser reinterpretadas e re-significadas num contexto baiano mais amplo (i.e. farol, baia, recôncavo).	De cunho moral, religioso ou até de temperamento social.

Quando observados os textos depois de experimentarem o seu tratamento compositivo musical, tem-se mais alguns elementos que diferenciam as composições resultantes, acrescentando alguns que permitem perceber as diferenças de linguagem entre os compositores Wanderley e Domenech e, assim, nos aproximar ainda mais dos elementos que possam ter influenciado na diversa recepção destes hinos (Tabela 3).

O fato de João Antonio Wanderley ter musicado ambos pode ser considerado como parte de uma estratégia bem sucedida visando a sua promoção como compositor. Assim, seja qual for o texto que finalmente “vencer ao tempo”, o seu nome estaria associado a ele. Isso parece ser confirmado pela especial indulgência de cem dias “aos cristãos que cantarem a peça” (Cf. Figura 1), concedida pelo arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, dom Tomé Jerônimo da Silva. Uma verdadeira “promoção” eclesiástica em favor da versão de Wanderley do texto de Moniz no meio festivo das comemorações baianas pelo centenário da independência.

Tabela 3 – Comparação dos dois textos musicados nos 3 hinos ao Sr. do Bonfim.

Autor	A. de Salles / Wanderley	metro	Egas Moniz / Wanderley	metro	Egas Moniz / Domenech	metro
Estrofe 1	Glória a ti neste dia de Glória	10*	A sombra do teu madeiro,	8	À sombra do teu madeiro,	8
	Glória a ti redentor que há cem	10*	Sob um céu primaveril,	7	Sob um céu primaveril,	7
	anos	10*	Nasce o povo Brasileiro,	8	Nasce o povo Brasileiro,	8
	Nossos pais conduziste à vitória	10	Crece pujante o Brasil.	7*	Crece pujante o Brasil.	7*
	Pelos mares e campos baianos.		De um dia sermos vencidos	8*	De um dia sermos vencidos	8*
[acréscimo na música]			Não nos assalta o temor.	7*	Não nos assalta o temor.	7*
			Ao teu lado, sempre unidos,	8*	Ao teu lado, sempre unidos,	8*
			Somos teu povo, Senhor!	7	Somos teu povo, Se- nhor!	7
			Ao teu lado, sempre unidos,	8*	Ao teu lado, sempre unidos, sempre	8* + 4
			Somos teu povo, Senhor!	7	Somos teu povo, Senhor!	7
Refração	Dessa sagrada colina	8	Salva, protege, alumia,	8*	Salva, protege, alumia,	8*
	Mansão da misericórdia	8	Pelo sinal desta cruz,	7	Pelo sinal desta cruz,	7
	Dai-nos a Graça Divina	8	O coração da Bahia,	8	O coração da Bahia,	8
	Da Justiça e da Concórdia	8	Que aos teus pés o Amor conduz.	7*	Que aos teus pés o Amor conduz.	7*
[acréscimo na música]	Dai-nos a Graça Divina	8			Salva, protege, alumia,	8*
	Da Justiça e da Concórdia	8			Pelo sinal desta cruz,	7
					O coração da Bahia,	8
					Que aos teus pés o Amor conduz.	7*
Estrofe 2			Volve os teus olhos divinos,	8*	Volve os teus olhos divinos,	8*
			Aos nossos males – Oh sim!	7	Aos nossos males – Oh sim!	7
			Ouve o clamor destes hinos,	8*	Ouve o clamor destes hinos,	8*
			Nosso Senhor do Bom-fim!	7	Nosso Senhor do Bom-fim!	7
[acréscimo na música]			Ouve o clamor destes hinos,	8*	Ouve o clamor destes hinos,	8*
			Nosso Senhor do Bom-fim!	7	Nosso Senhor do Bom-fim!	7
Refração	[Prevista na partitura mas sem o texto inserido]		[Prevista na partitura mas sem o texto inserido]		[não prevista na partitura – pode ser acrescida]	
	[Repete Refração]		[Repete Refração]		[Refração? – se acrescentar Estrofe 2]	
	[Prevista na partitura mas sem o texto inserido]		[não prevista na partitura – pode ser acrescida]		[não prevista na partitura – pode ser acrescida]	
	[Repete Refração]		[Refração? – se acrescentar Estrofe 3]		[Refração? – se acrescentar Estrofe 3]	

* **metro** poético resultante do uso do recurso da elisão.

Do ponto de vista estritamente musical, cada um dos hinos apresenta características que podem ser observadas como comuns a todos eles ou particulares da prática musical própria de cada um dos compositores (Tabela 4).

Tabela 4 – Relação dos diversos elementos musicais gerais

Autores	Wanderley / Salles	Wanderley / Moniz	Domenech / Moniz
Instrumentação na publicação	Canto	Canto	Canto e piano
Tipo e número de compassos	C – 22 c.	C – 43 c.	4/4 – 56 c.
Tonalidade	Mi bemol maior	Ré bemol maior	mi menor
Âmbito vocal (dó central = dó4)	Sib3 – Mib5 (12ª)	Láb3 – Fá5 (13ª)	Ré4 – Sol#5 (11ª)
Texturas vocais	Canto – 1 voz Coro – a 2 vozes (3as e 6as no fim)	Canto – 1 voz Coro – a 2 vozes (3as e 6as no fim)	Canto – 1 voz Coro – a 2 e 3 vozes (por 3as, 4as e 6as)
Estrutura	Intro : A B : 2 + 8 + 12	Intro : A B : 3 + 20 + 20	Intro : A B : 3 + 23 + 30

Com relação aos elementos comuns aos três hinos, todos para canto acompanhado (seja de piano, banda ou orquestra, segundo as possibilidades de recepção nos diversos contextos), têm uma estrutura consistente em uma breve introdução instrumental, seguida de duas seções alternadas (canto e coro), sendo a segunda (o coro ou refrão) sensivelmente maior que a primeira. Escritas em compasso binário do tipo quaternário, predominam as configurações rítmicas simples (mínimas, semínimas e colcheias) sem por isso faltar o uso de figurações pontuadas, concedendo aos hinos um aspecto marcial no qual, o tratamento do canto é realizado a uma voz acompanhada por processos harmônicos tonais tradicionais, em âmbitos que ultrapassam à oitava.

Por outra parte, em se falando dos elementos que diferenciam os hinos, pode-se afirmar que, enquanto Wanderley prefere as tonalidades mais comuns nas orquestrações para banda (geralmente em modo maior com bemóis na armadura), Domenech utiliza uma tonalidade mais própria para o piano ou para a orquestra sinfônica, já apontando para âmbitos de recepção diferentes. Reforçando essa ideia, enquanto os registros vocais utilizados por Wanderley priorizam as vozes graves

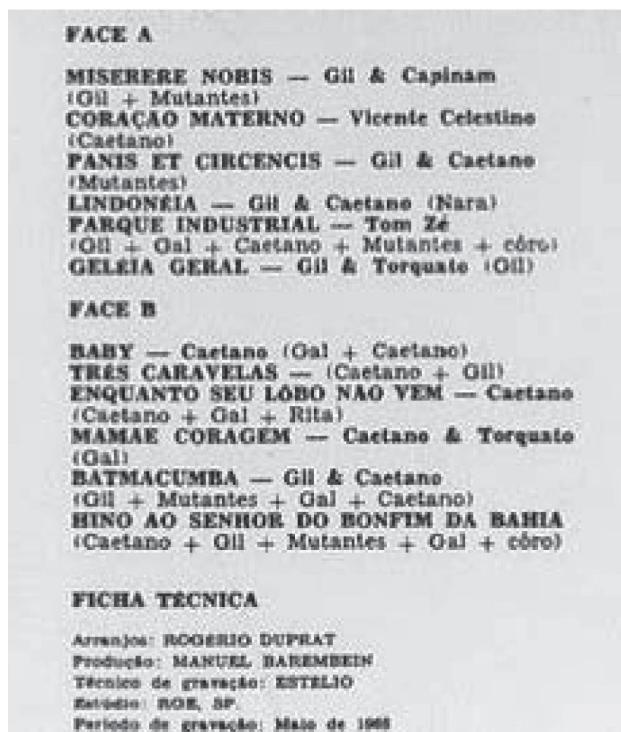
e médias (melhor para os assim denominados coros populares) incluindo nisso o tratamento do coro a no máximo duas vozes (geralmente em terças, deixando as sextas para os acordes finais), Domenech prefere trabalhar as vozes de forma mais lírica (e aguda), chegando a utilizar o coro dividido em três vozes, o que confere uma dificuldade maior a sua execução assim restringindo sensivelmente o seu âmbito de recepção pelo aumento na exigência interpretativa.

Resumidamente, enquanto Domenech realiza uma composição com um grau de elaboração musical condizente com a distinta e requintada tradição musical (sinfônica e coral) presente desde o século XIX nas festas da Devoção do Bonfim (como já o mostramos em diversos trabalhos anteriores. Cf. Sotuyo Blanco, 2003; 2004a; 2004b; e 2004c), Wanderley opta nas suas duas composições por um tratamento mais próximo do universo que lhe era próprio: o das bandas militares e dos coros populares, apostando assim a uma disseminação mais ampla e popular.

O Hino do Senhor do Bonfim na indústria fonográfica

Se a inclusão do hino do Senhor do Bonfim de Wanderley e Salles no revolucionário fonograma “Tropicália ou *Panis et Circensis*” (considerado pela mídia especializada como marco e manifesto estético do movimento musical da Tropicália), marcou já em 1968, um passo importante na maciça recepção da referida peça tanto em nível estadual quanto nacional, visto em perspectiva não foi mais do que parte de um percurso natural ao qual o referido hino estava “fadado” desde a sua origem. Com arranjo e regência de Rogério Duprat, o hino é interpretado por Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Os Mutantes (e coro), fechando o disco de forma emblemática. Tanto assim foi emblemática a sua inclusão que, na descrição do conteúdo do disco se esqueceram de atribuir as autorias a Wanderley e Salles, indicando apenas os intérpretes (Figura 2).

Figura 2 – Detalhe da contracapa do vinil *Tropicália ou Panis et Circencis* (1968)



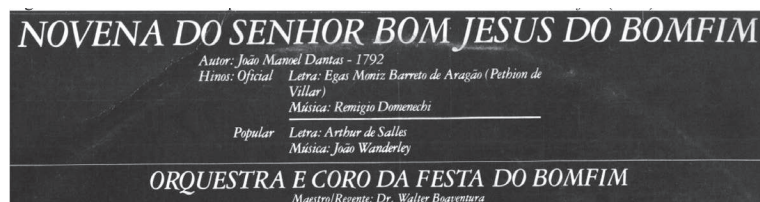
Ainda, em 1981 a Philips re-editou em disco compacto de vinil (7 polegadas) a mesma faixa como parte do processo de promoção e vendas em torno de um certo “saudosismo” da Tropicália.

Por sua vez, o hino ao Senhor do Bonfim realizado por Domech com texto de Moniz, ainda tem o seu lugar de honra no âmbito devocional da Sagrada Colina baiana, sendo executado todo ano a coro e orquestra na abertura da festa principal da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, imediatamente antes da partitura da correspondente Novena composta por João Manoel Dantas que desde o século XIX se

canta regularmente na Basílica do Bonfim.³ Assim, em 1982 a Devoção decidiu tentar caminho semelhante produzindo um disco chamado *Novena do Senhor Bom Jesus do Bonfim* e que inclui ambos hinos, o “oficial” (Moniz / Domenech) e o “popular” (Salles / Wanderley) (Figura 3), registro fonográfico curiosamente esquecido nas diversas relações históricas divulgadas pela referida Devoção.⁴

A dizer do então Arcebispo de São Salvador da Bahia, Primaz do Brasil, dom Avelar, Cardeal Brandão Vilela: “As cousas belas e características do passado não devem morrer. A Basílica do Senhor do Bonfim quis imortalizar, neste disco, as tradições sonoras de suas novenas de fê. Uma benção, *ex-corde*, para todos os baianos. [...] 6/03/82” (Devoção, 1982)

Figura 3 – Detalhe da contracapa do vinil *Novena do Senhor Bom Jesus do Bonfim* (1982)



Considerações finais

Chegados até aqui, acredito ter exposto ao leitor o processo em torno da origem, disseminação e os âmbitos de recepção dos três hinos produzidos por dois poetas e dois músicos a pedido de duas instituições, o mais completo possível.

³ Durante pesquisa de campo realizada por mim durante o período 2003-2004 tivemos a oportunidade de registrar as festividades do Nosso Senhor do Bonfim, podendo confirmar que o Hino Sacro (como é chamada a versão de Domenech / Moniz) foi normalmente cantado a coro e orquestra na abertura de vários dos dias da Novena.

⁴ A mais recente cronologia divulgada na internet pela Devoção assim parece confirmar o acima dito. (Cf. Devoção do Senhor Bom Jesus do Bomfim. O site da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Salvador, Bahia, Brasil. 2010. Disponível em < <http://igrejadobomfim.wordpress.com/> >.

No entanto, ainda resta tentar responder a pergunta inicial: porque foi tão bem aceito o hino de Wanderley e Salles, enquanto o de Wanderley e Moniz ficou esquecido?

Resumindo todo o até aqui exposto, resulta claro que a composição de Wanderley soube explorar musicalmente a poesia de Salles, construída com metro simples e homogêneo, cheio de referências diretas aos valores em voga na sociedade baiana, sejam do âmbito cívico, religioso ou até do imaginário coletivo. Infelizmente o poema de Moniz na música de Wanderley não poderia sobreviver à difícil conjuntura de ter sido criado sem âmbito de recepção pré-definido. Não poderia competir com o de Salles no âmbito secular popular, nem com o de Domenech, que tão bem atende as necessidades musicais devocionais do novenário do Nosso Senhor do Bonfim na Sagrada Colina itapagipana.

Ficou assim, apenas, como uma curiosidade musicológica de cunho histórico-musical. Mudo testemunho documental dos cruzamentos detectados entre as estratégias de auto-promoção do compositor João Antonio Wanderley e as acima referidas “injunções políticas e religiosas”, nesta terra da Bahia onde não houve dias de indulgência suficientes para fixar esse hino em repertório algum, nem popular nem religioso, sendo assim o único dos três hinos produzidos em 1923 a ter ficado no esquecimento.

Fica para futuro trabalho, o estudo das mudanças que, nos mais diversos níveis, tem acontecido com o Hino ao Senhor do Bonfim de Wanderley e Salles, no processo de re-significação e re-adaptação, desde a sua origem até hoje.

Referências

CARVALHO FILHO, J. E. Freire de. **A Devoção do Senhor Bom Jesus do Bom-Fim e sua História**. Bahia: Typ. de S. Francisco, 1923.

Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. **Novena do Senhor Bom Jesus do Bonfim**. Salvador: s.i., 1982. [disco vinil].

SOTUYO BLANCO, Pablo. Questionando a tradição da Novena do N.

S. do Bonfim. In: **Anais...** XIV Congresso da ANPPOM, 2003, Porto Alegre, *XIV Congresso da ANPPOM. Anais*, 2003.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Tríduos e Novenas em Salvador (Bahia): Aspectos estruturais comparados. In: V Encuentro Científico Simpósio Internacional de Musicologia, 2004, Santa Cruz de la Sierra. Música Colonial Iberoamericana: interpretaciones en torno a la práctica de ejecución y ejecución de la práctica. **Actas del V Encuentro Simposio Internacional de Musicologia**. Santa Cruz de la Sierra: Asociación Pro Arte y Cultura, 2004a. p. 121-134.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Tríduos e novenas em Salvador: aspectos diacrônicos nessa prática religiosa e musical. In: II Encontro Nacional da ABET – Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos, 2004, Salvador-BA. II Encontro Nacional da ABET – Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos. **Anais...** Salvador-BA : Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), 2004b.

SOTUYO BLANCO, Pablo. Tríduos e novenas em salvador: relações de prestígio e poder através da prática devocional e musical. In: II Encontro Nacional da ABET – Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos, 2004, Salvador-BA. **Anais...** II Encontro Nacional da ABET – Etnomusicologia: lugares e caminhos, fronteiras e diálogos. Salvador-BA: Associação Brasileira de Etnomusicologia (ABET), 2004c.

TITARA, Ladislau dos Santos. **Paraguassú: epopeia da Guerra da Independência na Bahia**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1973. 570 p. il. (Brasiliensia Documenta, v.8).

TITARA, Ladislau dos Santos. Paraguassú. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.48, p. 129-251, 1923.

TITARA, Ladislau dos Santos. Paraguassú. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v.49, p. 1-181, 1924.

Tropicália ou Panis et Circensis. São Paulo: Philips, Companhia Brasileira de Discos. 73145120892 (P) 1968

Veiga, Manuel. **Impressão musical na Bahia**. Salvador: Núcleo de Estudos Musicais (NEMUS), 2003. Disponível em <<http://www.nemus.ufba.br/artigos/imb.htm>>. Acessado em 13 ago. 2011.

ANEXOS – Partituras publicadas dos 3 hinos ao Nosso Senhor do Bomfim

Hymno ao Senhor do Bomfim. Música: Remígio Domenech,
Texto: Egas Moniz. (1923)

[Fac-simile Acervo Manuel Veiga].

Hymno ao Senhor do Bomfim.

Letra do Dr. Egas Moniz. *Música de R. Domenech.*

Moderato.

PIANO.

CANTO.

A' som-bra do teu ma-dei-ro, Sob um
ceu pri-ma-ve-ri-l,..... Nas-ce o pó-vo Bra-si-lei-ro,
Cres-ce pu-jan-te o Bra-sil;..... De um di-a ser-mos ven-ci-do.

Propriedade reservada

2

Não nos as.salta o te.mor:..... Ao teu la.do sem.pre u.ni - dos

So.mos teu pó.vô Se.nhor!..... Ao teu la.do sem.pre uni.dos, sempre

uni.dos, So.mos teu pó.vô Se.nhor!

CORO. *Meno.* *a tempo*

Sal.va, pro.te.ge al.lu.mi.a. Pe.lo sig.nal des.ta Cruz,

Meno. *a tempo*

a tempo *Meno.*

ff O co-ra-ção da Ba-hi-a *p* Que a teus pés o Amor cor-

ff *Meno.* *p*

Sensibile

duz, Sal-va, pro-te-ge, al-lu-mi-a,

p

Pe-lo sig-nal des-ta Cruz, O co-ra-ção

p

molto rallentando *Largo.*

da Ba-hi-a, Que a teus pés o Amor conduz

tot

Hymno ao Senhor do Bomfim. Música: João Antônio Wanderley.

Texto: Egas Moniz. (1923)

[Fac-simile Acervo IGHB]





*Igreja de Nossa Senhora Bom Jesus
do Bonfim sagrada a 24 de
Junho de 1928.*

É raro o estrangeiro que aporta a esta cidade, que não vá visitar o Senhor do Bonfim, cuja imagem goza por toda a parte os mais merecidos louvores como milagroso que é.

O seu templo foi levantado em uma eminência pittoresca, donde se descortina uma vista soberba.

Dizem as chronicas que a construcção dessa casa sagrada é o resultado de um voto.

Completaram em 24 de Junho proximo findo 169 annos a enthronisação da sagrada imagem.

O novo altar, de bello marmore, que orna a igreja foi sagrado pelo nosso conterraneo, o virtuoso bispo de Pernambuco o exmo. Snr. D. Miguel de Lima Valverde, devido aos esforços do actual thesoureiro o Exmo. Snr. Dr. José Eduardo Freire de Carvalho (reeleito há curso de quarenta annos) que tem sido thesoureiro muito dedicado.

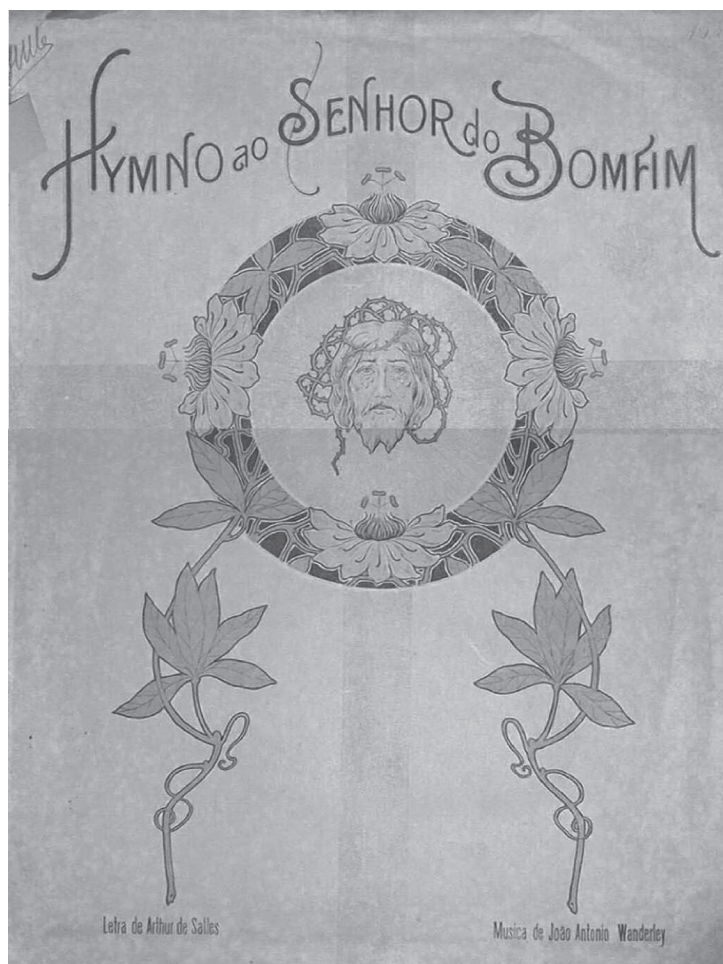




Hymno ao Senhor do Bomfim. Música: João Antônio Wanderley.
Letra: Arthur de Salles (1923).

Lith. Viúva Reis

[Fac-simile Acervo Instituto Feminino da Bahia]



HYMNO AO SENHOR DO BOMFIM

INTRODUÇÃO

CÓRO

¹ O texto publicado diz “somos o seu povo, Senhor” enquanto a partitura opta por esta mudança para assim manter a relação métrica e agógica dos versos.

Projeto de novo modelo de sociedade a ser edificado no futuro

Fernando Alcoforado

Membro da Academia Baiana de Educação, engenheiro e doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, professor universitário e consultor nas áreas de planejamento estratégico, planejamento empresarial, planejamento regional e planejamento de sistemas energéticos.

Este artigo tem por objetivo formular um novo modelo de sociedade como alternativa ao capitalismo neoliberal que prevalece hoje no mundo. Para atingir este objetivo foi realizada, inicialmente, uma reflexão sobre as ideologias que serviram de base à evolução da sociedade humana do século XVIII, a partir da Revolução Francesa realizada em 1789, até o presente momento. As ideologias analisadas são o liberalismo, o socialismo, a social democracia e o neoliberalismo adotadas em vários países do mundo. O fracasso do capitalismo liberal e neoliberal, bem como do socialismo nas suas diversas formas, coloca na ordem do dia a necessidade de edificação de um novo modelo de sociedade em todos os países do mundo. A social democracia implantada especialmente nos países escandinavos que demonstrou ser uma alternativa bem suce-

dida ao longo da história poderia servir de base para a construção de um novo modelo de sociedade para todos os países do mundo. Este novo modelo de sociedade deveria resultar do aperfeiçoamento do modelo atual de social democracia escandinava que operaria com um tripé estruturado com base em um Estado neutro, Sociedade Civil Organizada ativa e Setor Produtivo (estatal e privado) eficiente e eficaz.

1. O advento da ideologia liberal no mundo

Esquerda e Direita são uma forma comum de classificar posições políticas, ideológicas ou partidos políticos. Esses termos surgiram com o advento da Revolução Francesa. Durante o reinado de Luís XVI, as pessoas que faziam parte do clero (Primeiro Estado) e da nobreza (Segundo Estado) se sentavam à direita do rei e os membros do Terceiro Estado se sentavam à esquerda. Os mais radicais, que normalmente eram contra as decisões, ficaram conhecidos como a esquerda, enquanto os favoráveis às decisões eram os de direita. O Terceiro Estado era composto por representantes dos banqueiros, grandes empresários, profissionais liberais, artesãos, lojistas, trabalhadores, aprendizes, marginalizados urbanos e camponeses. Era sobre o Terceiro Estado que pesava o ônus dos impostos e das contribuições para a manutenção do Estado e da Corte. Mesmo sem ter uma unidade, os membros do Terceiro Estado concordavam com o fim dos privilégios de nascimento e que se instaurasse a igualdade civil.

A França era um país absolutista no século XVIII. O rei governava com poderes absolutos, controlando a economia, a justiça, a política e até mesmo a religião dos súditos. Havia a falta de democracia, pois os trabalhadores não podiam votar, nem mesmo dar opiniões sobre a forma de governo. Os opositores eram presos na Bastilha (prisão política da monarquia) ou condenados à morte. A sociedade francesa era estratificada e hierarquizada. No topo da pirâmide social, estavam o clero e a nobreza formada pelo rei, sua família, condes, duques, marqueses e outros nobres que viviam de banquetes e muito luxo na corte. A base da sociedade era formada pelos trabalhadores, camponeses e burguesia que, como já dissemos, sustentava toda a sociedade com seu trabalho e

com o pagamento de altos impostos. Pior era a condição de vida dos desempregados que aumentavam em larga escala nas cidades francesas. A vida dos trabalhadores e camponeses era de extrema miséria, portanto, desejavam melhorias na qualidade de vida e de trabalho. A burguesia, mesmo tendo uma condição social melhor, desejava uma participação política maior e mais liberdade econômica em seu trabalho.

A situação social era tão grave e o nível de insatisfação popular tão grande que o povo foi às ruas com o objetivo de tomar o poder e arrancar do governo a monarquia comandada pelo rei Luís XVI. O primeiro alvo dos revolucionários foi a Bastilha. A Queda da Bastilha em 14/7/1789 marca o início do processo revolucionário, pois a prisão política era o símbolo da monarquia francesa. O lema dos revolucionários era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, pois ele resumia muito bem os desejos do Terceiro Estado francês. Durante o processo revolucionário, grande parte da nobreza deixou a França, porém a família real foi capturada enquanto tentava fugir do país. Presos, os integrantes da monarquia, entre eles o rei Luís XVI e sua esposa Maria Antonieta foram guilhotinados em 1793. O clero também não saiu impune, pois os bens da Igreja foram confiscados durante a revolução. No mês de agosto de 1789, a Assembleia Constituinte cancelou todos os direitos feudais que existiam e promulgou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Este importante documento trazia significativos avanços sociais, garantindo direitos iguais aos cidadãos, além de maior participação política para o povo.

Após a revolução, o Terceiro Estado começa a se transformar e partidos políticos começam a surgir com opiniões diversificadas. Os girondinos, por exemplo, representavam a alta burguesia e queriam evitar uma participação maior dos trabalhadores urbanos e rurais na política. Por outro lado, os jacobinos representavam a baixa burguesia e defendiam uma maior participação popular no governo. Liderados por Robespierre e Saint-Just, os jacobinos eram radicais e defendiam também profundas mudanças na sociedade que beneficiassem os mais pobres. Em 1792, os radicais liderados por Robespierre assumem o poder e organizam as guardas nacionais. Estas recebem ordens dos líderes para matar qualquer opositor do novo governo. Muitos integrantes da nobreza e outros franceses de oposição foram condenados à morte

neste período. A violência e a radicalização política são as marcas desta época.

Em 1795, desbancando os jacobinos do poder, os girondinos começam a instalar um governo burguês na França. Uma nova Constituição é aprovada, garantindo o poder da burguesia e ampliando seus direitos políticos e econômicos. O general Napoleão Bonaparte é colocado no poder, após o Golpe de 18 Brumário (9 de novembro de 1799) com o objetivo de controlar a instabilidade social e implantar um governo burguês. Napoleão assume o cargo de primeiro-cônsul da França, instaurando uma ditadura. A Revolução Francesa foi um importante marco na História Moderna da nossa civilização porque significou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza, bem como o povo ganhou mais autonomia e teve seus direitos sociais assegurados. A vida dos trabalhadores urbanos e rurais melhorou significativamente. Por outro lado, a burguesia conduziu o processo de forma a garantir seu domínio social. As bases de uma sociedade burguesa e capitalista foram estabelecidas durante a revolução.

Immanuel Wallerstein (1998), sociólogo norte-americano, mais conhecido pela sua contribuição à “teoria do sistema-mundo”, afirma que “[...] a Revolução Francesa abriu a caixa de Pandora e fez surgir as aspirações, expectativas e esperanças populares que todas as autoridades constituídas – tanto conservadoras quanto liberais – tiveram dificuldade de conter. Para Wallerstein, os conservadores e liberais divergiam quanto às estratégias para conter insurreições populares resultantes do não atendimento das demandas sociais, sendo os primeiros favoráveis ao fortalecimento da autoridade das instituições e de líderes simbólicos, enquanto os liberais defendiam que a normalidade da mudança, a soberania popular e a cidadania deveriam ser concedidos. Neste estágio, a direita era representada pelos conservadores e o centro pelos liberais. A esquerda, que ainda não havia assumido identidade própria, estava inserida entre os liberais como seu setor mais radical.

Segundo Wallerstein (1998), “[...] essa luta entre conservadores e liberais das minorias governantes ocorreu em todos os Estados mais importantes do sistema mundial entre 1815 e 1848. A estória daqueles anos é a de uma constante intensificação da insatisfação popular de vá-

rias maneiras e em vários lugares”. Wallerstein afirma ainda que “[...] as Revoluções de 1848 constituíram, portanto, o momento de emergência de uma terceira ideologia, uma ideologia de esquerda que rompeu os laços com o que era então considerado um liberalismo centrista e se estabeleceu em oposição tanto a esse liberalismo como ao conservadorismo de direita. Essa ideologia de esquerda teve vários nomes, mas, de um modo geral, começou a ser chamada de socialismo”.

2 O advento da ideologia socialista no mundo

O ano de 1848 marcou o continente europeu com movimentos revolucionários que, a partir de Paris, tiveram rápida propagação nos grandes centros urbanos. A consolidação do poder político da burguesia na França e o surgimento do proletariado industrial enquanto força política foram os reflexos mais importantes daquele ano, que também foi marcado pela publicação do “Manifesto Comunista”, de Marx e Engels. A burguesia apercebera-se dos perigos das revoluções, tomando consciência de que seus anseios políticos poderiam ser atenuados com a concessão do sufrágio universal que evitaria conflitos e sublevações. Assim, a Revolução de 1848 teve grande importância para que uma nova polarização política ganhasse vida com a burguesia e o proletariado em campos opostos que marcaria profundamente os embates políticos vindouros. Não por acaso, naquele mesmo ano de 1848, outras rebeliões de traço liberal e socialista abalaram as arcaicas estruturas de Velho Mundo.

A partir de 1848, agudizou-se em todo o mundo o confronto entre a direita, representada pelos conservadores, a esquerda, representada pelos socialistas, enquanto os liberais centristas se posicionavam entre as duas correntes ideológicas tendendo mais para as posições dos conservadores. Os conservadores se caracterizaram, segundo Bobbio, pela defesa do passado, da tradição, da herança. Bobbio afirma que “[...] o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvar a *tradição*; o homem de esquerda, ao contrário, é aquele que pretende, acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc.

'Tradição' e 'emancipação' podem ser ainda interpretadas como metas últimas ou fundamentais e, como tais, irrenunciáveis, tanto de uma parte quanto de outra...". Outra diferença fundamental entre esquerda e direita é a de que a primeira é defensora intransigente da igualdade e a direita não. A esquerda acredita que a maior parte das desigualdades é social e, enquanto tal, eliminável e a direita acha que a maior parte delas é natural e, portanto, ineliminável (BOBBIO, 1995).

Segundo Wallerstein (1998), "[...] no período pós-1848, surgiram dois modelos bem claros. Por um lado, tínhamos uma triade de ideologias – conservadores, liberais, socialistas – competindo politicamente em quase todas as partes. Por outro, o liberalismo centrista tornou-se a ideologia predominante em todo o mundo, precisamente porque os programas, tanto dos conservadores, como dos socialistas, começaram a se transformar em meras variantes do tema liberal latente de uma reforma gerenciada. Os dois modelos permaneceram válidos não só até 1917 mas até 1968". Wallerstein afirma ainda que "[...] o desencadear de paixões populares e, em particular, a legitimação de objetivos populares, forçou os grupos governantes a fazer concessões importantes no médio prazo através do programa de liberalismo. Desses os mais importantes foram o sufrágio (que acabou por se tornar universal) e uma redistribuição de renda parcial (o estado do bem-estar)".

3. O advento da ideologia social democrata

Desde o século XIX, passou a existir entre os partidários do socialismo a tese marxista de implantar a ditadura do proletariado e construir o socialismo através da revolução social como ocorreu na União Soviética e outros partidários da construção do socialismo democrático com base em reformas. Esta última corrente deu origem à social democracia que é uma ideologia política que tem como objetivo o estabelecimento do socialismo democrático. Trata-se de uma ideologia política surgida no fim do século XIX por partidários do marxismo que acreditavam que a transição para uma sociedade socialista deveria ocorrer sem uma revolução, mas sim por meio de uma gradual reforma política no sistema capitalista a fim de torná-lo mais igualitário. A so-

cial democracia desviou-se, portanto, do socialismo marxista, gerando adeptos da ideia de um Estado de bem estar social democrático, incorporando elementos tanto do socialismo como do capitalismo.

Os sociais democratas tentam reformar o capitalismo democraticamente através de regulação estatal e da criação de programas que diminuam ou eliminem as injustiças sociais inerentes ao capitalismo. Esta abordagem difere significativamente do socialismo tradicional, que tem como objetivo substituir o sistema capitalista inteiramente por um novo sistema econômico caracterizado pela propriedade coletiva dos meios de produção sob a direção dos trabalhadores. O Estado de bem-estar social consiste em um modo de organização econômica e política na qual o Estado atua enquanto organizador da economia e agente de promoção social. Ele age no intuito de assegurar os interesses dos capitalistas detentores dos meios de produção e garantir a proteção e serviços públicos ao povo. Em outras palavras procura conciliar o interesse dos “de cima” com os “de baixo” na escala social.

O modelo social democrata de sociedade foi fundamental para neutralizar o avanço do movimento comunista internacional após a Segunda Guerra Mundial. A importância desse tipo de organização política e econômica durante a Guerra Fria buscava diminuir a insatisfação dos trabalhadores e dificultar o avanço do socialismo em diversos países, além de auxiliar na recuperação dos países europeus após a Segunda Guerra Mundial com a utilização do keynesianismo. Através do Estado do Bem-Estar Social, que é uma teoria assistencialista, o estado deve garantir aos seus cidadãos condições mínimas de saúde, educação, justiça, moradia, renda e seguridade social. Muitos países adotaram em escalas diferentes e em momentos históricos diferentes políticas segundo esta teoria, tais como os países escandinavos (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia), França, Inglaterra e Alemanha, entre outros. Em grande medida, o Estado de Bem Estar Social foi bem sucedido em vários países, especialmente, nos países escandinavos.

4. O advento da ideologia da “Terceira Via”

Na segunda metade do século XX, surgiu a Terceira Via, cujo mentor foi Anthony Giddens, diretor da London School of Economics. A “Terceira Via” procurou criar uma nova economia mista e um novo Estado democrático se colocando entre a visão social democrata na qual a economia é mista, o Estado é cooperativista, domina a sociedade civil e seu papel na assistência social é extremamente forte e o neoliberalismo que considera que o mercado é soberano e o papel do Estado deve ser mínimo. No entendimento de Giddens, a antiga esquerda era muito identificada com o Estado, enquanto a nova esquerda devia se identificar com a democracia e a democratização do Estado.

Giddens acredita que a globalização não é apenas econômica, mas também um fenômeno social e intelectual. Ele afirma que da mesma forma que acabou a família, com a igualdade das mulheres, acabou o Estado-Nação, com a vitória do liberalismo econômico e a imposição do comércio mundial. Ele conclui que só resta nos adaptarmos e entrarmos na corrida. Questionado sobre o impacto negativo da globalização em países e povos empobrecidos e sobre o injusto crescimento das desigualdades sociais, com a crescente concentração da riqueza nas mãos de poucos e o empobrecimento das maiorias, Giddens não soube dar uma resposta convincente, o que deixa claro que essa não é a preocupação da «Terceira Via». Na prática, a “Terceira Via” é uma tentativa de camuflar sua identidade com o neoliberalismo.

5. O fracasso do liberalismo no mundo

O liberalismo fracassou não apenas no campo político-institucional, mas também no campo da economia que, impulsionado pelo livre mercado, foi responsável pela ocorrência de duas grandes depressões no sistema capitalista mundial em 1873 e 1929, a escalada do colonialismo e do imperialismo em todo os quadrantes da Terra e o advento de duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). No capitalismo liberal, o Estado não intervinha na economia a não ser para colaborar com as classes dominantes de seus países. A primeira grande crise do

capitalismo, a Primeira Grande Depressão, começou por volta de 1873 e só terminou em 1896 cujos efeitos foram mais sentidos na Europa e nos Estados Unidos. Uma das consequências da Depressão de 1873 foi a forte concentração dos capitais, criando os monopólios, a fusão do capital bancário com o capital industrial, a exportação de capitais, que passa a superar a exportação de mercadorias e o surgimento de monopólios internacionais que dividem o mundo entre si. O capitalismo liberal entrou em nova fase, a fase monopolista.

Em 1929, ocorreu nova depressão no sistema capitalista mundial. Os países europeus encontravam-se devastados com a economia enfraquecida e com forte retração de consumo que abalou o sistema capitalista mundial. Por outro lado, os Estados Unidos lucraram com a exportação de alimentos e produtos industrializados aos países europeus no pós-guerra. Como resultado disso, entre 1918 e 1928 a produção norte-americana cresceu de forma estupenda. Havia emprego, os preços caíam, a agricultura e a indústria produziam muito e o consumo era incentivado pela expansão do crédito e pelo parcelamento do pagamento de mercadorias. Posteriormente, a economia europeia se reestabeleceu e passou a importar cada vez menos dos Estados Unidos. Com a retração do consumo na Europa, as indústrias norte-americanas não tinham mais para quem vender. A crise de superprodução nos Estados Unidos provocou o “crack” da Bolsa de Valores de Nova York. As ações das grandes empresas sofreram uma queda vertiginosa, perdendo quase todo o seu valor financeiro. As empresas foram forçadas a reduzir o ritmo de sua produção. Em função disso, promoveram a demissão em massa de trabalhadores.

Com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, bancos e investidores perderam grandes somas em dinheiro. A situação dos bancos era agravada pelo fato de os devedores estarem incapacitados de pagar suas dívidas. Com o crescente fechamento de instituições bancárias, menos fundos estavam disponíveis no mercado norte-americano, fazendo com que a produção industrial americana continuasse a cair. Em diversos países do mundo, a Grande Depressão de 1929 provocou efeitos desastrosos, inclusive no Brasil que teve vertiginosa retração na receita de exportação com o café, nosso principal produto de exportação. Houve aumento do desemprego, inflação, redução do poder aquisitivo da

população e a desorganização da produção econômica. Uma das graves consequências da Grande Depressão de 1929 foi o advento da Segunda Guerra Mundial que foi desencadeada pela Alemanha, Itália e Japão com o objetivo de promover a redivisão do mercado mundial entre as grandes potências.

O confronto entre a direita partidária do liberalismo e a esquerda atingiu as culminâncias em todo o mundo com o advento da Revolução Russa em 1917, a constituição do bloco de países socialistas no leste europeu e a luta de libertação nacional que levou à descolonização ocorrida em vários países da periferia capitalista após a Segunda Guerra Mundial, à Revolução Chinesa em 1949, à Revolução Cubana em 1959 e à Guerra do Vietnam. As vitórias alcançadas pelos movimentos de esquerda em todo o mundo durante a primeira metade do século XX criaram a sensação de que um mundo novo, socialista, mesmo com matices diferentes em cada país, estaria em gestação. A perspectiva era de que a humanidade caminharia inexoravelmente para o socialismo. Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, grande parte dos países da Ásia e da África eram governados por partidos que lideraram os movimentos de libertação nacional, os países do bloco socialista por partidos marxistas-leninistas e em vários países da Europa, América do Norte e Austrália por partidos social-democratas. No entanto, a partir de 1991, quando ocorreu o desmoronamento da União Soviética e do sistema socialista do leste europeu, houve uma reversão de todos os avanços alcançados pela esquerda em todo o mundo desde 1848.

6. O fracasso do socialismo no mundo

O fracasso do socialismo foi configurado com o fim da União Soviética e dos países socialistas do Leste Europeu. Muitos analistas consideram que uma das causas do fracasso da União Soviética na construção do socialismo teria sido o esgotamento do modelo extensivo de crescimento econômico adotado, que exigia a adoção de avanços tecnológicos que fossem empregados para aumentar substancialmente a produtividade da economia como um todo. Outra causa teria sido a incapacidade estrutural do sistema econômico soviético e do modelo

de industrialização adotado de assegurar a transição para a sociedade da informação com o emprego dos fatores de produção com base na informação e no conhecimento.

O sistema econômico soviético impediu que fossem criadas as condições para a difusão de tecnologias da informação no sistema social, comprometendo o processo de inovação espontânea pelo uso e interação em rede que caracterizam o paradigma da tecnologia da informação. A despeito do enorme volume de recursos alocados pela União Soviética para o avanço da ciência e da pesquisa e desenvolvimento (P&D), e, apesar de o país contar com o maior número de cientistas e engenheiros entre a população economicamente ativa em relação a qualquer outro país importante do mundo, o sistema também desestimulou a busca pela inovação em uma época de mudanças tecnológicas fundamentais.

Outra causa do desmoronamento da União Soviética foi o insucesso das reformas econômicas com a adoção da *Perestroika* e da abertura política através da *Glasnost* implementadas por Gorbachev que deram vazão à pressão incontida das identidades nacionais reprimidas e manipuladas durante o stalinismo. A busca de identidades distintas da ideologia socialista em vigor provocou o enfraquecimento do Estado soviético de forma decisiva. O nacionalismo tornou-se a expressão máxima dos conflitos entre o Estado e a Sociedade Civil, sendo o fator político imediato que culminou no processo de desintegração da União Soviética.

O Partido Comunista Soviético não estava em condições de lançar mão de mecanismos repressivos para impedir o fim do regime socialista porque fora dividido, desconcertado e desarticulado pelas manobras de Gorbachev e pela infiltração em suas fileiras dos valores e projetos de uma sociedade capitalista reavivada. Um fato surpreendente é que o modelo socialista implantado na União Soviética não entrou em colapso sob o ataque de movimentos sociais nascidos das contradições entre o Estado e a Sociedade Civil. A experiência soviética demonstra que sistemas sociais podem desaparecer como vítima de suas próprias armadilhas, sem serem atacados de forma irreversível por agentes sociais mobilizados de forma consciente.

Wallerstein (1998) afirma que os partidos socialistas de base marxista fracassaram porque “[...] o elemento principal que levou ao

afastamento popular desses partidos foi a desilusão, uma sensação de que esses partidos tinham tido sua oportunidade histórica, que tinham obtido apoio com base em uma estratégia de duas etapas para transformar o mundo (tomar o poder do Estado, depois transformá-lo), e que não tinham cumprido sua promessa histórica”. Quanto ao fracasso da União Soviética e dos países socialistas, Wallerstein destacou que “[...] as três maiores acusações contra o socialismo histórico são: 1) o uso arbitrário da autoridade do Estado (e do partido) em que, nos piores casos, com o terror comandado pelo Estado; 2) a extensão dos privilégios da Nomenclatura (grupo dominante na estrutura de poder da União Soviética e outros países socialistas); e 3) extensa ineficiência econômica cujo resultado foi uma contenção do aumento do valor social em vez de sua promoção”.

A partir da década de 1990, a esquerda marxista que nasceu em 1848 e conquistou o poder em vários países perdeu o rumo. O insucesso na construção do socialismo na União Soviética e nos países do leste europeu, na China, em Cuba, etc. demonstram que o velho projeto socialista não é mais viável e um novo projeto de sociedade socialista terá que ser elaborado. Ressalte-se que o velho projeto socialista como foi construído na União Soviética e em outros países se transformou em capitalismo de estado, com o poder político exercido de forma despótica e corrupta por uma burguesia de tipo novo (burguesia de estado ou Nomenclatura). O proletariado, em nome do qual foi realizada a revolução socialista não exerceu o poder e a população não participava das decisões dos governos. O socialismo real chegou ao fim e não houve nenhuma reação popular para lutar em sua defesa e mantê-lo o que demonstra a imensa frustração do povo pelo não atendimento de suas expectativas.

7. O fracasso do neoliberalismo no mundo

A perda de rumo da esquerda marxista aconteceu, não apenas devido à falta de um projeto alternativo ao que foi implantado na União Soviética e em outros países, mas também pela ofensiva das forças conservadoras do Reino Unido e dos Estados Unidos sob a liderança de

Margaret Thatcher e Ronald Reagan que levaram avante a contrarrevolução neoliberal cuja doutrina econômica defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo. À velha esquerda de base marxista não restou outra alternativa senão a da participação nas eleições parlamentares defendendo teses neoliberais e abdicando da revolução social que sempre foi o principal móvel de sua ação política no passado. A perda de rumo aconteceu também com os partidos social democratas em vários países do mundo como na Espanha, França, Portugal, Grécia e outros que não foram capazes de atender às demandas sociais.

Em vários países do mundo, inclusive no Brasil com os governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, partidos social democratas e da esquerda marxista assumiram o poder do Estado com a adoção do receituário neoliberal. O que se constata na prática é a adoção na atualidade pelos governantes de esquerda, com poucas exceções, de teses capitalistas neoliberais com a concessão de amplas benesses às classes dominantes, sobretudo as do setor financeiro, e de “escolas” aos “de baixo” na escala social, para neutralizar convulsões sociais como ocorre atualmente no Brasil com o programa de transferência de renda “Bolsa Família”. Esta é razão pela qual existe a opinião em amplos setores da sociedade de que hoje não há diferença entre direita e esquerda, alimentando a tese do fim das ideologias.

O fracasso do capitalismo neoliberal se configurou na eclosão da crise mundial de 2008 que eclodiu nos Estados Unidos no setor dos empréstimos hipotecários que, imediatamente, se propagou para outras partes do sistema financeiro mundial, com uma rapidez e uma amplitude que surpreenderam o mercado. Os grandes bancos ocidentais jogaram o mundo em uma recessão. Os prejuízos alcançaram US\$ 1 trilhão. O Banco da Inglaterra afirmou que os prejuízos dos bancos que tiveram que reajustar os seus investimentos para preços de mercado são de US\$ 3 trilhões, o equivalente a cerca de um ano de produção econômica do Reino Unido. O Banco de Desenvolvimento Asiático estimou que os ativos financeiros em todo o mundo podem ter sofrido uma queda de mais de US\$ 50 trilhões – um número equivalente à produção global anual. O sistema financeiro está amargando prejuízos em uma escala

que ninguém jamais previu. O sistema financeiro internacional já não funciona mais. O modelo neoliberal que regeu o mundo nos últimos 40 anos morreu e haverá depressão que durará muitos anos.

8. O imperativo de um novo modelo de sociedade

Em artigo publicado no jornal britânico *The Guardian* em 16/4/2009, sob o título *Pressupostos teóricos da “economia mista”*, Eric Hobsbawm afirma que conhecemos duas tentativas práticas de realizar ambos os sistemas, socialista e neoliberal, em sua forma pura: por um lado, as economias de planificação estatal, centralizadas, de tipo soviético; por outro, a economia capitalista de livre mercado isenta de qualquer restrição e controle. As primeiras vieram abaixo na década de 1980, e com elas os sistemas políticos comunistas europeus; a segunda está se decompondo diante de nossos olhos na maior crise do capitalismo global ocorrida em 2008.

Hobsbawm disse que não conhecemos a gravidade e a duração da atual crise que eclodiu nos Estados Unidos, mas sem dúvida ela vai marcar o final do tipo de capitalismo de livre mercado iniciado com Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Hobsbawm afirma ainda que a impotência, por conseguinte, ameaça tanto os que acreditam em um capitalismo de mercado, puro e desestatizado, uma espécie de anarquismo burguês, quanto os que creem em um socialismo planificado e descontaminado da busca por lucros. Ambos estão quebrados. O futuro, como o presente e o passado, pertence às economias mistas nas quais o público e o privado estejam mutuamente vinculados de uma ou outra maneira. Isto significa dizer que a Social Democracia com o Estado de Bem Estar social, que incorpora elementos tanto do socialismo como do capitalismo, o mais bem sucedido sistema já implantado no mundo, especialmente nos países escandinavos, poderá prevalecer no futuro após o “tsunami” neoliberal que avassala o planeta em que vivemos.

9. A social democracia nos moldes escandinavos como novo modelo de sociedade a edificar

Ao longo da história, o liberalismo, o socialismo e o neoliberalismo fracassaram na construção de uma sociedade econômica, social e politicamente viável em vários países do mundo deixando como herança a barbárie que caracteriza o mundo em que vivemos. Para acabar com a barbárie, promover o progresso econômico e social e estabelecer uma convivência civilizada entre todos os seres humanos urge a edificação de um novo modelo de sociedade. Ao analisar o modelo da social democracia implantado no mundo, constata-se que foi na Escandinávia onde ocorreu o mais bem sucedido entre todos eles apesar da necessidade de aperfeiçoamentos que serão apresentadas nas conclusões deste artigo.

9.1 A experiência da social democracia na Escandinávia

O modelo nórdico ou escandinavo de social democracia poderia ser melhor descrito como uma espécie de meio-termo entre capitalismo e socialismo. Não é nem totalmente capitalista nem totalmente socialista, sendo a tentativa de fundir os elementos mais desejáveis de ambos em um sistema “híbrido”. Em 2013, a revista *The Economist* declarou que os países nórdicos são provavelmente os mais bem governados do mundo. O relatório *World Happiness Report 2013* da ONU mostra que as nações mais felizes estão concentradas no Norte da Europa, com a Dinamarca no topo da lista. Os nórdicos possuem a mais alta classificação no PIB real *per capita*, a maior expectativa de vida saudável, a maior liberdade de fazer escolhas na vida e a maior generosidade.

Entre os países escandinavos ou nórdicos, a Noruega é o mais próspero do mundo, com o Estado do Bem-Estar Social caracterizado por muita igualdade e muita justiça social. Na Noruega, não prospera a desigualdade, o egoísmo, o individualismo caracterizadores do liberalismo e do neoliberalismo. Há 100 anos, a Noruega passou da condição de um dos países mais pobres da Europa, convivendo com o gelo e a escuridão por metade do ano, para ser sinônimo de riqueza e justiça social com um PIB *per capita* de US\$ 100 mil. A Noruega prioriza gastos com educação que é garantida para toda a população. Em 30 anos, os

noruegueses reduziram suas horas de trabalho em 270 horas, ganhando mais de dez dias de férias ao ano, e parte significativa dos trabalhadores já consegue trabalhar apenas quatro dias na semana. Segundo a ONU, jamais uma sociedade atingiu nível de desenvolvimento humano igual ao de Oslo, capital da Noruega. Além disso, a Noruega traduziu petróleo em prosperidade e igualdade. (Ver o texto *Noruega, um paraíso com muito Estado Social, serviços públicos e impostos* no website <<http://blogdotarso.com/2014/04/13/noruega-um-paraíso-com-muito-estado-social-servicos-publicos-e-impostos/>>).

Mesmo em uma era de austeridade e crise global, o sistema do Estado de Bem-Estar Social na Noruega se manteve intacto, com salário mínimo de US\$ 4,8 mil (cerca de R\$ 14 mil) e o desemprego é de 2%. A Noruega foi o país que menos sentiu a crise mundial que eclodiu em 2008 nos Estados Unidos. Nas eleições da Noruega o único debate é o que fazer com o dinheiro que sobra nos cofres públicos. A Noruega tem o maior fundo soberano do planeta, estimado em US\$ 815 bilhões e os cofres do Estado estão abarrotados. O Estado norueguês comprou 1% de ações em bolsas de todo o mundo e investe em 3,2 mil empresas. Na Noruega é forte a presença do Estado em praticamente todos os campos da economia, desde depois da Segunda Guerra Mundial, quando o governo nacionalizou empresas ligadas à Alemanha. O Estado ficou com 44% das ações da Norsk Hydro, tem participação de 37% na Bolsa de Valores de Oslo e em dezenas de empresas. Hoje o Estado da Noruega controla a petroleira Statoil, o grupo de telecomunicações Telenor, a fabricante de fertilizantes Yara, e o maior banco do país DnBNor.

Na Noruega, os sindicatos negociam a cada ano seus salários, dependendo das necessidades do setor exportador e para garantir que o produto nacional continue competitivo no mercado global. Nas eleições da Noruega os partidos políticos prometem não cortar impostos. No Estado de Bem-Estar Social da Noruega os homens cuidam de seus bebês e a cada ano o governo destina 2,8% do PIB para apoiar famílias em tudo que precisam para ter filhos. Os pais que decidem não levar as crianças para creches recebem, a cada mês, um cheque de US\$ 200 para ajudar nos gastos. Lá os cidadãos que recebem benefícios sociais do Estado não são chamados de vagabundos. É um direito legítimo (Ver o texto *Noruega, um paraíso com muito Estado Social, serviços públicos e impostos* no

website <<http://blogdotarso.com/2014/04/13/noruega-um-paraiso-com-muito-estado-social-servicos-publicos-e-impostos/>>).

Na Noruega a licença-maternidade é de 9 meses para a mãe e quatro meses para os pais. Nesses meses quem paga o salário dos pais é o Estado. O governo avalia que esse incentivo para as mulheres e leis para garantir a igualdade de gênero são positivas para a economia. As empresas são obrigadas a dar 40% das vagas em seus conselhos para mulheres. 75% das mulheres trabalham fora e para o governo isso representa maior atividade na economia e um número maior de pessoas pagando impostos. Na Noruega o imposto de renda atinge 42% sendo maior do que no Brasil. Lá existe consenso de que o valor é justo para manter o sistema. O Estado paga do berçário ao enterro, financia estudantes e até banca férias. O modelo de sociedade norueguês é o mínimo que se espera para uma sociedade justa. O resto é barbárie.

Pelo exposto, a Escandinávia é o berço do modelo mais igualitário que o capitalismo já conheceu. Sua origem remonta à Suécia dos anos 1930, mais precisamente há 80 anos, quando se concretizava a hegemonia social democrata no governo do país nórdico, dando início a uma série de reformas sociais e econômicas que inauguraria um novo tipo de capitalismo, em oposição ao liberalismo das décadas anteriores cujo ato final foi a crise de 1929. Nascia então o chamado modelo escandinavo, que rapidamente ultrapassaria as fronteiras suecas para se tornar influente no norte europeu, mas também uma referência importante na formulação de políticas econômicas heterodoxas (progressistas) em todo o planeta. O sucesso deste modelo se deveu à combinação de um amplo Estado de Bem-Estar Social com rígidos mecanismos de regulação das forças de mercado, capaz de colocar a economia em uma trajetória dinâmica, ao mesmo tempo, alcançava os melhores indicadores de bem-estar social entre os países capitalistas.

9.2 A social democracia escandinava diante da escalada do neoliberalismo

Segundo Immanuel Wallerstein, sociólogo e professor universitário norte-americano, a social democracia teve o seu apogeu no perío-

do entre 1945 e o final da década de 1960. Naquela altura, representava uma ideologia e um movimento que defendia o uso dos recursos do Estado para assegurar alguma redistribuição a favor da maioria da população, de várias e concretas formas: expansão dos sistemas de Saúde e Educação; níveis de rendimento garantidos ao longo da vida, através de programas de apoio às necessidades dos grupos sem-emprego, particularmente as crianças e os idosos; e programas para minimizar o desemprego. A social-democracia prometeu um futuro sempre melhor para as gerações futuras, uma espécie de elevação permanente do rendimento nacional e das famílias. Chamou-se a isto de “estado de bem-estar social”. Era uma ideologia que refletia o ponto de vista segundo o qual o capitalismo podia ser “reformado” e adquirir uma face mais humana (**WALLERSTEIN, Immanuel.** *A ilusão social-democrata*. Publicado no website <<http://www.esquerda.net/opiniaio/ilus%C3%A3o-social-democrata/>>).

Segundo Wallerstein, os social-democratas foram particularmente poderosos na Europa Ocidental, na Grã-Bretanha, na Austrália e na Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos (onde eram chamados Democratas do *New Deal*) – em resumo, nos países ricos do sistema-mundo, aqueles que constituíam o que se poderia chamar de mundo pan-europeu. O seu sucesso foi tão vasto que no resto do mundo, vários países tentaram subir nesta carruagem, através de projetos de “desenvolvimento” nacional. A social-democracia foi um projeto muito bem-sucedido durante este período. Foi sustentado por duas realidades daquele tempo: a incrível expansão da economia-mundo, que criou os recursos que tornaram a redistribuição social possível e a hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo, que assegurou a sua relativa estabilidade e, em especial, a ausência de violência grave no interior desta zona rica. Esta situação teria chegado, entretanto, ao fim. A economia-mundo deixou de se expandir e entrou numa longa estagnação, na qual ainda vivemos; e os Estados Unidos iniciaram o seu longo, ainda que lento, declínio enquanto potência hegemônica. Estas novas realidades aceleraram-se consideravelmente no século 21.

A partir de década de 1990, uma nova onda de liberalismo atingiria o mundo com o advento do neoliberalismo que se espalhou pelo planeta. O receituário ortodoxo (conservador) implementado

desde então nos países escandinavos, a começar pela própria Suécia, visou essencialmente a desregulamentação financeira e a flexibilização do mercado de trabalho. A lógica destas reformas era, como de costume, retirar as amarras presentes na economia sob a forma de normas e instituições para que o mercado pudesse alocar os recursos (capital e trabalho) da maneira mais eficiente possível. Como ocorreu em todos os países capitalistas, pregava-se a redução de salários, a redução da taxação e do controle de capitais como forma de retomar o estímulo à atividade empresarial. Os economistas neoliberais imaginavam ter encontrado a fórmula mágica para tirar o capitalismo da estagnação em que se encontrava em todo o mundo (Ver o texto *Modelo nórdico* publicado no website <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Modelo_n%C3%B3rdico>).

Coincidentemente, um pequeno país social democrata escandinavo, a Islândia, enfrentou uma das piores crises de sua história. Ali, a situação econômica e social crônica provocada pelas políticas neoliberais levou a um questionamento sem precedentes na Europa ocidental da estratégia de desregulamentação dos mercados. Cabe observar que a Islândia foi o primeiro país do mundo a sentir os efeitos da derrocada financeira capitalista global. Seus principais bancos eram estrangeiros e colocaram a economia islandesa em uma ciranda financeira que anteciparia, em escala reduzida, os efeitos da crise global que eclodiu em 2008 nos Estados Unidos. A bolha especulativa produzida com a poupança da população estourou por fim quando foi revelado que os bancos não seriam capazes de garantir os depósitos, pois haviam investido nos famigerados títulos hipotecários norte-americanos. O colapso levou o país à ruína. Como consequência, o desemprego explodiu e um número impressionante de islandeses deixou o país.

9.3 O resgate da social democracia na Escandinávia após a catástrofe neoliberal na Islândia

Após a crise, surgiu na Islândia um movimento de resistência civil organizado. Os resultados não tardaram: o governo conservador foi derrotado eleitoralmente e substituído por outro de maioria social de-

mocrata que decidiu romper com a visão ortodoxa neoliberal do livre-mercado. O novo governo passou a interferir diretamente no câmbio, produzindo uma desvalorização da moeda local, foram retomados os controles de capital e os investimentos no sistema de segurança social, e os bancos foram nacionalizados para garantir a liquidez aos cidadãos. A Islândia conseguiu assim evitar um mal maior e, sobretudo, chamar a atenção para a necessidade de se resgatar o modelo social democrata escandinavo. A chave deste modelo havia sido a capacidade de estabelecer entre a Sociedade Civil e as elites um pacto nacional no qual estas abririam mão da abundância injustificada em que viviam para contribuir para um objetivo maior, o do bem-estar da população.

Para tamanha reviravolta, havia sido decisiva a iniciativa de economistas suecos, tendo à frente Gunnar Myrdal, que no início do século XX forneceriam o fundamento teórico para uma política econômica alternativa social democrata. A Escola de Estocolmo, como seria batizada esta ramificação do pensamento econômico heterodoxo, denunciou as mazelas do liberalismo e demonstrou a primazia da demanda das famílias para se retomar ciclos de bonança econômica, em contraposição aos estímulos inócuos de oferta que caracterizavam (e caracterizam ainda) a visão conservadora liberal e neoliberal. Hoje, os escandinavos mais uma vez alertam o mundo que liberar as forças de mercado equivale a abrir uma verdadeira “caixa de Pandora” catastrófica. Para os que ainda caem nesta tentação, fica o recado da experiência islandesa. A revolução na Islândia resgatou a tradição heterodoxa dos economistas escandinavos, cujas reflexões inspiraram a redação de uma nova constituição no país, visando a retomada do controle social sobre os recursos econômicos como o caminho indispensável para a independência e a prosperidade. Defender o contrário é sustentar um dogma ferido de morte com a crise global.

Conclusões

Apesar do sucesso da social democracia escandinava, o novo modelo de sociedade a edificar no mundo deveria resultar do aperfeiçoamento do que se denomina social democracia nórdica ou escandinava

praticada na Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia. Apesar de suas diferenças, todos eles compartilham alguns traços em comum: estado de bem-estar-social universalista que é voltado para melhorar a autonomia individual, promovendo a mobilidade social e assegurando a prestação universal de direitos humanos básicos e a estabilização da economia. Se distingue, também, por sua ênfase na participação da força de trabalho, promovendo igualdade de gênero, redução da desigualdade social, extensos níveis de benefícios à população e grande magnitude de redistribuição da riqueza (Ver o texto *Modelo nórdico* publicado no website <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Modelo_n%C3%B3rdico>).

Foi a social democracia construída até hoje, sobretudo nos países escandinavos, o único modelo de sociedade que permitiu avanços econômicos, sociais e políticos simultâneos com o Estado, mesmo a serviço do capital, atuando como mediador dos conflitos entre os interesses do capital e da Sociedade Civil. Não é por acaso que os países escandinavos, além de apresentar grandes êxitos econômicos e sociais, são líderes em IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no mundo. Diferentemente, do liberalismo e do neoliberalismo onde o Estado está sempre a serviço do capital e a Sociedade Civil é marginalizada, e do socialismo onde o Estado está a serviço de um partido ou de um grupo no poder e a Sociedade Civil é, também, marginalizada, a social democracia dos países escandinavos evitou a ocorrência dos excessos do liberalismo, do socialismo real e do neoliberalismo.

Apesar do grande sucesso da social democracia praticada na Escandinávia, a social democracia do futuro deveria resultar do aperfeiçoamento do modelo atual que operaria com um tripé estruturado com base em um Estado neutro, Sociedade Civil Organizada ativa e Setor Produtivo (estatal e privado) eficiente e eficaz. O Estado neutro buscaria compatibilizar os interesses do Setor Produtivo (estatal e privado) com os da Sociedade Civil mediando seus conflitos em várias instâncias dos poderes executivo e legislativo que, ao se obter o consenso, a decisão final ficaria a cargo da população que decidiria democraticamente através de plebiscito e/ou referendo. Na nova social democracia, não deveria ser permitida a ação de grupos monopolistas e cartéis privados na economia. Empresas privadas só atuariam em setores econômicos onde houvesse competição. Empresas estatais ou de economia mista

ocupariam os setores econômicos onde não fosse possível haver competição.

Referências

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.

BLOG DO TARSO. *Noruega, um paraíso com muito Estado Social, serviços públicos e impostos*. Disponível no website <<http://blogdo-tarso.com/2014/04/13/noruega-um-paraíso-com-muito-estado-social-servicos-publicos-e-impostos/>>).

HOBBSBAWN, Eric. *Pressupostos teóricos da “economia mista”*. The Guardian. 16/4/2009.

ONU. *World Happiness Report 2013*.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística ou as decisões históricas do século 21*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *A ilusão social-democrata*. Disponível no website <<http://www.esquerda.net/opiniao/ilus%C3%A3o-social-democrata/>>.

WIKIPEDIA. *Modelo nórdico*. Disponível no website <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Modelo_n%C3%B3rdico>).

Do Rio de Janeiro a São Luís do Maranhão de trem: o Tronco Meridional 2 e os descaminhos das políticas ferroviárias no Brasil

Aloísio Santos da Cunha

Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as políticas de integração ferroviária nacionais, tomando por base o Tronco Meridional Norte 2 (TM2). Proposto pelo Plano Nacional de Viação de 1934, este trecho que visava ligar São Luís do Maranhão ao Rio de Janeiro é um grande exemplo de como foram conduzidas as políticas para o transporte no Brasil, onde a morosidade, a falta de padronização e a descontinuidade são marcas maiores. A história do TM2 também ilustra como o modal rodoviário foi preferido pelos governos, em função de inúmeros fatores, em detrimento do ferroviário. Nunca concluído, fora substituído pela rodovia asfaltada.

Palavras chave: estrada de ferro, política, rodovia, integração nacional.

From Rio de Janeiro to São Luís do Maranhão in train: the Tronco Meridional 2 and the bad ways of the Brazilian railroads politics.

Abstract

This paper aims to analyze the national politics for railroad integration, having the Tronco Meridional Norte 2 (TM2) as a starting point. Proposed by the National Transport Plan from 1934, this stretch that aimed to link São Luís do Maranhão to Rio de Janeiro is a great example of how the politics for transport in Brazil were conducted, where the slowness, non-existence of standardization and discontinuity are major features. The history of TM2 also illustrates how the road of asphalt sector are prioritized by the governments, depending on numerous facts, instead of railroad sector. Never completed, was replaced by asphalt road.

Keywords: railroad, politics, road, national integration.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, as questões envolvendo o desenvolvimento dos transportes sempre gozaram de lugar de destaque, notadamente entre as classes dominantes e os governos. Desde a Independência em 1822, o Estado Brasileiro começou a buscar meios para melhorar a circulação interna no país, contudo, foi somente durante o Segundo Reinado que se criou ambiente propício aos vultuosos investimentos exigidos pela enorme tarefa de interligar os extremos do país.

A máquina a vapor libertara o homem dos ritmos da natureza e sua aplicação nos transportes, sem intentarmos diminuir a força dos outros usos do cavalo-vapor, mostrou-se revolucionária. Filha do século XVIII, fora adaptada para usos não estacionários por engenheiros ingleses na primeira metade do século XIX,¹ mostrando-se perfeita se utilizada num conjunto que se moveria com baixo atrito sobre trilhos paralelos de ferro. As experiências de Richard Trevithick e, mais tarde, Georges Stephenson, fizeram nascer o que chamamos de transporte ferroviário.

¹ Apesar de desenvolvida por ingleses, a tecnologia do motor a vapor utilizada nos transportes foi primeiramente testada pelo francês Nicolas Joseph Cunot na década de 1770.

Concomitante aos avanços tecnológicos, a exploração comercial de vias férreas mostrava-se viável num momento em que o sistema capitalista avançava velozmente. A revolução industrial inglesa mudava o ritmo do mundo e, com isso, os transportes passaram a ter um papel de enorme importância para sua consolidação. Aliando-se à navegação a vapor, as ferrovias contribuíram para a internacionalização da economia industrial, acelerando o desenvolvimento do sistema capitalista e as relações sociais surgidas neste novo mundo de vapor, ferro e velocidade (HARDMAN, 2005). Podemos ter ideia de sua importância para o século XIX por sua vigorosa expansão: no ano de 1840 eram apenas 7,5 mil quilômetros nos Estados Unidos e na Inglaterra, 20 anos depois eram 107 mil espalhados por todos os continentes (SILVEIRA, 2007, p. 7). O transporte completava a produção, sem movimento não haveria consumo. Tempo tornara-se dinheiro (MARX, 1974, p. 274-275)!

O caso brasileiro apresentava um grande dilema. Símbolo máximo da expansão capitalista, da modernidade e da dita civilização, além de estarem a serviço da mundialização da economia, no Brasil as estradas de ferro nasceram numa economia “[...] montada fundamentalmente na produção escravista”, melhor dizendo, as ferrovias em terras brasileiras foram executadas, em seus momentos iniciais, a partir de capitais gerados pelo circuito econômico dominado pelo trabalho escravo e de todo um sistema arcaico que o apoiava (EL-KAREH, 1982, p. 9). O capitalismo brasileiro deste período ainda está em formação, portanto incompleto, e que possuía grande dependência para com os mercados externos, em suma, um sistema que carregava as ambiguidades da transição de um modelo econômico para outro (MELLO, 1984, p. 31).²

Em face deste estágio do desenvolvimento econômico do país, internamente não se produziam os capitais necessários aos pesados investimentos exigidos pelo setor ferroviário. Mesmo nas regiões cafeeiras, as mais importantes economicamente do Brasil de então, a acumulação se dava pelo contato com o mercado externo e é por esta razão que, no século XIX, prevaleceram os investimentos das companhias

² O autor aponta que a acumulação exógena do capital, ou seja, o circuito só se fechava devido aos mercados externos, foi fato comum a toda América Latina. É a ideia do capitalismo retardatário gestado em economias primário-exportadoras.

inglesas ou nacionais em associação com capitais ingleses. Ao governo Imperial coube traçar diretrizes gerais, e infelizmente genéricas, e estimular a implantação do sistema através de concessões aos interessados em construir vias férreas. Este é o sentido, por exemplo, da mais importante medida tomada pelo Império, o Decreto Legislativo nº 641, publicado em 1852, que estabeleceu o modelo que seria seguido até os anos iniciais da República, a garantia juros.³

A partir desse decreto, e de muitos outros que vieram autorizar a construção de vias férreas no Brasil, o país começou a ser dotado com ferrovias e medidas começaram a ser tomadas, principalmente depois que a Guerra do Paraguai mostrou as limitações das comunicações das partes com o todo do território nacional, para estimular estudos que visassem à implantação de um sistema nacional de viação que permitisse tanto ao governo se fazer presente e controlar efetivamente os rincões do país, quanto fomentar o desenvolvimento econômico de vastas zonas.⁴ Quanto ao transporte como necessário ao desenvolvimento econômico, a citação de Fernand Braudel (1983, p. 352) é bastante ilustrativa, notadamente no que diz respeito às teias ligadas às cidades: “[...] Cada cidade é feita de movimentos que ela devora, detém em seu proveito, depois relança. As imagens evocadoras da vida econômica são imagens de movimento, de estradas, de viagens.”

Apesar dos esforços, as contradições brasileiras, o interesse econômico de grupos tanto nacionais quanto estrangeiros e pressões que, nos bastidores da política, vinham de diversas direções, não foi possível a nenhum dos planos e estudos integradores do território nacional realizados até a virada do século XIX para o XX saírem do papel. Não é exagero dizer que, no caso do sistema ferroviário, o país era uma verdadeira colcha de retalhos, com ferrovias que ligavam nada a lugar algum, que obedeciam a lógicas locais em detrimento das nacionais, que não

³ O sistema de garantia de juros, como o nome já diz, servia para garantir a lucratividade das empresas ferroviárias até que eles produzissem renda suficiente para se manter. Tal sistema foi largamente utilizado mundo afora como forma de estimular os investimentos no setor.

⁴ Podemos citar os planos Moraes (1869), Queiroz e Rebouças (ambos de 1874) além das expedições da Comissão Hidráulica (1879-1880) no vale do São Francisco e da missão dos engenheiros Keller na zona dos rios Madeira e Mamoré (1867).

possuíam sentido econômico ou estratégico que as justificassem e que possuíam padrões de construção diferentes,⁵ apesar de que havia exceções, como as bem executadas e administradas ferrovias paulistas e a própria Estrada de Ferro Pedro II, depois Central do Brasil.

A República foi proclamada num momento de crise do capitalismo mundial. Para o novo regime, urgia tomar medidas para combater os efeitos da crise, principalmente a violenta baixa no câmbio e a falta de meio circulante. Em janeiro de 1890, o ministro da Fazenda de Deodoro, Ruy Barbosa, instituiu o Encilhamento, política que fazia emissões não lastreadas no padrão ouro. Numa economia como a do Brasil do período, o valor da moeda dependia menos do fluxo do ouro no mercado internacional do que da saúde financeira da economia como um todo, era o que acreditava o ministro e seu *staff* (TOPIK, 1987, p. 41). A grande especulação sobre os volumosos capitais emitidos pelo Encilhamento levou o sistema ao fracasso. Empresas, inclusive ferroviárias, eram criadas do dia para noite, mas as sucessivas baixas no câmbio ou a especulação pura e simples, fez fracassar até os investidores realmente interessados em aportar capitais em ferrovias e na indústria.

O Encilhamento e a persistência na baixa do câmbio fez com que, no final do século XIX, o Estado brasileiro tenha utilizado 1/3 do seu orçamento para pagar os juros garantidos. Era a sentença de morte do sistema de garantia de juros. A partir deste momento, o governo Federal buscou alternativas menos onerosas para agilizar a implantação e a integração das estradas de ferro no país. O primeiro passo foi resgatar diversas estradas em todas as regiões do país. Além dos prejuízos gerados pelo sistema de juros garantidos e da comprovada má qualidade das obras em muitas delas, algumas cortavam regiões que não possuíam uma base produtiva capaz de manter a operação economicamente viável, obrigando o governo a vir em seu socorro. Ferrovias são poderosos instrumentos estratégicos, seja nos campos econômico, militar ou político, e não podiam ser relegadas ao abandono, mesmo que isto soasse como um socorro aos investidores estrangeiros e nacionais. Na visão

⁵ Neste sentido e no período abordado, a questão das bitolas, o espaço entre os trilhos, é altamente ilustrativo, pois possuía o Brasil estradas de ferro nos padrões de 0,60 m, 0,76 m, 1,00 m e 1,60 m, tornando difícil e cara sua integração como um sistema.

de Steven Topik “[...] a política do governo previa que as ferrovias deveriam servir de meios para o desenvolvimento econômico, antes de serem meios de produzir lucros” (Idem, p. 113). Acrescentando-se a isto os frutos políticos por elas proporcionados e por permitirem que o Estado marcasse presença em suas áreas de atração, entendemos a necessidade de mantê-las, mesmo que apresentassem resultados financeiros pífios.⁶

A grande questão é que um sistema que nascera cheio de vícios não poderia ser mudado sem a existência de diretrizes nacionais, um Plano Nacional de Viação (PNV) propriamente dito e, além do que, o clientelismo, característica importante da República das oligarquias, continuava a fazer com que interesses locais inviabilizassem iniciativas benéficas ao Estado nacional, apesar de medidas terem sido tomadas neste sentido, já que parte das pequenas ferrovias que foram sendo encampadas pelo governo Federal, por exemplo, como a Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras no Maranhão e a Estrada de Ferro Santo Amaro na Bahia, foram incorporadas a companhias maiores. Começava-se, mesmo que tardiamente e de modo isolado, a buscar um sentido de rede nacional férrea.

Ano	Brasil
1860	222
1880	3.397
1900	15.316
1920	28.828
1940	34.207
1960	38.160
1980	29.746

⁶ Grande parte das estradas de ferro nos estados do Norte apresentava prejuízos contínuos, mas eram de grande interesse para o governo, como era o caso da Bahia ao São Francisco, Baturité no Ceará e do prolongamento da Recife ao São Francisco em direção ao sertão pernambucano. Sobre o caráter estratégico destas estradas ver.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete em 1930, o Estado nacional começou a passar por processo de modernização, o que incluía traçar metas e planos nacionais. Logo no início do governo, muitos, principalmente no seio militar, perceberam que, sem transportes adequados como era o caso no momento, o Brasil não teria condições de se defender de alguma agressão externa e teria grandes dificuldades de combater os inimigos internos do regime. Juntando-se a isto a necessidade de desenvolvimento econômico do país, foi aprovado em 1934 o primeiro Plano Nacional de Viação. Com ele, a questão dos transportes passara, juntamente com a questão industrial em outro plano, à linha de frente das políticas efetivadas à época.

O plano de 1934 traçou as linhas básicas do sistema nacional de transportes a ser implementado. A comissão encarregada de elaborar o plano tinha como missão estudar os melhores traçados e estabelecer grandes linhas tronco que pudessem “[...] contribuir para o desenvolvimento econômico das regiões atravessadas” (BRASIL, 1973, p. 124). Percebemos com isso que a proposta de modernização varguista se utilizava de um argumento nascido no século XIX, a ideia de que não seria possível desenvolver o país sem integrar os sertões, as zonas interiores do país, e que era preciso romper a dicotomia existente entre a cidade civilizada e moderna e o sertão selvagem e arcaico.⁷ Os troncos deveriam cruzar o Brasil nos sentidos norte-sul (TM) e leste-oeste (TP), inserindo todo o território nacional na economia de mercado. Marcio Rogério Silveira assim coloca a questão:

A preocupação do governo foi, além do desenvolvimento das regiões urbanas e industriais, integrar o interior do país à economia nacional, através do lançamento da campanha ‘Marcha para o Oeste’. A proposta era de povoar imensas áreas desertas do território nacional, as quais se diziam cobiçadas por potências estrangeiras. Ocupar o interior e torná-lo parte da economia nacional, ampliando a espacialização do consumo e da produção industrial do Centro-Sul, tor-

⁷ Sobre o tema da construção da dicotomia entre cidade e sertão dos séculos XIX ao XX.. Cf. ARRUDA (2000).

nou-se fundamental e, para isso, era necessária a abertura de estradas de rodagem, a ampliação das estradas de ferro e promover a colonização (op. cit., p. 35).

Buscava-se completar o processo, iniciado no Império, de soldagem das partes no todo. Duas importantes características do PNV de 1934 era que ele não distinguia claramente quais troncos seriam ferroviários ou rodoviários e não se preocupou em dotar uma mesma região de vários modais diferentes, onde um pudesse ser complementar ao outro.

Por serem obras menos custosas e de execução mais rápida, os investimentos em rodovias preponderaram sobre as ferrovias, “[...] demonstrando claramente a opção que fora feita pelos nossos governos” (CARLTTO, 1979, p. 43).⁸ Se, nos anos de 1920, notamos um incremento nos investimentos em rodovias tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, a partir do governo de Vargas e das propostas de PNV, elas serão vistas praticamente como o único meio de melhorar as comunicações internas e levar o país ao almejado desenvolvimento. Referindo-se uma conjuntura mundial, Eric Hobsbawm foi muito feliz ao dizer que, mesmo antes do início da Segunda Guerra, tinha-se a ideia de que “[...] podia-se reconhecer o desenvolvimento econômico em muitos países do terceiro mundo pelo número de caminhos que possuíam” (HOBSBAWN, 1998, p. 260).

Como já discutimos, as obras ferroviárias em muitos pontos do Brasil se caracterizaram pelos interesses regionais em detrimento dos nacionais e da consequente formação de um sistema desconexo, além da enorme demora para a conclusão dos serviços. O que a implantação dos troncos proposta no PNV visava, era exatamente remover o regionalismo presente nas construções e, finalmente, interligar as estradas de ferro, dando-lhes características de rede. Tanto era assim que, dos que foram propostos, somente tiveram as obras atacadas aqueles que aproveitaram ferrovias já existentes, ou seja, prolongou-se esses caminhos

⁸ A bibliografia sobre a predileção pelas estradas de rodagem pelos governos federal e estaduais é bastante extensa. Basta dizer que todos os trabalhos sobre transportes que consultamos e citamos neste texto apontam para esta escolha.

de ferro para ligá-los a outros. É exatamente neste ponto que devemos nos deter para analisar o importante Tronco Meridional Norte 2, que ligaria São Luís do Maranhão ao Rio de Janeiro e daí às fronteiras com nossos vizinhos do Cone Sul.

Sua origem se localiza na implantação das primeiras ferrovias no Brasil, já que seria formada pela interligação de linhas que começaram a operar ainda na década de 1850. Pelo PNV de 1934, a Estrada de Ferro Central do Brasil, entre o Rio de Janeiro e Monte Azul em Minas Gerais, deveria ser interligada a Companhia Ferroviária Este Brasileiro, empresa francesa controladora da malha leste e que fora federalizada pelo governo Vargas em 1935, inclusive como forma de agilizar o tronco, e que abrangia, neste momento, os estados de Bahia e Sergipe.⁹ Os trilhos da Este deveriam se ligar aos da estrada de ferro Petrolina a Teresina, na altura da cidade baiana de Juazeiro através de uma grande ponte sobre o rio São Francisco. De Teresina, pela a Estrada de Ferro São Luís a Teresina, chegar-se-ia a capital maranhense. As quilometragens e os trechos construídos e a construir aparecem na tabela 2 e na figura 1 e se referem ao ano de 1957, em razão da criação da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).¹⁰

Ao entrar em vigência o Plano de Viação, parte considerável dos trechos descritos encontrava-se pronta. Da capital do país a Monte Azul, Minas Gerais, o tráfego estava aberto desde a primeira década do século XX, faltando completar a ligação da última localidade com Contendas do Sincorá na Bahia, num total de 359 km (inaugurados em 1951), a complementação da Ferrovia da Grota, entre as localidades baianas de Itaíba e Piritiba (89 km entregues em 1950). Deste trecho às margens do rio São Francisco em Juazeiro da Bahia, o tráfego era franco, detendo-se na borda do grande rio pela ausência da ponte ligando a cidade baiana à pernambucana Petrolina (Ponte Pres. Dutra, inaugurada em 1955). Desta, através da estrada de ferro Petrolina a Teresina, atingia-se Paulistana no Piauí, faltando a ligação desta última (461 km)

⁹ Sobre a malha Leste e a Cia. Ferroviária Este Brasileiro, consultar CUNHA (2011).

¹⁰ Fizemos a opção por utilizar os dados deste ano em razão da criação da RFFSA, durante governo Juscelino Kubistchek, ter-se realizado, principalmente, com objetivo de racionalizar a operação do sistema e agilizar a ligação das diversas linhas que o compunha.

com a capital piauiense. Em resumo, em 1934, faltavam ser executados cerca de 909 km de vias férreas para que se pudesse completar o tronco.

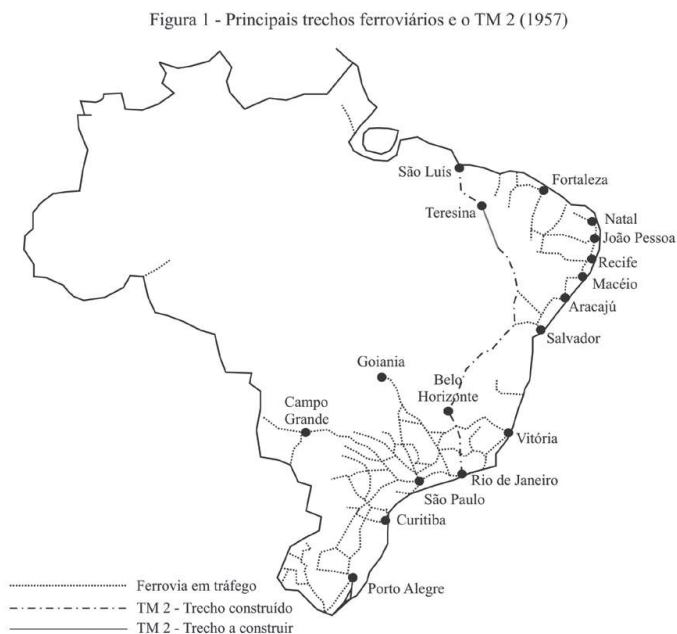
Tabela 2 – Trechos construídos e a construir no TM2

Trechos construídos até 1957		
	Quilometragem no TM 2	Trecho
Estrada de Ferro São Luís – Teresina	454	São Luís-MA X Teresina-PI
Viação Férrea Federal Leste Brasileiro	757	Paulistana-PI X Monte Azul-MG
Estrada de Ferro Central do Brasil	1.355	Rio de Janeiro-RJ X Monte Azul-MG
Total	2.566	
	Trechos a construir pela RFFSA	
Viação Férrea Federal Leste Brasileiro*	461	Paulistana-PI X Teresina-PI
Extensão prevista do TM 2	3027	São Luís-MA X Rio de Janeiro-RJ

Fonte: dados compilados pelo autor em SILVEIRA (op. cit.) e REVISTA FERROVIÁRIA (1960).

* Outra dificuldade metodológica aparece aqui, pois algumas estradas como a de Petrolina a Teresina, mudaram seu regime administrativo durante o período estudado. Primeiramente autônoma, passou a incorporar a Leste Brasileiro em 1943. Para todos os efeitos, essa ferrovia será estudada como parte da Leste.

Figura 1 – Principais trechos ferroviários e o TM 2 (1957)



Fonte: adaptação do autor a partir de base cartográfica DNIT - Brasil 2002.

A análise do parágrafo anterior e da tabela, cobrindo os anos entre 1934, o de promulgação do PNV, e 1957, quando fora criada a RFFSA, indica que para construir apenas 448 km demoraram-se 23 anos, o que, infelizmente, era característica recorrente nas construções ferroviárias brasileiras. Juntando-se a esta tradicional e infame morosidade, a Guerra Mundial de 1939 a 1945 dificultou ainda mais as construções e a aquisição de materiais, paralisando as obras em todo o país e, por extensão, no TM 2.

Para além da questão das construções, havia também o proble-

ma de remodelar os trechos já construídos para adequá-los ao tráfego. Era o caso da Este Brasileiro que, desde 1911, estava sob o controle do grupo francês *Chemins de Fer* e que se encontrava em terrível situação, como os eventos ligados à federalização da empresa em 1935 apontam. A empresa deveria ter sido federalizada em 1934, mas o decreto que estabelecia o processo foi sumariamente ignorado pelos controladores e pelo próprio governo. Somente em março de 1935, depois de greve dos ferroviários, mobilização da sociedade baiana e de manobras nos bastidores, conseguiu o governo encampar a companhia. Após retomar o controle, seriam necessários investimentos de vulto para minorar a péssima situação das vias da empresa, que fora rebatizada de Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. O mesmo se dava com a estrada de Petrolina à Teresina, que, ao ser incorporada a Leste, também teve de passar, ou pelo menos deveria, por grandes intervenções para oferecer tráfego regular ágil e seguro.

Dos últimos anos da era Vargas até a criação da RFFSA houve um agravamento da situação descrita, principalmente no que diz respeito à opção rodoviária. Em 1944, foi feito o primeiro plano exclusivamente rodoviário da União e, no ano seguinte, entrou em vigor a Lei Joppert, que deu autonomia administrativa e financeira aos órgãos encarregados de construir estradas de rodagem e garantia os recursos independentemente da vontade dos políticos. Importante inovação desta legislação é que ela destinava 12% do Fundo Rodoviário Nacional às prefeituras. Isso deve ser visto como uma forma do governo ampliar o sistema rodoviário de forma coerente: ele e os estados construiriam as grandes vias de penetração e as prefeituras, com os recursos do FRN, promoveriam a ligação com elas. Também é uma forma de se fazer política, através do “agrado” aos chefes locais. Outro aspecto inovador da Lei Joppert é que ela contribuiu para articular o DNER, criado na década de 30, aos órgãos estaduais, objetivando por fim ao individualismo verificado no setor, ou seja, tentava romper definitivamente com o regionalismo nas construções rodoviárias (FONTES, 1961, p. 7). Com a descoberta do petróleo na Bahia e a entrada em funcionamento da refinaria Landulpho Alves na década de 1950 e a posterior implantação da indústria automobilística a partir do segundo governo de Vargas, a rodovia tornava-se, definitivamente, o modal de transporte por excelên-

cia no Brasil. Cada vez mais, as estradas de ferro ficavam em segundo plano e isto seria fatal para a sobrevivência do sistema como um todo.

Em 1951, nova reformulação é feita na política nacional para os transportes através de um novo PNV. Não precisamos nos deter muito nele, pois as linhas gerais do plano de 34 foram mantidas, inclusive a ideia dos troncos e do TM 2, agora chamado de TPN, Tronco Principal Norte. Contudo, o novo plano estabelecia “[...] que a função pioneira, outrora exclusiva das estradas de ferro, passou aos transportes rodoviários e aeroviários” (BRASIL, 1973, p. 182). Ou seja, o mesmo plano que preconizava a conclusão dos principais trechos ferroviários previstos no PNV de 1934, frisava que a ferrovia entrava oficialmente para uma posição inferior em relação às rodovias.

Outra diferença entre o plano de 1934 é que, nas palavras da comissão elaboradora, era o que justificava a feitura de um novo, era que o primeiro tinha demonstrado a “[...] preocupação de dotar as várias regiões do país de um único meio de transporte” (Idem, p. 179-180),¹¹ o que era um problema, pois tal visão poderia ser aplicada sem prejuízos apenas nas zonas de pouca significância econômica. Nas de maior desenvolvimento, o ideal seria um sistema de transporte multimodal, onde um alimentasse o outro. Na prática, esta visão dava ainda mais reforço às rodovias em detrimento das ferrovias.

Não escapou a observadores e analistas da época esta preferência e o quanto ela era danosa à economia do país e ao sistema ferroviário. Oswaldo Gordilho, escrevendo em 1954, bem definiu o problema:

Sofremos [o sistema ferroviário] altamente a influência da concorrência do sistema rodoviário, que tanto pesa para o país, pela importação de todo o material, pela importação do combustível, que representa profunda carga em nossa economia, determinando as violentas quedas em nossas divisas.

¹¹ Como já dissemos, o Plano de 1934 não deixava claro, grosso modo, qual seria o modal utilizado em cada região.

Enquanto procuramos aumentar a intensidade de tráfego de certas linhas ferroviárias, seria aconselhável impor-lhe a concorrência de rodovias paralelas, largas e atraentes? (GORDILHO, 1956, p. 170 e 195)

Neste mesmo trabalho, Gordilho teceu severas críticas à forma como a política nacional dos transportes vinha sendo conduzida desde sempre. Para ele, havia planos demais e vontade política de menos, para executá-los. Na sua visão, “[...] a política de expansão dos transportes no Brasil foi sempre de dúvida, de insegurança, de falta de confiança, desarmonia e, em todo o tempo, balda em recursos”. Sem pulso firme, sem a injeção maciça de capitais e com um sistema sendo preferido em relação a outro, o país jamais iria conseguir romper com o atraso (Idem, p. 254). Note-se que, mesmo nos anos 50, a ideia de que o progresso e o desenvolvimento econômico só seriam atingidos pela melhoria nos transportes ainda gozava de grande força, pois, no final das contas, era uma realidade.

A derradeira tentativa de pôr o Brasil nos trilhos ainda no século XX, excetuando-se as privatizações ocorridas em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, deu-se com a já referida formação da RFFSA em 1957. Sua criação bem como as posteriores medidas e dificuldades que tomará e passará, se liga tanto às questões internas, como agilizar as construções, padronizar materiais e centralizar a administração, quanto às relações cada vez mais estreitas que o governo brasileiro passou a ter com os Estados Unidos. A indústria do automóvel norte-americana, ou de clientes destes, e o apelo do *american way of life*, cujo automóvel era um símbolo, batiam com força às portas do Brasil. A intensificação da predileção rodoviária e a supressão de grandes trechos ferroviários também é resultado da aproximação com Washington.

Os norte-americanos começaram a intensificar a penetração na política brasileira a partir das missões.¹² A primeira foi a missão Cooke

¹² Os primeiros passos neste sentido são do século XIX, como o Tratado Blaine – Mendonça que vigorou de 1891 a 1894. Nas primeiras décadas do século XX, ampliaram-se os investimentos de empresas de capital norte-americano no Brasil. Diminuindo durante a Era Vargas, ganhou impulso a partir do governo Dutra.

enviada por Roosevelt em 1942 que, dentre outras coisas, opinava favoravelmente à criação da CSN, Companhia Siderúrgica Nacional. A segunda, a Missão Abbink, começou a trabalhar em 1948, publicando seu relatório final no ano seguinte. A Missão, chefiada pelo norte-americano John Abbink e pelo brasileiro Otávio Gouvêa de Bulhões, tinha por objetivo “[...] estudar a situação brasileira e traçar um programa concreto de desenvolvimento do país” (MONIZ BANDEIRA, 2007, 436). O relatório final enfatizava as deficiências nos setores elétricos e de transportes, estranguladores do desenvolvimento do Brasil, e preconizava forte ação estatal nestas áreas estratégicas (SKIDMORE, 1982, 100). Também no governo Dutra, deve-se registrar o surgimento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e do plano SALTE, elaborado no fim do governo e que encontrou forte oposição que impossibilitou sua execução.

Para o que de fato nos interessa neste texto, o setor ferroviário, a instituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), já no segundo governo de Getúlio Vargas, tem grande importância. Antes de prosseguirmos, é importante notar que todas estas comissões, missões e planos fizeram parte de um esforço de planificação da política econômica nacional, dentro do jogo da guerra fria e do imperialismo norte-americano, esforço este que também se manifestava nos estados.

A CMBEU iniciou as atividades em 1951 publicando o relatório final em 1954. Nele, reconhecia que algumas medidas propostas pela Comissão eram pautas não executadas do plano SALTE, o setor ferroviário brasileiro era visto como um problema.¹³ Para os técnicos da Comissão, as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos não se intensificavam devido à precariedade dos meios de transportes nacionais, principalmente do setor ferroviário. Os transportes estrangulavam o desenvolvimento do país. Os problemas do sistema ferroviário brasileiro elencados pelos técnicos não constituíam, em absoluto, novidade: traçados inadequados, falta de coordenação entre os meios de transporte, falta de padronização das bitolas e dos materiais, ingerência política,

¹³ O título do anexo que trata das ferrovias no Brasil é, sintomaticamente, “problema ferroviário brasileiro”. Em BRASIL (1954, p. 22).

dentre outros (BRASIL, 1954, p. 23), eram conhecidos dos técnicos nacionais já de longa data. Vejamos um exemplo: os técnicos da CMBEU apontaram que a interferência política num setor industrial, como é o caso das ferrovias, era extremamente prejudicial. Cristiano Ottoni, em trabalho publicado no longínquo ano de 1859, apontava para o “perigo da afilhadagem” na administração das ferrovias nacionais (OTTONI, 1859, p. 83-84).¹⁴ Este apadrinhamento era extremamente comum e encontramos na documentação pessoal de governadores e homens da nata política brasileira dos séculos XIX e XX inúmeros pedidos de emprego para seus afilhados. O mal não se resolveu nem se resolveria após a constituição da RFFSA, mesmo com a empresa seguindo a cartilha da CMBEU. Um grande maço de documentos referentes à empresa, que abrange os anos de 1958 a 1962, localizado no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, está repleto de pedidos, atendidos ou não, de empregos nas estradas componentes da rede.¹⁵ O mal vinha de longe, era reconhecido e não se resolveria por mera indicação dos componentes da Comissão.

A novidade proposta estava na criação de uma subcomissão ou departamento governamental encarregado de articular as políticas para o transporte. Alguns órgãos estatais seguiam os Planos Nacionais de Viação, mas trabalhavam de forma independente entre si, cuidando apenas do modal do qual eram responsáveis, não existindo nenhum com a função de integrar o sistema de transporte nacional. Ainda demoraria, mas o departamento seria criado em 1965 pelo governo Castelo Branco com o nome de GEIPOT – Grupo Executivo de Integração das Políticas para o Transporte.

As lições deixadas pela CMBEU foram em parte ouvidas, tanto é que o Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek contemplou muitas delas no seu texto. O governo do ilustre mineiro ficou marcado pelo lema “50 anos em 5”, pregando o desenvolvimento e a industrialização. Sem transportes eficientes, as metas não poderiam ser atingidas.

¹⁴ Sobre os males das ferrovias brasileiras ver também JESUS (1922).

¹⁵ Trata-se do maço EAP vop 1959.08.04, contendo 238 documentos, disponível no link <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=EAP_MiniVOP&pasta=EAP%20vop%201959.08.04>. Acesso em 16 fev. 2014.

Para o setor ferroviário, a execução de alguns pontos do plano de Metas teria enorme importância por duas razões: primeiro porque previa o desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil e, portanto, era necessário dotar o país de estradas para estes automóveis, e, segundo, porque colocava a criação da Rede Ferroviária Federal S/A como necessidade premente.

As origens da RFFSA se encontram exatamente no esforço de planificação descrito, já que desde 1952 aventava o governo Federal a possibilidade de criar uma grande empresa ferroviária de capital misto que administrasse todas, ou a maioria, das estradas de ferro de propriedade da União (BRITO, 1969, p. 7).¹⁶ Ela significaria a unificação tanto administrativa quanto das políticas para o setor, na tentativa de remediar a precaríssima situação das ferrovias no Brasil, mas somente saiu do papel em 1957, quando pela Lei 3.115, de 16 de março deste ano, a empresa foi oficialmente criada. Era uma sociedade por ações, onde o governo Federal era o acionista majoritário e tinha como função precípua “[...] administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar, melhorar e manter em tráfego as estradas de ferro a ela incorporadas”. Originalmente, a RFFSA controlava 17 companhias ferroviárias que possuíam cerca de 25.000 km de estradas de ferro em tráfego. Nascia uma gigante que deveria resolver o problema ferroviário brasileiro. Mas como isso seria possível se, ao mesmo tempo em que criava a companhia para melhorar as condições das ferrovias nacionais, o mesmo governo que a fez nascer direcionava a maior parte dos recursos e as políticas para o setor rodoviário? Como retirar as ferrovias nacionais do ostracismo se a concorrência do automóvel se tornava cada vez mais severa e os males herdados do passado não eram resolvidos?¹⁷

Estes dilemas jamais foram solucionados e, mesmo com a diminuição dos déficits e da padronização dos serviços e materiais, a RFFSA não conseguiu tirar as ferrovias nacionais da decadência em

¹⁶ O autor aponta que, naquele ano de 1952, o presidente Vargas enviara ao Congresso Nacional mensagem onde esboçava e solicitava apoio para a criação da empresa.

¹⁷ O Plano de Metas de Juscelino destinou 60% das verbas dos transportes para as rodovias. Nos governos de João Goulart e dos militares, elas, por estarem atreladas à cadeia produtiva da indústria automobilística, tiveram aportes de recursos muito maiores do que a soma dos destinados aos outros setores do transporte.

que se encontravam, pois a maioria das estradas sofria com problemas de conservação da via permanente e do material rodante e não via as interligações serem efetivadas através de velhas obras, pensadas e planejadas há décadas, mas que não saíam nem saíam das pranchetas dos engenheiros. O TM 2, visto originalmente como fundamental para o desenvolvimento do país começou lentamente a ter os planos abortados, pois após a RFFSA nenhum quilometro de trilho foi assentado no único trecho ainda não concluído, o de Paulistana a Teresina. Ao contrário, começou-se a estudar a desativação de trechos componentes do Tronco, a ferrovia da Grota na Bahia e a própria estrada de Petrolina a Paulistana.

Como entender este abandono, já que até pouco tempo antes da criação da RFFSA, o TM 2 era tido como fundamental? A explicação anda em dois sentidos. O primeiro é que a ligação do nordeste com o sudeste passava a se dar pela zona próxima ao litoral através da ligação da malha nordeste da RFFSA, compreendendo os estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com a Leste, que ligava Sergipe e Bahia ao norte de Minas Gerais. Demorou-se, mas em 1970 a ponte rodo-ferroviária sobre o rio São Francisco entre Propriá em Sergipe e Colégio em Alagoas, que eliminou o uso do *ferry boat* na ligação entre as malhas, ficou pronta, permitindo a ligação entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro. Se em 1934 a questão estratégica pesou para que uma ligação norte sul pelo interior do Brasil fosse efetivada, após a RFFSA a questão econômica fora colocada acima de tudo: o litoral, zona de ocupação pioneira do território nacional pelo elemento colonizador, possuía maior nível de produção e população, portanto de cargas e passageiros, do que as ressequidas caatingas do interior do nordeste. Numa alusão anacrônica, mas pertinente, tal qual o português do século XVIII, o governo brasileiro dirigia seus trilhos pelo litoral como caranguejos (ANTONIL, S/D, S/P). O interior do país, notadamente no nordeste, seria tocado pela língua negra da estrada de rodagem asfaltada. Este é o segundo motivo para o abandono gradual do TM 2.

As décadas de 1960 e 1970 foram, sem dúvidas, momentos em que a predileção pelo asfalto se consolidou como a única viável para o Brasil. A RFFSA, que fora criada para fazer o sistema andar, passou a executar um sem número de estudos destinados a identificar trechos

ferroviários antieconômicos que deveriam ser extintos e substituídos por estradas de rodagem asfaltadas. Mesmo aqueles que deveriam permanecer ativos, com o trecho entre São Luís e Teresina, passaram a sofrer forte concorrência da rodovia construída muitas vezes ao lado da ferrovia, estabelecendo, para lembrar o já citado Oswaldo Gordilho, severa concorrência. A ligação por via rodoviária entre as duas capitais, no trecho referido, dar-se-ia pela complementação de trechos existentes e que, entre as décadas de 1950 e 1970, receberam pavimentação asfáltica. Era a BR 21, que deu origem a atual BR 316. Em outro trecho do natimorto tronco, entre o interior do Piauí e o norte da Bahia, a BR 52, atual BR 407, foi asfaltada na década de 1960 e o grande tronco rodoviário norte-sul, a BR 4, atual BR 116, também recebeu asfalto neste período. Já em 1967 era possível viajar do interior do Piauí ao Rio de Janeiro por rodovia asfaltada. O restante da ligação por asfalto até São Luís se completou na década seguinte (RESENDE, 1973).

Ao mesmo tempo em que as rodovias avançavam, o programa de erradicações da RFFSA o acompanhava. Como mostrado na tabela 1, a partir da década de 60, o sistema ferroviário brasileiro começou a encolher, pois, entre 1960 e 1980, cerca de dez mil quilômetros de trilhos foram arrancados e tantos outros escaparam por pouco, já que muitos estudos apontavam mais erradicações. É o caso do trabalho de J. Rey Alvarez, patrocinado pela SUDENE. Explicitamente, o autor recomenda uma série de erradicações incluindo-se o trecho de Monte Azul-MG a Mapele na região metropolitana de Salvador, cujo subtrecho entre a cidade mineira e Iaçú na Bahia era parte importante do TM 2. Tal medida era justificada, pois “[...] a próxima conclusão das obras de pavimentação da BR 4, Rio-Bahia”, tornaria a viagem mais rápida por encurtar a distância entre o Rio e Salvador em 750 km (ALVAREZ, 1962, p. 109-110). Apesar da indicação, esta seção opera até os dias de hoje.

O mesmo não se dera com outros trechos importantes do natimorto TM 2. O estudo de Alvarez apontava que o movimento do tráfego na estrada de Petrolina a Paulistana e na ferrovia da Grota na Bahia, além do avanço de estradas de rodagem nessas regiões, não justificavam sua manutenção, portanto deveriam ser erradicados. Dois anos depois do estudo de Alvarez, um outro trabalho a cargo do engenheiro Papírio Carleial e encomendado pelo DNEF – Departamento Nacional

de Estradas de Ferro, fazia as mesmas recomendações frisando explicitamente que

Do norte e do nordeste para o sul e vice-versa rodam caminhões, por estradas inadequadas, transportando passageiros e mercadorias que, por suas características e sob o ponto de vista econômico, somente deveriam ser transportados por estradas de ferro.

Transportam-se sobre pneus: bebidas e charque do Rio Grande do Sul para Fortaleza; Tecidos de Santa Catarina para Recife; gipsita de Juazeiro para São Paulo; Magnesita de Brumado para Belo Horizonte; etc; estendeu-se essa competição até a faixa dos chamados produtos baixos, que, pelo seu fraco valor venal, não ofereciam perspectiva de fretes mais elevados (CARLEIAL, 1964, p. 12).

Para o autor, essa concorrência desleal patrocinada pelo próprio governo inviabilizava a manutenção de longos trechos ferroviários que, além disso, cruzavam zonas empobrecidas e com baixíssima densidade de tráfego. A cartada final veio no mesmo ano de publicação de estudo de Carleial. Em 5 de novembro de 1964 entrou em vigor a Lei 4.452, que versava sobre os impostos a serem cobrados sobre a produção e comercialização de combustíveis e lubrificantes. Sua importância para o nosso tema é que, além de fazer o rateio dos valores entre as três instâncias do poder executivo (40% para União, 48% para os Estados e o Distrito Federal e 12% para os municípios), determinava como estes valores deveriam ser aplicados (9,4% para a RFFSA, 14,4% para Petrobras e 76,2% para os programas rodoviários). A enorme diferença nos percentuais que cabiam às rodovias e ferrovias selava o destino dos transportes no Brasil como predominantemente rodoviário.

No TM 2, o primeiro trecho a ter o tráfego suspenso e a ser eradicado foi o de Petrolina a Paulistana em 1972. A ferrovia da Grota, entre as cidades de Antonio Gonçalves e Iaçu fora extinto em 1976, mantendo-se apenas um pequeno ramal de 25 km que atende até os

dias atuais ao setor minerador, notadamente a FERBASA-Ferroligas da Bahia S/A, empresa que extrai ferro-cromo na região. Findava-se, sem nunca ter entrado em operação, o sonho de ligar o Brasil pelo seu interior. Em face do exposto, quais lições podemos tirar deste processo?

Primeiramente, os eventos ligados ao TM 2 apontam que, no Brasil, muitos projetos de importância nacional simplesmente não saem do papel, e tal situação se estende aos dias atuais. Vide, por exemplo, a enorme demora na construção da Ferrovia Norte-Sul entre o Maranhão e Goiás e deste a São Paulo ou a nova Transnordestina, que vem se arrastando desde o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Os que tentaram se materializar, demoraram tanto para serem concluídos que já nasceram obsoletos. Em segundo lugar, o automóvel vencera a contenda contra os trens de ferro. Nos dias de hoje, passageiros que de São Luís do Maranhão vão ao Rio de Janeiro viajam em ônibus amarelos com ar condicionado ou em aviões. Caminhões e carretas de todos os tipos, ostentando placas dos diversos estados brasileiros, cortam as BRs carregados dos mais variados produtos.

As linhas férreas que sobreviveram, tiveram os trens de passageiros suprimidos entre o final dos anos 80 e o início da década seguinte, sendo finalmente privatizados durante o governo Fernando Henrique Cardoso.¹⁸ Um alento para o setor foi dado a partir do primeiro governo do presidente Lula, já que planos de implantação de novos trechos ferroviários e a remodelação de alguns existentes foram feitos. O perigo é que, como referimos, eles demorem tanto a se materializar que já nasçam, numa triste repetição, obsoletos.

Referências

ALVAREZ, J. Rey. **Transporte ferroviário no Nordeste do Brasil**. Recife: SUDENE, Divisão de Documentação, 1962.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas**

¹⁸ Fora os metropolitanos, suburbanos e turísticos, restaram somente os trechos operados pela Cia. Vale do Rio Doce entre São Luís do Maranhão e a mina de Carajás em Paraupabas-PA e de Belo Horizonte a Vitória.

Drogas e Minas. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1737>. Acesso 15 ago. 2013.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões.** Bauru: EDUSC, 2000.

BRASIL. **Estatística das estradas de ferro da União e das fiscaliza-
das pela União no anno de 1915.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,
1920.

BRASIL. Conselho Nacional dos Transportes. **Planos de Viação:
evolução histórica (1808-1973).** Rio de Janeiro: S/E, 1973.

BRASIL. CMBEU. **Relatório geral: anexos.** Rio de Janeiro: Impren-
sa Nacional, 1954, 2º tomo.

BRASIL. Lei 3.115 de 16 de março de 1957, Artigo 7º, § 1º. Disponí-
vel em <<http://www.senado.gov.br/sf/senado/prodasen/#topo>>. Acesso
em 15 ago. 2013.

BRASIL. Lei 4.452, de 05 de novembro de 1964. Disponível em
<<http://www.senado.gov.br/sf/senado/prodasen/#topo>>. Acesso em 15
ago. 2013.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico
na época de Felipe II, Volume I.** São Paulo: Livraria Martins Fontes,
1983.

BRITO, Manoel Evangelista de. **A Rede Ferroviária Federal S/A
como fator de desenvolvimento do nordeste e da segurança nacio-
nal.** Salvador: Fundação Gonçalo Moniz, 1969.

CARLEIAL, Papírio. **Aspecto do problema ferroviário brasileiro.**
Salvador: DNEF, 1964.

CARLETO, Cássia Maria M. **A Estrada de Ferro Nazaré no con-
texto da política nacional de viação férrea.** Dissertação (Mestrado
em Ciências Sociais). Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, UFBA, 1979.

CUNHA, Aloísio Santos da. **Descaminhos do trem: as ferrovias na
Bahia e o caso do Trem da Grota (1912-1976).** Dissertação (Mestra-

do em História Social). Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2011.

EL-KAREH, Almir Chaiban. **Filha branca de mãe preta: a companhia da estrada de ferro D. Pedro II (1855-1865)**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FONTES, Adhemar de Souza. **Rodoviarismo na Bahia**. Salvador: Federação das Indústrias do Estado da Bahia, 1961.

GORDILHO, Osvaldo. **Os transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, Serviço de Documentação, 1956.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma. A ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JESUS, José Palhano de. Rápida notícia sobre as estradas de ferro. Em: **Diccionario historico, geographico e ethnographico do Brasil (commemorativo do primeiro centenario da independencia) introdução geral, (Brasil)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, Vol. 1.

MARX, Karl. **O Capital (edição popular)**. Lisboa: Edições 70, 1974.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OTTONI, Cristiano Benedito. **O futuro das estradas de ferro no Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859.

RESENDE, Eliseu. **As rodovias e o desenvolvimento do Brasil**. Brasília: DNER, 1973.

REVISTA FERROVIÁRIA. **Estradas de ferro do Brasil em 1960**. Rio de Janeiro: CBEI, 1960, (Suplemento).

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TARQUÍNIO, Mario. Vias de comunicação e meios de transporte no Estado da Bahia. In: **Revista IGHB**. Salvador: 1934.

Epigrafia do IGHB – em torno da lápide do “Jahu”

Lamartine Lima

Oficial superior médico da Marinha do Brasil, professor universitário, ex-secretário-geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e pertence a várias academias e entidades científicas e culturais brasileiras

Quem visita o “Pantheon” do INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, observa, no conjunto epigráfico que reveste o seu interior, a grande lápide sobre o portal nobre, em que está inscrito:

RIBEIRO DE BARROS

NEWTON BRAGA

NO DIA EM QUE DESCEU ÀS ÁGUAS DA BAHIA
O HIDRO-AVIÃO “JAHÚ”

O POVO BAHIANO REGISTRA NA SUA “CASA” OS SEUS
ENTUSIASMOS PELA MAGNÍFICA MISSÃO DE TENACIDADE E
ENERGIA PATRIOTICAMENTE DADA AO BRASIL
PELOS ARROJADOS AVIADORES QUE FAZEM A
TRAVESSIA GÊNOVA – SANTOS
EM 20 DE JUNHO DE 1927

JOÃO NEGRÃO

VASCO CINQUINI

Ela assinala o registro de um importante feito de aviadores brasileiros que passaram pela Bahia: a travessia aérea do Sul do Oceano Atlântico, sob navegação astronômica, sem escalas nem apoio náutico, pela primeira vez na História.

Na primeira década do século XX, o Brasil tinha a palma mundial do pioneirismo do homem levantar voo em dirigível com motor a gasolina e, também, deslocar-se em um aparelho, igualmente motorizado, mais pesado que o ar. Ambos os feitos devidos ao engenheiro mecânico e aeronauta mineiro Alberto Santos Dumont, culminando, na prática, a prova de seus estudos sobre peso, equilíbrio, sustentação e potência de uma aeronave. Ele construiu e operacionalizou o primeiro avião, um biplano “canard” denominado “14-bis”, e, em 23 de outubro de 1906, no Campo de Bagatelle, próximo do Bois de Boulogne, em Paris, realizou a primeira bem sucedida decolagem e o voo pioneiro. Com o seu avião, obteve os recordes internacionais de altura, velocidade e distância, medidos pelo “Aero Clube de France”, pelo que recebeu homenagens, importantes prêmios e monumentos.

Para desgosto de Santos Dumont, o aparelho voador que inventara foi aprimorado para utilização como arma aérea na I Guerra Mundial, de 1814 a 1918. Terminado o conflito, potências como Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Alemanha empenhavam-se no aperfeiçoamento das aeronaves e na conquista do espaço aéreo, em busca de hegemonia bélica.

Um ano após o término da I Grande Guerra, em junho de 1919, os aviadores britânicos John Alcock e Arthur Whitten Brown, usando um avião “Vickers Vimy” de bombardeio, que fora adaptado, realizaram, conduzindo um malote de correspondência, a pioneira travessia aérea direta do Oceano Atlântico Norte e, também, o primeiro correio transatlântico aéreo. Eles partiram de Saint John, Newfoundland – Labrador, Canadá, e chegaram em Clifden, Connemara, Count Galway, Irlanda, em 72 horas de voo sem interrupção. Por isso, receberam um prêmio do Secretário de Estado Winston Spencer Churchill, e cada um foi elevado a Cavaleiro Comandante da Ordem do Império Britânico, no Castelo de Windsor, pelo Rei George V, da Inglaterra.

Mais três anos, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, dois oficiais da Marinha de Portugal, o aviador Arthur de Sacadura Freire Cabral e o geógrafo, cartógrafo, inventor do sextante de bolha com horizonte artificial e do corretor de desvio de rumo pelo vento e, também, do historiador naval Carlos Viegas Gago Coutinho, com todo o apoio do governo português, se aventuraram na travessia aérea do Oceano Atlântico Sul. Ambos utilizaram um modelo de aeronave especialmente desenvolvido para aquela missão, o hidroavião monomotor “Fairey F III – D Mkl”, com motor “Rolls-Royce”, estrutura de madeira revestida em tela, tendo o peso, depois de lotado e abastecido, de duas toneladas e meia. Esse hidroavião foi batizado de “Lusitânia”. O reide aéreo foi o primeiro a empregar apenas a navegação astronômica. Por motivo de panes ocorridas durante o voo, houve necessidade de receber auxílio marítimo de navios e de substituição daquela aeronave. Foram, então, usados mais dois hidroaviões, os quais foram batizados, respectivamente, de “Pátria” e “Santa Cruz”. Assim, em três hidroaviões, os dois oficiais portugueses puderam realizar a pioneira travessia aérea sobre o Oceano Atlântico Sul. Decolaram do rio Tejo, em Lisboa, Portugal, com escalas na ilha espanhola de Las Palmas de La Gran Canária; Ilha de São Vicente e cidade de Praia, no então território português de Cabo Verde; Arquipélago de São Pedro e São Paulo, e Ilha de Fernando de Noronha, no Brasil; até o rio Capibaribe, no Recife, em Pernambuco; prosseguindo para o Porto dos Tainheiros, em Salvador, e Porto Seguro, na Bahia; em Vitória, no Espírito Santo; e amarando na Baía da Guanabara, em frente à ilha das Enxadas, no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Fizeram um voo intercontinental de 8.383 quilômetros, em 62 horas e 26 minutos, entretanto, a viagem demorara 79 dias, entre 30 de março e 17 de junho de 1922. Eles receberam muitas e grandes homenagens, justos elogios e promoções militares.

Este feito instigaria, nesse mesmo ano, as travessias transoceânicas do brasileiro João Ribeiro de Barros; de outro português, José Manuel Sarmiento de Beires; e do norte-americano Charles Lindbergh.

Quatro anos depois, em 1926, o oficial da Força Aérea Espanhola, Ramón Franco y Bahamonde Salgado Pardo de Andrade, com sua equipagem, no hidroavião “Plus Ultra”, fez a segunda travessia pelo

ar do Atlântico Sul, decolando de Palos de La Frontera, em Huelva, Espanha, a 22 de janeiro, com escalas em Las Palmas de La Gran Canaria; no arquipélago de Cabo Verde; no Recife, Pernambuco; no Rio de Janeiro; em Montevideu, Uruguai; indo pousar em Buenos Aires, Argentina, no dia 26 de janeiro, portanto, depois de quatro dias de viagem. Voou 10.270 quilômetros, em 59 horas e 39 minutos. Foi aclamado herói galego da aviação, ainda no reinado de Alfonso XIII, antes do seu irmão Francisco Franco vir a se tornar caudilho da Espanha.

A lápide do IGHB refere-se ao acontecimento de cinco anos mais tarde, a primeira travessia aérea transatlântica pelo Sul, sob navegação astronômica, sem escalas nem apoio náutico, empreendida por brasileiros – o piloto, comandante aviador e engenheiro João Ribeiro de Barros, acompanhado pelo copiloto, tenente do Exército Arthur Cunha, o qual não completou o trajeto, pois foi substituído, em Cabo Verde, pelo tenente da Força Pública de São Paulo João Negrão; pelo navegador, capitão do Exército Newton Braga, e o mecânico Vasco Cinquini – no hidroavião “Jahú”, em voo de Gênova, Itália, iniciado em 18 de outubro de 1926, a Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, onde amerissou a 14 de maio de 1927, depois seguindo, com escalas, inclusive na Bahia, a 27 de junho de 1927, até Santos, São Paulo, onde amarou no mês de agosto de 1927.

O comandante da aeronave, João Ribeiro de Barros, era nascido, no ano de 1900, na cidade de Jaú, estado de São Paulo, em uma família de cafeicultores, e, ainda durante o período da I Guerra Mundial, havia começado a cursar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista, que abandonou logo após o armistício, em 1919 – quando houve a primeira travessia aérea atlântica – para estudar engenharia mecânica, navegação aérea e pilotagem nos Estados Unidos, treinar acrobacias aviatórias na Alemanha e tornar-se definitivamente piloto na França, e, após exame a que se submeteu no Aeroclube Brasileiro, veio a receber da Liga Internacional de Aviadores o “brevet” nº 88, em 1923, um ano após o feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Não tardou, Ribeiro de Barros começou a planejar uma ação do Brasil: reide aéreo intercontinental e travessia transatlântica sem escalas. Seria necessário um hidroavião muito bem estruturado techni-

camente, com perfeita previsão de combustível, tendo o equipamento mínimo necessário para a pilotagem e a navegação com segurança, e o máximo de economia de peso, mais um plano de voo minuciosamente analisado.

Solicitou o apoio do governo brasileiro, que lhe foi peremptoriamente negado. Assim, vendeu a sua herança de fazenda de café aos irmãos e viajou para a Itália, tendo a finalidade de realizar, contando apenas com os próprios meios, o seu objetivo. Ali, comprou a aeronave *Alcyone*, um hidroavião “Savoia-Marchetti” – S 55 – versão C (civil), fabricado pela SIAI (Società Idrovolanti Alta Italia), em Sesto Calende, perto de Gênova, com estrutura de madeira, cobre e latão, de leme triplo e dois botes de pouso, na cor vermelha, que fora usado pelo Conde Casagrande, sob os auspícios do governo italiano, em tentativa de travessia transatlântica Itália-Brasil, interrompida em Casablanca, no Marrocos, África, o qual estava avariado.

Na busca de reformá-lo, foi à Nova Iorque, Estados Unidos, e ali se encontrou com o Almirante Gago Coutinho, a quem pediu conselhos. De volta à Itália, de comum acordo com o fabricante e com o mecânico Vasco Cinquini, procederam a uma grande transformação no hidroavião, substituindo os motores por dois “Isotta Fraschini Asso 500” (cada um deles com a potência de 550 HP), colocando 16 tanques de combustível, e trocando os botes por duas unidades de proa alta e melhor hidrodinâmica, reduzindo a carga útil, inclusive até a aparelhagem de rádio, melhorando, assim, a sua velocidade para 166 quilômetros por hora, e a autonomia para 16 horas de voo. Depois de prontificada a reforma, rebatizou a aeronave de “Jahú”, em homenagem à sua terra natal.

Começou a sua aventura naquele dia 18 de outubro de 1926, decolando de Gênova, Itália, em direção ao Arquipélago de Cabo Verde, no Oceano Atlântico, porém, com cinco horas de voo, na altura do Golfo de Valência, um motor começou a rater, houve necessidade de amerissagem de urgência em Dênia, e se deslocaram para Alicante, Espanha, em procura de correção para a estranha pane. Naquela cidade, a tripulação foi presa por haver o avião descido sem prévia permissão do governo espanhol, e os aviadores foram liberados por interferência do cônsul brasileiro.

Prosseguindo viagem, fizeram nova escala forçada em Gibraltar, território ibérico da Inglaterra, para outra revisão mecânica, sob melhores condições técnicas, quando verificaram no filtro de combustível uma borra abrasiva com areia e sabão caseiro colocada no sistema de alimentação do motor em pane, presumível sabotagem executada ainda no aeroporto italiano.

A 25 de outubro de 1926, seguiram para Las Palmas de la Gran Canária, quando outro motor começou a ratear e, mesmo assim, pousaram ali, depois de sete horas e 15 minutos, superando o recorde de Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Tinha havido mais um problema, desta vez na engrenagem da bomba de alimentação, e tiveram de providenciar uma peça artesanal.

Dali, alçaram voo, durante nove horas e 26 minutos, até a escala planejada na cidade de Praia, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, então território português, onde aconteceu que o comandante Ribeiro de Barros contraiu grave malária, com quatro crises violentas e teve de demorar em tratamento. Houve então um desentendimento, quando o copiloto, tenente do Exército Arthur Cunha, que saíra do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, para começar a viagem, quis assumir o comando, porém foi desligado da travessia, teve de deixar a tripulação e retirar-se para Lisboa. O tempo de demora foi aproveitado pelos tripulantes que restaram, para mais outra revisão minuciosa, quando encontraram uma peça de bronze solta no cárter, mais uma sabotagem que se presumiu originada no aeroporto italiano, e procederam a conserto das avarias e substituição de peças da aeronave.

Então, ocorreu um episódio muito curioso: o governo brasileiro, sob a presidência de Washington Luiz Pereira de Souza, que, em nada auxiliara aquele empreendimento, e a ele negara apoio, determinou, por telegrama, que a travessia fosse encerrada em Cabo Verde, a aeronave desmontada, encaixotada e remetida de navio para o Brasil. O comandante João Ribeiro de Barros, também através de telegrama, repeliu veementemente aquela ordem. A senhora Margarida Ribeiro de Barros, mãe do comandante, ainda por telegrama, da capital paulista fez-lhe uma forte moção de apoio, e providenciou novo copiloto, o tenente da Força Pública de São Paulo, João Negrão, que embarcou, acompanhado

por Osório Ribeiro de Barros, um dos irmãos do comandante, até Cabo Verde.

Cinco meses depois, decolaram de Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde, na madrugada de 28 de abril de 1927, alcançando uma velocidade de 190 quilômetros por hora, a uma altitude de 250 metros, durante 12 horas e, ao entardecer do mesmo dia, amerissaram no território brasileiro de Fernando de Noronha, firmando recorde de velocidade, ainda com 250 litros de combustível nos tanques.

Daquela ilha, prosseguiram o seu roteiro, amarrando no rio Potengi, em Natal, Rio Grande do Norte, onde, a 14 de maio de 1927, sete meses após a partida da Europa, foi completada a travessia aérea transatlântica Sul, sob navegação astronômica, sem escalas nem apoio de navio, um dos fastos da História da Aviação.

Após este feito, voaram até o rio Capibaribe, no Recife; depois, até a enseada da Ribeira de Itapagipe, o Porto dos Tainheiros, em Salvador de onde seguiram até a Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro; finalmente até Santos e à represa de Santo Amaro, no Estado de São Paulo, onde pousaram na água e terminaram a viagem em agosto de 1927, três meses depois da travessia, perfazendo um total de dez meses de viagem, havendo recebido merecidas homenagens em todas as cidades visitadas.

Interessante é que, ao pousar o “Jahu” sobre as águas do rio Potengi, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, encontraram um hidroavião “Argos”, um “Dornier Do J (Wall)”, metálico, com dois motores “Lorraine-Dietrich” de 450 CV. Era o aparelho comandado pelo aviador e engenheiro militar português José Manuel Sarmento de Beires – que, desde 1919, pedira, e então lhe fora negada pelo governo, autorização para voar de Lisboa ao Recife, Pernambuco, e já efetuara, em 1920, com um avião “Breguet Br 14”, o primeiro voo noturno da História da Aviação Portuguesa – o qual, com sua equipe, utilizando o instrumento sextante aperfeiçoado por Gago Coutinho, a que o seu navegador aéreo Jorge de Castilho acrescentara um melhoramento de iluminação da bolha de nível, haviam realizado, sob navegação astronômica, aquele percurso. Eles haviam partido, para a América do Sul, do rio Tejo, em frente de Alverca do Ribatejo, em Portugal, a 1º de

março de 1927, voaram para Casablanca, Ad Dakhala, Vila Cisneiros, no Sahara Ocidental, no Marrocos, então espanhol, depois até a Ilha de Bolama, na Guiné, naquela época ainda portuguesa, de onde se alçaram para sobrevoar o oceano toda a noite e a manhã seguinte, em um trajeto de 2.500 quilômetros, com a velocidade de 143 quilômetros por hora, e fizeram escalas em território brasileiro, nos Penedos de São Pedro e São Paulo, e na ilha de Fernando de Noronha; chegaram, destarte, ao Rio Potengi, onde concluíram a primeira travessia aérea noturna, sob navegação astronômica, do Oceano Atlântico Sul, outro dos fastos da História da Aeronáutica. Também prosseguiram para o rio Capibaribe, no Recife, Pernambuco e até o Rio de Janeiro. E já estavam de regresso, passando em Natal, a 14 de maio de 1927, seguindo para Belém do Pará, de onde levantariam voo, a 5 de junho de 1927, no rumo das Guianas, América do Norte e Açores, de regresso a Portugal; contudo, na capital paraense, um acidente com uma porta que se desprende e rasgou uma das asas provocou a perda do “Argos” no mar, obrigando-os a voltar de navio para Portugal.

Uma semana depois do brasileiro comandante João Ribeiro de Barros realizar a primeira travessia, sob navegação astronômica, sem escalas nem apoio marítimo, do Oceano Atlântico Sul, foi realizada a primeira travessia solitária, sem escalas nem apoio naval, do Oceano Atlântico Norte, pelo aviador norte-americano Charles Augustus Lindbergh, que, no avião “Spirit of Saint Louis”, decolou do Condado de Nassau, Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América do Norte, no dia 20 de maio de 1927, e, no dia seguinte, após 33 horas e 31 minutos de voo, aterrisou em Paris, na França.

O brasileiro comandante João Ribeiro de Barros teve a sua histórica viagem aérea transatlântica enaltecida em uma carta que lhe endereçou Santos Dumont. A Itália concedeu-lhe a Cruz de Malta. A França incluiu-o na Legião de Honra. A Alemanha conferiu-lhe a Cruz Gamada. As capitais que percorreu em seu voo colocaram o seu nome em placas comemorativas. Com o seu precoce falecimento, causado por lesão hepática devido a malária, no ano de 1947, a cidade de Jaú ergueu um monumento em sua memória.

A preciosa peça histórica e museológica que é o hidroavião “Jahú”, depois de ter ficado, durante muitos anos, em exposição no Museu Paulista, no Ipiranga; no Museu da Aeronáutica de São Paulo, no Ibirapuera; no hangar da Polícia Militar do Estado de São Paulo; e no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, encontra-se, atualmente, como o único exemplar daquele modelo de aeronave no mundo, devidamente restaurado, no Museu Asas de um Sonho, da TAM (Transportes Aéreos Marília), na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, onde pode ser visitado.

Centenário de personalidades

Jorge Calmon, uma vida de amor à família

Jorge Calmon Filho

Jorge Calmon Filho é engenheiro, pós-graduado em Análise de Sistemas e mestre em Administração, auditor fiscal concursado da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, já foi presidente da Companhia de Informática Prodeb e é o filho caçula de Leonor e Jorge Calmon.

Estamos em festa pelo nascimento há cem anos de um homem honrado, educado e ético que muito fez pela Bahia. Jorge Calmon era um homem de princípios nobres e deixou, para os filhos, netos, bisnetos, e para todos que tiveram o privilégio de conhecê-lo, exemplo de vida, pautada no bom caráter, na solidariedade, paciência, refinada educação e alegria de viver.

Apesar das muitas ocupações, jamais se negou a ouvir quem o procurasse, com quaisquer dúvidas ou problemas. Familiares e amigos, que não eram poucos, sempre recorriam à sua sabedoria.

Ao lado da sua amada e doce Leonor, construiu um lar afetuosos e unido. Lar casualmente bem planejado, já que tiveram três filhos em sequência, Maria Romana, Maria Edith e Mário, um intervalo exato de cinco anos, até chegarem os três últimos, também em sequência, Maria Virgínia, Maria Teresa e eu.

Meu pai, caçula de seis filhos, nasceu em 7 de julho de 1915, aqui, em Salvador. Naquela época, seus pais estavam em difícil situação financeira. O Cel. Pedro Calmon Freire de Bittencourt e sua esposa D. Maria Romana Moniz de Aragão Calmon de Bittencourt, outrora tiveram muitas posses, entretanto, um revés nos negócios do café os levou à bancarrota em 1897.

Quando Jorge nasceu, seu irmão mais velho, Nicolau tinha 15 anos, Pedro, o segundo filho, tinha 13, Dulce tinha 8, Romana, 6 e Maria Teresa, 1 ano. Sentindo a situação da família e, em busca de ajudar nas despesas da casa, a única saída era os filhos estudarem bastante e, logo que possível, começarem a trabalhar para ajudar em casa. Aos 19 anos Pedro embarca para o Rio de Janeiro, a convite do tio Miguel Calmon. Dotado de uma inteligência ímpar, muito estudioso e com o dom da oratória, logo se forma em Direito e segue notável carreira acadêmica, política e transforma-se num dos mais brilhantes historiadores e oradores do país. Nicolau forma-se também em Direito, segue a carreira de juiz, é escolhido desembargador e chega a presidência do Tribunal de Justiça da Bahia. Com estes dois exemplos em casa, Jorge escolhe também cursar Direito e em 1934, aos 19 anos, Ernesto Simões Filho, atendendo a um pedido de seu irmão Pedro, lhe dá oportunidade de estagiar em A TARDE, dividindo o tempo do trabalho com os estudos.

No ano seguinte, sentindo que Jorge desempenhava bem suas funções, Dr. Simões o contrata como repórter. Rapidamente destaca-se nas reportagens e, no mesmo ano, é promovido a Redator-Secretário. Em 1937 gradua-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Fisgado pela dinâmica do jornalismo, nunca exerceu a profissão de bacharel em Direito, mas o conhecimento das leis, das técnicas de argumentação e de redação foram essenciais para sua carreira na imprensa.

Ganhando cada vez mais a confiança de Dr. Simões, em 1947, faz uma edição marcante de A TARDE sobre o centenário de nascimento do poeta Castro Alves. Dois anos depois, em março de 1949, coordena o caderno especial do jornal sobre o 4º centenário de fundação da Cidade do Salvador. Em junho de 49 é promovido a Redator-Chefe.

Desde o início da carreira profissional Jorge ajudava em casa e, junto com seus irmãos e irmãs, deu uma condição melhor de vida para

seus pais. Em 31 de agosto de 1941 morre o Cel. Pedro, aos 84 anos de idade. Em 12 de junho de 1948, prestes a completar 33 anos, Jorge casa-se com Leonor Seixas de Macedo Costa. Daí e pelos próximos 11 anos, até o falecimento de sua mãe em 3 de março de 1959, Jorge estabelece uma rotina de visitá-la diariamente ao sair do trabalho ou, à noite, com Leonor e os filhos. Seu amor e afeição à mãe era marcante e ele sempre nos relatava os sacrifícios que ela fez para sustentar a família e educar os filhos.

Tendo passado por tal situação, tanto ele quanto minha mãe, nos deram uma rígida educação financeira, mostrando que a vida pode reservar surpresas no caminho e que devemos planejar para que tenhamos condições de superar, com o mínimo de sofrimento, tais momentos difíceis.

Com o correr da vida, meu pai candidata-se a deputado, exerce dois mandatos, é nomeado secretário do Interior e Justiça do Governo Lomanto Jr, ministro do Tribunal de Contas do Estado, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, participa de inúmeras entidades culturais, filantrópicas e educacionais, profere palestras, escreve livros e atende a muitos compromissos sociais. No ápice da sua atuação profissional, extremamente ocupado, consegue tempo para estar com a família, nos ouvir e orientar. Fazia questão, sempre que possível, de almoçar e jantar em casa com todos os filhos à mesa, quando partilhávamos as alegrias e agruras dos nossos dias de estudantes ou de profissionais em início de carreira. Sempre sereno, ele escutava e nos passava seu ponto de vista, não sem antes ouvir a opinião sensata e equilibrada de Leonor.

À noite, no gabinete da casa da Vitória, sentado à máquina de escrever, com o cigarro com piteira entre os dedos ou nos lábios, entrávamos sem fazer barulho para não desconcentrá-lo do trabalho. Às vezes, quando estava escrevendo bilhetes para os amigos ou respondendo às inúmeras correspondências que recebia, e nenhuma deixava sem resposta, percebendo que entrávamos, parava tudo para nos ouvir e aconselhar. Ia até tarde da noite teclando na velha Remington e Mário, cujo quarto era colado ao gabinete, lembra de dormir constantemente embalado pelo tec-tec da máquina de escrever.

Em 1971, aos 55 anos, com a assessoria dos seus amigos João Magalhães e Luciano Libório, adquire sua primeira fazenda de cacau, em Ibirapitanga, a Fazenda Boa Sorte. Feliz com o novo projeto, ele que sempre foi um entusiasta das atividades produtivas, anima-se muito e põe-se a estruturar e investir na produção de cacau. Nesta época, ainda sem a BR-101, chegar à fazenda, distante 360 km de Salvador, era uma aventura. Como a região é de muitas chuvas e as estradas eram de terra, penava muito para ir e voltar. Com a chegada da estrada asfaltada, a ida à fazenda a cada 15 dias, era momento de trabalho e de lazer, que muito bem lhe fez. Eu e Mário o acompanhávamos constantemente e vimos como ele gostava da vida simples do interior, da conversa com todos da pequena Ibirapitanga e do ambiente agradável das roças dentro da Mata Atlântica, quando recordava feliz dos tempos de criança na fazenda Baixa da Fartura, do seu tio Sertório, irmão de seu pai. Voltava renovado para Salvador. Até hoje mantemos e cuidamos, com muito carinho, da Boa Sorte.

Gostava de exercitar-se, seja andando em volta da casa ou na bicicleta ergométrica, assim se mantinha em forma para atender aos muitos compromissos do dia.

Viajar também era um dos seus prazeres, fosse para visitar seu irmão Pedro, no Rio de Janeiro, para coletar informações para suas aulas de História da América no México, Colômbia, Venezuela ou Peru, passear com Leonor na Europa ou visitar jornais e gráficas nos Estados Unidos.

Leitor voraz, na sua mesa de cabeceira invariavelmente estavam três volumosos livros, que lia ao mesmo tempo. Biografias, livros de história do Brasil, das Américas e da política mundial eram seus preferidos.

Seu gabinete era circundado de enormes estantes com livros cuidadosamente separados por assunto. Tais livros e enciclopédias em muito nos ajudaram nas pesquisas escolares e a desenvolver o hábito da leitura.

Gostava de falar constantemente por telefone com seus irmãos e sobrinhos, procurando saber como estavam todos e como podia ajudar, mantendo fortes os elos das relações familiares.

Por telefone também, à noite, após estar informado dos principais assuntos do dia, fazia o fechamento da edição do jornal e dava a manchete de capa.

Com cinco irmãos, um cunhado muito próximo, Luís Fernando Macedo Costa, Guga, irmão de Leonor, os seis filhos, outros tantos primos e sobrinhos, eram constantes as reuniões familiares em aniversários e comemorações. Ele gostava muito destes eventos e, ainda mais, dos jantares dominicais na casa da sogra, D. Edith, no Porto da Barra. Ali era uma festa: muitas histórias divertidas contadas por Mário e tio Guga o deixavam sem fôlego de tanto rir. Depois saíamos todos andando até o Farol da Barra, para fazer a digestão.

Tinha um xodó: um automóvel Aero Willis quatro portas que ele chamava de Flecha Verde. Nome controverso, já que ele raramente acelerava acima dos 40 km/h. Dirigia com extrema cautela e nós ficávamos atrás incentivando-o a andar mais rápido, sem termos sucesso.

O tempo passava, os filhos cresciam, apareciam as namoradas e namorados, os noivados e ele com muito ciúme dos marmanjos que pretendiam casar com suas filhas. Quando a data do casamento se aproximava, dizia: “Minha filha, pra que você vai casar? Aqui você tem tudo que precisa. Vai querer ter trabalho de cuidar de casa, de marido?” Tentava assim dissuadi-las do casório para manter aquele núcleo familiar que tanto gostava. Claro que foi em vão e a chegada dos genros, noras e dos doze netos lhe trouxe muitas alegrias.

Assim era a vida em nossa casa, cheia de amor e de afeto, conduzida por um casal que se entendia maravilhosamente bem e que nos deixou um legado de humanidade e bondade que muito nos orgulha!

Obrigado, Jorge e Leonor por vocês existirem e por partilharmos de vidas tão exemplares! Nosso amor por vocês é eterno!

Jorge Calmon e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Roberto Sá Menezes

Provedor da Santa Casa de Misericórdia

O jornalista e historiador Jorge Calmon Moniz de Bittencourt foi admitido como irmão da Santa Casa em 19 de dezembro de 1966 e em 1983 foi eleito para Definidor, cargo que ocupou até 2006, ano da sua morte.

Jorge Calmon era um Definidor assíduo e comparecia em quase todas as reuniões, sempre justificando previamente suas eventuais ausências.

Pessoa de reputação irrefutável, Jorge Calmon comumente era consultado pelos Provedores sempre que algum assunto precisava de uma avaliação mais apurada antes das decisões da Mesa e Junta. Assim, não à toa, em Sessão da Junta de 11 de dezembro de 1985, um dos irmãos propõe que conste em Ata uma nota pela satisfação da data, ocasião em que vinham sendo prestadas inúmeras homenagens pelos 50 anos de dedicação de Jorge Calmon ao jornalismo, o que prontamente é aprovado por todos.

Sempre dedicado a causas sociais e aos valores culturais, em Ata de 17 de dezembro de 1986 consta uma intervenção sua em que pede, na qualidade de Diretor do Jornal A Tarde, especial atenção ao Provedor e aos Irmãos para ajudá-lo na “luta que está travando” com entidades governamentais e culturais do Estado para remoção de um barracão de madeira existente na lateral norte do Edifício Sede da Santa Casa, pon-do em risco a segurança do prédio, tanto em caso de incêndio quanto por facilitar o arrombamento e roubo. Aproveitou a oportunidade e fez também um apelo no sentido de preservar a Estátua da Fé, pertencente ao Cemitério do Campo Santo, que estava a escurecer o mármore, sen-do apoiado pelos Irmãos.

Em 1988 o Provedor propôs mudanças administrativas no Ce-mitério do Campo Santo em relação às normas de Inumação. Jorge Cal-mon pede a palavra em Sessão da Junta e diz que a iniciativa era muito boa, principalmente pela preocupação da Santa Casa em salvar o pa-trimônio histórico e artístico do Campo Santo. Porém, no ano de 1993 ainda havia um impasse sobre a implantação dessas normas e mais uma vez o Irmão Jorge Calmon cita que muitos mausoléus são considerados obras de arte ou históricas, tendo a Santa Casa a obrigação de zelar por eles. O Irmão Ruy Simões informou que o assunto ficou sem so-lução justamente por esse aspecto e então o Provedor resolve pedir ao Irmão Jorge Calmon que redigisse as cláusulas referentes às sepulturas de valor histórico e/ou artístico, emenda essa que em Ata posterior foi aprovada por unanimidade.

No ano de 1999 o Provedor Álvaro Conde Lemos Filho resolve fixar uma data de fundação da Santa Casa, para que possa haver come-morações na ocasião dos 450 anos, e para que pudesse ser cunhada em uma medalha comemorativa, além de constar a data nos papéis timbra-dos da instituição.

É então o definidor Jorge Calmon que fica encarregado de dar um parecer sobre o assunto e o mesmo sugere que fosse 14 de dezembro, embasando a sua escolha no registro da data do pagamento da primeira doação feita para a Santa Casa, pelo marinheiro Estevam Fernandes, que esteve internado no hospital nos meses de junho e julho de 1549 e veio a falecer pouco tempo depois, deixando um legado em seu tes-

tamento para a Santa Casa. Dessa forma, o Irmão Calmon sugere que na medalha comemorativa e nos papéis timbrados da instituição conste apenas a frase “fundada em 1549”, por ser a data de 14 de dezembro apenas simbólica, porém, atendendo aos anseios de se estabelecer um marco inicial para a instituição.

No dia 18 de dezembro de 2006 faleceu o Dr. Jorge Calmon. No dia seguinte, em reunião conjunta do Definitório e da Mesa Administrativa da Santa Casa, o Provedor Álvaro Conde Lemos Filho lembrou o jornalista que marcou a história da Bahia. Sua morte foi uma grande perda para a Bahia e para a Santa Casa, que, nesta data, como Irmão, completaria 40 anos. Sempre que solicitado, dava a sua contribuição com serenidade e confiança. Relembrou o Provedor que, quando participaram da Diretoria da Associação Comercial, ele sempre se dispunha a colaborar, não medindo esforços. Em qualquer fórum, as suas intervenções eram primorosas e espirituosas, mas fundamentadas na sabedoria. Comentou que no V Congresso Internacional das Misericórdias, aqui em Salvador, o Irmão Jorge Calmon presidiu a primeira sessão do evento, a qual começou precisamente às 9h30min. Então disse à platéia “Desmentindo uma suposição, absolutamente correta, de que os baianos são impontuais, as nove e trinta em ponto – podem conferir – declaro instalados os trabalhos”.

Em 2008 o arquivo histórico da Santa Casa, passou por um processo de modernização e reestruturação, sendo então rebatizado como Centro de Memória Jorge Calmon, em uma justa homenagem ao Definitor. A inauguração foi realizada com a presença de alguns dos seus familiares e personalidades da Bahia, como o ex-governador Dr. Roberto Santos, também Irmão da Santa Casa. Em frente ao Centro de Memória há uma placa iluminada com foto sua.

Jorge Calmon – Um homem de palavra e das palavras

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Observar o ser humano sempre foi uma tarefa constante em minha vida, embora tenha escolhido o caminho das contas, arriscando-me, por vezes, no caminho dos contos. E, quando falo em observar, assim faço no sentido não apenas de ver o indivíduo externamente, mas de examinar, cuidadosamente, o verdadeiro sentido de seu ser.

Cheguei, desse modo, a algumas constatações. Percebi que há homens que pensam, há homens que sonham e há homens que realizam. Mas, quando o espírito humano é impulsionado por esta tríade de motivações, abre-se o espaço para a jornada rumo à construção da história para a transformação do mundo. Valho-me desta assertiva para falar de um homem que não tive o prazer de conhecer pessoalmente, mas que admiro pelo que ouço contar e pelo que li a seu respeito, devido, principalmente, às suas posições firmes e à sua grandeza de caráter que ficaram marcadas em sua trajetória. Refiro-me a Jorge Calmon Moniz de Bittencourt, o saudoso jornalista, deputado estadual constituinte, Secretário do Interior e Justiça, professor emérito da Universidade Federal da Bahia, membro da Academia de Letras da Bahia e Ministro do Tri-

bunal de Contas do Estado da Bahia, cargo este cuja denominação hoje atribuída é a de Conselheiro.

Com muita honra, recebi o convite da Associação Baiana de Imprensa (ABI) para integrar a comissão que organiza as comemorações pelo centenário de nascimento, em 2015, de Jorge Calmon. Por feliz coincidência, o mesmo ano em que o Tribunal de Contas do Estado, Corte que atualmente presido com imenso orgulho e dedicação, completa um século de existência. Por ocasião do primeiro encontro dos integrantes da comissão, coube a mim um breve pronunciamento a respeito do ilustre homenageado. Diante do muito que ouço dizer a respeito de Jorge Calmon, destaquei as características que considero as mais marcantes: “Era um homem de palavra e das palavras”.

Acredito que não há forma melhor de esboçar um juízo sobre alguém do que observar se as suas palavras correspondem aos seus atos. Este perfil de retidão comportamental me foi traçado por vários colegas e amigos que tiveram um convívio estreito com Jorge Calmon. No seu entendimento, o compromisso e o cumprimento do dever estavam em primeiro lugar. Eis o homem de palavra. Já na trincheira do jornalismo, o homem das palavras contribuiu na construção dos pilares do estado democrático de direito. Atuando como diretor de redação do jornal A TARDE por quase 50 anos, o jornalista Jorge Calmon se empenhou em manter o periódico a serviço da cidadania e da liberdade de expressão.

Nada obstante a sua contribuição para com o jornalismo, fiquei muito orgulhoso de constatar, não apenas pelo fato de dela ser integrante, mas por reconhecer sua importância para a sociedade, que foi com a Casa de Controle baiana que ele mais se identificou. E sei disso, pois foi o próprio Jorge Calmon que assim se manifestou por ocasião da conferência *O Tribunal de Contas na Concepção de Ruy Barbosa*, que proferiu como orador da sessão comemorativa do Dia dos Tribunais de Contas, realizada em 7 de novembro de 1984. Foram estas as suas palavras:

[...] Honrado pela convocação, aceitei-a sem hesitar. Significou o ensejo de voltar ao seio desta instituição, de cujos trabalhos participei durante alguns anos e à qual devo um dos pe-

ríodos mais úteis e mais educativos de minha existência pelo muito que aprendi ao percorrer uma seara ainda não visitada – esse território das finanças públicas, povoado de leis, praxes e algarismos, que constitui a parte física mais importante da administração do estado [...]"

Aqui muito me identifico com o nobre Ministro, pois, sem qualquer dúvida, assim como para ele, os períodos mais úteis de minha vida sempre estiveram atrelados à história do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Casa de Contas e de Controle da qual tenho imenso orgulho de servir há mais de 27 anos.

Dono de um estilo elegante, Jorge Calmon elaborou diversos textos marcados por uma visão humanista, na qual se reflete a preocupação com as causas sociais e com a coisa pública. Um dos exemplos de sua escrita eivada de ideais e consciência civil é a supracitada conferência. Em sua fala, Jorge Calmon destaca a concepção de Ruy Barbosa, fundador do Tribunal de Contas do Brasil e patrono dos Tribunais de Contas, sobre as Cortes de Contas. De início, o conselheiro sublinha o caráter de independência e isenção que deve permear essas instituições.

[...] Modelar comportamento, o daquele grupo de homens, considerando, além do mais, que quase todos eles chegaram ao Tribunal pela mão da política. Porém, desde que empossados, desde que investidos na função, haviam sabido assumir o seu papel, que certamente não era, nem é, o de dobrar-se, em qualquer circunstância, a interesses estranhos, mas o de a estes sobrepor, intransigentemente, o interesse público. A consciência de uma nova missão, de uma nova responsabilidade, produz, não raro, a alteração do comportamento da pessoa, por criar um condicionamento psicológico, ou moral, que a torna capaz de colocar o dever acima de qualquer conveniência ou adversidade [...].

Em uma espécie de antevisão, o conselheiro Jorge Calmon defendia, em 1984, aquilo que a Carta Constitucional estadual de 1989

iria consagrar como preceito: a autonomia e a independência do Tribunal de Contas. Requisitos essenciais para que seja assegurada a efetividade do Controle Externo.

Em outro trecho do mesmo discurso, Jorge Calmon enaltece a figura de Ruy Barbosa como personagem extemporâneo da jurisprudência, que muito trabalhou para que as Cortes de Contas – a como ele próprio denominava “a Justiça de Contas do Brasil” – fossem instituições fortalecidas e resistissem aos embates do tempo. Seu texto denota uma preocupação com o controle jurisdicional das despesas públicas, revelando a verve de um Ministro, verdadeiro conselheiro em todas as possíveis definições, que conhecia, com profundidade, a obra do ilustre jurista baiano.

[...] Aliás, tudo o que Ruy produziu, tudo aquilo que ele concebeu, ou disse, ou lançou no papel, superou de muito a sua época, e até hoje subsiste, assim como permanecerá ao longo do futuro. É um privilégio do gênio, esse poder de longevidade, e essa capacidade divinatória. Inabalavelmente fiel às suas convicções, iluminado pela assombrosa cultura, dono de um estilo de expressão jamais excedido, soube identificar a verdade onde quer que ela se encontrasse, e ainda por isso, porque a verdade é eterna, suas criações na área do direito, seus conceitos sobre os problemas nacionais, as páginas que escreveu sem pretensões literárias, porém que figuram entre as mais puras, as mais inspiradas, as mais belas da literatura brasileira, continuam vivas, atuais, contempladas com o dom supremo da imortalidade [...].

Mais adiante, e com muita pertinência, o conselheiro Jorge Calmon cita o Águia de Haia em excerto que evidencia a verdadeira essência das Cortes de Contas. Ao abrir aspas para as palavras de Ruy Barbosa, revela uma fase da história em que os Tribunais de Contas se insurgiam como sentinelas do erário.

[...] Faltava ao governo coroar a sua obra com a mais importante providência, que uma sociedade política bem constituída pode exigir de seus representantes. Refiro-me à necessidade de tornar o orçamento uma instituição inviolável e soberana, em sua missão de prover as necessidades públicas mediante o menor sacrifício dos contribuintes, à necessidade urgente de fazer dessa lei das leis uma força da nação, um sistema sábio, econômico, escudado contra todos os desvios, todas as vontades, todos os poderes que ousem perturbar-lhe o curso normal [...].

Ecoss da genialidade, as ideias de Ruy exaltadas por Jorge Calmon comungam com o atual momento vivido pelos Tribunais de Contas, que precisam se aproximar cada vez mais dos cidadãos em busca da transparência, visando fortalecer o Controle Social. Ao citar o visionário Ruy Barbosa, Jorge Calmon lança luz sobre o múnus de cada conselheiro, de cada servidor que deve estar sempre empenhado em cumprir o seu papel a fim de que os recursos públicos administrados pelos gestores cumpram a sua função social.

E na sua sabedoria peculiar, Jorge Calmon enaltece a pessoa de Ruy Barbosa quando, de forma subliminar, oferece uma premissa dos Tribunais de Contas dos dias atuais:

[...] Fora esse o instrumento de que, no seu entender, o Brasil precisava para higienizar a sua administração, purificando dos micróbios da improbidade, ou da malversação, as finanças públicas, cuja defesa o havia levado a campo, indignado e veemente, tanto na tribuna parlamentar como na imprensa, durante os últimos anos do Império, e haveriam de colocá-los na liça, com nojo e revolta maiores, nos primeiros decênios da República. O Tribunal de Contas fora a expressão acabada de sua esperança na moralização da vida administrativa nacional [...].

Como homem das palavras, o nosso ilustre homenageado também nos deu o prazer de imprimir suas memórias sobre o Tribunal de Contas do Estado em palestra proferida em 8 de novembro de 1999, também em comemoração pelo Dia dos Tribunais de Contas. Em tom literário, Jorge Calmon descreve a antiga sede do TCE:

[...] Tenho na mente, neste instante, as figuras dos antigos companheiros. Vejo-os no plenário do Tribunal, nos lugares que costumeiramente ocupavam. A sala é a da antiga sede do Tribunal, no Campo Grande, ou outrora palacete Pedro Sá [...] O Tribunal de Contas proporcionou-me conhecer de perto a administração financeira, assim como o mecanismo de controle das contas públicas. Revelou-me, também, alguns casos ilustrativos de improbidade de gestores. Capacitei-me, sobretudo, da suprema importância que têm esses colegiados na estrutura de governo, no regime democrático [...].

No transcurso do texto, Jorge Calmon também enaltece a independência dos Tribunais de Contas em meio a esta discussão:

[...] Neste ponto, permito-me recordar a intenção de quantos, antes mesmo de Ruy, porém principalmente este, compreenderam a necessidade da fiscalização das contas públicas como parte fundamental das garantias do bom governo. Percebe-se a clarividência daqueles que, através do tempo, construíram as instituições democráticas quando confiaram essa fiscalização ao Poder Legislativo, pois é ao povo, pelos seus representantes, que mais interessa a correção dos gastos públicos, correção de que depende a confiança coletiva, pedra de toque da estabilidade dos governos e governantes [...].

Por ser independente, Jorge Calmon não poderia deixar de criticar, com sagacidade, a forma de provimento dos conselheiros nas Cortes de Contas do Brasil:

[...] Quando digo que convém evitar a escolha política de conselheiros dos Tribunais de Contas, ocorre-me o velho ditado segundo o qual não é o hábito que faz o monge. Quer dizer que não será pela circunstância de tratar-se de um político, ou de um ex-político, que o membro do Tribunal irá ser parcial ou complacente no exercício das funções (...)

E, após citar como exemplo o juiz norte-americano John Marshall, que se tornou exemplo de magistrado de conduta imparcial e equânime após deixar os quadros da política, o conselheiro Jorge Calmon conclui:

Não é, pois, o hábito que faz o monge, porém a consciência da natureza das funções.

É bom saber que Jorge Calmon também enfrentou outras batalhas. Como não lembrar da luta travada contra o projeto separatista pela divisão da Bahia, na década de 80? Mais uma vez, Jorge fez das palavras suas armas e disparou nas páginas de A TARDE de forma bela e assertiva: “Não se pode separar Ruy de Barbosa, Castro de Alves, Irmã de Dulce, Maria de Betânia, Jorge de Amado, Zélia de Gataí”. Os nomes vinham em sequência, fechando com o nome da campanha: “A Bahia não se divide”.

Muito ainda poderia conferir sobre a curta, mas bela trajetória de Jorge Calmon nos pouco mais de dois anos em que permaneceu como Ministro do Tribunal de Contas. Não quero aqui lembrar a forma com que os amargos tempos do regime de exceção, sem qualquer justificativa, o aposentou. A história, mais do que regressar o que passou, é uma verdadeira fonte que nos mostra o que precisamos ser, os caminhos que precisamos trilhar e o que jamais poderemos deixar de acreditar. Não pude buscar os anais desejados, pois, como é por demais sabido, em janeiro de 1999, chamas que tudo consomem destruíram o prédio e as memórias do Tribunal de Contas do Estado. No entanto jamais poderiam destruir a memória daqueles que mais de perto conheceram a figura do conselheiro Jorge Calmon.

E é justamente por isso que busquei ouvir, de um dos conselheiros que mais admiro na história do Tribunal de Contas, Adhemar Martins Bento Gomes, o que ele poderia dizer do Ministro Jorge Calmon. E dele ouvi as seguintes palavras: “Foi um homem que sempre colaborou com a cultura. E muito lutou para a manutenção de instituições culturais como a Academia de Letras da Bahia e o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Como professor de Direito Constitucional na Universidade Federal da Bahia, substituiu o jurista Josaphat Marinho na cátedra. Jorge Calmon sempre foi um defensor das instituições democráticas. Era um *gentleman*, um cavalheiro, um homem muito educado. E não se recusava a fazer uma conferência”. Depois desse testemunho, o que mais eu poderia dizer?

Mas, como todo texto precisa de uma conclusão, ousou complementar que, com uma vasta participação em vários setores, Jorge Calmon deixou um legado de trabalho e conhecimento para as novas gerações, principalmente na área do jornalismo. Seu nome estará sempre associado ao bom trato com as pessoas. A voz baixa, a conversa pausada, uma capacidade ímpar de ouvir e ponderar. É esta a imagem que seus amigos e colegas descrevem como sinônimo da autoridade lastreada no respeito ao próximo. Que todos nós lhe prestemos esta justa homenagem. Salve, Jorge! Sempre, pois foi com ele que, em vez primeira, compreendi “o anátema de Ruy Barbosa”, cuja poderosa voz ainda se ouve, 150 anos depois, a exclamar: “Não há tribunais que bastem para abrigar o Direito quando o dever se ausenta da consciência dos magistrados!”.

Prazo de validade renovado

Luís Guilherme Pontes Tavares

Jornalista e produtor editorial. Doutor em História Econômica pela FFLCH/USP. É diretor da ABI e sócio do IGHB.

Afora os registros dos meios de comunicação, fontes respeitáveis da história com H maiúscula, há homenagens ao jornalista, professor e homem público Jorge Calmon Moniz de Bittencourt (1915-2006) que, por si, certamente testemunharão a passagem do seu centenário de nascimento em 7 de julho de 2015. Refiro-me à Medalha Jorge Calmon que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) mandou cunhar para a festividade dupla do centenário da instituição e do centenário do seu ex-conselheiro. Refiro-me à placa metálica que identifica o Auditório Jorge Calmon, fixada em 2015 no 1º andar do Anexo Jutahy Magalhães da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, como também à placa que a Ordem dos Advogados do Brasil/Seção da Bahia (OAB-BA) mandou gravar como homenagem ao centenário do jornalista para distinguir o 1º lugar na categoria impresso do Prêmio OAB-BA de Jornalismo Barbosa Lima Sobrinho.

Este breve artigo com que pretendo recapitular as homenagens iniciadas um ano antes poderá ser estampado nas páginas desta revista sem que constem algumas que possam vir a acontecer depois. Esse eventual prejuízo não poderia ser maior se deixássemos de registrar o

que aconteceu desde 10 de julho de 2013, quando, em reunião de diretoria da Associação Bahiana de Imprensa (ABI) aprovou-se a constituição de comissão organizadora dos festejos do centenário e alinhou-se algumas ideias a respeito, algumas das quais ainda aguardando atendimentos tais como as homenagens da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia. O jornalista Jorge Calmon foi secretário da Justiça e Professor Emérito da UFBA. Tampouco a Empresa Gráfica da Bahia foi provocada a respeito, mas caberia a edição de suplemento especial sobre o personagem centenário e encarte temático no *Diário Oficial* (DO).

As comemorações do centenário de Jorge Calmon foram iniciadas em 7 de julho de 2014, um ano antes, por ocasião do 99º aniversário de nascimento do homenageado. Foi quando a ABI reuniu na sua sede mais de uma dezena de titulares e representantes de instituições nas quais Doutor Jorge, modo como ele era tratado por quase todos, atuou desde a década de 1930, quando ingressou no mundo do trabalho.

Cerca de um ano após a reunião na ABI, as comemorações foram iniciadas em 1º de junho, Dia da Imprensa, com a abertura, na Casa do Comércio, da exposição fotográfica, de natureza itinerante, organizada a partir de álbuns da família do homenageado. O fotógrafo Valter Lessa, diretor da ABI, foi o curador da mostra patrocinada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio). Após a Casa do Comércio, a mostra passou pelo panteão do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), pelas três sedes da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos (ACBEU) e, quando escrevo estas linhas, estava sendo programada para ser exposta no salão nobre da Associação Comercial da Bahia (ACB). Registro que Doutor Jorge foi presidente de honra do IGHB, um dos criadores e presidente da ACBEU e membro do conselho cultural da ACB.

No dia do centenário de seu nascimento, em 7 de julho de 2015, a programação foi intensa. Pela manhã, na Basílica de Senhor do Bonfim, a Irmandade, de que ele fazia parte, associada à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia, promoveram, às 10h, a missa solene concelebrada pelo arcebispo primaz do Brasil, dom Murilo Krieger, e outros sacerdotes.

A igreja recebeu os parentes do homenageado, inclusive aqueles que vieram de outros estados, assim como diretores da Associação Bahiana de Imprensa (ABI), representantes de instituições, entre os quais o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Inaldo da Paixão Santos Araújo, constante em quase todos os eventos comemorativos do Centenário de Jorge Calmon, amigos e admiradores. Dom Murilo Krieger, na homilia, surpreendeu com palavras que traduziam muito bem o homenageado, com quem o religioso não chegou a conviver. Cuidadoso com o que escreve e fala, o sacerdote utilizou como fonte, dentre outras, o perfil que o jornalista Sérgio Mattos fez de Dr. Jorge (*Neon*, 47, dezembro de 2004).

À noite do mesmo 7 de julho, na Câmara Municipal de Salvador, houve sessão especial, fruto de proposta do vereador Paulo Câmera, presidente da Casa, que, além das próprias palavras, marcadas pela saudade de quem tratava como tio, delegou ao vereador Edivaldo Brito a tarefa de falar pelo Legislativo da capital. O vereador, que manteve com o homenageado relações estreitas, falou com emoção e brilho e acentuou que as atitudes amorosas com o próximo tornaram Jorge Calmon um homem eterno. Em nome da Associação Bahiana de Imprensa (ABI), o jornalista Samuel Celestino, presidente da Assembleia Geral da entidade, foi o orador convidado e deu seu testemunho de admiração e respeito ao homenageado. Coube a Mário Calmon, o filho mais velho de Jorge Calmon, agradecer a homenagem.

Neste dia 7 de julho, a Santa Casa de Misericórdia publicou em jornais da capital anúncio festejando os 100 anos daquele que, tendo sido admitido como irmão em 1966, ocuparia o cargo de definidor entre 1983 e o seu falecimento, em 2006. Os meios de comunicação da capital registraram a passagem da data centenária e houve jornal que dedicou página inteira para enaltecer a relevância de Dr. Jorge na história contemporânea da Bahia e acentuar suas ações no campo da cultura e da política. Todos lembraram que a postura corajosa do jornalista foi fundamental para a vitória da campanha “A Bahia não divide” no final da década de 1980.

Os perfis de Dr. Jorge publicados naquele dia também acentuaram a conduta generosa com que ele marcou das relações. Exemplo

disso foi o relato feito pelo também jornalista Paulo Roberto Sampaio, editor da *Tribuna da Bahia*, de que, às vésperas de viagem internacional para cobrir Copa do Mundo, foi cumprimentar colegas de *A Tarde* e, estando com Dr. Jorge, ao se despedir, foi mimoseado com par de luvas de couro que o diretor redator-chefe do jornal tinha na gaveta. Sampaio levou consigo a generosa recomendação de que se abrigasse bem porque haveria de enfrentar muito frio. O desapego e o gesto de Dr. Jorge impressionam porque par de luvas de couro, além de caro, é produto raríssimo no comércio de Salvador.

Em 16 de julho, cerca de 15 dias após a data do centenário, devido às obras na sua sede, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) recebeu no seu panteão a exposição itinerante que iniciara o périplo em 1º de junho quando fora inaugurada na Casa do Comércio. Antes da abertura da mostra, o IGHB reuniu convidados no salão nobre e ofereceu a oportunidade para uma série de depoimentos que enalteceram a cidadania e a dedicação de Dr. Jorge para com as pessoas e as instituições da Bahia. A família dele esteve presente em todas as ocasiões e os filhos revesavam-se no agradecimento às homenagens. No IGHB, foi Jorge Calmon Filho quem falou em nome dos demais.

Ele se desincumbira da mesma tarefa dias antes, quando, em 9 de julho, na Academia de Letras da Bahia (ALB) agradeceu a homenagem da instituição e do acadêmico Samuel Celestino, ora ocupante da Cadeira 23 que fora de Dr. Jorge Calmon por 41 anos.

Em 11 de agosto, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, Casa na qual o jornalista, professor e homem público fora deputado em duas ocasiões, promoveu a sessão especial com que se associou às homenagens ao centenário de nascimento dele. Cronista político de longa presença em *A Tarde*, o jornalista Samuel Celestino foi, mais uma vez, o orador convidado e ratificou suas palavras de agradecimento e admiração por aquele que o admitira no quadro de *A Tarde* e o estimulara a permanecer à frente da ABI por cerca de 25 anos.

A Academia Baiana de Educação (ABE), em 9 de setembro, lembrou seu acadêmico emérito Jorge Calmon e coube ao confrade Edivaldo Boaventura prestar a homenagem ao colega professor e jornalista, a quem substituiu como diretor-geral de *A Tarde*. Foi também

o professor Edivaldo Boaventura quem, mais uma vez, festejou o centenário de nascimento de Jorge Calmon, em solenidade além-fronteira, no dia 16 de setembro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

As homenagens a Jorge Calmon hão de prosseguir. Autor de vários livros, não tarda e se providenciará novas edições. Em 2017, a Bahia há de lembrar os constituintes de 1947 devido à passagem dos 70 anos da atuação daqueles parlamentares que escreveram a Carta Magna Estadual pós-ditadura Vargas. E entre eles estava Jorge Calmon. Enfim, a cada 7 de julho, amigos e admiradores recordarão, com saudade, que naquele dia ele faria mais um ano de vida. Relembrarão o exemplo que ele foi.

Josaphat Ramos Marinho uma existência fecunda

Paulo Marinho

Advogado, Procurador Federal aposentado da UFBA

A iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia de homenagear o sócio Josaphat Ramos Marinho, no ano em que se comemora o seu centenário de nascimento, revela a intenção de transmitir de uma a outra geração, conservando viva a imagem da grande personalidade que se projetou em suas obras e criações, contribuindo para o desenvolvimento cultural, o aperfeiçoamento das instituições e do bem estar coletivo.

Pertenceu, sem dúvida, a uma das mais brilhantes gerações de políticos e intelectuais da história da Bahia e do Brasil.

Filho de Sinfrônio Sales Marinho e Adelaide Ramos Marinho, nasceu em 28 de outubro de 1915, em Areia, hoje Ubaíra, município que sempre buscou beneficiar quando lhe permitiram os cargos públicos que exerceu.

Fez o curso primário na Vila de Jaguaquara, ficando sob os cuidados de uma dedicada e competente professora leiga D. Ana Durcia

que, conforme ele salientava, “além das primeiras letras, lhe deu noções da língua francesa e ensinou-lhe a prática de falar em público”.

Já no Instituto Baiano de Ensino, onde ingressou em 1930, fez o curso secundário, zelosamente dirigido pelo celebrado educador Hugo Baltazar da Silveira, sobre o qual assinalava: “acompanhava o destino dos discípulos, inclusive lhes assegurando a permanência nos estudos, quando dificuldades atingiam suas famílias. Era exigente e generoso: tinha alma de Mestre”.

Em 1934 ingressou na Faculdade Livre de Direito, hoje da Universidade Federal da Bahia sobre a qual destacava “ser impecavelmente administrada, cujo corpo docente era uma constelação de bons servidores da formação jurídica”.

Naquele mesmo ano, na sua turma de calouros, iniciava também na cátedra o Professor Nestor Duarte, que mais do que seu Paraninfo, na solenidade de formatura, em 08 de dezembro de 1938, tornou-se seu orientador na profissão de advogado e na política. Juntos por toda a vida, ainda foi surpreendido pelo Mestre, nos seus últimos dias, convocando-o a concorrer em sua vaga à Academia de Letras da Bahia. A última vontade foi atendida pelo discípulo dileto. Eleito, assumiu a cadeira nº 30, em 3 de março de 1972, quando destacou com perfeição as virtudes e atributos que marcaram sua vida e obra prodigiosa e renovou a dimensão de seu respeito, admiração e gratidão ao amigo fraterno: “o discípulo o envolve no abraço da amizade, e tenta estender o gesto no horizonte, ao seu encontro. Não o alcança, na distância infinita, mas lhe diz, comovido, que são suas, inteiramente suas, as honras desta solenidade. O discípulo não é, na cadeira que ele enaltece, senão um reflexo de sua glória”.

Pouco depois de formado, voltou à Faculdade para lecionar, como contratado, Introdução à Ciência do Direito e mais tarde mediante concursos, na década de 1950, livre docente e professor catedrático com as teses de reconhecida importância respectivamente Direito de Revolução e Poderes Remanescentes na Federação Brasileira.

Mais tarde, passou a figurar na Galeria dos Professores Eméritos das Universidades Federal da Bahia e de Brasília – UNB – onde

também lecionou por mais de 10 anos, incluindo o curso de mestrado.

Ainda estudante, em 1934, despertou para política integrando a ala acadêmica da concentração autonomista, na resistência à ditadura Vargas.

Vale salientar que a veia política do seu honrado pai, duas vezes prefeito da terra natal, certamente contribuiu para que fosse ao encontro da vida pública.

Foi Deputado Estadual Constituinte de 1947 a 1951 e em 1954 a 1959 para Assembleia Legislativa pela legenda do Partido Libertador – PL – tornando-se líder da oposição.

Já em 1959, foi indicado pelo seu partido para a Secretaria do Interior e Justiça e posteriormente convidado para assumir a Secretaria da Fazenda, em substituição ao seu fraternal amigo Aliomar Baleeiro.

Com a eleição de Janio Quadros para a Presidência da República, em 1961, foi exercer a Presidência do Conselho Nacional de Petróleo, no Rio de Janeiro.

Com a renúncia do então Presidente, retornou à Salvador e em decorrência da profícua gestão realizada anteriormente na Secretaria da Fazenda, foi convidado a reassumi-la pelo Governador Juracy Magalhães.

Um ano depois, as circunstâncias políticas alteraram o quadro partidário e o levaram a compor com a oposição, disputando o cargo de Senador, mandato que exerceu com independência e coragem, sobretudo no combate sem trégua às arbitrariedades e violências do movimento militar de 1964 e dos seus governos, a começar pela recusa do voto ao indicado presidente General Castelo Branco.

Mesmo não obtendo a reeleição em 1970, prosseguiu o seu itinerário como político, jurista, professor, advogado nos Tribunais Superiores em Brasília e na vida acadêmica, participando em inúmeras entidades culturais, com intensa e variada proteção intelectual, inclusive mantendo-se colaborador semanal para os jornais A Tarde, Correio Brasiliense e o Diário Popular de São Paulo, abordando questões que despertavam o interesse da população.

O resultado adverso, em 1986, para o Governo da Bahia, não o afastou da política. Exercitava-a valendo-se de todas as tribunas livres em defesa de suas convicções democráticas.

Elegeram-se para o Senado da República em 1990, marcando indelevelmente o seu mandato não só pelo notável trabalho como Relator Geral do Novo Código Civil, como pela coerência nas suas atitudes e ideias, pela cordialidade e sobriedade dos gestos, fortemente exaltados pelos seus pares nos apartes recebidos quando despediu-se daquela Casa Legislativa, em 20 de janeiro de 1999.

A respeito de sua trajetória política registrou:

“Experimentei derrotas, que me fizeram compreender melhor os meandros da vida pública e colher vitórias que ampliaram os deveres de ser fiel ao povo e às ideias propagadas. Defendendo posições e ideias, foram naturais as dissensões ocorridas. Mudadas as circunstâncias, cessaram as divergências, porque no fragor dos combates mantivemos o respeito recíproco, que impede a conversão da discordância partidária em luta pessoal”.

Ao término do seu mandato no Senado Federal, recebeu convite para integrar em Brasília o Corpo Docente da União Pioneira de Integração Social – UPIS – Faculdades Integradas, última missão didática, também dirigindo o Curso de Direito.

A sua proeminente colaboração ficou definitivamente gravada diante da decisão dos dirigentes dessa Instituição de Ensino criando o Núcleo de Prática Jurídica Josaphat Marinho a que se atribuiu o dever de atuar na conformidade das lições de quem lhe emprestou o nome para fazê-lo instrumento do seu pensamento, tornando viva a pregação em que se empenhava.

Essa personalidade retilínea estendeu-se ao homem na sua intimidade, com o jeito alegre, amável e solidário, com os seus familiares e amigos. Aprazia-lhe a convivência com todos, pessoalmente, sobretudo nas manhãs de domingo e nos feriados.

No decorrer desses treze anos em que meu pai repousa distante no silêncio definitivo, a família, que foi sempre cumulada de seu extre-

mo zelo, envolvida na saudade permanente das lembranças, agradece aos ilustres dirigentes dessa casa de cultura a oportunidade de recordar Josaphat Marinho, um homem de virtudes, útil à sociedade, que agiu, trabalhou e pensou em servir ao semelhante. Cumpriu fielmente os deveres da vida pública, em defesa do regime político e social de liberdade e justiça para todos os indivíduos.

Josaphat Marinho

Archimedes Pedreira Franco

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, diplomado pela Faculdade de Direito da UFBA, turma de 1962. Auditor Fiscal do Estado da Bahia, aposentado.

Exerceu mandatos eletivos (5) e dirigiu diversos Órgãos públicos, os dois últimos IAPSEB (1991/1995) e PROCON (1995/2006).

Transcorre no dia 28 de outubro deste ano (2015), os 100 anos de nascimento de JOSAPHAT RAMOS MARINHO, advogado, professor e político, integrante de uma geração de homens públicos de escol, entre os quais se destacou por sua personalidade marcante, vida imaculada, coerência e fidelidade às suas convicções de homem probo.

Josaphat nasceu no interior do Estado da Bahia, mais precisamente na fazenda “Três Lagoas” no antigo município de Areias, hoje Ubaira, filho de Sinfrônio de Sales Marinho e Adelaide Ramos Marinho.

Muito cedo começou a estudar na sua cidade natal, mas em razão das carências do pequeno município, foi levado pelos pais para uma cidade de maior porte, Jaguaquara, passando a residir na casa dos tios Afra e Antônio, sendo matriculado no Colégio Sagrado Coração de Jesus, no qual pontificava uma preparadíssima professora, conhecida como Dona Tutu, que logo se apercebeu de sua diferenciação em relação aos demais alunos, fosse por sua perceptível facilidade no aprendi-

zado, quer pela sua voracidade para a leitura de todas as obras às quais conseguia acesso, porquanto, naquele tempo, não havia a disponibilidade de que hoje se tem para a aquisição de livros e outros meios de obtenção do conhecimentos.

Foi nesta primeira fase da vida escolar que JOSAPHAT MARI-NHO recebeu os primeiros ensinamentos sobre oratória, arte na qual viria se destacar posteriormente, na cátedra, ensinando Direito Público; nas palestras e conferências para as quais era permanentemente requisitado; nos comícios políticos nos quais empolgava multidões, especialmente naqueles que participou Brasil afora, na incansável luta pela redemocratização do país, então submetido ao regime militar; na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, onde exerceu o mandato de Deputado constituinte, em 1947; e no Senado Federal, onde cumpriu com raro brilhantismo, em duas oportunidades, representação da Bahia, firmando-se, nos 16 anos em que ali atuou, como um dos mais importantes tribunos do Parlamento brasileiro, por sua eloquência e capacidade de concatenação das ideias expostas, em defesa das liberdades públicas e redução das desigualdades sociais, alicerçado pela enorme bagagem cultural que armazenava em seu cérebro privilegiado. Não por outra razão, após sua morte, o Senado da República prestou-lhe justa homenagem, colocando o seu nome na Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, em solenidade a que estive presente para representar, por delegação, sua honrada família. Na ocasião, após a leitura da Resolução do Colegiado, fez uso da palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Casa Legislativa, e o autor da Proposta. Senador Marco Antonio de Oliveira Maciel. Em breve pronunciamento de agradecimento, exaltei algumas das incontáveis virtudes do inolvidável Mestre, a quem o país muito deve.

Lembro-me que naquela oportunidade estive presente e me fez agradável companhia o também saudoso Ministro do Superior Tribunal de Justiça STJ, Francisco Peçanha Martins, seu ex-aluno, a quem o Professor Josapaht dedicava especial atenção, tanto pelas ligações que haviam estabelecido, desde os bancos da Universidade, quer pela herança afetiva do pai, Álvaro Peçanha Martins, a seu tempo, Ministro do antigo Tribunal Federal de Recursos TFR, do qual se originou o STJ.

No longínquo 1930, aos 15 anos de idade, JOSAPHAT transferiu-se para Salvador, a “cidade da Bahia”, como era chamada, no interior do Estado, a Capital dos baianos.

Na cidade grande, foi matriculado no Instituto Baiano de Ensino, do Professor Hugo Balthazar da Silveira, em regime de internato, no hoje denominado Jardim Baiano, no Campo da Pólvora, proximidades do Fórum Ruy Barbosa, área central da Cidade.

Em 1934 ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, diplomando-se em 1938, aos 23 anos de idade, gozando do respeito e admiração dos seus colegas e corpo docente, que testemunharam sua aplicação aos estudos, facilidade no aprendizado e coragem para se contrapor às ideias e argumentos expostos pelos seus Professores, quando discordava. Ainda estudante, passou a atuar como Solicitador Acadêmico no Escritório de Advocacia chefiado por Nestor Duarte, respeitado Professor da Faculdade de Direito e político, que lhe despertou a vocação por essa atividade. Uma vez diplomado, continuou a integrar o Escritório, na condição de Advogado.

Casou-se em 16 de maio de 1942 com a prima Iracy, a quem dedicava especial sentimento, desde a época em que passou a se hospedar na casa dos nomeados tios, em Jaguaquara, ainda menino. Desta união, que só se desfez por sua morte, 60 anos depois, nasceram os filhos, Paulo e Sônia, que se diplomaram em Direito e lhe deram netos, sempre a encantar sua vida.

Pouco tempo depois de formado, foi contratado para lecionar na mesma Escola que o diplomou. Em 1946, a Faculdade de Direito passou a integrar o “conjunto de unidades acadêmicas da Universidade Federal da Bahia”.

Conheci o Mestre Josaphat Marinho nos primeiros meses do ano de 1958, quando ingressei, após concorrido exame vestibular, na referida Faculdade. Naquela época, funcionavam apenas duas Escolas destinadas ao ensino do Direito, a Federal e a Católica.

Em 1959, ao cursar o segundo ano, fui seu aluno em Direito Constitucional, estabelecendo uma ligação formal e respeitosa. Nas décadas de 1950 e 1960, Faculdade de Direito da Universidade Federal

da Bahia possuía um corpo docente da mais alta qualificação técnica e intelectual, que fascinavam e motivavam os alunos ao aprendizado das ciências jurídicas e sociais, além de despertar vocações políticas entre os estudantes.

Este segundo ano na Escola foi marcante na minha vida e de muitos dos meus colegas de Sala. Estudavam-se quatro disciplinas. Ciência das Finanças, ministrada por Aliomar Baleeiro; Direito Civil, regido por Orlando Gomes; Direito Penal, lecionado por Aloysio de Carvalho Filho; e Direito Constitucional, ensinado por Josaphat Marinho.

Aproximei-me de Aliomar Baleeiro por ação de seu irmão Archibaldo, que dividia com meu tio Joaquim Arthur Pedreira Franco, um conceituado Escritório de Advocacia, onde iniciei meu aprendizado prático, o que seria hoje um estágio. Nos primeiros meses de 1959, o Professor Aliomar Baleeiro assumiu o comando da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, onde passei a trabalhar, a seu convite, após exonerar-me, a pedido, de um modesto cargo que exercia em outra Secretaria do Estado. Foi um aprendizado edificante.

Em abril de 1960 foi criado o Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro, e Aliomar Baleeiro foi atraído pela União Democrática Nacional – UDN, a candidatar-se a Deputado Federal pela nova unidade da Federação, tendo sido eleito. Para participar da campanha política que precedeu às eleições, Aliomar exonerou-se do Cargo de Secretário da Fazenda, sendo substituído por Josaphat Marinho, então Secretário do Interior e Justiça.

Após a transmissão de Cargo, no antigo prédio da Rua do Tesouro, Aliomar seguiu para o Aeroporto de Salvador, no carro Simca Chambord, placa oficial GE 6, no qual eu lhe fazia companhia, encontrando-se na Estação de passageiros do aeródromo com o novo Secretário, Josaphat, que num gesto de amizade e elegância, compareceu ao bota-fora.

No momento da despedida, o protetor Aliomar, que embarcava, dirigiu-se ao novo titular da Pasta da Fazenda, Josaphat, e colocou-me sob sua tutela, uma espécie de preceptor, objetivando garantir-me uma orientação pessoal e acadêmica digna, em homenagem aos laços de confiança e da fraterna amizade que Aliomar e eu havíamos construído.

Do aeroporto para o centro da Cidade, voltamos juntos, o Professor Josaphat e eu, no mesmo carro placa GE 6, e a partir daí nasceu uma amizade inquebrantável que perdurou até 30 de março de 2002, quando do seu falecimento, mas que permanece viva na minha memória e no melhor do meu sentimento.

O professor

Como seu aluno em Direito Constitucional vivenciei aulas magníficas, que não se limitavam à teoria ou a simples interpretação do texto constitucional, porquanto o Mestre Josaphat demonstrava, com exemplos práticos e jurisprudenciais, a compreensão das normas e dos princípios das quais derivavam. Mais do que isso: estabelecia um comparativo entre as diversas Cartas da República. Anos depois, presenteou-me com um exemplar de “Constituições do Brasil”, de Adriano e Hilton Campanhole, que tenho preservado.

O Professor e Acadêmico, Edivaldo Boaventura, orador oficial do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em artigo publicado na Revista da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, sob o título “O Elogio de Josaphat Marinho”, teve destacados alguns trechos no livro de Luiz Almeida – Mestre Josaphat – Um Militante da Democracia, Santa Rita Gráfica Ltda., 2008, um dos quais aqui transcrevo: (fls.3)

a oralidade de sua aula magistral, qual verdadeiro contraponto, com a leitura de Direito, Noção e Norma, de Nestor. Era uma polifonia. A preleção diáfana acompanhava o texto dissertativo: música e partitura.

Pedro Gordilho, festejado Advogado, com Escritório e destacada atuação em Brasília, junto aos Tribunais Superiores, também seu ex-aluno, (ob.cit., p. 3 e 4), relembra:

Quando algumas décadas atrás, cheguei calouro, à faculdade de Direito da Universidade da Bahia, para ter a primeira aula, essa aula era de

Introdução à Ciência do Direito. Havia, à porta da sala, uma grande disputa pelos primeiros assentos. É que todos queriam ouvir o jovem professor, cujo talento todo o nosso mundo acadêmico já aplaudia. Ele lecionava no lugar do licenciado professor Nestor Duarte, uma grande inteligência com que a Bahia surpreendeu o Brasil, mas depois das aulas de Josaphat Marinho, pois esse era o jovem mestre de então, ninguém se atrevia a fazer o cotejo, em respeito ao velho titular da cátedra, mas a admiração era para o jovem substituto.

Sobre este mesmo Nestor Duarte, em artigo publicado no nº 7, edição de janeiro a junho de 2002, da Revista da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, o Professor Josaphat Marinho assim registrou:

Discípulo dileto, como ele mesmo me considerava, companheiro de trabalho e amigo, desde a faculdade até a sua morte, em 25 de dezembro de 1970, posso declarar, agradecido e feliz, que nunca, por um momento sequer, e por nenhum motivo, estremeceram-se nossas relações. Jamais discutimos interesse material. Mestre na Escola, na profissão e na política, tinha a grandeza do espírito elevado, esclarecido e isento (transcrito da ob. cit., fls. 63).

Quem, na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, teve a feliz oportunidade de assistir às aulas do Professor Josaphat Marinho, seguramente não precisou consultar nenhum compêndio para se sentir seguro sobre os temas abordados. Nada lhe escapava, Era completo.

Posteriormente, residindo em Brasília, onde passou a exercer a advocacia, transferiu-se para a Universidade de Brasília – UnB, lecionando nos cursos de Pós-Graduação. Nesta Universidade recebeu, em 1982, o título de “Professor Emérito”.

Em 2002, ao falecer, encontrava-se em plena atividade, voltado para o ensino do Direito, no exercício do cargo de Diretor da Faculdade

de Direito da União das Pioneiras Sociais – UPIS, também em Brasília, onde atualmente funciona o “Núcleo de Práticas Jurídicas Josaphat Marinho”, em reconhecimento ao seu trabalho, dedicação e competência.

O político

Não se pode desconsiderar o fato de que seu pai, mesmo sem vocação política, fora o primeiro Prefeito eleito de Areias (1947 a 1951), mas o despertar para a vida pública de Josaphat ocorreu na Faculdade de Direito, onde o Grupo Civilista formado, dentre outros, por Pedro Lago, João e Octávio Mangabeira, Aloísio de Carvalho Filho, Luiz Viana Filho, Nestor Duarte e muitos outros faziam oposição ao Interventor Federal Juracy Magalhães, em período de Getúlio Vargas na Presidência da República. Incentivado pelo seu Professor e estimado amigo, Nestor Duarte, Josaphat aproximou-se da “Ação Acadêmica Autonomista”, período em que aprendeu, segundo ele próprio, que “as divergências marcadas pelas ideologias políticas não afastaram a compreensão mantenedora da cordialidade entre os contrários” (ob. Cit. P. 52).

Não há dúvida quanto a presença de Nestor Duarte na vida profissional e atividade política de Josaphat Marinho, sobretudo nos primórdios Contudo, nos mais de 40 anos de permanente convivência fraterna, quase filial, que manteve com o ser Josaphat Marinho, estou convencido de que Ruy Barbosa, Octávio e João Mangabeira exerceram grande influência em sua formação política e ideológica.

Em nossas conversas habituais, aos domingos e feriados, sempre em sua residência, onde era frequente a presença dos amigos mais chegados, os assuntos eram os mais variados, desde os pessoais aos sociais, e invariavelmente os políticos. Na apreciação dos fatos da época, o culto Mestre tinha o hábito de fazer comparações com situações semelhantes ocorridas no passado, bem assim os desfechos e soluções adotadas anteriormente, como a indicar caminhos a serem trilhados. Não raro, as figuras dos irmãos Mangabeira eram invocadas.

Ainda recorrendo a Luiz Almeida (Mestre Josaphat – Um Militante da Democracia), transcrevo (ob. Cit., p. 65):

“Em novembro de 69, Josaphat homenagearia Octávio Mangabeira, com um aplaudido discurso no Senado Federal, quando, emocionado, assim se pronunciou:

As personalidades de influência fecunda transmitem exemplo além da vida. Inspiram meditações, suscitam paralelos, relembram fatos, despertam conselhos à posteridade, nas horas solares ou nas de crepúsculo e inquietação. A morte, tornando-as superiores aos conflitos de interesses, dá-lhes o poder incomparável de provocar reflexão sobre o que fizeram, o que pensaram, o que ensinaram. As individualidades políticas, de modo especial, segundo a repercussão de sua presença nos destinos da comunidade, prolongam sua existência espiritual e moral, rediviva nos marcos da atividade criadora”.

Embora nutrisse profunda admiração por Octávio, “lendário defensor da democracia”, a opção ideológica de Josaphat tem origem na atuação e orientação política do irmão João, fundador do Partido Socialista Brasileiro. Com João Mangabeira ele aprendeu a exercer a defesa dos menos favorecidos economicamente, carentes do amparo do poder público, necessitados de melhores condições de vida. Por isso mesmo não cansava de assinalar que foi ele (João Mangabeira) “quem me introduziu no desenvolvimento do pensamento socialista”.

De Ruy Barbosa absorveu importantes lições, como a necessidade da existência de uma imprensa livre e a afirmação do pensamento, independentemente das circunstâncias do momento vivido. Em sua despedida do Senado, em 1988, invocou as Lições de Ruy, afirmando:

o dever sobrevive a esperança, e a paixão do bem substitui, com vantagem, a confiança da vitória. Forrado dessa convicção, é que discordei, discuti, critiquei (ob. Cit., p. 75).

Em duas distintas oportunidades Josaphah Marinho foi eleito Senador pelo Estado da Bahia. O primeiro mandato foi iniciado em

1963, prolongando-se até 1971. O segundo, de 1991 a 1999. Como se constata, entre o término do primeiro e o início do segundo mandato, 20 anos se passaram. Todavia, o decurso do tempo serviu para demonstrar sua coerência política, comportamento ético, vocação para a defesa dos interesses públicos e proteção aos mais pobres.

Logo no início do primeiro mandato de Senador, sobreveio o golpe militar de 1964, com a cassação de mandatos eletivos e suspensão de direitos políticos de diversos parlamentares. A maioria dos representantes do povo acautelou-se, receosa. Não foi o caso de Josaphat. Sereno, porém destemido, jamais deixou de usar a tribuna para criticar os atos de arbítrio praticados pelo regime dominante, especialmente quando da edição dos Atos Institucionais, com destaques para o número Dois, de 27 de outubro de 1965, que estabeleceu eleições indiretas para Presidente da República, Governos Estaduais e extinção dos partidos políticos, com a criação do bipartidarismo. e o nº 5, quando Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, editou o autoritário Ato, assumindo poderes para decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, sem precisar qualquer motivação.

Não se omitiu na defesa processual dos presos políticos, a exemplo de Francisco (Chico) Pinto, cujo mandato de Deputado Federal foi cassado em razão de um pronunciamento feito da tribuna da Câmara Federal, onde formulou severas críticas ao ditador chileno Augusto Pinochet, que na ocasião visitava o Brasil.

Fato curioso da História, consiste no telefonema dado pelo então Presidente da República, Marechal Humberto Alencar Castelo Branco, no final do ano de 1966, ao Senador Josaphat Marinho a quem pediu, com a ressalva de reconhecer-lhe autoridade, para examinar o texto da Constituição que seria outorgada no início de 1967. Na ocasião, disse-me o Mestre Josaphat que o militar foi extremamente respeitoso, chegando a dizer-lhe que a opinião do jurista reconhecido seria levada em consideração, embora sob o aspecto político dificilmente poderia ser acatada.

Quanto ao segundo mandato, mais recente, findo em 1999, inobstante seu irretocável desempenho, uma única atividade seria suficien-

te para consagrá-lo. Refiro-me à Relatoria Geral do Novo Código Civil, que havia tramitado no Congresso Nacional por cerca de 22 anos, sem conclusão.

Sou testemunha viva do trabalho hercúleo desenvolvido pelo jurista Senador, obcecado em produzir o melhor texto possível e atualizado do Código Geral, para que as relações entre os iguais fossem as mais justas possíveis, sobretudo em atenção aos princípios emanados da Constituição Federal e a função social dos contratos. Nesse seu afã, era constante a troca de ideias, via telefone fixo, com renomados estudiosos do Direito, com destaque para o filósofo e jurista Miguel Reale, que havia supervisionado a Comissão encarregada da elaboração do texto original. O Projeto, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 10 de janeiro de 2002 (Lei n 10.406/2002), está em vigor desde 11 de janeiro de 2003.

O pensamento político de Josaphat Marinho está expresso em diversas obras que fez publicar, entre as quais destaco “Direito Sociedade & Estado, editada em 1998, pela Editora Memorial das Letras. de Salvador- Bahia.

Decorridos 18 anos dessa edição, muitos dos temas abordados pelo autor estão na linha de frente dos dias atuais. “Impeachment e Direito de Defesa”, “Impeachment e o Supremo Tribunal” e “Justiça e Política”, que tratam do mesmo tema, constituem exemplos edificantes.

Em 01/02/97 (ob. Cit., fls. 71/73), em judicioso artigo, manifesta-se absolutamente contrário ao Projeto de Lei n 93, de 1996, do Poder Executivo, que “dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado”, por considerá-lo “inconstitucional e injusto”, ao tempo em que fundamenta seu pensamento invocando normas e princípios insertos na Constituição de 1988. Inobstante a precisão técnica do documento, não escapa ao leitor atento a sensibilidade do autor com a proteção aos menos favorecidos economicamente, sua permanente preocupação, fiel aos ideais socialistas, inspirado em João Mangabeira. Estou certo de que, se vivo estivesse, manifestar-se-ia contrário a terceirização da mão de obra, que hoje preocupa Sindicatos e trabalhadores.

“Conservadores e Socialistas”, maio de 1995. Após exame comparativo, Josaphat sustenta:

Mesmo com falhas e recuos, o sistema socialista democrático cria oportunidades de valorização do homem, não admitidas no individualismo capitalista. Sem exagerar o poder do Estado, confere ao governo tendências e instrumentos que corrigem os desequilíbrios gerados pelo poder econômico. Garantindo o governo contido pela lei, com a vigilância da população, o socialismo democrático não ameaça, antes estimula, o capitalismo que propicia a parceria entre o capital e o trabalho. Fator de paz e não de luta, o socialismo aspira sempre a igualdade possível, que dignifica os homens. Por isso não morre. O voto do povo francês teve alcance revelador dessa verdade. Atendem nesse sufrágio os conservadores de todos os matizes, para que não persistam em declarar morto o que vive no ânimo dos injustiçados (ob. cit. p. 168).

Em 10 de julho de 1992, escreveu lúcido artigo sob o título “Partidos, Ideias e Candidatos”, com a preocupação de alertar aos eleitores, ante o pleito municipal que se avizinhava. Reproduzo aqui alguns trechos:

Propaga-se equívoco no país sobre a correlação entre ideologias ou ideias e os atuais partidos políticos em atividade. Por alheamento da realidade, ou propositadamente, alude-se a partidos de esquerda e a partidos de direita, para considerar os primeiros como progressistas e alinhar os outros na categoria de reacionários. Na classificação artificiosa, quase sempre marcada por interesses eleitorais ou de ocasião, oculta-se a verdade, confundindo ou enganando a opinião coletiva.

Omissis

Indiscutível é que, mantida a dualidade de esquerda e direita, a bipolaridade só se deve aplicar nos regimes em que os partidos tenham configuração definida, de ideias e de procedimentos, de adesão ou não, aos reclamos de justiça social. Somente em um quadro em que as agremiações sejam, de fato, de ação contínua e programática, e de relativa homogeneidade, se justifica tal divisão.

Omissis.

Enquanto não se opera essa transformação, dividir as agremiações entre – direita e esquerda é maquinação para iludir o eleitorado. No momento, há homens de pensamento progressista em partidos liberais, como revelações típicas de conservadores, de representantes do capitalismo, e até de antigos aliados e beneficiários da ditadura militar, em agremiações ditas de renovação (ob. Cit., p. 175/176).

Josaphat Marinho serviu à política, sem jamais dela ter se servido. Saiu da vida pública da mesma forma como entrou, de cabeça erguida, admirado pelos seus concidadãos, que continuam a cultuar sua memória de homem probo, ético e defensor dos menos favorecidos social e economicamente.

O homem

Josaphat Marinho foi um homem feliz. Nasceu no seio de uma família honrada, de pais dedicados e irmão amigo. Casou-se com a mulher amada e teve filhos adoráveis, que lhe deram netos valiosos. Os demais parentes – tios, cunhados, sobrinhos e aderentes, sempre lhe trataram com extrema distinção, e frequentavam sua casa com regularidade. Como visitante habitual, posso resumir tudo em poucas palavras: família unida pela liderança de um cidadão de vida íntegra.

De hábitos simples e refinada cordialidade, fazia dos seus incontáveis admiradores, bons amigos. Gostava de conversar. Falava

bastante, e ouvia muito. Estava sempre atento aos problemas da coletividade.

Tanto quanto razoável e possível, contribuía para organizações sociais cuja finalidade estivesse voltada a assistência aos mais pobres. Não era ambicioso nem presunçoso, mas resguardava-se com a consciência de quem não admite receber afagos ou benesses sujeitas a posteriores cobranças, incompatíveis com sua conduta ética e moral.

Em 1988, Josaphat publicou uma “Separata” da Revista nº 35 da Academia de Letras da Bahia, um opúsculo sobre “O Pensamento Político no Romance de Nestor Duarte”, cuja parte final aqui transcrevo:

PRESENÇA ESPIRITUAL.

Nasceu, precisamente, com este século, em 3 de fevereiro de 1902. Não lhe assistiu propriamente o declínio, pois faleceu em 25 de dezembro de 1970. Há quase dezessete anos, portanto, cessou a atividade do pensador e analista da vida social. Prolongam-se suas ideias, inclusive no perfil dos personagens criados. E sobrevive a lembrança da figura humana admirável: firme, generosa, compreensiva, solidária.

Mas, depois da tentativa de delimitação do pensamento político em sua obra literária, já não sei o que dizer nesse instante. Apenas recorro, para repetir, o gesto de um dos seus personagens, o padre Loubet, quando em companhia de Custódio, num itinerário de meditação: ... “calado, como a sentir que deve também falar com o silêncio”.

Devo, pois, agora, “falar com o silêncio” pela ausência física de Nestor Duarte, para que resplandeça, sem nenhuma interferência sua presença espiritual, no fulgor da obra produzida” (opúsculo, p. 42).

Creio que, com sua permissão, posso substituir no texto, o nome do Professor Nestor Duarte pelo do Mestre Josaphat Marinho, no que couber:

“Prolongam-se suas ideias. Sobrevive a lembrança da figura humana admirável: firme, generosa, compreensível, solidária”.

Também, devo agora “falar com o silêncio” pela ausência física de JOSAPHAT MARINHO, “para que resplandeça, sem nenhuma interferência, sua presença espiritual, no fulgor da obra produzida”.

JOSAPHAT MARINHO permanece vivo nas nossas lembranças, nas nossas memórias e nossos corações.

Para o presente artigo foram utilizados os seguintes recursos;

- ¹ A memória do autor, por sua longa convivência com o homenageado;
- ² Os livros: “Mestre JOSAPHAT Um Militante da Democracia”, Luiz Almeida, Editora Santa Rita Gráfica Ltda., Feira de Santana, Bahia, 2008; “Direito Sociedade & Estado”, Josaphat Marinho, Editora Memorial das Letras, Salvador, Bahia, 1998; e “O Pensamento Político no Romance de Nestor Duarte”, Josaphat Marinho, Separata da Revista da Academia de Letras da Bahia / Nº 35, Salvador – Bahia, 1988.

José Calasans Brandão da Silva: retrato sem retoque

Oleone Coelho Fontes

Jornalista, historiador, romancista

Meu relacionamento de amizade com mestre José Calasans Brandão da Silva teve início nos derradeiros meses de 1966. Chegara eu recentemente do Rio de Janeiro, onde vivera meia dúzia de anos. Na Bahia me candidatara a uma vaga no curso superior de História ministrado pela Universidade Federal da Bahia. A Faculdade de Filosofia funcionava na Avenida Joana Angélica, defronte da Academia de Letras. A direção estava confiada a Joaquim Batista Neves que a recebera de Thales de Azevedo. Devorado pelo fogo, o velho casarão hoje abriga o Ministério Público.

Recordo finalzinho de tarde em que fui confirmar o resultado do exame vestibular. Um senhor volumoso, simpático e extrovertido, olhos verdes, metido num terno claro, me deu a notícia. A boa notícia: eu não só tivera êxito nas provas, fora contemplado com o primeiro lugar.

E por que não? Chegara do Rio afiado com os estudos, visto me haver preparado durante pelo menos um par de anos com o fito de ser *diplomate de carrière*, com o que Itamarati não concordou.

O retorno fora mero acidente. Vim tratar da saúde e decidi não mais voltar à cidade do Cristo Redentor, em atendimento a um rasgo de professor Vivaldo da Costa Lima: “É na Bahia que se pode ser feliz!”

A memória não revela o ano no quadriênio 1967/1970, durante o qual fui discípulo do mestre. Durante dois semestres escutei-o discorrer sobre História Econômica do Brasil. Aulas múltiplas, ensejo para Calasans fazer reparos a respeito de folclore, Canudos, cangaceirismo, Coluna Prestes, messianismo, beatos, conselheiros, casos de Sergipe...

Quando Juarez Távora redigia suas memórias, se socorreu do mestre que tivera a ideia de armazenar matérias de jornais, revistas, livros e documentos sobre o movimento tenentista. Esta documentação pode ser consultada, nos dias que fluem, no antigo Núcleo Sertão do Centro de Estudos Baianos da UFBA. O acervo do Núcleo é formado de tudo o que o mestre, em mais de seis décadas de pesquisas, recolheu sobre objetos de seus estudos.

No espaço de quatro anos convivi, embora de longe, com o canudômano, sempre engravatado. Via-o subindo e descendo escadas, saindo e entrando em salas de aula, trocando ideias com colegas de ofício. Estas e outras imagens se renovam com frequência diante de mim, em particular no ato de redigir estas reminiscências, 2015, ano do centenário de seu nascimento

Nossa amizade começou a solidificar-se na sequência das aulas de História Econômica do Brasil. Nessa época o educador já se expressava daquele modo singularmente didático. Suas palavras eram pronunciadas de maneira lenta, bem articuladas. Não se punham dúvidas no que ele afirmava, visto fazê-lo de jeito claro, preciso, aos poucos. Os vocábulos, soprados em nossos ouvidos, transmitiam a impressão de o mestre ter na boca várias línguas. O sestro se acentuaria com a idade. Mesmo calado, continuava a morder a língua, passá-la sem cessar nos lábios, por dentro e por fora, como se limpando boca lambuzada de mel, varredura que soava como contrapeso a dentadura que insistia em não se ajustar às bochechas do bom comunicador. Por isso ele dispensava o concurso da parte superior do aparelho dentário ou procurava retirá-lo no instante de falar às plateias.

No romance que entreguei ao leitor, inspirado no drama sertanejo – *Canudos, A Quinta Expedição* –, José Calasans irrompe em dois tempos: ele é um dos profissionais do *Jornal de Notícias* que participa de reunião na sede da gazeta baiana com o professor Thomas Oliver Beebee, americano da Pensilvânia que chegara à Bahia, em dezembro de 1896, para estudar a sociedade apocalíptica de Canudos.

Adiante, na mesma obra, ao descrever o padre Vicente Sabino dos Santos, com quem o estudioso do The Pennsylvania State University viaja do Cumbe a Canudos, o retrato se encaixa no pedagogo aqui homenageado. Alguns leitores notaram a semelhança como o fez o médico Lamartine de Andrade Lima.

Curiosidade, Padre Vicente Sabino dos Santos, vigário do Cumbe na época da guerra, amigo pessoal de Antônio Conselheiro, e José Calasans Brandão da Silva, conselheirista, vieram ao mundo em Sergipe.

Quando do aniversário da fundação e destruição do Belo Monte – 1993-1997, anteriormente e posteriormente – fizemos juntos algumas viagens. Na primeira, de ônibus, houve baldeação em Uauá. Daqui o prefeito Olímpio Cardoso Filho nos despachou para Chorrochó em viatura conduzida pelo fotógrafo Dedé Varjão. Era a primeira vez que o mestre ia a Chorrochó conhecer templo ali erguido por Antônio Conselheiro e seu séquito. Recordo-o emocionado no átrio de igreja fundada em 1885 por Antônio dos Mares, assim como suas anotações tomadas a Doroteu Pacheco. E também, no regresso, a palestra que fez em Uauá, num clube social.

Uauá também emocionava o velho canudista, visto ter ali ocorrido, em novembro de 1896, o primeiro choque que culminaria, um ano depois, num legítimo genocídio.

Nessa imperecível jornada nos fizeram companhia o escritor e folclorista Nélson de Araújo e o intelectual Alberto Jorge Franco Timóteo. Ônibus noturno nos deixara em Juazeiro de onde tomamos o rumo da capital dos bodes por conta da municipalidade. A jornada deve ter acontecido em 1985.

Posteriormente, nossas viagens foram para Canudos e Juazeiro. O pedagogo discorria em seminários e encontros com largueza a res-

peito dos mais ignorados aspectos da sedição sertaneja, enquanto este memorialista falava ou indagava sobre o coronel Moreira César.

Por ocasião de homenagem que lhe fizeram em Canudos, e foi entregue o título de cidadão, puseram uma aeronave de duas hélices, com seis lugares, à sua disposição. Perguntei se sobraria a bordo lugar para mim. Não sobrava. O avião ia cheio. Pedi ao mestre que me levasse consigo em seu carro até o aeroporto Dois de Julho. Caso não houvesse desistência, eu embarcaria à noite, no ônibus, visto ser no dia seguinte a entrega da distinção.

Dei sorte. Ninguém além de nós dois surgiu no aeroporto. Viajávamos ele, eu e o padre Alexandre Otten, alemão domiciliado em São Paulo, diretor de uma faculdade de teologia. Otten havia publicado, nesses dias, tese de doutoramento, apresentada em Roma, *Só Deus é Grande*, que o mestre mais tarde disse ser o mais completo estudo a respeito do pensamento religiosos de Antônio Conselheiro.

No Aeroporto Dois de Julho aguardamos pelo espaço de mais de hora, numa sala especial, a chegada do sacerdote alemão. Tínhamos notícia de ele estar na Capital desde a véspera. Vários telefonemas foram feitos, sem êxito, para o hotel e para os conhecidos do padre. Seu paradeiro era ignorado.

Resolvemos partir sem o teólogo. A pequena aeronave levantou voo e tomou o rumo de Canudos. Após um quarto de hora de viagem, o piloto recebeu comunicado: o sacerdote chegara ao aeroporto. Não tínhamos escolha: mandamos que o aviãozinho fizesse meia-volta, embarcamos o padre que, ainda a bordo, me dedicou um exemplar de seu ensaio *Só Deus é Grande*. Escrevi crônica bem-humorada para *A Tarde*, na época, sobre o episódio, intitulada *O Padre Voador*.

Na manhã da homenagem, num clube do DNOCS, o mestre, após os agradecimentos – umas vinte pessoas a ele se referiram de forma tão carinhosa quanto elogiosa – muito emocionado, pediu que o levassem à casa do prefeito Vavá, na qual se hospedara, para repousar antes de o almoço ser servido.

A residência do prefeito fervilhava. Fui informado de que o professor dormitava numa rede, no andar de cima. Subi, encontrei-o ain-

da de olhos avermelhados, mas já não tão emocionado. Provoquei-o: “Mestre, o térreo está fervilhando de gente que exige sua presença e pelo jeito não vai sobrar nem uma dosezinha de uísque para o senhor!” Uísque? Os olhos do mestre brilharam! “Uísque?! Não me diga que estão bebendo Cavalo Branco?” Respondi que sim e acrescentei: Com água de coco!

O mestre deixou a rede já lambendo os beiços. Num minuto se achou cercado de fãs, dedo enfiado no gelo da bebida escocesa, rindo e fazendo rir.

Outras jornadas

De duas outras viagens restam boas lembranças. Em Juazeiro, para participarmos, em 1997, de seminário organizado pela municipalidade, creio que pela primeira vez o remuneraram por uma palestra. Ao botar a mão no cheque de quatrocentos reais (que ele disse ia transferir para D. Lúcia), e por me saber profissional dos que não abrem mão de ser pagos por trabalho intelectual, cochichou: “De agora em diante faço questão de sua companhia toda vez que me convidarem para proferir palestras!”

Na volta de Queimadas, cidade que também realizou seminário para debater os cem anos da Guerra, no carro que a prefeitura colocara à nossa disposição, do banco traseiro, escutei o professor cochichar para o motorista, a seu lado, me julgando adormecido: “É maluco! Mas tem uma extraordinária capacidade de trabalho!”

Cada ligação telefônica para sua residência, na Ladeira da Barra, edifício Alagoinhas, até hoje, 2015, ocupada pela filha Madalena, que aliás vive no Rio de Janeiro, era motivo de gracejos de parte a parte.

Antes de escutar o seu cavernoso “alôôu!” e o cumprimentar com um “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”, me identificava com o nome de alguém historicamente ligado a Canudos. Era também um teste para medir seu tão propalado conhecimento. Quem atendia era, de ordinário, D. Maria, sua secretária doméstica durante quarenta anos, ou a esposa, D. Lúcia, que sobreviveu ao marido.

Numa das chamadas, não o encontrando, deixei recado: “Diga ao doutor Calasans que o general Artur Oscar precisa com urgência comunicar-se com ele”.

D. Maria, diligente, tão logo o patrão chegou, passou a mensagem:

– Professor, o general Artur Oscar tem algo urgente para tratar com o senhor. Ligou duas vezes!

Até parece que o estou vendo e ouvindo!

– General Artur Oscar?! Artur Oscar coisa nenhuma, Maria! É outra peça do maluco do Oleone!

Uma noite, em casa, D. Maria disse: “Professor, alguém está no telefone, se anunciou como “o homem das trevas”, quer falar com o senhor”. O mestre riu, pegou o aparelho, sapecou em meus ouvidos: “Como vai, Rui Barbosa?”

“Homem das trevas” era como Antônio Conselheiro tratava o “Águia de Haia” por quem não morria de simpatia. Rui, que mostrou dificuldades para entender o fenômeno e enxergar um pouco mais adiante, opinara ser Canudos uma “colônia de bandidos”. Demais, o velho amigo da Justiça se posicionara favorável ao casamento civil, à separação entre igreja e estado, fora um dos que derrubara a Monarquia e implantara o registro civil. Heresias para o juízo monárquico-religioso do Conselheiro Antônio.

Em outro telefonema me identifiquei pelo nome de Marcelino Bispo dos Santos. Escutei a voz de D. Maria, quase inaudível, passando o recado ao mestre, espojado na poltrona, lendo o jornal. Calasans tomou o aparelho, se expandiu: “Assassino! Você matou o Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, com uma punhalada.”

João Brandão, nos anos da Guerra era um suposto traficante de armas, preso em Sete Lagoas, Minas, com uma partida de fuzis pretensamente a caminho de Canudos. Assim noticiavam, de forma tendenciosa, os jornais.

João Brandão é proprietário, em Salvador, da Livraria Brandão especializada na compra e venda de livros usados, o “sebo”. José Ca-

lasans era assíduo cliente do “sebo” do Brandão na Rua Rui Barbosa. Quando surgiam novidades sobre objeto dos estudos do professor, Brandão o avisava pelo telefone.

Disseram a José Calasans – na época à frente do Museu Eugênio Teixeira Leal –, uma tarde, que alguém que se dizia chamar João Brandão, o esperava do outro lado da linha.

Calasans não teve dúvidas: devia ser o gaiato do Oleone com mais uma de suas caçoadas. Vociferou:

– Você devia estar preso!

Brandão levou um susto. O professor Calasans, tão amável e generoso, declarar, no mais alto som, que ele, mercador de livros, merecia estar preso. Que teria havido? Custou acreditar no que ouvia.

– Preso, professor, que crime cometi?

– Preso por contrabando de armas! Você é contrabandista! E lugar de contrabandista é atrás das grades! – Mas imediatamente caiu em si. Aquela voz! Não era a voz de Oleone, quem era então? Do outro lado veio a resposta: João Brandão, professor, do “sebo”!

Roxo de vergonha, Calasans se desculpou e dias depois me revelou: “Você, com suas brincadeiras, me fez passar por um tremendo vexame!”

Liguei um domingo de manhã, saudei dona Lúcia com um “Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo”, procurei pelo esposo. Estava, em manhã de queijos e vinhos, na casa de Carlos Eduardo da Rocha. Pensei: “Vou desarmar o circo!”

Disquei, o museólogo, acadêmico e poeta Carlos Eduardo da Rocha atendeu. Simulei voz de falsete:

– É o professor Carlos Eduardo de Rocha? – Era. – *Guten Tag!*, professor! Aqui fala um frade franciscano alemão, frei Pedro Sinzig. Eu *ser* estudioso de Canudos e *estar* preparando tese. Eu *acabar* de ligar para casa de professor Calasans, *falar* com esposa dele e ser informado de ele se encontrar em sua casa numa festa de *Käse under Wine*. Poderia falar com o professor Calasans um minutinho?

Carlos Eduardo da Rocha, todo medidas, leva o aparelho até o colega de Academia, diz:

– Suas pesquisas sobre Canudos estão levando seu nome para longe, para o Velho Mundo. Está na linha um padre franciscano, Pedro Sinzig, querendo umas palavrinhas. Forneça nosso endereço, convide-o para este encontro regado a vinhos e queijos.

– Pedro Sinzig! Pedro Sinzig! – Ponderou o octogenário pedagogo. – Pedro Sinzig morreu em 1952. Você acaba de cair numa arapuca do maluco do Oleone!

Carlos Eduardo da Rocha simulando estar revoltado esbravejou:

– Seu vagabundo! Já que você não tem o que fazer, em lugar de estar pregando peça tome um táxi, venha comer os melhores queijos e beber os melhores vinhos que jamais desceram nessa sua goela de matuto semianalfabeto!

Fui degustei e repeti!

Num telefonema em que me meti na pele de Febrônio de Brito, que comandara a segunda expedição derrotada pelos conselheiristas em janeiro de 1897, o mestre me cumprimentou: “Pois não, maior fujão, como vai a sarnagem monárquica? Em que posso servi-lo?” Em outro, no qual me situei como o tenente-coronel Siqueira de Menezes, como ele nascido em Sergipe, Calasans me cumprimentou com uma reprimenda: “Bom-dia conterrâneo! Já soube do modo indelicado como você recebeu em sua casa Gilberto Amado e suas intratáveis investidas contra Euclides da Cunha. Seu problema é de frustração. Você não perdoou Euclides ter escrito *Os Sertões*!”

Claro que eu não me furtaria de alguma vez entrar na ossada de Antônio Conselheiro. Dona Maria convocou o mestre: “Professor um homem no telefone com sotaque de padre quer falar com o senhor. Se chama Antônio Maciel.” O lente e etnógrafo me atendeu com toda a carga: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo, meu Bom Jesus Conselheiro! Como devo tratá-lo? Por Antônio dos Mares? Santo Antônio Aparecido? Divino Antônio? Santo Conselheiro? Senhor do Bonfim? Bom Jesus? Deus Aparecido? Pai Conselheiro? Irmão Antônio? Me

responda e também me dê notícias de Antônio dos Pocinhos, Norberto das Baixas, Marciano de Sergipe, Manoel Quadrado, José Felix, João Abade, Joaquim Macambira, Timotinho Sineiro. Todos vivos e fortes? Transmita-lhes meus cumprimentos e diga-lhes que qualquer dia vou almoçar em Canudos.” Esbanjava conhecimento.

No dia 29 de outubro de 1996, ao completar cem anos que o juiz de direito, Arlindo Leone, de Juazeiro, telegrafara ao governador Luiz Viana pedindo tropas para dar proteção a cidade supostamente ameaçada de ser invadida por jagunços do Conselheiro, eu estava em Uauá. Combinei com funcionária do Correio que eu ia despachar telegrama com falsas informações para o professor Calasans e mandei ao mestre do bom humor a mensagem seguinte, na qual parodiava e distorcia palavras usadas por Arlindo Leone. “Uauá 29 de outubro de 1996, Conselheiro José Calasans – Notícias transmitidas por positivo confirmam boato da ida do perverso Antônio Conselheiro a Juazeiro, reunido a bandidos: partirão Canudos 2 vindouro. População receosa. Cidade sem garantias. Requisito enérgicas providências”. No momento de assinar lembrei-me de que meu nome tinha semelhança com o do Juiz de Direito Arlindo Leone e eu também era Juiz Classista. Assinei: Arlindo Oleone, Juiz Temporário.

Almoçar em Canudos! Falei com o mestre, pelo telefone da cidade de Canudos, num dos dias em que lá estava em pesquisa: “Professor, hoje eu vou fazer o que o coronel Moreira César tentou e morreu sem ter conseguido: almoçar em Canudos. E ele, sem titubear: “Espero que você tenha melhor sorte!”

Como se sabe, o cel. Moreira César tanta certeza tinha de uma vitória instantânea que ao atacar o Belo Monte, teria dito aos soldados: “Vamos almoçar em Canudos!”, contudo recebeu um tiro no umbigo de que morreu sem ter podido forrar as tripas.

Foi assim, criativo, divertido e descontraído um relacionamento de amizade que durou três décadas.

Mestre José Calasans continuará sempre vivo em minhas lembranças, íntegro, com seus sestros, sua generosidade, seu coração afável e enorme.

O mestre me sabia não só homem de letras, mas também homem com a sensibilidade do profissional de vendas. Sabia que eu, com fumos de judeu e vapores de cigano, não resistia a tentação de passar adiante qualquer obra de minha autoria e mesmo de minha biblioteca particular, desde que a oferta fosse compensatória. Igualmente, sabia que eu de tal forma me apaixonei pelo tema Canudos que não vacilava em montar pequena livraria num dos vãos de meu apartamento para atender à procura de curiosos e estudiosos.

Numa noite em que autografava a sua *Cartografia de Canudos*, no meu exemplar escreveu: “Oleone, não venda este livro que lhe é dado de coração.” Minha resposta: “Este, professor, vai custar bem mais caro! Tem seu autógrafo!”

O maior dos canudófilos

A contribuição dada por José Calasans aos estudos sobre Canudos precisava ser estudada em um ensaio de fôlego e já o foi em obra subscrita por Jairo Carvalho do Nascimento, *José Calasans e Canudos, A História Reconstruída*. O mestre costumava, com toda modesta, apontar as reportagens de Odorico Tavares como as primeiras pesquisas de campo realizadas de dentro para fora. Efetivamente, Odorico foi às fontes orais, escutou ex-combatentes e gente que conviveu com o Conselheiro. Mas não passou disso.

José Calasans também valorizou a oralidade assim como a literatura popular em versos, o cordel. Foi inúmeras vezes a Canudos, conversou com ex-jagunços e seus descendentes, tomou depoimentos de vários sertanejos que viram, ouviram e se lembravam dos conselhos e sermões do Peregrino. Não mais parou de estudar, investigar, perguntar, escrever, proferir palestras.

Suas investigações levaram-no ao Assaré, no Ceará, quando teve oportunidade de ouvir Honório Vilanova, outrora jagunço no Belo Monte, então com 98 anos.

Aprendeu, ensinou e morreu dizendo não ser ele quem mais sabia, mas quem mais fazia perguntas sobre Canudos.

Não houve um só episódio a respeito de Canudos sobre o qual Calasans não se manifestasse. Pena que o tenha feito em textos resumidos. Se quisesse teria esgotado o assunto. Não o fez vencido pelo excesso de humildade. E timidez.

Em suas palestras, e foram muitas, proferidas em incontáveis instituições, em Salvador e outras cidades do Estado da Bahia, em Sergipe, Pernambuco, Rio, São Paulo, não deixou jamais uma pergunta sem resposta.

Não só, porém, Canudos era o foco de suas pesquisas. Conhecia a vida e obra de Euclides. Assisti na Academia de Letras da Bahia polêmica de mais de meia hora que o mestre sustentou com o euclidianista histórico Adelino Brandão. Pugna de gigantes!

Não podia eu, neste momento, deixar de redigir capítulo especial sobre mestre com quem tanto aprendi.

Ex-aluna recorda o mestre

Historiadora, professora, escritora, presidente, em várias gestões, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, falecida em 2015, depois de afastada por razões de saúde, ex-aluna de José Calasans, Consuelo Pondé de Sena ocupou, na Academia de Letras da Bahia, a vaga deixada pelo ilustre lente sergipano. A posse teve lugar a 14 de março de 2002. Esteve presente ao ato o autor deste ensaio.

Em sua fala a recipiendária recordou com carinho e um punhado de lágrimas seu ex-mestre.

As informações adiante foram extraídas da alocação de Consuelo com adendos nossos:

Nasceu José Calasans Brandão da Silva em Aracaju a 14 de julho de 1915, filho de Irineu Ferreira Silva e Noemi Brandão da Silva. Teve duas irmãs, Joana da Silva Ribeiro e América da Silva Fontes, e um irmão, Francisco.

Em Aracaju estudou o primário e matriculou-se no Ateneu Sergipano. Mais tarde veio morar em Salvador, ingressou na faculdade de direito. Diplomou-se em 1937.

Após a graduação, regressou a Aracaju. Aqui exerceu o magistério, foi aceito no Instituto Geográfico e Histórico no qual chegou à presidência. Lecionou no Colégio Estadual de Sergipe e na Escola Normal Rui Barbosa. Para acesso a esta foi obrigado a prestar concurso e defender a tese: *Aracaju, Contribuição à História da Capital de Sergipe*.

Casou-se com Lúcia Margarida Maciel da Silva (falecida nonagenária), em Salvador, no ano de 1942. Fixaram residência na capital de Sergipe. Em 1943 nasceu o primeiro filho, José. Voltaram a morar em Salvador. Aqui, em 1949, nasceu Madalena. Na capital baiana Calasans ensinou no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do qual foi diretor de 1943 a 1947.

Fiel sergipano

Calasans viveu a maior parte da vida na Bahia. Definia-se: “Baiano, sem deixar de ser sergipano”. Não perdeu o sotaque de fiel às origens. Em Sergipe trabalhara no antigo SPHAN, na cidade de São Cristóvão, tendo o poeta e professor Godofredo Filho por colega de trabalho.

Em sua terra natal redigira, entre outros, o ensaio *Temas da Província*, no qual tratou do ensino normal, do cancioneiro histórico e do governo de Fausto Cardoso. É também desse período *Introdução ao Estudo da Historiografia Sergipana*, assim como *Brício Cardoso e o Ensino Normal em Sergipe* e *Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe*. Colaborou em jornais e revistas com artigos e ensaios editados pelo governo de Sergipe em 1992, sob o título *Aracaju e outros Estudos*

Teses e cargos

O interesse por Canudos e pela obra de Euclides aconteceram bem cedo, como adiante veremos ao abordar o depoimento que Calasans concedeu ao historiador Marco Antônio Villa.

Submeteu-se em 1951 a concurso de livre docência para a cadeira de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o obje-

tivo de ministrar aulas de História do Brasil. Apresentou a tese *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Na dissertação põe em relevo aspectos lendários e alegóricos do condutor espiritual do Belo Monte.

Submeteu-se em 1960 a concurso para cátedra de *História Moderna e Contemporânea*, discorrendo sobre tema da história portuguesa: *Os Vintistas e a Recuperação Econômica de Portugal*.

No mesmo ano ensina História Econômica na faculdade da Praça da Piedade, época em que se achou envolvido nas funções de diretor do Departamento Social de Vida Universitária (1965), e foi vice-diretor da Faculdade de Filosofia (1967).

Membro do Conselho de Cultura do Estado da Bahia durante anos, foi seu presidente de 1973 a 1979.

O causeur

Calasans era um prosador nato. Recordo uma sua palestra no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Discorria sobre o saudável hábito de conversar, citou nome de gente de boa prosa e deu por finalizada sua fala dizendo: “E estamos conversados!”

Tinha o condão original de seduzir os ouvintes com uma alocução viva, lenta, convincente, entrecortada de bom humor, criativa, elegante e cheia de graça. Muitas vezes arrancava da plateia uma saraiada de risos. Visto ser dotado de privilegiada memória, fazia curiosas observações, citava versos do cançãoeiro popular, inseria casos que davam a impressão de inventados à queima-roupa com o fito de ilustrar o tema desenvolvido.

Era cotidianamente assediado por estudiosos de Canudos e interessados na biografia de Euclides e em um mais amplo conhecimento de *Os Sertões*. Jamais negou dar sua contribuição, não se preocupando em reservar para si, de modo egoístico, o que aprendera em muitos anos de estudos, pesquisa e indagação à custa de seus próprios proventos. Não cobrava por suas palestras e conferências. Se o fizesse teria positivamente abiscoitado razoável receita suplementar.

Não dissimulava simpatia por Antônio Conselheiro e sua grei. Calasans era um notório conselheirista. Vivesse naquela época e teria emigrado para Canudos de saco nas costas, na companhia de Antônio Marciano de Sergipe. De seu trabuco muito fogo haveria seguramente de pipocar contra a “fraqueza republicana”, em defesa do Peregrino.

Foi um dos historiadores a inaugurar a pesquisa de campo e utilizar a oralidade como fonte fidedigna da História.

Observação participativa

Em suas viagens ao sertão, em Canudos conversou com ex-conselheiristas e seus descendentes, como os irmãos Manoel e José Ciriáco, Pedrão da Várzea da Ema, Francisca, filha de Joaquim Macambira. Isto nas primeiras viagens, década de 1950. Mais tarde, tomaria depoimentos de João Reginaldo de Matos, o João de Régis, de Paulo Varjão Monteiro, neto de Quinquim do Coiqui, de João Siqueira Santos, o Ioiô da Professora, residente no antigo Cumbe, morto em 2007, com 97 anos, e do coronel Jerônimo Rodrigues Ribeiro, morto em 2015 com 98 anos, intelectual, ex-prefeito e memorialista de Uauá.

Em sua oração, Consuelo cita Roberto Ventura, segundo o qual José Calasans harmonizou a versão oral com a pesquisa rigorosa dos manuscritos e documentos a ponto de transformar a saga de Canudos num “mar de histórias”, contadas sob muitos ângulos e diversos aspectos. O mestre sergipano sempre atribuiu igual importância tanto aos depoimentos orais e populares quanto às interpretações impressas ou eruditas.

(...) Calasans refez a trajetória heróica do Conselheiro, desfazendo a velha imagem do fanático, místico e louco, convertendo-o num peregrino, num líder conselheirista capaz de interpretar fielmente os preceitos religiosos e as concepções políticas do catolicismo tradicional da igreja do século XX.

O intérprete

Graças a Calasans, à sua maneira humanística e generosa “de interpretar os comportamentos”, é que Antônio Conselheiro veio à tona com um novo perfil, isto é, “emergiu das profundezas da execração pública para alcançar um lugar na história deste país, a história dos pobres, dos despossuídos, dos que nada têm, senão o dom da vida e da crença no Deus criador. Reviu grande parte dos conceitos emitidos por Euclides da Cunha, cuja grandeza da obra sempre se constituiria num espetáculo para a avaliação mais isenta do lamentável episódio”.

Obras:

Seu primeiro trabalho sobre o movimento sertanejo data de 1950, *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Em seguida legou-nos *A Guerra de Canudos na Poesia Popular*, 1952; *Sebastianismo no Folclore de Canudos*, 1959; *No Tempo de Antônio Conselheiro: Figuras e Fatos da Campanha de Canudos*, 1960; *Notícias de Antônio Conselheiro*, 1969; *Subsídios à História das Capelas de Monte Santo*, 1983; *Canudos na Literatura de Cordel*, 1984; *Quase Biografias de Jagunços: O Séquito de Antônio Conselheiro*, 1986, posteriormente editado em São Paulo com o título de *o Estado-Maior de Antônio Conselheiro*, e *Cartografia de Canudos* 1997.

Calasans deixou o mundo sem concluir obras que tinha em mente: um dicionário com verbetes alusivos a Antônio Conselheiro, Canudos, palavras, expressões e metáforas usadas por Euclides em *Os Sertões*, a história das histórias de Canudos e um romance no qual o personagem seria seu conterrâneo, padre Vicente Sabino dos Santos.

Através do vigário do Cumbe faria sua versão fantasiosa do drama desenrolado no sertão baiano.

Consuelo termina sua alocação com as observações a seguir:

De 1979 a 1983 exerceu (Calasans) a função de vice-reitor da UFBA (...). Concluindo este período, de 1984 a 1994, ocupou a coordenação do Memorial do Banco Econômico (...) Ingressara na Academia

de Letras da Bahia em 11 de novembro de 1963, ocupando a cadeira 28. Presidiu a agremiação de 1971 a 1973.

Nela esteve ao longo de 38 anos (...) No Rotary Club da Bahia, a que era vinculado, foi presidente no período de 1963 a 1964.

(...)

Generoso e desprendido como raros, homem de espírito público incomum, doou a Universidade Federal da Bahia, em agosto de 1993, toda a documentação que reunira sobre Antônio Conselheiro, a campanha de Canudos, Os Sertões e Euclides da Cunha, a partir de cuja dádiva foi instituído o (lamentavelmente desaparecido) Núcleo Sertão do Centro de Estudos Baianos da UFBA.

Generosidade intelectual

Sobre o saudoso e insubstituível mestre outros mestres se manifestaram.

Walnice Nogueira Galvão: *O professor não sonhava a ninguém seu tempo e seu saber, que eram ilimitados. Se alguém quisesse trabalhar sobre Canudos e afins, não havia direção em que o professor não se desdobrasse para ajudar. Emprestava-lhe peças raras com o maior desprendimento. Dava outras de presente. Indicava em que bibliotecas públicas ou coleções privadas poderia encontrar o que procurava. Fornecia cópias de tudo o que precisasse.*

Apresentava-lhe, com o prestígio de seu nome que franqueava barreiras, as pessoas que lhe poderiam ser úteis. Dava-lhe sua escuta, entre todas preciosa. Finalmente, prestava-se à humilde faina nem por isso menos exaustiva, de ler e corrigir seus trabalhos. Não há quem tenha privado do trato com o professor Calasans que dê testemunho diverso. (Calasans, 2002, “orelha”)

Consuelo Novais Sampaio: *Conselheiro de toda uma geração, José Calasans Brandão da Silva, fala mansa, fluida, contundente, fez de mim uma de suas “jaguncinhas”, como carinhosamente chamava quantos com ele queriam aprender. Com a intensidade do azul pro-*

fundo dos seus olhos, apontou-nos o caminho a seguir: revelar para o mundo uma comunidade sertaneja que soube gerir a si própria; mostrar ao mundo um líder que, com o seu pregar também manso e contundente, atraiu sertanejos desvalidos, despertando animosidade, tanto da Igreja como do Estado. Ao introduzir uma nova metodologia de pesquisa, com base na História Oral, da qual foi pioneiro, o mestre Calasans afastou chavões e removeu a densa cobertura de ignorância que obscureciam o fenómeno Canudos. Conferiu a Antônio Conselheiro e à sua gente a dignidade de autênticos e heróicos personagens da nossa história (Id. Ib)

Valioso Depoimento

Calasans deu um exaustivo depoimento ao professor historiador e canudófilo Marco Antônio Villa. O depoimento redundou em livro editado pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha, da UNEB, 1998, intitulado *Calasans, um depoimento para a história*.

Não obstante, o mestre não ficou satisfeito com a obra, editada com intolerável quantidade de erros que a compromete junto ao leitor num razoável número de páginas. A insatisfação levou-o a não participar do lançamento que aconteceu no dia 4 de agosto de 1999, na Academia de Letras da Bahia. Conservo comigo uma edição na qual se encontram duas páginas de alto a baixo com as erratas. E a reparação de que “as falhas são atribuídas a digitação, a despeito de o entrevistado ter feito as necessárias supressões e inclusões.”

Pelo que senti, Calasans não almejava um livro com perguntas e respostas, em linguagem coloquial. Queria uma obra com redação subscrita em boa prosa por um historiador que escrevesse bem e Marco Antônio Villa dera disso exemplo ao publicar *Canudos: O Povo da Terra*.

Todavia o que importa é que na entrevista foram feitas valiosas revelações sem as quais importantes pormenores da vida do mestre canudômano continuariam desconhecidas, visto ele não se haver auto-retratado (o que é para lastimar), num livro de reminiscências

Encontro no Mar

Adiante sucinto esboço do depoimento do mestre canudista ao discípulo Marco Antônio Villa.

O estudante Calasans, durante seu aprendizado fundamental, jamais escutou de seus mestre-escola referência a Canudos. Os livros recomendados narravam assuntos longínquos: descobrimento, capitânias hereditárias, donatários, invasão holandesa, reis franceses, império bizantino, renascimento, as divisões da história em antiga, média e contemporânea. No máximo breves palavras sobre a abolição. A República era algo mal distinto. Em sua fase baiana nenhum professor mencionara a Revolução dos Alfaiates.

Em 1932, ao matricular-se na Faculdade Direito da Bahia, descobriu a verdadeira vocação: o magistério.

Lamentava ter perdido, quando adolescente em Sergipe, oportunidade de ter aprendido bem mais sobre Canudos por intermédio do major Marcelino José Jorge. Este fora chefe do Estado-Maior do general Savaget. Um dia o major prometeu ao jovem Calasans mostrar uma ordem do dia assinada pelo coronel Moreira César, na qual determinava que a guarnição militar de Aracaju aderisse ao golpe de estado que se preparava contra o marechal Deodoro da Fonseca, Presidente da República. Não tendo encontrado o documento, o major reformado prometeu que posteriormente faria uma cuidadosa busca. Contudo, faleceu meses depois e o futuro canudófilo perdeu boa oportunidade de ter nas mãos valioso documento histórico.

Já morando em Salvador e tendo ido em férias à terra natal, a bordo de um vapor conheceu o advogado Evaristo de Moraes. Moraes fora o defensor de Dilermando de Assis que em 1909 assassinara Euclides da Cunha.

Calasans teria que enveredar pela História. Possuía a sensibilidade do historiador. Digo-o de cátedra, visto ter sido seu aluno. Suas aulas tinham a estatura de conferência. Assim como conheceu, como poucos, o movimento de Canudos, com igual proficiência versava sobre folclore, História Econômica do Brasil, Revolta Tenentista, Coluna Prestes, cangaço, cachaça...

Quando deu início aos estudos sobre a fatalidade sertaneja, cogitou escrever uma História de Canudos que não acompanhasse forçosamente o itinerário delineado por Euclides da Cunha. Assim aconteceu, e graças à sua infatigável pesquisa muito foi acrescentado à obra desagravadora do genial fluminense.

Foram as reportagens de Odorico Tavares, veiculadas na revista *O Cruzeiro* que chamaram sua atenção para os funestos acontecimentos na hinterlândia baiana. Ficou curioso. Meteu no crânio que teria de fazer achegas ao informe de Odorico.

Um dia foi convidado pelo engenheiro Arnaldo Ferreira, que trabalhava nas obras do futuro açude de Cocorobó, para ir a Canudos.

Aceitou. Ao voltar não mais era o mesmo homem. Entregou-se de corpo e alma à investigação. Morreu dizendo – com a modéstia que lhe era própria – não ser quem mais entendia de Canudos e Conselheiro, senão quem mais indagava.

Evolução e avaliação

A obra, *Calasans, um depoimento para História*, com 135 páginas, foi, pelo autor, Marco Antônio Villa, professor da Universidade de São Carlos, São Paulo, dividida em cinco capítulos.

No primeiro, discorre Calasans a respeito de sua formação de historiador, descreve o movimento intelectual da capital baiana de 1930-1940. Narra encontro com o célebre advogado Evaristo de Moraes, como antes anotado, a bordo de um vapor. Põe em relevo as reportagens de Odorico Tavares, veiculadas em 1947 na revista *O Cruzeiro*. Relata a primeira viagem a Canudos, a qualificação da oralidade como fonte histórica, até então relegada. Na época somente Gilberto Freire utilizara o expediente. Avalia a figura íntegra de Antônio Conselheiro. Ressalta a contribuição de Douglas Teixeira Monteiro (*Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*), de Rui Facó (*Cangaceiros e fanáticos*), e de Edmundo Moniz (*A Guerra Social de Canudos*).

No segundo depoimento, Calasans emite conceitos polêmicos sobre o notável livro de Euclides. O fulcro da entrevista é Antônio Con-

selheiro, sua peregrinação, a fundação da comunidade sagrada. Alguns personagens são distinguidos: Paulo José da Rosa, Pedrão (Pedro Nolasco de Oliveira), Manoel e José Ciriáco, Taramela (José Félix), Antônio Beatinho, Manoel Faustino, a religiosidade praticada pelo Conselheiro e seu séquito, a relação tumultuosa com a igreja católica; a construção da igreja nova.

Durante a terceira conferência, faz Calasans avaliação do arraial, sua organização interna. Opõe-se à afirmação segundo a qual Canudos abrigou em torno de 25 mil habitantes. Canudos, na ótica do estudioso mestre, não foi em tempo algum, a segunda maior cidade da Bahia. Explica o massacre da família Mota. Manifesta oposição ao suposto socialismo de Canudos. Lembra o jaguncinho Ludgero entregue a Euclides que o transferiu ao professor Gabriel Prestes, em São Paulo. Também recorda outro jaguncinho, Agostinho, que conversou com Euclides em Salvador e fez o ensaísta fluminense mudar de conceito sobre a campanha sertaneja. Dá uma informação curiosa: o cabo Anselmo (o do golpe militar de 1964), contou que o avô fora seguidor, em Canudos, de Antônio Conselheiro.

A conversa do quarto colóquio versou ainda respeito do fundador do arraial Belo Monte, sua chegada à Bahia, a evolução de beato a conselheiro. Calasans deixa escapar farpas contra Nina Rodrigues o qual analisa a personalidade do peregrino sem jamais ter estado com ele em pessoa. Salienta outros pregadores itinerantes que não obtiveram sucesso: os conselheiros Francisco e Guedes. A obra de Durval Vieira de Aguiar é distinguida como expressiva fonte para conhecimento do período. Os conflitos entre a igreja e o Conselheiro são explanados, bem como o suposto messianismo e milenarismo de Antônio Maciel. As relações familiares e o compadrio foram evidenciados assim como o controvertido período em que Euclides teria permanecido dentro de Canudos.

No quinto e último capítulo o autor de *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro* traça um perfil de cinco personagens vinculadas à guerra: Arlindo Leone, o tenente Pires Ferreira, o major Febrônio de Brito, o coronel Moreira César e o general Artur Oscar, o carrasco do Belo Monte.

Visão de Antônio Maciel

Calasans revelava sua admiração por um homem que conseguira, somente com palavras, exemplo de vida e conselhos organizar uma sociedade pela qual deu o sangue. Era a força da liderança, do carisma, do caráter messiânico de Antônio Vicente Mendes Maciel.

Foram vinte e cinco anos de peregrinação pelos sertões do Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia. E o evangelista não se deixou dominar pelo ridículo. Os jornais, sem o conhecerem, faziam dele uma figura caricata. O próprio Euclides não o entendeu. Explica-se o porquê de ter alcunhado o andejo predicante com epítetos que não resistiram a revisão histórica, argumentava.

Conselheiro é tido hoje por uma figura maior no cenário histórico brasileiro. Mas esta visão chegou aos poucos ao entendimento do próprio Calasans como adiante se verá ao estudarmos sua tese de livre docência *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: Contribuição ao estudo da campanha de Canudos*.

Os jornais da época foram os grandes estimuladores da destruição da utopia erguida às margens do Vaza-Barris. Calasans é categórico: o que os jornais da época publicavam a respeito do evangelista de Quixeramobim não tinha qualquer valor. Em regra, não tomavam conhecimento da obra levada a cabo pelo Conselheiro. Quando o faziam era para acoimá-lo de bandido, assassino, louco, ladrão de terras.

O que mais chamou a atenção do lente sergipano foi a força da resistência do povo que seguia seu chefe e deu a vida em defesa dos princípios por ele pregados.

Um punhado de homens desarmados, sem preparo, pobres, doentes, desdentados, analfabetos, isolados, foram obrigados a pegar em armas e enfrentar cerca de dez mil militares. Estes, com o que havia de mais moderno em armamento e munição. Mesmo com tais vantagens, precisaram de um ano para destruir o minúsculo lugarejo.

Inimigos

Sobre a prisão do Peregrino, em 1876, Calasans aponta um dos responsáveis na pessoa do Barão de Jeremoabo. O fundador do Belo Monte tinha amigos e não eram poucos. Amigos a quem recorria nos momentos difíceis quando minguavam os gêneros para alimentar um número crescente de bocas, tanto quanto no arrebanhar mão de obra para a construção das igrejas do Belo Monte.

Salvo o coronel José Américo Camelo de Souza Velho, Canudos mantinha boa convivência comercial com Juazeiro, Vila Nova (Senhor do Bonfim), Santa Luzia (Santa Luz), Monte Santo. E com as comunidades em derredor.

Justapõe-se o mestre às teses perfilhadas por Euclides: Antônio Conselheiro não era um “gnóstico bronco”. Aponta, sim, tresvario no repórter de *O Estado de São Paulo*, como o do cavalo abatido a tiros e que permaneceu sobre a copa de uma árvore. Para Calasans, Euclides nem sempre usou de lisura em seus textos sobre Canudos.

Prédicas

E as prédicas atribuídas falsamente a Conselheiro? Euclides as retirou de um caderno de profecias encontrado nas ruínas fumegantes por Abílio de Noronha, que as repassou ao artista da palavra.

Marco Antônio Villa, o entrevistador, lembra que as preces como estão anotadas na Caderneta de Campo de Euclides, são bem antigas, remontam a 1801. Não obstante, em *Os Sertões*, são passadas adiante como se proferidas em 1896.

Para Calasans, o documento achado por Abílio de Noronha é apócrifo. Como apócrifas eram as cartas atribuídas ao Conselheiro e a supostos conselheiristas, tidas pelos jornais como autênticas. Lamenta que um dos correspondentes, Fávila Nunes, que prometera escrever mil páginas sobre Canudos, não o tenha feito. O jornalista gaúcho iria mostrar que as profecias, com efeito, existiram. Não eram, porém, da autoria de Antônio Conselheiro.

Outro equívoco apontado na obra de Euclides diz respeito à visita que o marechal Bittencourt fez ao hospital de sangue instalado na Escola de Medicina do Terreiro de Jesus. O jornalista de *A Notícia*, Alfredo Silva, participou da visita com Euclides. Silva produziu uma versão do comportamento do ministro da Guerra que difere frontalmente do que narra Euclides.

Um enfermo que se identifica como velho conhecido de Machado Bittencourt participara da campanha do Paraguai, Revolta da Armada e Canudos, faz reivindicações.

Euclides diz que ao enfermo é dispensado um tratamento frio por parte de um burocrata insensível. No entanto, para o profissional de *A Notícia*, ao contrário, o ministro escuta a postulação, manda que o assessor faça as anotações, promete levar em conta o que o soldado, outrora seu ordenança, solicitara.

Demais, põe Euclides em dúvida a valentia do caído Marechal, com o que Calasans não concorda e cita exemplo. No desembarque das tropas, no Rio, dia 5 de novembro de 1897, um anseçada investiu de punhal contra o Presidente da República, Prudente de Moraes. O marechal mostrou muita virilidade ao tentar desarmar o assassino. Recebe punhalada certa no coração, tem morte imediata.

Homem desta bravura não pode ser acoimado de covarde, alega Calasans, que lembra o ministro, em Monte Santo, ter tido o ânimo de proibir a degola de prisioneiros.

O sacro povoado

Canudos era um povoado com as características dos demais. Com uma diferença, lá não era um coronel quem ditava as ordens, senão um líder religioso. Os recursos para o sustento de uma população flutuante e em processo cotidiano de crescimento eram obtidos através de doações feitas por amigos. E o Conselheiro os tinha em abundância. Seus homens de confiança perambulavam de fazenda em fazenda pedindo contribuições. Os recursos mandados eram também gastos nas obras das igrejas, afirma o entrevistado.

Calasans diz não ter encontrado queixas e descontentamentos por parte dos proprietários de terra das redondezas do arraial messiânico por serem obrigados a mandar adjutórios, mesmo quando sob ameaça.

Havia na povoação um capitalista, Antônio Vila Nova. Homem de relevo na sociedade canudense, substituía o dinheiro por vales por ele emitidos e era o responsável pelo arsenal de armas distribuídas nos momentos em que pairavam ameaças de invasão.

Canudos não era um lugar pobre. A terra produzia mais que hoje. Nesse tempo nasciam cana, laranja, banana, verdura, abatiam-se caprinos e ovinos, o couro era comercializado. Fabricavam-se rapadura, mel de engenho e não eram raras as precipitações pluviométricas.

Discorda do pretenso igualitarismo do Belo Monte apregoado por Edmundo Moniz, visto ter existido no Belo Monte uma casta de negociantes como Antônio dos Pocinhos, Antônio da Mota, Antônio Vila Nova. A escola, por exemplo, era paga, prova de haver vida econômica ativa e pelo menos uma professora, Maria Francisca de Vasconcelos.

Sobre as mulheres, uma curiosa observação: muitas foram mais valentes do que os homens. Mulheres de recurso, por outro lado, se mudaram para Canudos. Não foram poucos os varões a fugir e relegar esposas e filhos à sorte.

Contradiz Euclides: as mulheres de Canudos não se prostituíram e uma até o repeliu diante de uma pergunta indiscreta. Conselheiristas, segundo o entrevistado, não existiam apenas no arraial, mas em vários sítios, próximos e longínquos.

Libertação

Refere-se Calasans a duas obras que contribuíram para que Canudos fosse repensado: *Cangaceiros e Fanáticos*, de Rui Facó e *A Guerra Social de Canudos*, de Edmundo Muniz. Depois de Euclides, Canudos se tornou conhecido graças ao trabalho de Rui Facó. A despeito da visão materialista da história e de o autor ser um tanto sectário, a

Edmundo Moniz devemos ter ordenado a história de Canudos. Moniz pôs em discussão temas antes não abordados como os entrecosques da política baiana. Euclides não fizera abordagem da temática em profundidade por ser genro de General Sólón, então comandante do Terceiro Distrito, Bahia. Circunstâncias levaram o sogro de Euclides a romper com o governador Luiz Viana.

Em cerca de sessenta anos de estudos, Calasans se disse liberto de Euclides da Cunha, sem, todavia, perder a admiração pelo grande ensaísta. Seus estudos, reflexões, leituras, amadurecimento, tomadas de depoimentos, etc, levaram-no a enxergar o sertanejo real, não aquele delineado por Euclides.

Outra deficiência em *Os Sertões* é apontada: Euclides faz o diagnóstico mental e psicológico do Conselheiro, embora esconda a fonte que é Nina Rodrigues. Quando faz citações de Tanzi e Riva, não diz que os conheceu por intermédio da leitura do cientista maranhense radicado na Bahia.

Ingrato, deixa Calasans nas entrelinhas entender Euclides ter sido com muitos que o ajudaram a escrever obra que pode ser considerada construída em equipe.

Teodoro Sampaio, amigo pessoal do genial estilista, e que tanto o ajudou, não é citado em *Os sertões* mais de três vezes, assim como Durval Vieira de Aguiar, nominado não mais de uma ou duas vezes.

A população

Tema polêmico tem sido motivo de intermináveis discussões. Finalmente, porém, chegou-se a um consenso: Canudos não foi a segunda maior cidade da Bahia, só superada pela capital, como maioria dos estudiosos têm insistido. As cinco mil e seiscentas casas, conforme estatística do Exército são, na visão de Calasans, uma falácia. O arraial no máximo abrigou dez mil almas. O pesquisador Dionísio Nóbrega é ainda mais comedido: o Belo Monte albergou, no máximo, de cinco a oito mil moradores!

Calasans, nos depoimentos assinalados, lembra um nome pouco evidenciado na historiografia de Canudos, Constantino Néri. No posto de oficial, Néri acompanhou a Coluna Savaget e, de volta a seu estado, Amazonas, do qual foi mais tarde governador, fala em dois mil fogos, ou seja, duas mil casas.

Villa revela ter lido documento oficial segundo o qual fora nomeada comissão de três militares. Estes deram início à contagem na manhã do dia seis de outubro e às onze horas, após exumarem o corpo de Antônio Aparecido, deitaram fogo na povoação. Tempo curto para o Exército fazer o levantamento do número exato de casebres. O fogo e a demolição esconderam a mentira oficial.

Achava Calasans que os números haviam sido forjados pela milícia republicana, a fim de se contrapor ao general Carlos Teles. Teles afirmara não haver em Canudos mais de duas mil moradas.

Divisão

Os estudos sobre o fenômeno Canudos foram por Calasans divididos em três fases: a primeira vai de 1874 a 1902, quando do surgimento, no centro das então províncias da Bahia e Sergipe, do peregrino cearense, até a publicação do trabalho de Euclides da Cunha. A segunda, da hegemonia euclidiana, que se estende à década de 50. A terceira e última, quando se iniciou revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feições históricas e sociológicas.

Antônio Conselheiro, segundo o mestre canudista, teria chegado à Bahia como beato. Tirava esmolas e saía distribuindo com os necessitados. Com o passar do tempo tornou-se conselheiro, isto é, com direito a pregar e dar conselhos.

Repete, no depoimento em pauta, o que escutei em mais de uma de suas palestras: três homens não mais foram a mesma pessoa após enfronharem-se com o drama em que vivem os sertanejos, cercados de problemas seculares: Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha e Luiz Carlos Prestes. Poderia ter incluído ele próprio, transfigurado espiritual e intelectualmente após marcantes viagens ao sertão a partir de 1950.

Com respeito à viagem dos capuchinhos, em 1895, lembra Calasans ter a ideia partido de um deputado estadual, Antônio Bahia, e não do clero baiano. O governador recebeu comissão de homens públicos e sugeriu que fosse solicitado apoio do arcebispo.

Crítica Nina Rodrigues que “com um argumento bobo, indigno de um cientista” apontou em Antônio Conselheiro um quadro clínico de doente mental, além de afirmar que o líder teria passado por forte metamorfose, tanto que chegou à Bahia apenas como Antônio Conselheiro e paulatinamente se transformou em Bom Jesus Conselheiro.

É, ao contrário, para causar admiração (diz) o fato de Antônio Conselheiro haver mantido sua liderança durante um quarto de século sem se haver entregue à política partidária como aconteceu com o Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), e Frei Damião. A filosofia de Antônio Maciel era tão somente servir aos humildes.

Com referência à prisão do líder religioso, sem meias palavras Calasans aponta o Barão de Jeremoabo que o acusou, sem qualquer prova, de haver praticado no Ceará crime de morte.

Do ponto-de-vista do depoente, Conselheiro não pregou jamais o milenarismo, isto é, a crença na segunda vinda de Cristo à Terra, assim como a possibilidade de um período de justiça, felicidade e paz. Suas prédicas aí estão (ênfaticamente) para quem quiser ler, graças a Ataliba Nogueira, Paulo Maciel, Fernando da Rocha Peres e Walnice Nogueira Galvão. Conselheiro, lembrou, se referiu uma só vez ao fim dos tempos dizendo estar próximo e que o Príncipe ia voltar.

O fim do mundo tem sido anunciado há séculos e nos dias que correm, na transição de um milênio para outro, constantemente volta a entrar em pauta, acrescentou.

Moreira César

Conheceu o mestre três indivíduos que se relacionaram com o célebre coronel Moreira César: Marcelino José Jorge e o tio José, em Aracaju e, em Salvador, Francolino Afonso Pedreira. Este, no depoi-

mento prestado a Marco Antônio Villa, erradamente tratado por Francelino Pereira.

Infelizmente, quando do relacionamento com os indivíduos apontados, Calasans nem só não tinha sido despertado para o tema, mas também por desconhecimento não sabia aprofundar as indagações. Se nesses anos já tivesse alcançado a maturidade, valiosos elementos teria para acrescentar à atribulada vida do *Treme-Terra* a quem historiografia, de modo injusto, acoimou de corta-pescoços ou corta-cabeças. Não existem provas de que o oficial de infantaria, pindamonhagabense de nascimento, tenha, como governador militar de Santa Catarina, ao final da Campanha Federalista, mandado degolar desafetos da República, senão fuzilá-los. Pouco mais de trinta vítimas e não cento e oitenta e cinco conforme declarei no ensaio *O Treme-Terra*.

Há mais de uma dezena de versões para a morte de quem foi governador militar de Santa Catarina, serviu em Sergipe, no Amazonas e foi chefe da segurança pública da Bahia. Uma delas, a mais esquisita, é produto de um médium espírita. Segundo este, teria sido o próprio José Calasans que, em outra encarnação, entranhado no aparelho de um jagunço, alvejou o comandante César às portas do Belo Monte.

Calasans teoriza sobre a casa abandonada próxima à fazenda Canudos. A deserção dos moradores teria ocorrido quando anunciada a chegada da terceira expedição. Esta trazia um tão forte contingente que se acreditou suficiente para aniquilar a aldeia sagrada. Calasans lastreia seu argumento no fato de que, em fins de 1896, cerca de 400 cabeças de gado vacum e caprinos eram ali criados. Ora, raciocina, propriedade com rebanho de tal porte não poderia estar há anos abandonada.

O ciclo folclórico

Comparou Calasans a obra de Euclides *Os Sertões* a “uma gaiola de ouro”, que teria, durante meio século, aprisionado os estudos, pesquisas e reflexões sobre o drama sertanejo.

Usando outros termos quando do início dos estudos, disse: “Nessa época (1950), comecei a pensar que seria possível contar uma história de Canudos sem ter que me espelhar em *Os Sertões*”.

Ao produzir a sentença, coletava dados para redigir sua tese de docência livre. Não obstante, por mais que quisesse libertar-se dos grilhões que o vinculava a Euclides, através de quem começou seu conhecimento, só com o tempo conseguiu libertar-se por completo.

Em *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, Calasans ainda tem, para Canudos um olhar infectado de preconceitos.

Antônio Conselheiro é tratado como uma “figura sombria e torva”, que pregava o retorno de Dom Sebastião. Repetia Euclides. Hoje se sabe que o nome do aloprado rei português não entrou uma só vez nos sermões do peregrino.

Aceitava ainda as teorias segundo as quais Antônio Conselheiro padecia de loucura. Assim, na obra aludida, diz: “As alucinações vão, pouco a pouco, dominando-o inteiramente”. Cita exemplo: Antônio Maciel fere um seu cunhado a faca. O acontecimento é singular na vida do futuro Antônio Conselheiro, circunstância de que não está livre a mais sadia mente.

Demais, as profecias encontradas entre “pobres papéis”, atribuídas ao Conselheiro, achadas pelo militar Abílio de Noronha, fazem parte de uma tradição sertaneja que remonta há um século antes do aparecimento do líder messiânico. Calasans aceitou-a como Euclides as havia aceitado dizendo que o Conselheiro “vaticinava confusamente: “Em 1896 há de rebanhos mil correr da praia para o sertão, então o sertão virará praia e a praia virará sertão” etc.

Se o ilustre sergipano ainda estivesse entre nós, iríamos fazer-lhe a seguinte indagação: Professor, se o senhor reescrevesse *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, deixá-lo-ia como originalmente o fez ou introduziria estruturais modificações? Com certeza ele responderia: “Eu o reestruturaria de cabo a rabo”. É, aliás, de admirar que não o tenha feito, visto que nos últimos anos reformulara por completo seus conceitos a respeito de Canudos e do Conselheiro.

Vai Calasans mais longe na citada tese. Declara que “Na época dessas profecias avaramente guardadas em cadernos pelos fiéis, Antônio Conselheiro já não se apresenta como um simples penitente. Está convencido do seu papel divino, julgando-se um enviado de Deus para anunciar o fim do mundo”.

Em outro passo volta Calasans mencionar o “delírio profético” que anunciava a volta de D. Sebastião.

Foi preciso esperar quase trinta anos para se convencer do contrário, mormente após Ataliba Nogueira publicar as Prédicas do Peregrino. O pobre homem de Quixeramobim não era aquilo que dizia a historiografia tradicional. Era o avesso, a antítese. Homem equilibrado, exegeta da Bíblia, memorioso, puro em seu modo de ser, eloquente e convincente no falar, foi, isto sim, um pregador religioso que se restringiu ao texto bíblico. Seu aprendizado do latim fora haurido na Escritura Sagrada então bilíngue.

Em várias páginas de *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro* Calasans insiste, com veemência, no suposto sebastianismo.

Tempos depois, inobstante, ele negaria com ênfase a existência da espera da volta de D. Sebastião em Canudos como muitas vezes o fez em nossas conversas e não foram poucas, colóquios de anos, três decênios.

Na obra em tela, Calasans abusa do epíteto fanático com que eram definidos os prosélitos e o próprio líder espiritual. Hoje o termo não mais é empregado e mesmo o qualificativo jagunço, sinônimo de pistoleiro, capanga, malfeitor, bandido é usado com muita cautela, salvo quando se quer julgá-lo destemido.

Com referência ao comportamento e estado mental dos habitantes da aldeia sagrada, Calasans repetiu as teorias da época, escudada em *As Coletividades Anormais* de Nina Rodrigues, no parágrafo em que menciona “a imaginação doentia da gente do Belo Monte”. Mais tarde ele asseguraria que Canudos era um povoado como outro qualquer.

Comparando Moreira César com o Conselheiro, qual dos dois era louco? O César, claro. Todo leitor atento é capaz de descobrir esta verdade. Calasans julgou-o de modo contraditório, quando deu início a seus estudos. De seu ponto-de-vista, o comandante César era “um chefe brioso e bravo que se expôs e caiu mortalmente ferido”. Adiante pespega em Moreira César a alcunha de “façanhudo degolador”, “carrasco de galões”, “truculento coronel”.

A data do nascimento de Antônio Conselheiro é erradamente registrada como tendo sido 1828, quando se sabe, hoje, ter sido 1830. Quer isto dizer que Calasans só iria tornar-se mestre após muitos anos de leitura, garimpagem e ponderações.

Não só Calasans, muitos dos estudiosos do doloroso drama chegaram à conclusão de que Canudos não foi um reduto de criminosos e saqueadores, senão um povoado cujo chefe julgava poder introduzir em sua comunidade um modo alternativo de vida, não sujeito aos padrões então vigentes numa sociedade egoísta, imediatista e desumana que via na pobreza e na miséria uma imposição do destino. A ação solidária e humanística do rústico evangelizador nos leva a conclamar que o Conselheiro descortinou o lado material existente no cristianismo.

Calasans, mestre e amigo

José Dionísio Nóbrega
Historiador e genealogista

Faz 42 anos que tive o prazer e a felicidade de conhecer, na capital de Sergipe, o professor José Calasans Brandão da Silva, que acabara de chegar de Salvador para fazer uma palestra sobre a história e os principais historiadores de sua terra. Nessa época, eu morava em Aracaju, lugar em que vivi um pouco mais de meia dúzia de anos.

A minha ligação afetiva com a terra do professor Calasans, e de tanto a ela voltar mesmo morando em Salvador, ainda faz muita gente pensar e até me perguntar se sou conterrâneo dele. Respondo sem pestanejar: “Não, sou catingueiro da região de Canudos, precisamente do antigo Cumbe do Major Antonino. Mas, se não fosse baiano, gostaria de ser sergipano”.

No ano seguinte, talvez, passei a ser aluno do jurista Wagner Ribeiro na Universidade Federal de Sergipe, por sinal conceituadíssimo na área do Direito do Trabalho. Ouvindo suas estórias engraçadíssimas, principalmente fora da sala de aula, descobri que o competente professor era sobrinho do mestre Calasans, sobre o qual mais tarde me fornecerá preciosas informações.

A partir desse encontro com o mestre Calasans em Aracaju comecei a me interessar pela história de Sergipe e por seu trabalho intelectual. Um outro encontro com ele no final da década de 70 no CAB (Centro Administrativo da Bahia) fortaleceu a ideia de procurar reunir obras sobre Canudos, dele e de outros estudiosos. A seriedade de sua pesquisa oral sobre folclore, revolução de 30, Antonio Conselheiro e seu séquito, e tudo que dizia respeito ao sertão, me deixou bastante impressionado. No final dos anos 80 eu já tinha reunido muito material sobre Canudos e Sergipe. E ainda ficou melhor quando comecei a pesquisar no Núcleo Sertão, situado no antigo prédio da Faculdade de Medicina.

Durante algum tempo adquiri o hábito de frequentar a Academia de Letras da Bahia, não menos de três vezes por semana. Tornei-me amigo do poeta Carlos Cunha, que foi, por muitos anos, o braço direito do professor Claudio Veiga. Nesse período, tive o prazer de conversar inúmeras vezes com o professor José Calasans e com alguns de seus confrades.

Vendo o meu sincero interesse por tudo que dizia respeito a Canudos e Sergipe, resolveu o sergipano de Aracaju me convidar para bater papo no Museu Eugênio Teixeira Leal e algumas vezes em sua residência na ladeira da Barra. Foi um dos melhores períodos da minha vida como pesquisador de Canudos.

Raro o estudioso do peregrino cearense, da obra-prima euclidiana e da guerra do Belo Monte, com as suas causas e consequências, que não tenha entrevistado o professor Calasans e consultado os seus arquivos, já de há muito doados à UFBA, ao Museu Eugênio Teixeira Leal, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, à Academia de Letras da Bahia, à Fundação Pedro Calmon e outras instituições.

Muitos brasileiros e estrangeiros tiveram a oportunidade de tirar cópias de livros, revistas, jornais e documentos da valiosíssima coleção do professor para dar sustentação às teses de mestrado e doutorado. Até ficcionistas célebres como Mario Vargas Llosa consultou o professor Calasans e o seu acervo. O escritor peruano de Arequipa pesquisou tanto para escrever a sua talvez obra-prima – A Guerra do Fim do Mundo – que um dia deu a seguinte declaração mais ou menos nestes termos:

“Desejo fazer uma obra de ficção com um fundo de verdade”. Para Renato Ferraz, ele teria dito: “Quero mentir com um fundo de verdade”. Muitos atores, diretores de teatro e cinema, pintores, arqueólogos e fotógrafos procuravam o mestre de Canudos para pedir algum tipo de orientação. Berthold Zilly, o tradutor de “Os Sertões” para o alemão, e o prof. *Helmut Feldman* não deixaram de consultá-lo.

Tentando lhe fazer uma surpresa, mostrei ao seu colega de turma e diretor e redator-chefe do jornal *A Tarde*, Jorge Calmon, um perfil que eu acabara de escrever para publicação na passagem dos seus 78 anos. Um dia antes do seu aniversário, saiu o artigo sob o título “O jovem Calasans”. E imediatamente recebo dele um telefonema me agradecendo com muito humor: “Você sabe da minha vida mais do que eu”.

Nos bate-papos ou conversas informais, e mesmo no alto dos palanques, resplandecia o humor calasansiano que em nada comprometia a qualidade de sua fala. Pelo contrário. Os ouvintes sorriam e se concentravam ainda mais no tema tratado.

No tempo de estudante da Faculdade de Direito do Portão da Piedade aceitou o integralismo pliniano com entusiasmo ao lado de Rubem Nogueira, Oldegar Franco Vieira e muitos outros, embora não por longo tempo. A tomada de posição política a favor do Integralismo nunca arrefeceu a sua admiração pelo conterrâneo Augusto Maynard Gomes, seu herói desde o tempo de menino.

O mestre Calasans foi antes de tudo um folclorista. Desde cedo, por influência de seu professor Clodomir Silva, ainda no Ateneu Pedro II (antigo Ateneu Sergipense), aprendeu a recolher coisas do folclore sergipano. Mais tarde, com as leituras da obra do conterrâneo Silvio Romero, começou a se expandir de tal maneira que ficou nacionalmente conhecido como folclorista através da sua “Cachaça Moça Branca”, obra aperfeiçoada de uma anterior publicada em 1943 pela Revista de Aracaju (vol.I) com o título “Aspectos Folclóricos da Cachaça”. Outra obra de peso, da qual ele não se orgulhava tanto, foi o seu primeiro trabalho sobre o peregrino cearense denominado de “O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro”, para cuja elaboração muito se esforçara a ponto de perguntar, através de cartas, aos conterrâneos Epifanio Dórea e Garcia Moreno se havia alguma coisa do povo de Sergipe sobre Antonio Conselheiro.

Ainda dentro de um viés folclórico ou de literatura popular, outros trabalhos sobre Canudos se sucederam: o sebastianismo no folclore de Canudos, Moreira César na poesia popular, A guerra de Canudos na poesia popular, Canudos na Literatura de Cordel (Editora Ática, 1984) e, possivelmente, outros.

É quase interminável a sua produção escrita sobre folclore. Vejamos: Celso Magalhães e o folclore baiano (Revista de Cultura da Bahia, jan/jun 1969), Edison Carneiro e o folclore baiano (UFBA-CEAD), Fausto Cardoso no Cancioneiro popular de Sergipe (Revista da ALB, nº. 25), Primeiros estudos de folclore na Bahia (Revista ALB 36), Contos populares do Brasil de Silvio Romero (Revista da ALB, nº. 43), Folclore histórico no Recôncavo da Bahia (Revista de Cultura da Bahia, nº. 5, 1972), Clodomir Silva e o folclore sergipano (Caderno Antonio Viana – comissão baiana de folclore, 1976), Vale Cabral e o folclore brasileiro (Revista da Bahia, Ano I, nº.1, out./1960), Achegas ao Estudo do Romanceiro Político Nacional (Centro de Estudos Baianos, nº. 27), Cantigas de Cacumbis e Taieiras de Sergipe (Revista de Aracaju, nº. 4), além de trechos folclóricos nos trabalhos historiográficos.

A vocação para ensinar, seja dando aulas ou fazendo palestras, corria nas veias de Calasans. E o exemplo maior vem do tio materno Josafá da Silveira Brandão que, embora formado em medicina, foi por muito tempo professor e diretor do Ateneu Sergipense, por ato do então governador de Sergipe, general José de Siqueira Menezes, aquele a quem Euclides, em Os Sertões, chamou de “O Olhar da Expedição”.

Contava Calasans que o seu professor de História Universal – Artur Fortes – se distinguia em sala de aula pela didática e pelo conhecimento da disciplina. Esse seu mestre contribuiu para o fortalecimento da sua vocação pra professor. Outro que lhe deixou marcas indeléveis pela presença de espírito e pelo bom humor foi o professor de História do Brasil, Luiz José da Costa Filho, filho de um pobre e honrado ferreiro de Propriá. Com Costa filho (era assim que Calasans o chamava), sacramentou-lhe o gosto pelo magistério e pela história (vide arquivo do próprio Calasans no IHGSE). As suas tiradas levantaram o astral da turma de Calasans, principalmente deste que já nascera com notável sensibilidade herdada da mãe D. Noemi.

Em um único livro – Cartografia de Canudos – Calasans reúne 23 trabalhos que dizem respeito a Canudos. Outra obra que ele gostou de ter ultrapassado 100 páginas para não chamá-la de opúsculo (Centro de Estudos Baianos, 1986) foi Quase Biografias de Jagunços, depois republicada no ano 2000 (Edições GRD, São Paulo) com o título “O Estado Maior de Antonio Conselheiro”.

Quem quiser conhecer a produção deste mestre sergipano sobre Canudos tem de consultar pelos menos essas duas belas obras. Não estão incluídos nelas dois trabalhos sobre o líder do Belo Monte: Antonio Conselheiro e os “Treze de Maio” (Cadernos Brasileiros, Ano X, nº.3, 1968) e o Matricídio de Antonio Conselheiro (Revista Brasileira de Cultura, vol.4, n.º14).

Um dos temas estudados por José Calasans foi a revolução de 1930. Saiu nos Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em Campinas (1971), um trabalho seu mostrando valiosos documentos originais e inéditos a respeito da Revolução de 1930 no Norte. Em 1980, a Ufba publica também dele “A Revolução de 1930 na Bahia”, em que se incluem Documentos e Depoimentos, além de três estudos calasansianos: 1) A primeira Fase da Conspiração no Norte: abril-maio, 1930); 2) Juarez Távora na Bahia; 3) O ABC de Pedrito.

Ninguém pode se queixar de que Calasans não tenha publicado tudo o que pesquisou. Pelo contrário. Publicava tudo, até pequenos discursos como o da Semana do Economista, como os que ele fez sobre Demóstenes Madureira de Pinho e Álvaro Augusto da Silva, este, colega seu no Instituto Genealógico da Bahia. Até o prefácio do livro Trem-Terra, do escritor Oleone Coelho Fontes, Calasans republica na sua grande obra “Cartografia de Canudos” com o título “O coronel César”.

Morando em Aracaju, seu filho José, já com 2 anos, Calasans presenteia ao seu povo a interessante obra “Temas da Província”, cujo índice inclui Estudos Sergipanos, Brício Cardoso e o Ensino Normal em Sergipe, Subsídios para o cancioneiro histórico de Sergipe e Fausto Cardoso e a revolução de 1906. Em 1952, já morando na Bahia desde 1947, autoriza a publicação, pela S. A. Artes Gráficas, de um trabalho apresentado ao 2º Congresso de História da Bahia intitulado Fernão

Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe. Em 1970, publica “Fausto Cardoso” que foi para ele um herói político de Sergipe, muito lembrado pelo mestre Artur Fortes. Pelo Centro de Estudos Baianos saem a “Bahia, primeira capital do Brasil de 1549-1763” (1972, n.º 73) e A Faculdade Livre de Direito da Bahia (1984, n.º 105).

Graças a sua experiência em elaborar perfis biográficos, Calasans não teve a menor dificuldade para escrever a biografia de Miguel Calmon Sobrinho e sua época (1912-1967), cuja morte inesperada interrompeu uma vida plena de realizações. O prefácio ficou a cargo de Antonio Carlos Magalhães.

Sabedor que 14 de julho era também a data de aniversário da minha mãe, o professor e mestre de Canudos demonstrou muita satisfação. Parece até que isso contribuiu ainda mais para o estreitamento de nosso relacionamento.

E para concluir, reproduzo o meu artigo “Calasans, o jovem oitentão”, publicado justamente com o de Mário Cabral, em a Tarde, no dia 14 de Julho de 1995:

[Sergipe, embora de pequena dimensão territorial, tem sido um grande estado exportador de talentos em todas as áreas do conhecimento humano. No campo da história e do folclore, brilharam no Rio de Janeiro, como estrelas máximas do saber, as inteligências de João Ribeiro e Felisbello Freire. Para com a Bahia, no entanto, o pequenino Sergipe tem sido ainda mais generoso.

A “guia” de exportação de sergipanos ilustres é mais rica para Salvador do que para outros lugares. Se alguns vieram somente para estudar, como Jackson de Figueredo e Manoel Bomfim, outros, entretanto, preferiram deitar raízes no solo baiano. É o caso, dentre muitos, de José Calasans Brandão da Silva. O nome José Calasans (Calasans não é sobrenome) se origina de uma homenagem ao tio homônimo que nascera a 27 de agosto, em dia de São José de Calasanz (grafe-se com z final).

Na época em que era aluno do Ateneu Sergipense, de 1928 a 1932, aprendeu com Clodomir Silva a gostar das “coisas” do folclore e da história, áreas em que mais tarde se tornaria um dedicado estudioso. O desejo de ser professor surgiu logo em seguida, talvez por influên-

cia do tio Josafá Brandão, então professor de destaque e da juventude aracajuana. Ano seguinte, já na Bahia, o jovem aracajuano começa a estudar na Faculdade de Direito do Portão da Piedade. Não foi um dos alunos mais brilhantes. Era comum encontrá-lo lendo Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco ou Gilberto Freyre. A ciência de Cernelutti, de Kelsen e de Beviláqua não o empolgava.

Nas férias de 1935, em Aracaju, o terceiranista de Direito manifesta já uma tendência literária ao escrever crônicas sobre louras e morenas e perfis políticos como os de Maynard Gomes, de Eronides de Carvalho e de Francisco Porto, publicados no Sergipe-Jornal, graças ao amigo Mozart Aboim, redator da gazeta aracajuana. O futuro professor (de diversas gerações) produz também, em versos, uma magnífica sátira política.

Graças a esse gosto literário adquirido no albor da juventude é que a apresentação de seus trabalhos históricos, ensaísticos, biográficos e folclóricos chegará ao público sempre bem cuidada, numa linguagem clara e concisa, à maneira do laranjeirense João Ribeiro.

Corre o ano de 1937 no fim do qual sairá da Faculdade de Direito uma das turmas mais ilustres de todos os tempos: José Calasans, Rubem Nogueira, Jorge Calmon, Mário Cabral, Jorge de Farias Goes, Oldegar Franco Vieira, Nelson Sampaio e muitos outros. O filho recém-formado de dona Noemi Brandão da Silva e do senhor Irineu Ferreira da Silva, por algum tempo, não continuará em Salvador, quer ser professor de História, concursado, na Escola Normal “Ruy Barbosa”, em Aracaju. Intensifica então estudos e pesquisas com este objetivo. Primeiro, publica, em 1941, na Separata da Revista do IHGS, “Os franceses e a exploração do pau-brasil em Sergipe” para, em seguida, em 1942, publicar a sua tese apresentada ao concurso de História do Brasil e de Sergipe – Aracaju (contribuição à história da capital de Sergipe) -, superando, com técnica moderna de investigação e interpretação históricas, os trabalhos pioneiros sobre Aracaju de Clodomir Silva, Manoel dos Passos e Enock Santiago. É o novo historiador de Sergipe, é o primeiro historiador de Aracaju, na opinião de Garcia Moreno.

Com a publicação de “Aspectos folclóricos da cachaça”, o folclorista sergipano passa a ser admirado por intelectuais de todo o Brasil. De

Gilberto Freyre nem se fala, já eram bons amigos. Mário de Andrade se refere a ele como um dos que se preocuparam com a dicionarização dos eufemismos da cachaça, ao lado de Alberto Bessa, em Portugal, de Rodolfo Garcia e de Firmino Costa, no Brasil. Pedro Calmon, ao ocupar-se de coisas baianas na Academia de Letras, considera excelente o estudo folclórico da cachaça. Ao tratar deste tema, o futuro autor de “O ciclo folclórico do bom Jesus conselheiro” não é contra nem a favor do consumo de bebida alcoólica. É possível que nunca tenha tomado um “golpe” da branquinha, como diria o sertanejo, porque ela é, antes de tudo, forte.

Cachaça, moça branca
Fia do véio Tiburço
Ela bate comigo no chão
Eu bato com ela no bucho
Cachaça fia da cana
Neta do véio Paixão
Eu meto ela no bucho
Ela me mete no chão.

Não foi o livro “Os Sertões” que lhe mostrou a porta de entrada ao mundo fantástico de Antônio Conselheiro. O gosto pelo folclore é que o fez querer conhecer a história do famoso peregrino. A mais prima das obras brasileiras – insuperável do ponto de vista literário – até então não tinha sido objeto de um sério estudo crítico do ponto de vista histórico. Era uma obra considerada inatacável. Hoje, a obra definitiva sobre a guerra sertaneja e seu líder ainda está por se escrever. Para tal empreitada, quem reúne as melhores condições cognitivas e intelectuais, além da paixão pelo tema, é o professor José Calasans, a quem não falta experiência, pois já se vão 45 anos de intensa pesquisa sobre o movimento de Antônio Conselheiro.

Se 14 de julho significa para a França o início de um novo tempo ou o fim de uma monarquia absoluta onde a vontade do rei, e só ela, era a lei, o rei somente tinha de prestar contas a Deus, para os baianos, amigos do estimado mestre sergipano, que nesta data histórica completa 80 anos, representa mais uma oportunidade para enaltecer-lhe os méritos e as qualidades além de reconhecer nele um ser humano especial que a Bahia teve a sorte de adotar como filho].

Oldegar Vieira
Mestre Baiano do Haikai
O perfume eterno das “Folhas de Chá”
colhidas há 75 anos
(Centenário comemorativo 1915-2015)

Carlos Verçosa

Jornalista, publicitário e poeta, haikaísta

“Um velho portão fechado, uma roupa lavada secando ao sol, uma carta machucada, as órbitas vazias de uma estátua, cada uma destas cousas lhe fala uma linguagem que é sua, somente sua... Se ele em poucas palavras a exprimir, terá dito uma cousa que estava em fusão na sua alma, terá dado uma revelação de si. Terá feito poesia pura, essencial, que, afinal das contas, é a poesia dos haikais”.

“Na poesia clássica, o que há de musicalidade expressiva leva o poeta a se dizer inteiramente, como se quisesse tocar todas as notas de um acorde e sem deixar lugar às variações emocionais dos que o ouvissem. O poeta faz das almas caixas de ressonância de Os haikais não: eles são a – sua música. palheta que tange as cordas das almas. Neles se dá a liberdade interior e pessoal de modular a nota inicial segundo as inclinações sentimentais diversas.”

“Estamos de tal modo viciados com as velhas formas clássicas de poesia, que estes haikais chegam a ser, para muita gente, uma cousa desconcertante.

Poucas palavras... Uma expressão tão leve e rápida, uma simples sugestão no espírito dos emotivos.”
“A eloquência do haikai é outra. É a eloquência de sugerir. De modo que uma simples leitura de nada vale. O essencial é senti-los, é escutar o eco dos três versos n’alma.

*Oldegar Vieira*¹

A Bahia comemora, neste ano, o centenário de nascimento de um dos seus filhos mais diletos: **Oldegar Franco Vieira**.

Intellectual, jurista, professor, articulista e haijin (mestre em poesia haikai), Oldegar, que nos deixou em 2006, deixou também o seu nome inscrito na história das letras da Bahia, legando-nos uma obra admirável.

Autor de livros sobre educação, política, sociologia, família, ciências econômicas, direito agrário, direito do trabalho e constituição.

Foi membro de entidades culturais como a Associação Cultural Brasil Japão – Bahia e da Academia de Letras da Bahia, onde tive o prazer de conhecê-lo nos anos 1980.

Desde então, mantivemos boa amizade e troca de conhecimentos, com mais ou menos polêmica, sobre uma paixão em comum: estudos efetuados a respeito do haikaie poesia japonesa.

E é justamente sobre o poeta haikaista e mestre Oldegar Vieira, haijin, o pioneiro e um dos grandes divulgadores desse gênero literário no Brasil, que prefiro homenagear neste texto.

Um recorte biográfico específico e sincero de um companheiro de viagem na estrada da poesia haikai.

Uma estrada que começa no Japão e passa pela Bahia, rumo às estrelas.

Como ele dizia.

¹ OLDEGAR VIEIRA [in Prefácio, Folhas de Chá, Rio de Janeiro, 1940. Ensinaamentos publicados anteriormente na revista de cultura Cadernos da Hora Presente, Rio de Janeiro, maio 1939]

Pioneirismo baiano no haikai

O jovem baiano **Oldegar Vieira** fez história na literatura brasileira quando escreveu, entre os 17 e 22 anos, o quarto livro de haikai em língua portuguesa, publicado em 1940.

Sua iniciação no haikai, juntamente com o colega de estudos ginásianos **Gil Nunesmaia** (1913-1993), deveu-se à leitura dos haikais pioneiros do baiano **Afrânio Peixoto** (1876-1947), publicados na *Revista Excelsior* (jan. 1928) e mais tarde reeditados no livro “*Missangas*” (1931).

Afrânio Peixoto foi o primeiro a escrever haikais em livro, no Brasil.

[A leitura desses mesmos haikais motivariam e inspirariam também outro leitor ginásiano, paulista, **Waldomiro Siqueira Jr. (1912-199?)**, autor do livro que muitos acreditam ter sido o primeiro livro brasileiro de haikais, publicado em 1933, mas que, na verdade, é o segundo: “*Haikais*”, assim denominado. O primeiro livro é justamente o encarte de Afrânio Peixoto.]

Afrânio Peixoto foi também o escritor brasileiro que nos apresentou ao haikai e falou sobre a importância da poesia japonesa.

Isso em 1919, quando escreveu um ensaio pioneiro, como prólogo ao livro “*Trovas Brasileiras*”. Neste estudo pioneiro, ele fazia uma aproximação da tradicional forma de versejar em língua portuguesa com a japonesa.

Dez anos depois, veio a nova publicação, na *Revista Excelsior*, em que o bandeirante intelectual baiano apresentava os seus haikais e buscava incentivar uma produção brasileira:

“E não são alguns japões que os fazem, senão todos, com mais ou menos facilidade.

O haikai é uma sensação lírica que todos sentem e podem exprimir. Por isso do homem do povo mais humilde ao letrado mais culto, todos têm as suas trovas, ingênuas, sutis, simples ou profundas”, escrevia Afrânio Peixoto.

E Afrânio complementava, numa menção recorrente ao eufemismo “*epigrama lírico*”, que usara desde o ensaio pioneiro de 1919 (“*O haikaijaponês ou epigrama lírico*”):

“Mas todos os que são poetas – e poeta é apenas, e é tudo, sentir intimamente e exprimir sinceramente -todo o mundo, em suma, será capaz de epigramas líricos.”

Ora, tais palavras incentivadoras logo motivariam os primeiros haikaistas brasileiros a meterem mãos à obra.

Jovens adeptos na Bahia

A partir da sua leitura estimulante, os jovens baianos **Oldegar Vieira** e **Gil Nunesmaia** também passaram a escrever e publicar seus primeiros haikais.

Foram acolhidos no jornal *A Tarde* (a partir de 27 de outubro de 1932), denominando-os, ainda timidamente, como fora sugerido pelo mestre Afrânio: “*epigramas líricos*”.

[*A Tarde*, ao longo da sua história, ora teve suplementos literários, ora não; mas sempre procurou incentivar, em suas páginas, a literatura baiana e o surgimento de novos valores. Esse é um diferencial louvável desse jornal quase centenário.]

Com os nomes em letra impressa no jornal e a repercussão positiva daquelas primeiras publicações os dois ginasianos se sentiram motivados e continuaram a produzir.

Mais ousado, Oldegar logo enviou a Afrânio Peixoto, no Rio de Janeiro, um punhado de haikais da dupla para a sua avaliação crítica.

Afrânio, médico e escritor, já era célebre, àquela época, pertencendo inclusive à Academia Brasileira de Letras.

E qual não foi a surpresa, tamanha: o escritor famoso não apenas tinha gostado d'imenso dos haikais dos jovens poetas conterrâneos, mas ainda escreveu-lhes uma amável cartinha, destacando o que mais tinha lhe impressionado.

E a surpresa: na cartinha enviada a Oldegar Vieira, com timbre da Academia Brasileira de Letras, datada 10 dez 1932, prometeu-lhes uma publicação na prestigiosa Revista da Academia.

O elogio do veterano escritor:

“Gostei da sua ousadia. Você o disse. Gostei ainda mais dos seus versos.

Têm poesia, o que é raro. Alguns são admiráveis”, escreveu Afrânio Peixoto.

“Você, num punhado de versinhos tem toda uma primavera!” prosseguia, e, em seguida, destacava um dos haikais que recebera:

*Apita o comboio:
um lenço vai se agitando
como uma asa cativa...*

“Bashô ou Kikaku ficariam contentes de ter feito este. Eu, este e os outros”, complementava.

Dito e feito. Em maio de 1933 lá estavam os dois jovens poetas baianos, acontecendo nas páginas prestigiadas da *Revista da ABL* [ano XXIV, n. 137, p.239].

O fato inusitado acabou virando notícia no jornal *A Tarde*, com direito a retrato dos jovens autores.

“Foi um abafamento!” – me resumiu Oldegar Vieira, em depoimento, anos mais tarde. *“Imagine que nós, dois jovens na casa dos 18*

anos, passamos a ser estimados e reconhecidos nos meios intelectuais da Bahia”.

A partir daí, eles passaram a publicar cada vez mais novos haikais e até a dar entrevistas aos jornais da província.

Eis alguns daqueles primeiros haikais de **Oldegar Vieira**:

<i>Pouco a pouco, vai o canto claro dos galos clareando o dia.</i>	<i>Um velho coqueiro interrogativamente mira-se no rio...</i>
<i>Um ovo: a manhã soltou na clara do céu a gema do sol!</i>	<i>A boca danoite Avançou na lua cheia; um quarto minguante.</i>
<i>Oh! Velho portão... Sobre a ferrugem floresce uma trepadeira.</i>	<i>Brutos lenhadores! Mas uma árvore pouparam. Havia, nela, um ninho.</i>
<i>A cidade dorme. Só os cães enfiam longos uivos no silêncio.</i>	Sob a luz do sol miseros cacos de vidro brilham como estrelas!
Pentagrama vivo cantam passarinhos nos fios telegráficos	Bendizando a chuva, dois namorados juntinhos sob um guarda-chuva.
A noite se empoa opom-pom da lua cheia no espelho do dique.	A fogueira branca dos vagalumes parece um baile de estrelas.

Gil Nunesmaia, seu parceiro na estrada poesia haikai também teve seus primeiros haikais publicados no jornal *A Tarde*.

<i>Aberta a janela, a decoração da sala ficou sem sentido</i>	<i>Vì a lua cheia, entre os fios telegráficos uma semibreve</i>
<i>A noite venceu o dia. Mas ficou toda ferida de estrelas</i>	<i>Se a paisagem com chuva é formosa — como a ser vista entre névoas — também a seria sem estas</i>
<i>Os marrecos maus vieram desmanchar a lua do fundo do lago</i>	<i>O vento rompeu a roupinha que secava. — Viu, mamãe, quem rasga?</i>

O amigo Gil Nunesmaia ainda produziria alguns haikais, mas ao iniciar seus estudos de Medicina, logo optou por outras formas de poesia e de escrita.

Somente teve publicado o seu primeiro livro, “Intervalo”, de haikais e poemas, 46 anos depois, em 1978, pelo Clube Grapiúna do Livro, de Itabuna, onde viveu a maior parte de sua vida.

Folhas de chá: polêmica na academia

Oldegar Vieira, entretanto, continuou produzindo mais e mais haikais.

Até que, em 1937, decidiu reuni-los num volume: “Folhas de Chá”, composto de 191 haikais.

Decidiu inscrevê-lo no ano seguinte, no concurso da Academia Brasileira de Letras, denominado *1º Prêmio de Poesia da ABL*.

Foi o mesmo concurso que revelou para o país a escritora **Cecília Meireles**, com o livro *“Viagem”*, único premiado.

Acontece que o regulamento do concurso previa três premiações e a Comissão Julgadora optou por destacar apenas um livro concorrente.

O resultado foi duramente contestado pelo acadêmico **Fernando de Magalhães**, especialmente contra a manifestação do escritor **Cassiano Ricardo**, que presidiu a Comissão Julgadora, integrada também por **Guilherme de Almeida** e **João Luso**.

Cassiano, chamado a plenário para justificar o resultado, acabou fazendo dura crítica a cada um dos mais de trinta concorrentes.

Os haikais de *“Folhas de Chá”* levaram a pecha de ‘*exotismo literário*’ e, conforme depoimento de Oldegar Vieira, o escritor procurou envolvê-lo *“na mesma troça impiedosa com que tratou quase todos os outros candidatos”*.

O poeta Cassiano Ricardo afirmou de forma preconceituosa que *“mesmo entre livros igualmente belos, teria de preferir um livro que não fosse de sonetos ou de haikais”*.

“O Sr. Oldegar Vieira, autor das “Folhas de Chá”, é um intelectual interessante. Os seus divertimentos são os haikais, que ele maneja com facilidade”, afirmou.

E, em seguida, fuzilou:

“Haikais são um negócio exótico e nem era para serem feitos assim, em grande quantidade. Trata-se de pura extravagância em face da sensibilidade brasileira.”

A repercussão do resultado e das críticas de Cassiano Ricardo, que, àquela altura, ainda lambia as feridas do nacionalismo extremado

do seu verdeamarelismo pós-modernista, fizeram barulho na imprensa da época.

“Foi um escândalo!” disse Oldegar.

Haikaísta da comissão não dá um pio

Mas o que deixou Oldegar Vieira realmente chateado foi o fato de Guilherme de Almeida, que integrou a Comissão Julgadora, não se manifestar.

Preferiu o silêncio conivente a defender o haikai, que ele próprio vinha praticando desde 1936, conforme artigo publicado em jornal [*O Estado de S. Paulo*, 25 fev 1937, “*Os meus haikai*”].

Tratava-se de um artigo, em que o medalhado modernista paulista também afirmava a ‘brasilidade’ dos haikais, com base nos ensinamentos do escritor francês Georges Bonneau (1897-1972).

Guilherme de Almeida acrescentava-lhes uma fórmula pessoal de composição, com título, métrica rigorosa e rimas externas e interna.

Ou seja, o modernista propunha uma camisa-de-força, que engeçava o haikai numa espécie de microssoneto, na fórmula que ele inventou e até desenhou:

____ _ _ _ _ x
____ o ____ _ _ _ _ o
____ _ _ _ _ x

Acabou, com isso, conseguindo impor uma escola peculiar reconhecida, feita de versos chamados ‘*guilherminos*’ do haikai.

Como Guilherme de Almeida era exímio esteta na arte de versejar, graças ao seu talento, alguns dos seus haikais conseguem ser muito bons.

É o que acontece em ‘*N.W.*’, ‘*Caridade*’, ‘*Nós Dois*’ e ‘*O Haikai*’, que prefiro enfeixar sem os respectivos títulos, a título de exemplo.

[Com o título, os haikais perderiam o encanto do seu mistério e a possibilidade de um compartilhamento tácito e enriquecedor com o leitor.]

<i>Dilaceramentos. Pois tem espinhos também a rosa-dos-ventos.</i>	<i>Desfolha-se a rosa parece até que floresce o chão cor-de-rosa.</i>
<i>Chão humilde. Então riscou-o a sombra de um voo. “Sou céu” — disse o chão.</i>	<i>Lava, escorre e agita a areia. E, enfim, na bateia, fica uma pepita.</i>

Mas, se Guilherme de Almeida era também um entusiasta dos haikais, por que calou-se naquela ocasião?

O silêncio revelador ecoou somente três anos depois, quando, em 1940, no jornal *Gazeta de S. Paulo*, ele declarava ao jornalista Genésio Pereira Silva:

“Acho impossível uma pessoa escrever 300 haikais em tão pouco tempo”.

[Nem eram tanto assim no livro *“Folhas de Chá”*: 191 haikais ‘apenas’].

E Guilherme de Almeida arrematava:

“Em minha vida inteira só consegui escrever uns 40 haikais...”

Estava explicado.

Apesar dos pesares, ele subscreeveu o parecer do relator Casiano Ricardo no concurso da ABL com um adendo: *“Faço restrições contra a expressão ‘exotismo’ dos haikais”*.

Restrições também do terceiro jurado

Já o terceiro membro da Comissão Julgadora, o escritor e jornalista **João Luso** (1874-1950), publicaria, ainda com restrições ao gênero, em 1941, um artigo sobre o livro de Oldegar Vieira e seus haikais, mas elogiando e destacando alguns no final.

Eis dois dos oito haikais reproduzidos pelo escritor:

– *Quem foi que apagou
a iluminação da rua?
– Um amigo da lua.*

*Os jasmims caindo
sobre o banco do jardim
choram tua ausência...*

Poesia simples, sem amarras, que como observou João Luso, pode até rimar:

“Oldegar Vieira fez, porém, obra, além de cuidadosa, caprichosa, tanto quanto possível sua.

Como se verifica em tantos modelos primitivos, alguns dos seus haikais não encerram propriamente imagens poéticas nem constituem símbolos.

Limitam-se à rápida descrição de aspectos.

Mas a proporção da concepções graciosas ou profundas é, por estas cento e tantas páginas fora, considerável.

E, pormenor sobremaneira interessante: levado pelo hábito, talvez sem querer e como sem dar por isso, o poeta chega a rimar.”

Como se espera de um haikai: se rimar, rimou. Mas não necessariamente. Rima é artifício da poesia ocidental.

Daí, o estranhamento do público diante da mínima poesia haikai do primeiro livro de Oldegar Vieira.

Folhas de chá que não envelhecem

O perfume das suas “*Folhas de Chá*”, cultivadas entre 1932 e 1937, só foi realmente percebido a partir de 1940, quando finalmente o livro veio a lume numa edição caprichada dos *Cadernos da Hora Presente*.

Mil exemplares, distribuídos por todo o Brasil, pela editora e pelo autor. Foi um marco pioneiro. E olhe que estávamos na Bahia provinciana de 1940.

O livro pintou numa edição caprichada. Com capa e ilustrações de **Anita Malfatti** (1896-1964) – a musa polêmica do modernismo.

Anita, como se sabe, foi a artista plástica que provocou, involuntariamente, a introdução do debate estético no Brasil do século vinte, a partir de uma histórica exposição, em 1917.

A polêmica iniciou-se a partir de uma crítica de um escandalizado **Monteiro Lobato** (1882-1948) e pegou fogo pela imprensa.

Envolveu escritores como **Oswald de Andrade** (1890-1954), **Menotti del Picchia** (1892-1988) e **Mário de Andrade** (1893-1945), entre outros.

Terminou por eclodir na manifestação da *Semana de 1922*, que deu origem ao Modernismo.

Sobre o livro de Oldegar: sua edição caprichada acabou sendo bem recebida por muita gente boa.

Aos poucos, a estranheza e o preconceito inicialmente verificado sobre esse tipo de poesia oriental, de três apenas, foi sendo superado.

Mas, apesar das alegrias da boa repercussão e das críticas positivas, a publicação dos haikais de Oldegar Vieira ficou por aí.

Apesar de continuar escrevendo haikais, Oldegar deixou de publicá-los. Mesmo em revistas e páginas literárias.

Um silêncio de 35 anos

De “*Folhas de Chá*”, em 1940 até 1974, o haikaista baiano calou-se para brilhar o jurista, professor e acadêmico.

Oldegar Vieira, publicou diversos títulos, principalmente nas áreas do direito, pedagogia e sociologia, porém, nada sobre haikai.

Um silêncio de 35 anos.

Até que em 1975 desenvolveu o importante ensaio “*O Haikai – Essencialmente Japonês?*”, que acabou premiado pelo Pen Clube do Brasil e pela Embaixada do Japão, sendo publicado no ano seguinte.

Foi o que bastou para que o espírito do velho haijin (mestre haikai) baixasse novamente: resolveu reeditar, logo em seguida, suas ainda perfumadas “*Folhas de Chá*”.

Elas agora vinham com acréscimos, exclusões; novos haikais e antigos haikais, reescritos e trabalhados como diamantes, daqueles que se lapidam até a exaustão.

Esta segunda edição, de 1976, justificada como uma homenagem ao centenário de nascimento do seu grande incentivador Afrânio Peixoto, gerou novas manifestações entusiasmadas.

<i>Farfalhar de folhas secas. Rápido, um calango rubro riscando o silêncio.</i>	<i>Na concha rosada de uma pétala, uma gota de orvalho: uma pérola.</i>
<i>Margens do Potomac. Róseas cerejeiras; sangue de Hiroshima.</i>	<i>Revoadas brancas sobrerochados escuros: gaivotas e espumas.</i>

Trabalho premiado ainda inédito

Em 1977, Oldegar Vieira volta a ser premiado no concurso do Pen Club e da Fundação Japão, desta feita com o ensaio “*Uma Notícia – Breve e Cautelosa – da Poesia Japonesa*”.

Esse trabalho, de 50 páginas, permanece inédito.

A primeira vez que provoqueei-o para uma possível publicação, ele declarou que, para tanto, seria preciso atualizar e modificar muito o enfoque:

“É um trabalho que considero um tanto aligeirado. Eu queria publicar uma notícia da poesia que já não fosse breve e cautelosa. É preciso atualizá-lo.”

Numa segunda tentativa, Oldegar alegou que desistira da sua edição por considerá-lo “*defasado e superado*”, após o surgimento de novos livros, especialmente “*O Haikai no Brasil*”, publicado em 1988 por **H. Masuda Goga** (1911-2008), a quem Oldegarestimava.

Hidekazu Masuda foi um dos mestres mais importantes do haikai no Brasil. Goga é o seu *haimei* (nome literário) Goga, mas acabou incorporado ao seu nome. Consagrou-se Masuda Goga.

Mestre Goga, ou Goga San, como também era chamado pelos amigos, chegou ao Brasil em 1929 e fez a diferença como poeta e mestre incentivador da prática da poesia haikai entre nós.

Transmitindo ensinamentos, escrevendo ensaios e finos haikais, tanto em japonês quanto em português, Goga tornou-se, por isso mesmo, a própria síntese da cultura e do acultramento do haikai em nosso país.

Manteve troca de correspondência e de livros com o amigo haikaista baiano, ao qual convidou, nos anos 1980, para participar do *Encontro Brasileiro de Haikai*, em São Paulo, promovido pelo Grêmio Haikai Ipê, do qual era um dos líderes.

Masuda Goga praticava o haikai que não prescinde de *kigos* [termos de estação], tal como recomendam alguns mestres haikaístas.

Respeitava, entretanto, a linha brasileira de haikai desenvolvida a partir da sua introdução no país por Afrânio Peixoto [o qual ilustra a capa do seu livro fundamental] e da qual Oldegar Vieira era o mais ilustre continuador. Admiravam-se mutuamente.

Haikai sem título, como deve ser

Devo registrar que todos oshaikais de Oldegar Vieira, publicados a partir de 1932 na imprensa baiana e reunidos no livro *“Folhas de Chá”*, eram, originalmente, encimados por títulos.

Mas, mais de uma vez, durante as entrevistas e encontros que mantive com mestre Oldegar para o meu ensaio *“Presença do Haikaina Poesia Brasileira”* (in *“Oku » Viajando Com Bashô”*, Salvador Bahia, 1995, p. 323-487), conversamos a respeito dessa prática anti-haikai.

Convencido, ele passou a dispensar os títulos e me solicitou que, ao reproduzir qualquer dos seus haikais, mesmo os antigos, eu deveria fazê-lo sem o título: *“Como deve ser”*.

Ainda conservo a fita cassete do seu depoimento:

“Prefiro assim. Naquela época toda poesia tinha de ter título. Como a gente não conhecia muito o haikai: poema levava título, então era comum fazer haikaicom título também.

Só muito depois, estudando mais o assunto, é que vim a descobrir que o haikaijaponês não trazia título.

E depois dos nossos estudos, estou convencido: no Japão é assim. Aqui também deve ser assim.

Sem o título, o haikai amplia suas possibilidades de encantamento e entendimento.

Sem o título, o leitor participa mais do haikai.”

Apesar do seu convencimento confesso, fiquei surpreso quando ele lançou o livro “Gravuras no Vento”, em 1994.

Ali, o que imperou foi a força do hábito: Oldegar passou a incluir minúsculos rodapés de página, onde sugeria o que poderiam ser os títulos ou identificações dos haikais.

Algumas dessas gravuras no vento:

<i>Gravura no vento. Pois é desacontecido o acontecimento.</i>	<i>Neve natalina. Um menino cara-suja contempla a vitrina.</i>
<i>Fina e clara, a chuva, qual a janela que tem mais bela cortina?</i>	<i>Pontuando a insônia, um grilo somente pondo vírgulas no trilo.</i>
<i>Morto agora o rio, o espelho da velha ponte é o leito vazio.</i>	<i>À pista vermelha de uma flor, vem uma rima e a florissa: abelha.</i>

Quando eu cobreí dele essa contradição, de sugerir títulos no rodapé, **Oldegar Vieira** ficou em silêncio por uns momentos e, sorrindo, sapecou:

“É mesmo. Fica parecendo faz-o-que-eu-digo-mas-não-faz-o-que-eu-faço... Mas não leve isso a sério não, é hábito de poeta velho. Toda vez que eu cometer algum haikai com título, você risca. Pronto.”

Outra novidade: a rima a florissava na maioria dos haikais do livro.

Oldegar disse que selecionou-os de propósito, como um desafio, para mostrar que “*mesmo rimando, um haikaié capaz de manter sua essência, como nos versos brancos*”.

[Eram 144 haikais, 66 inéditos, 57 reelaborados e 21 transcrições de poetas japoneses, com destaque para os de **Bashô**.]

Esse livro, “*Gravuras no Vento*”, foi publicado graças a provocações feitas nas reuniões semanais ou quinzenas que fazíamos durante os anos de 1993 a 1995, muitas vezes na Academia de Letras da Bahia, da qual ele era membro.

Foi o seu terceiro e último livro de haikais publicado em vida.

Ainda em 1994, ano do centenário do Tratado de Amizade Brasil-Japão, Oldegar Vieira viveu uma das maiores emoções da sua vida.

Foi honrado com importante Comenda da *Ordem do Tesouro Sagrado Com Raios de Ouro e Laço*, da Casa Imperial japonesa.

A comenda, uma grande honraria, foi outorgada pelo próprio Imperador Akihito, “em reconhecimento à sua destacada atuação no desenvolvimento da amizade entre o Brasil e o Japão”.

Haikais curtidos pelos melhores

Devidamente autorizado a “*riscar os títulos*” dos seus haikais, passei a fazê-lo em todas as publicações.

Particularmente, gosto muito de muitos haikais desse haijin (mestre poeta haikaista) desde a sua primeira viagem, suas “*Folhas de Chá*”, cuja poesia ainda hoje saboreio com prazer.

*No calor da tarde
estão parados os leques
das carnaubeiras.*

*Cantam passarinhos
sobre as sepulturas. Penso
na vida ou na morte?*

*Os mastros na noite
parecem dedos que apontam
contando as estrelas.*

*Uma borboleta!
O bastante para que
Se desfolhe a rosa.*

Aliás, este último também foi destacado pelo poeta **Manuel Bandeira** (1886-1968) como um dos “*exemplares perfeitos do haikai entre nós*”.

Escrevendo sobre haikais– em crônica elogiosa aos baianos Oldegar Vieira e **Abel Pereira** (1908-2006), em 3fev 1957 no jornal *Correio da Manhã* – Manuel Bandeira destacou a velha forma de poesia japonesa “levada à sua perfeição por Bashô e seus discípulos no século XVII”.

Nesta crônica, Manuel Bandeira – que se considerava “enamorado do haikai” e que também registra alguns na sua obra –cravou uma das melhores definições que conheço sobre haikai:

“O haikai é um gênero difícil, não pela forma em si, mas por exigir um pouco daquele milagre da gota de água, que é o de, em sua exiguidade, refletir todo o universo.”

E os haikais de Oldegar Vieira ele os conservava numa estante especial, de livros da sua preferência.

Bandeira disse a Oldegar Vieira que eram os livros que estava “*sempre lendo e relendo e relendo, sempre*”, quando este o visitou nos anos 1950 no apartamento da Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro. Suas palavras:

“*Oldegar, gosto tanto de você que ‘Folhas de Chá’ não sai daqui desta minha estante. O seu livro tá aí, onde eu guardo os livros da minha predileção.*”

Outra poeta admirador confesso do haikai foi Carlos Drummond de Andrade (1902-1987).

Em carta enviada a Oldegar Vieira [e reproduzida no livro *“Gravuras no Vento”*, p. 65], diz Drummond:

“Se há poetas brasileiros que cultivam preconceito contra o haikai, não figuro entre eles.

Pelo contrário, o gênero sempre me atraiu pela graça, leveza e poder de síntese, alcançando mesmo, às vezes, profundidade conceitual.

E você é, entre nós, sabidamente, quem melhor domina o haikai”, complementava o nosso poeta maior:

Pois é: ao longo dos anos o livro *“Folhas de Chá”* foi conquistando cada vez mais leitores, muitos deles muito ilustres. Entre outros:

Josué Montello (1917-2006) : *“São poemas realmente admiráveis!”*

Joaquim Ribeiro (1907-1964): *“Uma das obras mais originais da poesia brasileira.”*

Pedro Calmon (1902-1985): *“Verdadeira e bela poesia.”*

Leo Magnino: *“Refletem profundamente aquele sentido oriental.”*

Jorge Amado (1912-2001): *“Que beleza!”*

Malba Tahan (1895-1974) (Júlio César de Melo e Souza): *“São haikais realmente maravilhosos.”*

Luiz da Câmara Cascudo (1898-1986): *“É livro claro e lindo!”*

Octavio de Faria (1908-1980): *“Clássico!”*

Alceu Amoroso Lima (1893-1983): *“Suas ‘Folhas de Chá’ nunca envelhecem.”*

A mensagem de Afrânio

Neste 2015, a Bahia comemora o centenário de nascimento do seu maior haikaista: Oldegar Franco Vieira.

Para encerrar esta viagem no tempo, transcrevemos um depoimento do próprio Oldegar sobre a reação do seu primeiro incentivador, o escritor baiano Afrânio Peixoto, a respeito do livro *“Folhas de Chã”*.

Este depoimento está contado no meu livro *“Oku » Viajando Com Bashô”*, do qual Oldegar Vieira é personagem e prefaciador:

“Depois que ‘Folhas de Chã’ foi publicado, Afrânio Peixoto me mandou de presente um ramo de chá florido e folhas de chá, mesmo, de verdade, coladas num cartão, que eu emoldurei”.

O cartão veio de Petrópolis, 30 janeiro de 1941, e dizia:

“Caro conterrâneo e amigo OldegarVieira.

Saibará você que isto incluso são flor e folhas de chá.

Tenho vários pés aqui na chácara, plantados pelo Visconde de Mauá, de quem foi a casa.

São efêmeras.

As suas Folhas de Chá durarão. Assina Afrânio Peixoto, Excelsior.”

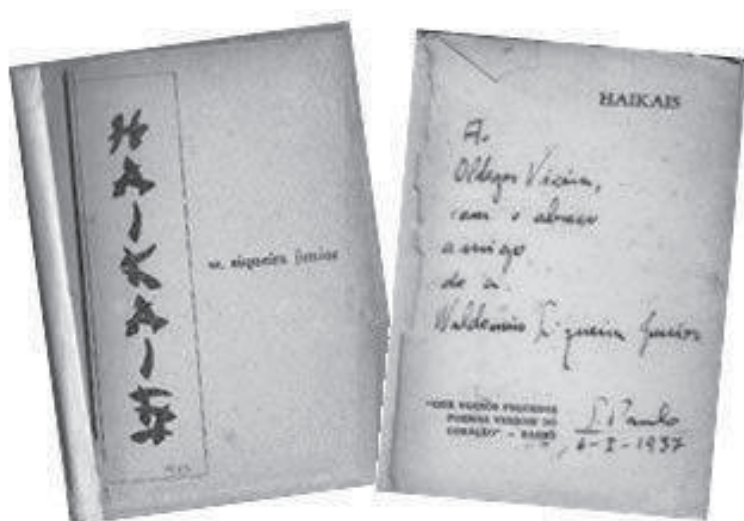
Assino em baixo.

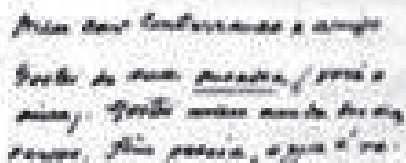
Iconografia



O velho haijin Oldegar Vieira curtindo a natureza inspiradora

Foto Welton Araújo, Correio da Bahia, 24 jan 2001





ou, alguns são adocados. Lembro-me
daí, com um orgão especial, comen-
tando a obra, S. J. e os melhores... e mui-
tas outras que não são a antipatia... os
distintos não têm mais os seus próprios?
mas, apesar de, poucos meses, já de al-
guém, a obra... Devido ao estado
desta obra, os seus, já, de todos, e por-
ma, não são mais, com uma ou duas
de pouco, pois, não são mais a obra,
com uma obra, uma, portanto, com
um, com a obra, com a obra...
Deu de campo, com a obra, com a obra
outra e melhor.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 259–267

Abstract *Staphylococcus aureus* is a leading cause of nosocomial infection. The purpose of this study was to determine the prevalence of *S. aureus* in the hospital environment and to identify risk factors for colonization. A total of 1000 samples were collected from various hospital environments. The results showed that the prevalence of *S. aureus* was 15.2%. The highest prevalence was found in the intensive care unit (ICU) and the lowest in the outpatient clinic. The risk factors for colonization were identified as the presence of a central venous catheter, mechanical ventilation, and contact with the ICU.

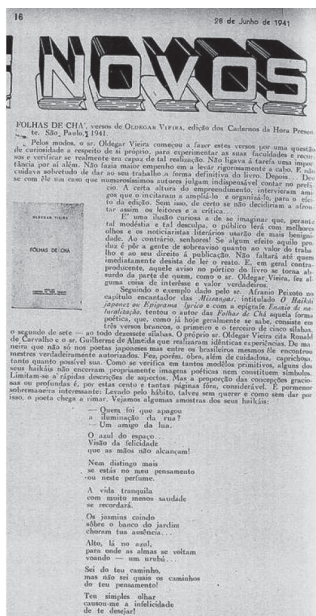
Plants are still rather numerous in the
lowland parts. In fact, a few plants, such
as the small ones in the lowland parts of



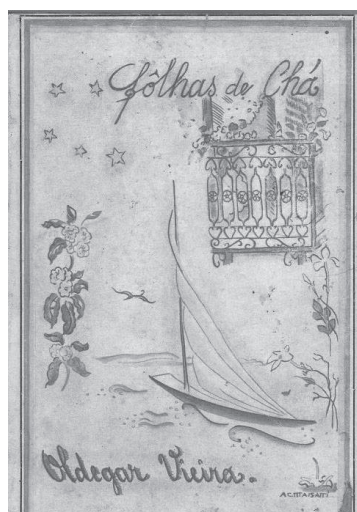
Cassiano Ricardo (1895-1974)

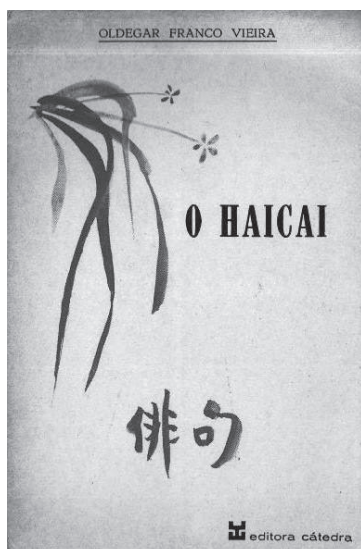


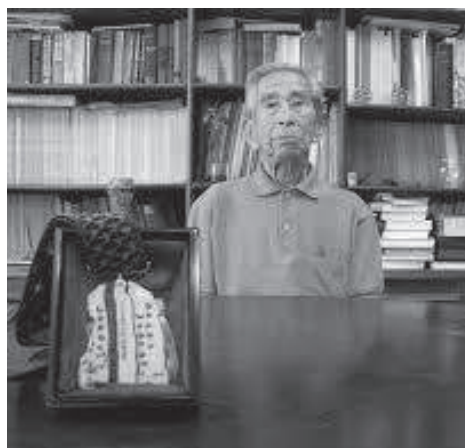
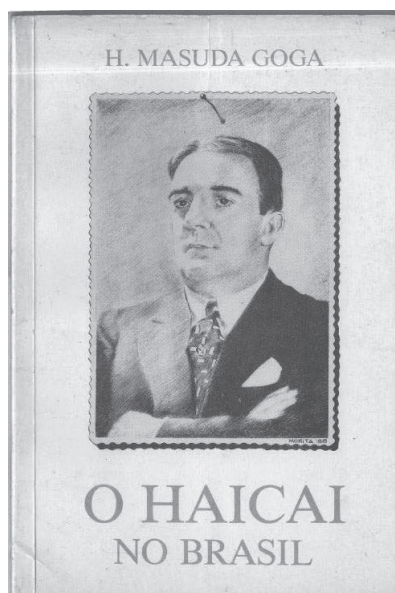
Guilherme de Almeida (1890-1969)



João Luso (1874-1950)

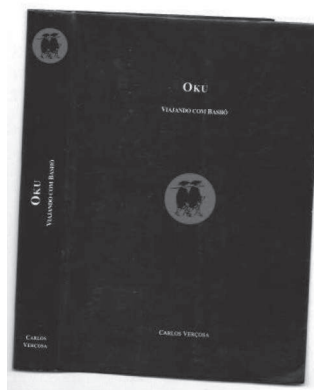




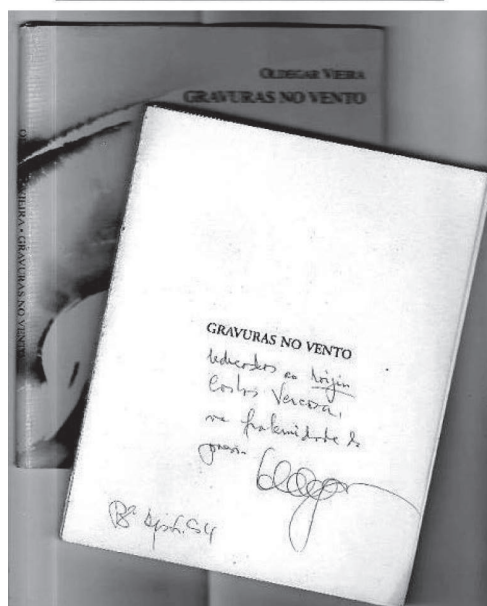
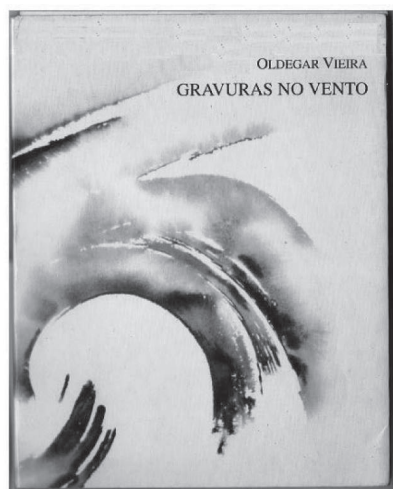


H. Masuda Goga (1911-2008)

Rev. IGHB, Salvador, v. 110, p. p. 269-302, jan./dez. 2015 | **297**



Oldegar, personagem e prefaciador do livro “Oku – Viajando com Bashô”, com este autor.





Manuel Bandeira (1886-1968)



Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)



Afrânio Peixoto (1876-1947)

por Cau Gomez



Mestre Oldegar Vieira no lançamento do livro “*Oku – Viajando Com Bashô*”, no Solar do Unhão, em fevereiro de 1996. Ao lado do autor, Carlos Verçosa, é cumprimentado pelo escritor Sérgio Mattos, também haikaista.

Walter da Silveira – A sinceridade construtiva

Oscar Santana
Cineasta

Há quem diga que a Bahia vive de **saudosismos**. Eu até concordo. Só que no bom sentido. Aquele do real sentido da palavra.

Saudosismo é uma linda palavra cujo significado exato é “conceito filosófico religioso da alma portuguesa: a saudade, que por sua vez é a melancolia que se sente de um bom passado do qual se está privado”. Ora, pois pois, como diriam nossos irmãos de além mar, **saudosismo** portanto remete a saudade (palavra que só existe na língua portuguesa e que nenhuma outra no mundo até hoje conseguiu nem chegar próximo do seu significado simplificado de um único vocábulo) de bons momentos, de bons amigos, dos quais estamos privados.

Com o endurecimento das emoções humanas, com uma avidez pelo imediatismo e uma ansiedade não reflexiva pelo futuro, a palavra **saudosismo** foi padecendo dias, meses e anos e talvez séculos da transformação dos valores do seu real sentido, para se perder nas vielas do presente, onde o ser humano procura permanentemente uma saída para as emoções do dia a dia. Desprezamos envergonhados, o recordar de

nossos arquivos emocionais onde repousam lembranças boas do passado que merecem ser lembradas com carinho, para ao menos, amenizar as agruras do presente.

Por que isso acontece, não se sabe ainda como, sente-se, porém que um processo lento e doloroso transformou os sentimentos benfazejos da palavra **saudosismo** para pejorativamente transformá-la em sinônimo de atraso conceitual, um sentimentalóide, quase um idiota, por não abraçar somente os acontecimentos do presente e do futuro, por não esquecer como símbolo de sabedoria, tudo o que se vivenciou de bom no passado e, até festejá-lo para o bem das almas hoje inquietas de todos nós.

Falo do **saudosismo** na abertura desta crônica para assumir, antes de ser arengado de **saudosista**, que sou, não me arrependo e sinto até muito orgulho disso. Foi muitas vezes rememorando o meu passado que lá encontrei exemplos morais, sociais e humanos para fundamentar decisões do meu presente.

Para minimizar a idade do meu **saudosismo** vou tentar localizá-lo bem ali, pelos saudosos anos 1950-60 quando eu transitava pela minha adolescência e juventude e vivenciei valores positivos que me rodeavam dentro e fora do seio familiar, entre colegas de escola, amigos, professores e até companheiros de trabalho, na minha iniciação cinematográfica rumo ao profissionalismo.

Foi naquela época que conheci e contracenei na vida real com muitos contrerrôneos. Artistas plásticos inovadores como Sante Scalfferri, Mário Cravo, Carlos Bastos, Calazans Neto, Carybé e muito outros. Jorge Amado, João Ubaldo Ribeiro, José Calazans, Vasconcelos Maia e Germano Machado na literatura, pra ficar em poucos exemplos.

Mas é na crítica cinematográfica que vou ancorar nesta crônica, o meu barco de aspirante viajador pelos mares da observação, para encontrar um cais seguro, onde a cultura fosse um estandarte e a sinceridade da avaliação, uma âncora de aço e não de ferro. Foi lá que encontrei pessoas memoráveis como Genésio Ramos, Hamilton Correia, José Gorender, José Augusto Berbert de Castro, que com palavras de incentivo, analisando com certa benevolência, reconhecemos, o pro-

duto de nossas primeiras experiências na sétima arte, o que temos que agradecer sensibilizados.

Mas ao aprofundar o meu curioso **saudosismo**, o que pelo menos eu, gosto de ter dos anos 50 e 60, um nome se destaca. Pelas ideias firmes, quase ferinas, pela sinceridade, pela cultura e acima de tudo pelo conhecimento erudito do cinema de todos os tempos. Até hoje me fascinam as crônicas de **Walter Raulino da Silveira**. Advogado, juiz de carreira, professor, cronista, empreendedor cultural, comunista, depois regenerado como a maioria de nós, depois dos desencantos com o desfigurado regime.

Mas a sua maior qualidade era, sem dúvida, a *sinceridade*. Como não se pode ter saudade hoje, de um sentimento tão escasso nos dias tecnológicos que vivemos, quando se confia mais na sinceridade das máquinas do que dos seres humanos? Elas trabalham para o que foram programadas e só mudam seu caráter programático por decisão humana. Já o próprio ser humano é mais sensível ao vil metal e a qualquer manifestação vantajosa, aí a ética se modifica, num automatismo sem cor, de dar vergonha.

Foi talvez aquela sinceridade tão eficaz de suas crônicas ferinas, que, quem sabe, nos tenha moldado cineastas comprometidos com a verdade do cinema e da vida, errando ou acertando.

Analisador profundo do cinema mundial, de sua época e até de antes dela, apesar de sua origem e militância na província, Dr. Walter, independentemente da autoria dos filmes, fosse de Roberto Pires, de Glauber Rocha, de Oscar Santana, de Nelson Pereira dos Santos, de Rex Schindler, de Olney São Paulo, de Alex Viane, ou de Chaplin, cineastas da terra ou de fora dela, analisava os trabalhos sob o foco sócio-cultural tão debatido nos anos 50 e 60, nos mostrando quanto o cinema tinha de responsabilidade na realidade baiana, nordestina, brasileira, universal. E não hesitava em “puxar nossas orelhas” desatentas, soprando nelas a *sinceridade* construtiva que cada um de nós deveria perceber para seguir adiante.

Passeio aqui pela referência feita pelo Professor e também escritor Raymundo Dantas, no prefácio do meu novo livro já no prelo “A

insensatez da lógica” ao pesquisar sobre mim nos quatro volumes dos livros de crônicas “Walter da Silveira – O eterno e o efêmero”

Transcrevo, cheio de orgulho o trecho da referência no livro pesquisado pelo Prof^o Raymundo Dantas, percebendo que já com o primeiro filme “O Caipora”, passara, com certo mérito, pela análise ferina do respeitado mestre com a seguinte referência resumida, ou seja: “... *como o salvador do cinema baiano na década de 60 e o compara, com sua humildade, aos grandes cineastas da época, aos quais, julga o crítico, superou.*” E arremata dizendo que “*essa humildade artística costuma ser fecunda*”. E digo eu, hoje, cá com meus botões, a sinceridade costuma também ser fecunda.

O que se pode notar, é que apesar da adoração respeitosa de todos nós cineastas daqueles tempos, não escapávamos da ferinidade sincera de Dr. Walter, que não mudava uma vírgula sequer do seu conceito sobre o nosso trabalho e jamais tivemos nossas cabeças acariciadas por piedade pura e simples, ao jogarmos um filme na tela.

Outro aspecto que merece destaque ao analisar a figura do grande crítico de Cinema: suas inúmeras iniciativas culturais, principalmente voltadas para o cinema e para ficar em um único exemplo: a criação do Clube de Cinema da Bahia. É impressionante o volume de tempo por ele dedicado à crítica cinematográfica que analisava com sábia imparcialidade e grande profundidade, trabalhos de quase todos os cineastas de sua época, baianos ou não, brasileiros ou não, europeus, orientais ou americanos do norte.

Ao russo Serguei Eisenstein, considerado o maior gênio do cinema, a ingleses como Chaplin, a americanos como John Huston e John Ford, a suecos como Ingmar Bergman, a espanhóis como Luís Buñuel, a japoneses como Akira Kurosawa, a franceses como Roger Vadim, a italianos como Federico Fellini e Vitório de Sica e tantos outros memoráveis mestres.

Seu conhecimento sobre a vida e especialmente sobre cinema de todos os matizes era tão visível, que apesar de advogado militante e até juiz, mas, sobretudo cronista, jamais deixamos de tratá-lo como Dr. Walter. E reconheço, foi muita sorte nossa, cineastas baianos, termos

numa só pessoa até 1970, uma biblioteca viva, comentada e analisada em profundidade com opiniões precisas e principalmente sinceras, sobre o ofício que abraçamos como profissão e paixão.

Feliz é o mundo, o país, o estado, a cidade e a aldeia que pôde e ainda pode contar com os ensinamentos contidos nas centenas de crônicas esclarecedoras sobre conceito, forma e conteúdo no cinema.

A Bahia teve e tem esse privilégio e eu agradeço com a mesma humildade do começo, por ter Dr. Walter, registrado para a posteridade o meu cinema sincero e segundo ele, fecundo, contido no primeiro trabalho “O Caipora” nas crônicas dos dias 16 de novembro de 1963 no jornal O Estado de São Paulo e em 5 de janeiro de 1964 no jornal Diário de Notícias, hoje reproduzidas na coletânea “Walter da Silveira – O eterno e o efêmero” organizadas por José Umberto Dias, agora nossa bíblia maior sobre o cinema universal.

Esta crônica não pretende narrar cronologicamente a obra e a vida tão profícua, neste ano centenário, de **Walter da Silveira** e lamento ele não ter alcançado o meu segundo filme “O Pistoleiro” realizado em 1975 que conceitua “A inteligência circunstanciada pela ignorância, talvez seja o maior fator de degradação do caráter humano”. Foram tantos e tantos fatos memoráveis desde 1915 quando nasceu na cidade de Salvador até seu falecimento em 1970 na mesma Salvador de suas paixões. Antes de ser vencido pelo câncer, suas últimas palavras foram “Muito obrigado” e depois chorou. Talvez por não ter feito mais. Choro lágrimas que deveriam ser choradas por todos nós pelo muito que perdemos, pelo muito que o veneramos até hoje.

Obrigado Dr. Walter.

Nós é que agradecemos.

Revista do In
do Instituto
stit
Gráf
Ge
e
ráfico e Histó
Th

Comemoração
dos 121 anos
do IGHB

IGHB comemora 121 anos de fundção

Carlos Eugênio Junqueira Ayres
Diretor de Biblioteca

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia comemorou seus 121 anos de fundação no dia 26 de agosto de 2015. A solenidade realizou-se às 19h com grande presença de sócios e convidados no salão nobre da Casa da Bahia. A sessão também homenageou a memória da ex-presidente Consuelo Pondé de Souza, falecida em 14 de maio passado.

O mestre de cerimônia, Dilton Tourinho, convidou para fazer parte da mesa o presidente do IGH, Eduardo Moraes de Castro; o presidente de honra da Casa e ex-governador do Estado, Dr. Roberto Santos; o orador-oficial perpétuo do Instituto, prof. Edivaldo Machado Boaventura; o secretário de Cultura do Estado, Jorge Portugal, representando o governador Rui Costa; o ex-ministro de Estado e atual vereador por Salvador Waldir Pires; o representante da Academia Portuguesa de História, Antônio Farinha; o representante da Associação Comercial da Bahia, Luiz Studart Queiroz; a cônsul de Portugal, Natalie Viegas; e o representante da VI Região Militar, coronel Edilson.

Estavam presentes também sócios, os familiares de Consuelo Pondé de Sena, convidados e outras personalidades.

No início dos trabalhos, o Hino Nacional foi cantado pelo Coral da Polícia Militar do Estado da Bahia, sob a batuta do maestro coronel Josué Santana da Paz.

Em seguida, discursou o presidente do IGHB, Eduardo Moraes de Castro, que desejou boas vindas a todos e fez uma homenagem póstuma à sua antecessora, Consuelo Pondé de Sena, presidente da Casa por 20 anos. Eduardo Castro citou os objetivos perseguidos ao longo do tempo pelo Instituto, comunicou a boa recepção, por parte do governo do Estado, da proposta de inclusão de História da Bahia no currículo do ensino fundamental e médio no estado. O atual presidente referiu-se ao trabalho de recuperação do rico acervo do IGHB, tombado pelo Instituto do Patrimônio e Histórico Nacional – IPHAN e das suas edificações, especificando a recuperação do prédio do antigo Senado estadual e da casa sita à Rua Teixeira de Freitas, 50, ambas contíguas à sede do Instituto. Após a reforma, esta última será denominada “Pavilhão Consuelo Pondé de Sena”.

O presidente também comunicou que, com o apoio de significativo grupo empresarial do estado, encontra-se em desenvolvimento um Masterplan, sob a responsabilidade de uma grande equipe multidisciplinar coordenada pelo arquiteto Luiz Humberto Carvalho, envolvendo projetos de recuperação estrutural, arquitetura, arquitetura de interior, acústica, luminotécnica, programação visual, climatização e instalações elétricas, hidrossanitárias, telefônica, lógica, segurança e incêndio e museologia.

Por fim, agradeceu os aconselhamentos e apoio do presidente de honra da Casa, Prof. Roberto Santos, da diretoria e dos servidores da instituição.

A seguir, o orador oficial perpétuo do IGHB, Edivaldo Machado Boaventura, elogiou os sócios falecidos Afonso Maciel Neto, Consuelo Pondé de Sena, João da Costa Pinto Vitória, Luiz Leal Filho e Paulo Segundo da Costa. Sobre Consuelo Pondé, Edivaldo Boaventura lembrou a efetiva participação e presença constante da ex-presidente nas

atividades da Casa ao longo de 60 anos como sócia, oradora oficial, vice-presidente e, por fim, presidente nas últimas duas décadas. Um minuto de silêncio foi observado por todos em homenagem aos falecidos.

Citou todos os novos sócios do Instituto (relação abaixo), abraçando-os e acolhendo-os carinhosamente na Casa da Bahia.

Referiu-se à efetivação de Eduardo Moraes de Castro como presidente do Instituto em maio deste ano e que havia assumido interinamente desde fins do ano passado, e agradeceu os servidores e diretores da Casa na elaboração de seu discurso (texto completo publicado nesta revista).

Assumiu então a tribuna o médico Eduardo Pondé, filho de Consuelo, que em nome da família agradeceu as homenagens póstumas à sua mãe, e a todos os funcionários do IGHB que a ajudaram e a apoiaram ao longo desses anos. Relembrou a vida de Consuelo no seio da família e na vida pública, seja na Universidade, na Academia e principalmente no IGHB.

Maíra Pondé, filha primogênita de Consuelo, então leu um texto-depoimento sobre sua mãe. Uma amiga de Consuelo, Dorine Cerqueira, também sócia do Instituto, leu um poema intitulado “Cântico Negro”, de autoria do poeta português José Régio, poema que, segundo ela, se adaptava bastante ao estilo de vida de sua falecida amiga.

A solenidade continuou com mais uma apresentação do Coral da PM-BA, entoando “What a wonderful world”.

Na sequência, quatro personalidades foram agraciadas com a Medalha e Diploma do Mérito Bernardino de Souza por serviços prestados ao IGHB: a COELBA, que patrocinou, através do programa FazCultura, a recuperação elétrica da sede, no valor de R\$200 mil, no ato representada por Amine Darzé, gerente de Comunicação e Sustentabilidade da empresa; o historiador Jayme Oliveira do Nascimento; o geólogo e historiador Rubens Antonio Filho e o arquiteto e diretor do IGHB Guarany Valença de Araripe.

Tomando a palavra, o ex-governador do Estado e presidente de honra do Instituto, Dr. Roberto Santos, fez uma homenagem a Con-

suelo Pondé de. Sena, citando as suas atividades na Casa da Bahia e agradeceu a presença de todos que foram comemorar os 121 anos da instituição.

Finalmente, o secretário de Cultura do Estado e representante do governador Rui Costa anunciou oficialmente a garantia, através da criação de uma rubrica especial no FazCutura, da recuperação do acervo digital do IGHB. O presidente Eduardo Moraes de Castro agradeceu a boa notícia e reconheceu que o Instituto está de portas abertas até hoje graças a ações do Governo do Estado através do FazCultura, preservando a história de nossa terra.

Encerrando a solenidade, o Coral da Polícia Militar da Bahia entoou o “Hino ao 2 de Julho”.

Depois, no Panteão da Casa da Bahia um coquetel foi oferecido a todos os presentes.

Os 121 anos do IGHB

Eduardo Morais de Castro

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Nos últimos 20 anos, esta é a primeira comemoração de aniversário da “Casa da Bahia” na ausência da inesquecível Consuelo Pondé de Sena; muito embora emane de cada particular singularidade desta casa o seu espírito combativo e empreendedor.

Esse exemplo de dedicação impulsiona os que hoje permanecem nesta casa a salvaguardar o seu acervo, cultivar a memória e tradições baianas, mas sobretudo disseminar para as próximas gerações este conhecimento.

É necessário e premente que a “Casa da Bahia”, que concentra e abraça, também disperse e multiplique as suas informações. Nenhum conhecimento se prolifera sendo retido, nem se transforma sem ser reciclado.

Dentre os propósitos que norteiam a atual diretoria prioriza-se a integração com as entidades congêneres, buscando a maior penetração desta específica cultura.

Em recente oportunidade, nas festividades ao 2 de julho na Lapi-nha, foi feito um pleito ao governador do Estado no sentido do retorno do ensino de História da Bahia na rede pública, prontamente ouvida, acatada e encaminhada para desenvolvimento.

121 anos, contudo, representa um despertar para mais um século de contribuição do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao conhecimento e a cultura.

A recuperação de seu rico acervo, tombado pelo IPHAN, é uma das prioridades, juntamente com a recuperação física de suas edificações, em destaque para a antiga sede do senado, o prédio sede em tombamento pelo IPAC, como também ao imponente imóvel situado à rua Teixeira de Freitas 50, que deverá receber a denominação de “Pavilhão Consuelo Pondé de Sena”. Nesta premissa, com o compromisso de apoio de significativo grupo econômico baiano, desenvolve-se um *masterplan* sob a coordenação do arquiteto Luis Humberto Carvalho, cuja equipe interdisciplinar contempla projetos de recuperação estrutural, arquitetura e arquitetura de interior, acústica, lumino-técnica, programação visual, climatização, e de instalações, abrangendo esta, elétrica – hidrosanitárias – telefônica – lógica – segurança e incêndio, como também o projeto específico de museologia.

Buscamos a integridade física para preservar o bem maior do conhecimento que a Casa detém.

Ninguém consegue, no entanto, concretizar sozinho qualquer realização. Neste momento, registro meus sinceros agradecimentos ao aconselhamento do presidente de honra desta casa, professor doutor Roberto Santos, assim como do apoio de toda atual diretoria composta dos Vice-presidentes José Nilton Carvalho Pereira, Joaci Góes, do Secretário Geral Newton Cleyde Alves Peixoto, do Secretário Alberto Nunes Vaz, dos diretores Financeiros Wilson Sardinha e Fernando Antonio de Souza, do Orador Oficial e perpétuo professor Edivaldo Boaventura, do Diretor de Publicações professor Sérgio Mattos, do Diretor de Biblioteca Carlos Eugênio Junqueira Ayres, da Diretora de Arquivo Histórico Zita Magalhães, do Diretor de Patrimônio Guarani Valença de Araripe, assim como dos integrantes do Conselho Fiscal, Diretorias Adjuntas e, principalmente, dos dedicados servidores desta instituição.

A partir de agosto de 2014, no difícil momento do afastamento da professora Consuelo, por questões de saúde, foram eles que me apoiaram nesta nobre missão. Aos sócios hoje empossados as nossas boas vindas na certeza de que juntos seremos uma força maior.

Salvador, 26 de agosto de 2015.

Consuelo Pondé de Sena, o reconhecimento do IGHBA

Edivaldo M. Boaventura

Sócio Benemérito e Orador oficial do IGHB

Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.

Fernando Pessoa

Por onde Consuelo Pondé de Sena esteve e passou, marcou a sua presença. É essa presença participativa e sumamente ativa que tentamos resgatar. Sentimos a profundidade da perda, mas temos a compensação da lembrança realizadora.

Nascida em 19 de janeiro de 1932, em Salvador, era filha de Edístio Pondé, médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e de Maria Carolina Montanha Pondé. Coursou o primário e o ginásio, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, da conhecida educadora Anfrísia Santiago. Em seguida, realizou o curso colegiado clássico, no Colégio Nossa Senhora das Mercês, das ursulinas. Ingressou pelo exame de vestibular, na graduação em Geo-

grafia e História, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Ufba. Especializou-se em Língua Tupi e Etnologia Geral e do Brasil (ANUÁRIO, 2014, p.138). Casou-se com Plínio Garcez de Sena, médico e professora da Faculdade de Medicina da Bahia da Ufba, teve quatro filhos: Maíra, Maria Luiza, Maurício e Eduardo.

Instituída a pós-graduação, fez o Mestrado em Ciências Sociais, na área de concentração História Social, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba. O professor José Calasans a orientou na dissertação de Mestrado, concluída em 1977 e intitulada: *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru 1830-1892* (SENA, 1977). Como professora, fez carreira docente na Universidade Federal da Bahia.

Consuelo ingressou no Instituto, em 1955, por indicação de Luiz Monteiro da Costa e partiu em 14 de maio de 2015. Um dia depois da data aniversária. Foram, portanto, 60 anos de presença ativa, como sócia, oradora oficial, vice-presidente e presidente de 1996 a 2015. O Instituto era a sua casa. “Não apenas viveu no Instituto, mas viveu o Instituto”, é o testemunho expressivo de Leda Jesuíno.

O Instituto tornou-se nos seus vinte últimos anos, mais do que tudo, em uma trincheira de defesa da tradição, dos valores que militava e das lutas pelo patrimônio histórico da Bahia. A sua bela imagem era inseparável da Casa da Bahia. Consuelo foi uma presidente com dedicação exclusiva e presença cotidiana. Dirigindo a Casa da Bahia com a regularidade da frequência. Todo o dia estava no Instituto a partir das 14 horas com a pontualidade que tanto cultivava. Dessa maneira, não houve setor, espaço e lugar que ela não vivificasse, realizou inúmeras obras civis, construindo e adaptando espaços durante a sua gestão. Costumamos dizer, emblematicamente, que governou da cúpula aos porões.

Aproximou o Instituto mais ainda da Universidade Federal, quando escolheu o magnífico reitor Roberto Santos, para ser o presidente de honra do Instituto. É uma grande honra tê-lo sempre conosco.

O relato dos resultados

Para recordá-la, na homenagem póstuma do IGHB, vamos nos concentrar no seu papel de presidente por quase vinte anos do Instituto, destacando: a criação do arquivo histórico; a promoção de congressos e simpósios; o estímulo às publicações; a participação no sistema nacional de institutos históricos; e a sugestão do Memorial do Dois de Julho.

Acrescentamos que Consuelo teve uma vida ativa não somente como professora universitária e diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia, como também acadêmica e associada de instituições. Dessa maneira, faremos referência à aluna e professora da Ufba e à sua condição de titular da Academia de Letras da Bahia. Entrementes, projetamos uma polianteia em elaboração, em sua homenagem intitulada: *A trajetória de Consuelo Pondé de Sena, in memoriam*.

A criação do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio

Considerando a importância das fontes documentais do Instituto, a criação do Arquivo Histórico foi um marco. Na gestão de Consuelo se percebeu a necessidade de criação de um arquivo histórico. A diretoria do Arquivo Histórico, uma vez instituída, ficou com a competência de reunir em local adequado os documentos existentes. Até então eram preservados na biblioteca. Em 1999, elegeu-se a confreira bibliotecária-arquivista, Zita Magalhães Alves, para dirigi-lo. Uma vez organizado, passou a se chamar com muita razão Arquivo Histórico Theodoro Sampaio. Assim, na Biblioteca Ruy Barbosa e no Arquivo Histórico Theodoro Sampaio existem cerca de 30 mil títulos e coleções particulares que estão à disposição de pesquisadores e interessados. Considerando o acervo das fontes, o Instituto se caracteriza como um centro de pesquisa bibliográfica e documental.

A promoção de congressos de História da Bahia e simpósios

Na sua gestão, foi impactante os congressos de História da Bahia. Ponderemos que antes da presidência Consuelo Pondé de Sena, aconteceram apenas três congressos de História da Bahia. Pois bem, com invulgar esforço, pessoal e institucional, promoveu o IV Congresso, comemorativo dos 450 anos da primeira capital do Brasil, em 1999. No V Congresso, em 2001, os festejos assinalaram os 500 anos da Baía de Todos os Santos, a Curimuryé dos tupinambás.

Ainda no ano passado, festejamos os 120 anos com o VI Congresso de História da Bahia: Festa e Comida. Consuelo emprestou ao arredondamento dessa data direcionada atenção. O certame *Festa e Comida* reuniu pesquisadores nacionais e estrangeiros para debater o tema. No pronunciamento que redigiu, mas que não chegou a lê-lo, ponderou que a alimentação comporta várias análises desde a questão nutricional às relacionadas com a economia, a composição dos alimentos, as diferenças de consumo, tradições culinárias, tabus alimentares.

Quanto às festas, conquistaram-se grandes relevos nos últimos tempos, sejam as relacionadas com as sociedades indígenas ou mencionadas nas análises folclóricas Editou *Os 120 anos do IGHBA* (2014) *que são* doze pronunciamentos correspondentes aos anos assinalados, um por decênio. Que premunção, meu Deus!

Realizou, ainda no ano passado, um seminário sobre a urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República além do interessantíssimo simpósio: *Paixão Futebol Clube*, que se propôs discutir o futebol a partir da história, cinema, mídia, ídolos e torcida. O sempre presente diretor da Biblioteca Ruy Barbosa, Carlos Eugênio Junqueira Ayres (2014) relatou com precisão a festa dos 120 anos do IGHBA.

Do ponto de vista internacional, o I Encontro de História Brasil-Paraguai, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Academia Paraguaya de la História teve caráter pioneiro na discussão sobre a guerra da Tríplice Aliança.

Em 2010, Consuelo tomou posse como membro emérito da Academia Portuguesa da História (APH). Designado para saudá-la, pela presidente Manuela Mendonça, enumeramos o número de associados portugueses. Na abertura da Casa da Bahia, promovida por Consuelo, para os novos associados, ingressaram intelectuais portugueses como Joaquim Veríssimo Serrão, presidente da Academia Portuguesa da História (APH), o reitor Fernando Rebelo da Universidade de Coimbra, Manuela Mendonça, atual presidente da APH, professor Miguel Corrêa Monteiro, da Universidade de Lisboa.

Em 2008, o Simpósio Internacional do II Centenário da vinda da Família Real na Bahia, 1808-2008, deu sequência às Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para do Brasil, promovidas pela Academia Portuguesa da História, em Lisboa, em novembro de 2007 (SIMPÓSIO, 2008).

As três instituições – Academia Portuguesa da História, IGHBA e IHGB – articularam-se em torno do histórico acontecimento. Após as celebrações baianas, haja vista que foi em Salvador que o regente D. João assinou a abertura dos portos e criou o ensino superior brasileiro, houve a devida continuidade, no Rio de Janeiro, em 2008, com a realização do Bicentenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, promoção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, interligaram-se, simbolicamente, as três capitais: a saída da Família Real de Lisboa, a passagem pela Bahia e a chegada, no Rio de Janeiro. Como presidente participava das conexões nacionais e internacionais que envolviam os eventos históricos, incluindo a criação do Sistema Nacional dos Institutos Históricos como veremos adiante.

O estímulo às publicações

Tem um peso forte o esforço de Consuelo para publicar. Começamos pela sua produção universitária em livros, além da dissertação *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano – Itapicuru 1830-1892* (SENA, 1977), publicou as *Relações Interétnicas através do casamento: Inhambupe 1750-1800* (SENA, 1979). Com Angelina Nobre Rolim Garcez escreveu *Juazeiro: trajetória histórica* (SENA e

GARCEZ, 1992), há inúmeros artigos em periódicos, na Revista do IGHB, como também na Revista da Academia de Letras da Bahia.

Consuelo colaborou com os jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*. Escrevia semanalmente crônicas, expressão do seu conhecimento, máxime dos seus sentimentos. Dias antes do seu passamento, publicou a comovente *Pranto da madrugada*. Editou três livros de crônicas: *Cortes no tempo* (1997), *A hidranja azul e o cravo vermelho* (2002) e *No insondável tempo* (2014).

Como presidente, desencadeou uma série de publicações, direta e indiretamente pela ação estimuladora. Constatamos que a sua atuação como ensaísta universitária foi em sua quase totalidade direcionada em função do Instituto. Conseguiu a regularização anual da Revista do Instituto, garantida a normalização pelo diretor de publicações, Sérgio Mattos.

É significativa a contribuição à vida e obra do sábio Theodoro Sampaio. Editou a sexta edição em *fac-símile* da importante e útil contribuição de Theodoro Sampaio (1987) *O tupi na geografia nacional*, com estudos preliminares, biobibliografia, patrocínio do associado José Nilton Pereira Carvalho.

Anote-se que os três últimos estudos sobre o sábio baiano contou com a participação direta de Consuelo. Vejamos: 1) *Theodoro Sampaio e a Chapada Diamantina*: trechos da expedição de 1879/1889, com ilustrações do pintor Otoniel Fernandes Neto (2005), homenagem aos 150 anos do seu nascimento; 2) *O sábio negro entre os brancos. Theodoro Sampaio*. Projeto Emanuel Araújo curadoria Luiz Carlos dos Santos, Museu AfroBrasil (2008) de São Paulo, e 3) de Ademir Pereira dos Santos (2010), *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades*. Prêmio Clarival Valladares da Fundação Odebrecht, Quanto mais tomamos consciência do semiárido baiano, serrado, sertão ou caatinga, mais necessitamos nos aprofundar na obra de Theodoro.

Existe uma contribuição efetiva que deve ser distinguida. É a coletânea organizada por Consuelo (SENA, 2009) com muito gosto sobre *Bernardino de Souza, vida e obra*. O operoso construtor da sede-monumento é autor das famosas obras: *O pau-brasil na história nacional* e *O*

ciclo do carro de bois no Brasil. Realmente, precisava-se de um ensaio biográfico do conjunto de sua produtiva e marcante atuação. Para Sérgio Mattos (2006): “estão reunidos depoimentos valiosos que mostram a capacidade realizadora e multifacetada desse intelectual nordestino que soube fazer a hora acontecer [...]” (SENA, 2009).

Cabe assinalar a publicação de Afonso de E. Taunay (2012), *Na Bahia de Dom João VI*, edição *fac-simile* do Colégio Apoio, mais uma colaboração do associado José Nilton de Carvalho Pereira. Os dois volumes de *Salvador era assim* foram organizados por Jafê Borges (2001).

Consuelo sugeriu e fez indicações para publicações pela editora da Universidade do Estado da Bahia (Eduneb), um bom exemplo é o livro de Tânia Risério d’Almeida Gandon, (20...) *Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XVI. Emigração e comércio*, e outros títulos na gestão de Nadgila Nunes Bittencourt.

O livro *Conhecendo a História da Bahia: da pré-história a 1815*, de Antonietta d’Aguiar Nunes (2013), é um esforço notável de pesquisa histórica, publicado com o patrocínio da Bahiatursa. A obra começa pela pré-história antes da chegada dos lusos, ocupa-se do espaço do estado federado e vai até a declaração de Reino Unido Portugal, Brasil e Algarve, em 1815. Bem documentado combina abordagens cronológicas com temáticas civis, eclesásticas e administrativas. É uma obra que honra o patrocínio do Instituto. Há outras publicações a serem levantadas.

Participação no Sistema Nacional de Institutos Históricos

Como associada, Consuelo participou ativamente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e dos Institutos estaduais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, e dos municipais de Petrópolis, Paranaguá (PR) e Feira de Santana (BA), bem assim, da joanina Academia Portuguesa da História e da Academia Paraguaya de La História.

Como presidente do Instituto, se distinguiu colaborando com Arno Wehling, presidente do IHGB, na implantação de um Sistema Na-

cional de Institutos Históricos. Sistema que possibilita, conforme Victorino Chermont de Miranda (2014, p.39), 1º Vice-Presidente do IHGB, “desenvolver projetos comuns, na área de sua atuação, como também ganhar em representatividade junto ao governo, nas diferentes esferas, de forma a poderem participar, de modo orgânico, na discussão das políticas públicas para o setor”.

Sugestão de criação do Memorial do Dois de Julho

Pela relevância histórica e alta significação cívica, popular e religiosa, destacamos o projeto do Memorial do Dois de Julho. Idealizou construir o Memorial do Dois de Julho com a Cabocla e o Caboclo. Na sua última entrevista ao jornal *A Tarde*, de 21 de março de 2014, foi bem explícita: “Queria que houvesse um memorial que ficasse aberto à visitação pública. Poderíamos fazer uma réplica das estátuas dos caboclos para que desfilassem, e as estátuas antigas ficariam guardadas” (BOAVENTURA, 2014, Anexo A). Quiçá a melhor maneira de preservá-los seja em um memorial à vista permanente de soteropolitanos e visitantes. A Fundação Gregório de Mattos ocupa-se deste projeto.

Uma das manifestações mais desveladas pelos simbólicos Caboclos era a entrega anual dos carros para o desfile do Dois de Julho. Todos os anos Consuelo comparecia à Lapinha e outorgava ao povo e as autoridades as estátuas para compor o préstito tradicional quando então falava. A Cabocla e o Caboclo representam a Bahia. Símbolos patrióticos e romanticamente indianistas, transmutando-se para o misticismo religioso. Assinale-se que o Dois de Julho é a nossa única festa popular e cívica, complementa Pedro Calmon. A Cabocla compôs uma exposição no Museu de Etnologia de Lisboa e o casal de Caboclos esteve no Museu AfroBrasil de São Paulo.

No cotidiano da cidade do Salvador, Consuelo manifestou singular atuação. A ressonância comunitária a conduziu às organizações da cultura que ilustrou, especialmente, o Instituto, a Universidade Federal da Bahia e a Academia de Letras.

Aluna e professora da Ufba

Não obstante termos nos limitados ao relato de resultados, vamos complementar com as referências à formação e vida profissional e acadêmica

Depois do Instituto, evoquemos a sua participação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como estudante de Geografia e História e como docente. Começou ainda como aluna de Frederico Edelweiss a ensinar a língua tupi e especializou-se neste idioma e em Etnografia Geral e do Brasil.

Começou o magistério, substituindo o seu mestre Frederico Edelweiss. Com a sua aposentadoria, assumiu a regência da disciplina, em 1963. Submeteu-se a concurso e durante 31 anos foi professora da Língua Tupi com lotação no Departamento de Antropologia. Ensinou também História da Arte e Cultura Artística e Literária, no Curso de Jornalismo. Em 1974, passou a dirigir o Centro de Estudos Baianos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, enriquecido com a aquisição da preciosa biblioteca de Frederico Edelweiss, adquirida pela Ufba (ANUÁRIO, 2014, 138-139).

Com o Mestrado em Ciências Sociais, Consuelo voltou-se mais para a História Social, conforme comprovam suas publicações. Como historiadora, escolheu o interior, como bem observa José Calasans em prefácio. Assim, de acordo com a nossa saudação ao ingressar na Academia de Letras da Bahia, destacamos: “Em uma visão de conjunto, podemos divisar as vertentes de sua produção intelectual em conformidade com o magistério” (BOAVENTURA, 2012). Começou pelos estudos antropológicos da Língua Tupi, dedicou-se aos temas da hinterlândia baiana, precisamente aos sertões de Inhambupe e Itapicuru, chegando à problemática da História Social e Local.

A nossa Ufba revelou à comunidade a sua exemplar liderança feminina, culta e decidida. Era a mesma Consuelo operosa, no nosso Estudo Geral, na Academia que a homenageou, na Academia Baiana de Educação, que lhe outorgará, oportunamente, a emerência, na Associação Baiana de Imprensa e na Casa de Ruy Barbosa, que dirigiu com dedicação, no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial da Bahia.

Acadêmica Titular da cadeira de Junqueira Freire

Consuelo Pondé de Sena ingressou na Academia de Letras da Bahia, em 14 de março de 2002. Propositadamente, escolheu a data aniversário do seu muito amado Castro Alves. Considerando a sua efusiva e charmosa “efetividade participativa”, é difícil aceitar que foram apenas 13 anos de convivência acadêmica (ANUÁRIO, 2014, p. 138-140).

Na chegada, festivamente, a saudamos com contentamento, em testemunho do notável desempenho intelectual e comunitário. Fixemo-nos na predestinação do seu nome espanhol, Consuelo, quer dizer, consolação. Consuelo é uma personagem criada por George Sand, modelo para todas as mulheres, dizia o filósofo francês Alain. Mas Castro Alves italianizou a personagem como símbolo do seu romance não resolvido com Agnes Truci Murri. Na homenagem póstuma da Academia, rodado o tempo, 13 anos decorridos, voltei a lhe falar, mas desta vez Consuelo se encontrava “do outro lado do caminho”. Dentre as muitas outras participações, suscitou a candidatura de Yeda Pessoa de Castro, falou na inauguração da galeria dos presidentes, fez o elogio de Jorge Calmon.

Em 1991 antes mesmo de ingressar na Academia, colaborou com a revista escrevendo sobre o centenário do Arquivo Público do Estado da Bahia, que dirigiu de 1987 a 1991. Gostava de escrever sobre os baianos ilustres e distinguidos. Assim, em 1993, retratou a condessa de Barral, a grande dama baiana do segundo reinado. Estudou Hêlio Simões como camonista. Relacionou Afrânio Coutinho com a Bahia, no seu centenário. Evocou a passagem pela Bahia do então popular poeta das cigarras, Olegário Mariano. Em *Consuelo Pondé de Sena, acadêmica*, expressamos a homenagem póstuma da Academia de Letras (BOAVENTURA, 2015, inédito).

Polianteia – A trajetória de Consuelo Pondé de Sena, *in memoriam*

As homenagens a Consuelo vão se prolongar em outras formas de manifestação. No momento, propusemos e foi aprovada a organi-

zação de uma polianteia, intitulada *A trajetória de Consuelo Pondé de Sena, in memoriam*.

O seu desaparecimento, em 14 de maio de 2015, desencadeou uma série de manifestações. Conjecturamos organizar uma publicação coletiva que integrará declarações, depoimentos e manifestações de pessoas físicas e jurídicas. Ao registro momentâneo de expressivos sentimentos pelo seu passamento, seguem-se relatos da vida profissional, docente e acadêmica, em diferentes momentos e nas diversas organizações. É bem de ver e de melhor saber, que o Instituto terá uma parte especial nesta coletânea.

Não podemos deixar isoladas e dispersas tantas manifestações de bem querer. Haveremos de encerrá-las em um volume. O presidente do Instituto, Eduardo Moraes de Castro, que neste momento de reconstrução de sentimentos o dirige com comprovada eficiência, aprovou a publicação em memória da presidente. Passamos a recolher as palavras de apreço de familiares, amigos, confrades, colegas e alunos, e a reunir o que mais importante e significativo ela escreveu e não publicou e igualmente o que foi redigido sobre Consuelo. Faremos o mesmo procedimento, anteriormente, com Pedro Calmon, Luiz Viana Filho, Jorge Calmon e a nossa Ufba no cinquentenário.

Em uma palavra, tudo o que era Bahia dizia respeito a Consuelo. Como acadêmica de número, professora de História e presidente do Instituto, exercitava a tradição, a preservação e a edificação dos valores. Era uma mulher ética, destemida e determinada, amada e temida. Brava. Acolhedora. Solidária. Não transigia e sabia brigar se preciso fosse, na defesa desses valores. Consuelo era uma guerreira. Sinto nela a força inspiradora das mulheres baianas: Maria Quitéria, Joana Angélica, condessa de Barral, Edith Mendes da Gama e Abreu, Mãe Senhora. A história estadual da Bahia é povoada de mulheres bíblicas. Deus louvado! Na sua agitação vulcânica, trago a colação o verso de Fernando Pessoa: “Quem tem alma, não tem calma”. Como se ajusta bem à nossa Consuelo!

Referências

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. Cadeira nº 28 ocupante Consuelo Pondé de Sena. In: **Anuário da Academia de Letras da Bahia**, Salvador: Quarteto, 2014, p.138-140.

AYRES, Carlos Eugênio Junqueira. Festa dos 120 anos do IGHB. **Rev. IGHB**, Salvador, v.109, p.21-30, jan./dez.2014.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Consuelo Pondé de Sena, uma presença expressiva. In: ____ **A convivência acadêmica**. Salvador: Quarteto, 2012. p. 144-154. Originalmente, saudação na tomada de posse, na ALB, Salvador, 14 mar.2002.

----- O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2014. **Rev. IGHB**, Salvador, v.109, p. 43-56, jan./dez. 2014.

----- Consuelo Pondé de Sena, acadêmica. Homenagem póstuma da Academia de Letras da Bahia, em 20 de agosto de 2015. Inédito.

BORGES, Jafé. **Salvador era assim**. Salvador: IGHB, 2001.v.2.

CADEIRA 18. Fundador João Victória; CADEIRA 21. Luís Leal (Filho); e CADEIRA, 22 Afonso Maciel Neto. **Rev. Inst. Gen. da Bahia** Salvador, n.22, p.226-232, p.282-284,p.292-295, 2005.

FERNANDES NETO, Otoniel. **Theodoro Sampaio e a Capada Diamantina**. Trechos da expedição de 1879-1880. Brasília: Edição do Autor, 2005. Homenagem aos 150 anos de nascimento.

GANDON, Tânia R.d'A. **Portugueses na Bahia na segunda metade do séc. XVI**. Emigração e comércio. Salvador: Eduneb ...

IGHB homenageia Consuelo Pondé de Sena. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p.15, 26 ago.2015.

IGHB. **Os 120 anos...**

LISBOA JÚNIOR, Luís Américo. Dorival Caymmi – referência da MPB. **Rev. IGHB**, Salvador, v.109, p. 105-139, jan./dez. 2014.

MATTOS, Sérgio. Preservando a memória institucional e de baianos ilustres. **Rev. IGHB**, Salvador, v.109, p. 15-17, jan./dez.2014.

MIRANDA, Victorino Chermont de. Discurso proferido na Sessão Magna comemorativa do 120º aniversário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. **Rev. IGHB**, Salvador, v.109, p.39-42, jan./dez.2014,

MUSEU AFROBRASIL. **O sábio negro entre os brancos: Theodoro Sampaio**. São Paulo: Ispis Gráfica e Editora, 2008. Projeto Emanuel Araujo.

NUNES, Antonietta d'Aguar. **Conhecendo a História da Bahia da pré-história até 1815**. Salvador: Quarteto, 2013.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 6.ed.fac-simile. Salvador: *Gráfica Facão/ Colégio Apoio*, 2010.

SANTOS, Ademir P. dos **Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades**. *Rio de Janeiro: Versal*, 2010. Prêmio Clarival Valladares, Fundação Odebrecht.

SENA, Consuelo Pondé de. **Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru 1830-1892**. F. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, Salvador,

----- **Portugueses e africanos em Inhambupe: 1750-1860....**

----- **Relações interéticas do casamento: Inhambupe 1750-1800**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Ufba,

----- **Cortes no tempo**. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1997. Memorial das Letras.

----- **A hidranja azul e o cravo vermelho**. Salvador: SCT/Sudecult, 2002.

----- (Org.) **Bernardino de Souza vida e obra**. Salvador: Quarteto, 2009.

----- **No insondável do tempo**. Salvador: Quarteto, 2014.

----- GARCEZ, Angelina N. Rolim. **Juazeiro, trajetória histórico....**

SIMPÓSIO INTERNACIONAL A FAMÍLIA REAL NA BAHIA

1808-2008.2008, Salvador. **Anais...** Salvador: IGHB. Governo do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon, 2008.

TAUNAY, Affonso de E. **Na Bahia de Dom João VI.** Ed.fac-simile. Salvador: Colégio Apoio, 2012.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2014

Edivaldo M. Boaventura,

Sócio benemérito e orador oficial do IGHBA

Fundado o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), em 1894, foi a partir de 2 de julho de 1923 que Bernardino José de Souza, secretário perpétuo, o sediou neste edifício-monumento em comemoração à Independência do Brasil na Bahia. Somamos 120 anos de serviço à Bahia e à história.

A situação presente do Instituto tem sido encarada com vigor e determinação pela presidente Consuelo Pondé de Sena como se expressou em recente entrevista que integra este pronunciamento. Na relação de realizações significativas, projeta o desejo de criação do Memorial do Dois de Julho com os caboclos, símbolos patrióticos e indianistas, misticamente consagrados. Nada representa tanto a Bahia do que o caboclo, consta do seu brasão e mais ainda do sentimento religioso popular. O caboclo é a ressignificação do índio. E o Dois de Julho é a chave de entrada no Instituto, a Casa da Bahia. Concordamos plenamente com a presidente que todo povo tem direito à sua história e à tradição que o identifica (ANEXO – A).

Anterior ao IGHBA houve um antecedente: o Instituto Histórico da Bahia, criado em 3 de maio de 1856, que perdurou até 1877. Uma tentativa provincial, não provinciana, de abraçar o exemplo dado pela criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Informa Aldo José Morais Silva (2012, p. 99), em sua tese sobre origens e estratégias de consolidação institucional, que esse antecedente, matizado de cores monárquicas, teve funcionamento incerto com atividades exíguas. O Instituto Histórico Provincial, assim chamado, estava ligado ao poderoso e polêmico arcebispo primaz, Dom Romualdo Antônio de Seixas.

Os objetivos da instituição estão nos seus atos constitutivos. Mas o desempenho dos seus papéis se efetiva no cotidiano. Casa democrática, que seleciona pela eleição as personalidades diferenciadas pelo currículo, pelas obras escritas, pelas obras de pedra e cal e pelas lideranças profissionais. O Instituto recepciona, igualmente, os jovens assinalados de talento. Não se estruturou pelos cabalísticos *numerus clausus* e pela imponência das cadeiras patrocinadas. É uma academia de história aberta e democrática que atende as peculiaridades da vida social baiana: oralidade, música, gastronomia e espírito festivo. Complexa organização baiana, graças ao Senhor do Bonfim, que nos veio lá de Setúbal.

O Instituto é uma das mais antigas casas de cultura da Bahia em funcionamento. Presidido, honorificamente, pelo governador Roberto Santos, o maior baiano vivo, desde o início conta com poucos beneméritos, alguns honorários, com efetivos e correspondentes. Os associados correspondentes nos aproximam de outros brasileiros, dos irmãos portugueses e dos estrangeiros.

É salutar que o incremento da pós-graduação tenha aumentado a procura ao nosso acervo. Para a elaboração de monografias, dissertações e teses, alunos e professores utilizam as fontes pela exigência das metodologias bibliográfica e documental. Por esses e outros motivos, é um núcleo de pesquisa, um lugar de memória, de convivência, de buscas e de comemorações.

O adeus do Instituto

Todo 13 de maio é de festa no Instituto. Na comemoração dos 120 anos, são dobrados os festejos. Na data aniversária, o Instituto reúne a comunidade de associados, amigos e frequentadores, quando damos adeus aos companheiros que partiram e abraçamos os que ingressam. Saudade e confraternização.

Começemos pelo elogio a duas historiadoras admiráveis pela convivência e distinguidas pela contribuição à História: Consuelo Novais Sampaio e Anna Amélia Vieira Nascimento.

Ao tomar posse na Academia de Letras da Bahia, **Consuelo Novais Sampaio** recordou a sua trajetória pessoal e profissional: “Nasci nos sertões de Jequié e ali cresci alimentada com leite de cabra, carne de sol e pirão de leite, saboreando suculentos umbus, ao tempo que corria, livre e solta, por entre a vegetação rasteira do agreste” (SAMPAIO, 2000, p.2-3).

Teve uma adolescência itinerante entre Salvador e Rio de Janeiro. Concluiu a graduação, em História, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Retornando à Bahia, fez o mestrado em Ciências Sociais e História da Universidade Federal, quando se reencontrou com o seu antigo professor de colégio, Luís Henrique Dias Tavares, nosso decano. Conheceu, então, José Calasans Brandão da Silva e Antônio Luiz Machado Neto. Todos três associados do Instituto, doutores e docentes livres, que iniciaram, pioneiramente, a pós-graduação com o programa de mestrado em Ciências Sociais e História na Ufba. Concluiu-o com a dissertação: *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação* (SAMPAIO, 2014). Continuou o estudo do tema da história política republicana, na primeira metade do século XX, no doutorado, na The Johns Hopkins University, nos Estados Unidos, com a tese: *Crise no sistema oligárquico brasileiro: um estudo de caso na Bahia, 1889-1937* (OLIVEIRA, 2000, p.351). Seguiu-se o pós-doutorado na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, decantando o tema da história política.

O seu contributo maior é o estudo da história política republicana na Bahia. É uma referência. Publicou as cartas do Barão de Je-

remoabo sobre Canudos e ganhou o prêmio da Fundação Odebrecht com a obra *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Um dos seus últimos trabalhos foi a biografia de Manuel Pinto de Aguiar, seu antecessor na cadeira de número 40 da Academia de Letras da Bahia (SAMPAIO, 2014). Para João Eurico Matta (2013), no elogio à sua memória: “[...] o grande ser humano, que foi e é Consuelo Novais Sampaio, com seu espírito gregário e convivial, com sua profunda inteligência da vida social, sua sensibilidade para as artes (especialmente as musicais) [...]”

Já a contribuição de **Anna Amélia Vieira Nascimento** (1930-2014) foi para a história social e preservação do patrimônio documental e arquivístico. Optando pela história social, escolheu como campo empírico de investigação o Convento do Desterro, a primeira casa monacal feminina instituída na Bahia. Assim, deu à estampa *Patriarcado e religião: as enclausuradas clarissas do Convento de Santa Clara da Bahia 1677-1890* (NASCIMENTO, 1994). É a vida de uma instituição religiosa intimamente ligada à sociedade patriarcal. Trata-se, na origem, de estudo que apresentou como tema de mestrado na Universidade da Picardie, em Amiens, na França. Em *Dez freguesias da cidade do Salvador* (NASCIMENTO, 1986), estudou a vida social e urbana da capital baiana. Ainda pesquisou a Quinta do Tanque, a memória da Fecundação das Indústrias do Estado da Bahia e legou outras contribuições.

Anna Amélia, conhecedora dos acervos, foi a nona diretora do Arquivo Público da Bahia (Apeb) e a primeira mulher a ocupar a direção. Exerceu o cargo por quase vinte anos. Tivemos a satisfação de trabalhar diretamente com ela, quando da segunda gestão na Secretaria de Educação e Cultura (1983-1987). Por sua sugestão, tomamos a iniciativa da lei de proteção aos arquivos públicos e privados, criação do sistema estadual de arquivos e classificação dos arquivos em correntes, intermediários e permanentes (BAHIA, 1984). É importante assinalar o seu apoio ao programa dos arquivos municipais dentre muitas outras iniciativas atinentes ao patrimônio documental.

A heráldica ocupou a vida de **Vitor Hugo Carneiro Lopes**. Aprendeu com o beneditino Irmão Paulo Lacheumayer, OSB (VEIGA, 2012), a arte do desenho de brasões e símbolos, aprofundando-se nos

estudos heráldicos e de genealogia. Vitor Hugo propôs uma alternativa para as armas baianas centradas na cruz, como se encontra no escudo da Polícia Civil da Bahia. Desenhou a Ordem do Mérito da Bahia, os brasões da Universidade Estadual do Sudoeste (Uesb) e da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Mais recentemente, concebeu as medalhas Arlindo Fragoso, fundador da Academia de Letras da Bahia, Isaías Alves, da Academia Baiana de Educação, e Bernardino José de Souza, do Instituto Geográfico e Histórico. O brasão da Academia de Ciências da Bahia é de sua autoria como vários *ex-libris*.

Dois associados se distinguiram na contribuição jurídica: Luiz de Pinho Pedreira da Silva e Gérson Pereira dos Santos.

O jurista **Pinho Pedreira** era doutor e livre docente do Direito do Trabalho com a tese *A gorjeta*, além de estudo sobre *Principiologia Jurídica* e outros trabalhos. Como procurador do Ministério Público do Trabalho deixou substanciosos pareceres. Ascendeu a desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho, 5ª Região. Como doutor em Direito, colaborou no ensino desse ramo jurídico no mestrado e doutorado em Direito, da Universidade Federal da Bahia.

O acadêmico, escritor e jurista **Gérson Pereira dos Santos** (1932-2014) presidiu o Tribunal de Justiça da Bahia, dirigiu a Faculdade de Direito da Ufba, ensinou Direito Penal e Criminologia e integrou as academias de Letras e de Letras Jurídicas da Bahia. O Parlamento Alemão o homenageou pela divulgação das letras jurídicas europeias. Legou uma larga contribuição na área criminal e literária como ensaísta e tradutor (ANUÁRIO DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, 2014 p.153-155).

Homenageamos dois correspondentes portugueses: Justino Mendes de Almeida e Antônio Celestino.

O professor **Justino Mendes de Almeida** (1924-2012) era vice-presidente da Academia Portuguesa da História, membro da Academia de Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa e de muitas outras associações portuguesas e estrangeiras, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dedicou-se aos estudos literários clássicos. Era latinista e gozava do maior prestígio intelectual.

O confrade **Antônio Celestino** esteve sempre muito próximo de todos nós. Viveu boa parte da sua vida ativa na Bahia, constituiu família e teve três filhas: Virgínia Maria, Maria do Carmo e Maria da Luz, que vivem em Salvador. Participou intensamente da vida cultural baiana, integrado ao grupo dos amigos de Jorge Amado. Como colaborador assíduo de *A Tarde*, escreveu crônicas sobre artes plásticas. É autor, dentre outras obras, de *Gente da terra*, painel de entrada da pintura figurativa baiana do pós-guerra. Publicou poesias, memórias e escreveu a história de sua terra natal, São João de Rei, na verde região do Minho. Volveu à sua Casa do Ribeiro, em Póvoa do Lanhoso, e nos deixou em 21 de abril de 2013. O professor José Abílio Coelho (2014) organizou uma recente e bem-fotografada polianteia.

Fechemos o livro das ausências, assinalando os centenários de 2014. O Instituto se solidariza com as famílias e as organizações na homenagem a **Rômulo Almeida, Dorival Caymmi, Olga Pereira Mettig e Diógenes Rebouças**, quando completam 100 anos. Termino o adeus aos confrades e homenageados com São Paulo: “A cada um é dada a manifestação do espírito para proveito comum” (Coríntios, 12;7).

A recepção aos novos sócios

Aos que hoje ingressam, abraçamos fraternalmente, com os melhores desejos de salutar convivência na vida societária. Os novos sócios renovarão a mensagem e os serviços do Instituto. Sejam bem-vindos: 1. Alberto Nunes Vaz da Silva, economista e administrador de empresa; 2. Alex Schramm da Rocha, juiz federal; 3. Ana Cláudia Gomes de Souza, professora, antropóloga; 4. Augusto César Zeferino, geógrafo, confrade presidente do IHGSC; 5. Dante Augusto Galeffi, professor universitário; 6. Edilece Souza Couto, professora e historiadora; 7. Eduardo Guimarães Pereira das Neves, engenheiro civil; 8. Getúlio Marcos Pereira Neves, juiz de direito e confrade presidente do IHGES; 9. Ildo Fucs, advogado; 10. Isaias de Carvalho Santos Neto, arquiteto; 11. Jaira Capistrano da Cruz Soares, advogada e professora; 12. José Antônio Santos, professor universitário; 13. José Andrade Mendonça, empresário; 14. Joselito Barreto Abreu, advogado; 15. Lídia Boaventura

Pimenta, administradora, doutora em educação; 16. Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, procurador de justiça; 17. Lucas de Faria Junqueira, historiador; 18. Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho, cientista social; 19. Márcio César de Mello Brandão, médico; 20. Maria de Fátima Silva Carvalho, juíza de direito; 21. Maria Inês Corrêa Marques, professora; 22. Miguel Beirão de Almeida Metelo de Seixas, professor e pesquisador; 23. Miguel Calmon Teixeira de Carvalho Dantas, procurador do estado da Bahia, doutor em direito; 24. Pablo Antônio Iglesias Magalhães, historiador e professor de história; 25. Paulo Coelho Veiga, arquiteto, mestre em artes plásticas e designer; 26. Raimundo Luiz de Andrade, professor universitário e procurador do estado; 27. Renato de Mello Guimarães Lôbo, servidor público federal; 28. Swarts Alves Torres Sobral Bentes, administrador; 29. Ubirajara Dantas Lemos, arquiteto; 30. Vera Lúcia Príncipe Costa, médica veterinária e professora de filosofia; e 31. Vivaldo do Amaral Adães, advogado criminalista.

A Medalha Bernardino de Souza, secretário do IGHBA

Pela segunda vez, é outorgada a *Medalha Bernardino de Souza*, concepção do saudoso Vitor Hugo Carneiro Lopes. A presidente Consuelo Pondé de Sena, em reconhecimento ao trabalho, concede a insígnia corporativa ao benemérito Victor Calixto Gradin Boulousa. A homenagem envolve nossa querida Grace Gradin; o constante apoio de Geraldo Danneman; o prefeito que trabalhou e trabalha pelo Instituto, deputado federal Antônio Imbassahy, tão atavicamente ligado ao Instituto pelo seu tio Osvaldo Imbassahy; o advogado, empresário e nosso colaborador João Maurício Ottoni Wanderley de Araújo Pinho, que recorda o seu tio Wanderley Pinho, um dos grandes desta Casa; e este agradecido orador oficial quase perpétuo.

Ao arredondar dos 120 anos

Começamos cedo os festejos dos 120 anos. A abertura dos trabalhos coube ao professor Luiz Antônio de Souza com a exposição: *Salvador, valorização histórica e social das praias*. Seguiu-se o lançamento

do *Catálogo de obras raras* e do livro *Portugal, um denso país*, de nossa autoria (BOAVENTURA, 2013), em 20 de março de 2014. Um detalhe para registrar o evento. Assinalamos que foi a primeira vez que fizemos a abertura do ano acadêmico, como procedem as instituições culturais e universitárias.

O geólogo Rubens Antônio Filho ministrou um curso sobre *Salvador dos seus terrenos à escarpa da falha e o avanço sobre a planície litorânea*. A escarpa é de suma importância para a constituição geológica da cidade do Salvador. Por sua vez, o professor Luiz Américo Lisboa Júnior, pesquisador da música popular brasileira, encarregou-se de dois cursos: a) *Regime militar e a música popular brasileira*, e b) *Vida e obra de Dorival Caymmi*. Como neto de Arnold Wildberger, Luiz Américo Júnior mantém a tradição do autor da monumental história dos presidentes da Província da Bahia. A presidente Consuelo Pondé de Sena e o arquiteto Francisco Sena discutiram *História e destinação do Palácio Arquiepiscopal da Sé*, construção de Dom Sebastião Monteiro da Vide. A restauração desse importante monumento tombado continua em debate.

A diretoria passou a contar com a participação do administrador e empresário Eduardo Moraes de Castro, como primeiro vice-presidente. Contamos com o bacharel e ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Bahia, Newton Cleyde Alves Peixoto, como secretário-geral; e Alberto Nunes Vaz da Silva, no posto de secretário-adjunto.

Ao encerrar, saudamos os confrades Victorino Chermont de Miranda, vice-presidente do IHGB, e Augusto César Zeferino, presidente do IHG de Santa Catarina.

Para participar dos 120 anos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro está bem presente com o vice-presidente, doutor **Victorino Coutinho Chermont de Miranda**, amigo da Bahia. A sua significativa presença tonifica os laços societários de nosso estimado sócio-correspondente. Em várias oportunidades, Victorino tem trabalhado em prol da nossa cultura. Recordemos a classificação da valiosa louça brasenada da coleção Jorge Calmon, doada à Academia de Letras da Bahia, trabalho em colaboração com a confreira Sylvia Athayde, diretora do Museu de Arte da Bahia (MAB). Compondo o quadro de inúmeras

entidades culturais, conhecedor notório da genealogia, tem elaborado trabalhos sobre famílias e memória. É uma satisfação termos Victorino Chermont de Miranda conosco nesta festa. Bem haja, prezado amigo e confrade. Grato pela presença.

Agradecemos, igualmente, a presença do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, professor **Augusto César Zeferino**, que se tornou, a partir de hoje, nosso sócio-correspondente. Mestre e doutor em geografia, planejamento regional e urbano pela Universidade de Wisconsin – Milwaukee, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, atua em vários órgãos públicos e é autor de dezenas de publicações e relatórios técnicos. É membro da Academia Portuguesa da História e de outras entidades. Pelo vínculo de associado-correspondente, alcançamos a horizontalidade da estadualização da cultura, incrementando a interação entre os institutos congêneres. Com o ingresso do confrade Augusto César, o Instituto catarinense se aproxima da Casa da Bahia. Seja bem-vindo prezado colega e confrade. Agradecemos a Medalha do Centenário da Guerra do Contestado.

Cumprimos os parentes e amigos dos sócios falecidos, abraçamos fraternalmente os novos associados, os distinguidos com a insígnia corporativa, confradeiras e confrades, servidoras e servidores da Casa e todos os presentes.

Finalizando a fala oficial, solicito ao presidente de honra, professor Roberto Santos, que faça entrega à nossa presidente da placa comemorativa: À presidente Consuelo Pondé de Sena, na comemoração dos 120 anos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o reconhecimento da comunidade acadêmica.

Agradeço a presença de todos e, mais ainda, a atenção.

Salvador, 13 de maio de 2014.

Referências

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. Anuário da Academia de Letras da Bahia 02. In: _____ **Cadeira nº 40. Ocupante Consuelo**

Novais Sampaio. Salvador: Quinteto, 2014. p.186-189.

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA. Anuário da Academia de Letras da Bahia 02.In: _____ **Cadeira nº 32, Gerson Pereira dos Santos.** Salvador: Quarteto, 2014. p. 153-155.

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Lei Delegada nº 51, 31 mar.1983. Dispõe sobre a proteção dos arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Estrutura legal da educação baiana.** Salvador: ASSED, 1984. P.21-24. (Caderno Educação para todos)

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Portugal, um denso país.**Salvador: Quarteto, 2013.

COELHO, José Abílio (Coord.). **Andar na vida vivendo:** itinerários celestinianos.Braga: Costeira, 2014.

MATTA, João Eurico. À memória de Consuelo Novais Sampaio. Pronunciamento na Academia de Letras da Bahia, em 12 dez.2013. Inédito.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **O convento do Desterro da Bahia.** Salvador: Ed. Gráfica Indústria e Comunicações Ltda, s/d [1973] 128 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Le Couvent de Sainte Claire au Desert de La Baie de Tousles Saints: histoire d' une fondation religieuseau XVIIè. Siècle.** Salvador, 1976 (mimeo).

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **“Letras de Risco” e “Carregações” no comércio colonial da Bahia. 1660-1730.** Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA. nº 78, 1977.43 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **A Quinta do Tanque: um monumento a serviço da cultura da Bahia.** Bahia: Governo do Estado, Secretaria de Educação e Cultura/ Arquivo do Estado da Bahia, 1980. 56 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador. Aspectos sociais e urbanos do século XIX.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. 204 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **A postura escravocrata no convento de religiosas**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Ufba, nº 172, 1990. 449 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia 1677-1890**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994. 492 p.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia**. Salvador: Fieb, 1997. 269p.

OLIVEIRA, Waldir F. Saudação a Consuelo Novais Sampaio. **R. ALB**, Salvador, n. 44, p. 353, 2000.

SAMPAIO. Consuelo N. Discurso de Posse. **R. ALB**, Salvador, n. 44, p. 330-33, 2000.

SILVA, Aldo José Moraes. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**: origem e estratégias da consolidação institucional. Feira de Santana: Uefs Editora, 2012.

VEIGA, Paulo. Irmão Paulo Lechenmayer, OSB: a arte germânica na Bahia. **R. IGHB**, v.108, p.165-176, 2013.

ANEXO-A

RAMOS, Cleidiana. Entrevista com Consuelo Pondé de Sena. **A TARDE**, Salvador, p.A7, 21 mar.2014.

Todo povo tem que ter a sua história

Entrevista com Consuelo Pondé de Sena

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) é também chamado a “Casa do Povo” pela estreita ligação com as comemorações da Independência e de outras importantes datas. A instituição guarda as imagens do caboclo, assim como sediou o congresso que comemorou os 400 anos da fundação de Salvador, em 1949. O IGHB já iniciou as comemorações dos seus 120 anos, programadas para durar o ano inteiro, como conta Consuelo Pondé, nessa entrevista.

O IGHB está completando 120 anos. Como a senhora define essa instituição nos tempos de hoje?

Essa instituição passou por várias etapas. Foi fundada em 1894 e teve um período de hesitação, mas as pessoas foram chegando. Essa casa é um marco. Ela passou por várias sedes e em 2 de julho de 1923 foi inaugurada para comemorar o centenário da Independência da Bahia. Bernardino José de Souza, secretário perpétuo do IGHB, sonhou fazer uma sede que seria um monumento à independência do Brasil na Bahia. Essa casa sempre esteve ligada à ideia do 2 de Julho. Os caboclos, inclusive, estão conosco.

O que tem programado para os 120 anos?

Nós estamos com problemas devido à falta de dinheiro. Mas temos alguns projetos concorrendo no Faz Cultura. Precisamos qualificar o salão nobre, que tem 90 anos de uso e está com vazamento; os pombos estão invadindo a casa e falta pintura. Apostamos no projeto, mas tudo isso demora muito.

Também estão previstos seminários e publicações?

Estamos tentando acertar com a Assembleia Legislativa da Bahia uma publicação de uma revista especial no dia 13 de maio, dia do aniversário. Mas o ano será todo de celebração. Queremos fazer um congresso no segundo semestre e contamos com a Prefeitura de Salvador. A temática será “Bahia, comida e festa”. Aqui temos muitos especialistas nessa área. Vivaldo Costa Lima, por exemplo, foi um grande conhecedor da antropologia sobre comida e tem seguidores na Bahia e fora dela. Nossa proposta é para o segundo semestre, pois este ano teremos Copa do Mundo, para qual estarão voltadas as atenções.

Que outro momento marcante a senhora destacaria?

Em 1949, por ocasião do IV Centenário da Fundação da Cidade do Salvador, essa casa viveu outro grande momento. O IGHB era presidido pelo professor Francisco Peixoto de Magalhães Neto e o historiador Braz do Amaral foi escolhido como presidente do I Congresso de História. Braz do Amaral morreu. Aí escolheram Bernardino de Souza, que estava no Rio, mas ele morreu. Aí disseram: “Quem vai ser agora?”. Magalhães Neto que era supersticioso, disse; “Eu não quero ser presidente. Botem outro”. Wanderley Pinho, que era prefeito de Salvador, assumiu. O congresso reuniu mais de 500 inscritos. Veio uma grande comissão de Portugal, pessoas envolvidas com documentação do período colonial. Foi um acontecimento que, inclusive, permitiu uma ampla discussão sobre a fundação da cidade.

Diferentemente do que as pessoas, de um modo geral, imaginam, embora seja um ambiente voltado para a pesquisa, o IGHB é bastante movimentado.

Sim. No ano passado tivemos cursos direcionados a cadeirantes. Providenciamos o deslocamento deles até aqui. Depois organizamos um curso para pessoas com deficiência visual. Eles vieram, mas se queixaram, pois não puderam acompanhar de forma mais intensa. Então o professor organizou um curso especial de geologia, que incluiu, por exemplo, uma maquete de Salvador para que eles pudessem,

pelo tato, conhecer o relevo da cidade de Salvador. Não é, portanto, uma casa fechada. Ela já nasceu desse jeito. Afrânio Peixoto disse que, diferentemente de outros institutos brasileiros, o IGHB não tem cadeiras como as academias. Os primeiros anos foram difíceis, mas a instituição foi ganhando prestígio, sobretudo quando Bernardino de Souza fez campanha para construção dessa sede. Ele mobilizou o país inteiro para arranjar doações.

Foi uma campanha de doações populares?

Foi uma campanha de subscrição popular. Até o marechal Rondon deu dinheiro para construção dessa sede. Bernardino de Souza apelou a todos. Ele escreveu para os juizes do interior. Meu avô era juiz em Alagoinhas. Aqui tem a carta de meu avô para Bernardino dizendo que não podia mandar muito dinheiro, pois sua comunidade era pobre, mas ele mandou. Tem uma carta de minha tia-avó, que era professora em Lajes, mandando uma pequena quantia. Meu pai também contribuiu. É só uma amostra de como a construção dessa sede mobilizou os baianos e pessoas de outros estados também. A ideia é que estava sendo criada a “Casa da Bahia”.

O IGHB tem um acervo documental considerável?

É o maior acervo da história da Bahia. Quando Ubiratan Castro de Araújo esteve aqui no centenário do governador Antônio Balbino, representando o governador, ele fez um discurso dizendo que essa instituição é o verdadeiro museu de história da Bahia.

Vocês guardam os caboclos do 2 de Julho e organizam a festa. Como a senhora analisa, hoje, as comemorações populares da cidade?

Lamentavelmente acho que não se ensina mais história da Bahia. Quando menina, eu vinha assistir ao desfile de 2 de Julho aqui e nem imaginava que um dia estaria presidindo o instituto. Os sócios abriam a casa e ficavam aqui e a rua sempre estava repleta de gente. Hoje,

no desfile à tarde não tem ninguém. O IGHB continua ficando aberto, mas poucos políticos passam no período da tarde. A festa tem perdido muito prestígio. Lá na Lapinha continua o mesmo entusiasmo, mas a segunda etapa da tarde caiu muito. No Campo Grande é melhor, pois tem música. Mas o 2 de Julho ainda não se transformou em um carnaval, graças a Deus. De qualquer maneira, essa casa tem sido a guardiã de tradições que a gente não pode deixar morrer. Todo povo tem que ter a sua história e manter a sua tradição.

A senhora é uma das entusiastas da ideia de implantação de um memorial sobre o 2 de Julho.

Queria que houvesse um memorial que ficasse aberto à visitação pública. Poderíamos fazer uma réplica das estátuas dos caboclos para que desfilassem, e as estátuas antigas ficariam guardadas. Os carros estão muito desgastados. Já dei a ideia de fazer uma espécie de estrado para colocar os carros em cima, pois as rodas já estão muito estragadas. Todo ano, a Prefeitura gasta de 15 a 20 mil reais para garantir o conserto dos carros.

A Tarde, 21 de março de 2014.

Revista do In
do Instituto
stit
Gráf
Ge
e
ráfico e Histó
Th

Espaço aberto
Memorial Dois
de Julho

2 de julho de 2015

Eduardo Morais de Castro
Presidente do IGHB

De grande importância foi o ato político do então príncipe regente em 7 de Setembro de 1822, quando proclamou a Independência do Brasil. Entretanto, nenhum país é livre e independente com tropas hostis em seu território, causa pela qual a verdadeira independência do Brasil deu-se a 2 de julho de 1823, quando a esquadra e as tropas do general Madeira de Melo foram expulsas do nosso país.

Outro aspecto importante do 2 de Julho é que existia uma tácita aceitação da independência do Brasil pelas cortes portuguesas, exclusivamente para a região Sudeste, continuando as regiões Norte e Nordeste sob o domínio de Portugal, motivo do acampamento das tropas na Bahia. Assim, temos não só um país livresmas também com dimensões continentais, graças ao 2 de julho de 1823.

Temos a real consciência da pouca divulgação dos fatos acima. Por isso, neste momento, apelo ao governador do Estado, Rui Costa, e ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, na construção de uma lei que insira a disciplina História da Bahia nas escolas estaduais e municipais, com destaque para o 2 de Julho. Assim, estaremos semeando a verdadeira história do Brasil.

Recordo-me também quando em 2 de julho de 2014, acompanhado da inesquecível presidente do Instituto Geográfico e Histórico, Consuelo Pondé de Sena, a quem substituí na Casa da Bahia, do apelo que a mesma efetuou ao prefeito da capital, solicitando que uma edificação que abrigou o antigo Hospital, aqui na Lapinha, fosse convertido num pavilhão de permanente exposição dos nossos símbolos maiores, os Carros do Caboclo e da Cabocla. Ciente das dificuldades jurídicas para obtenção do imóvel do antigo hospital, aproveitei o ensejo para solicitar a reforma do atual pavilhão, tornando-o mais um centro de divulgação da verdadeira história do Brasil. Reitero o pedido efetuado no ano passado, como uma homenagem da Bahia a nossa saudosa presidente.

Com a reverência e o respeito da gente baiana, neste momento, sairão para receberem as homenagens desta cidade e dos seus habitantes, os símbolos legítimos desta festa, a Cabocla e o Caboclo. Salve as guerreiras da Independência! Salve o povo da Bahia! Viva o 2 de Julho!

Relatório

Biblioteca Ruy Barbosa

Relatório do exercício de setembro de 2014 a julho de 2015

1. Introdução

Durante o mês de setembro de 2014 a julho de 2015, a Biblioteca “Ruy Barbosa” do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, desenvolveu como sempre, atividades inerentes a uma biblioteca, tais como: aquisição e registro do acervo (processamento técnico), atendimento e registro de consulentes para pesquisas. O desdobramento das atividades apresenta os seguintes dados:

2. Aquisição

2.1 Por doação

Livros e revista: 64

2.2 Por compra

Livros e revistas: 03

3. Processamento técnico

3.1 Registro

Livros: 209

3.2 Inserções no sistema phl

Livros: 209

Revista: 22

4. Serviço de encadernação

4.1 Jornais

Encadernados e Reencadernados: 77

4.2 Livros e revistas

Reencadernados: 72

5. Atendimento ao público

5.1 USUÁRIOS: 606

6. Acervo consultado

Livros: 582

Revista: 196

Jornais: 307

7. Digitalização do acervo

Continuidade da digitalização das revistas do IGHB do 67-69. Foi realizada a revisão das digitalizações das revistas do IGHB do número 51 a 55, no qual constatou-se a falta de algumas paginas, resultando na digitalização de algumas paginas faltantes.

8. Descarte

Continuamos com o processo de descarte iniciado em 2008, enviando às bibliotecas da capital e do interior algumas duplicatas do nosso acervo que são de seus interesses.

9. Estantes

A biblioteca adquiriu duas estantes de aço, novas, dupla face, para melhor disponibilizar e acondicionar os livros.

10. Qualificação

A Bibliotecária participou do:

- Curso de Conservação “O livro raro, segundo o conservador”, de 26 de agosto a 06 de setembro de 2014, na cidade de Salvador.
- XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia Documentação e Ciência da Informação, realizado no período entre 21/24 de julho a 2015, na cidade de São Paulo que têm como finalidade discutir a conjuntura da arte da Biblioteconomia Documentação e da Ciência da Informação e integrar os profissionais das bibliotecas brasileiras de todas as tipologias: escolar, pública, comunitária, universitária e especializada com o tema proposto, amplo e representativo: **“Biblioteconomia, Ciência e Profissão”**.
- **IV Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas:** *“Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade”*, de 22 a 24 de julho de 2015, na cidade de São Paulo.

11. DOAÇÃO

Foi doado para a Biblioteca Ruy Barbosa/ IGHB, uma parte do acervo da ex-presidente do IGHB Consuelo Pondé de Sena.

Carlos Eugênio Junqueira Ayres

Diretor da Biblioteca

Simone Reis Santana de Sales

Bibliotecária e Documentarista

Sócios

Sócios do IGHB

Presidente de Honra

Roberto Figueira Santos

Beneméritos

Antônio de Pádua Carneiro

Antônio José Imbassahy da Silva

Edivaldo Machado Boaventura

Fernando Paes de Andrade

Jaques Wagner

José Nilton Pereira Carvalho

Norberto Odebrecht

Paulo Renato Dantas Gaudenzi

Honorários

Fernando Manuel da Silva Rebelo

Fernando Schmidt

João Paulo Marques Sabido Costa

Joaquim Veríssimo Serrão

Efetivos

Adélia Maria Marelím
Ademar Oliveira Cirne Filho
Adhemar Martins Bento Gomes
Adinoel Motta Maia
Adriano de Lemos Alves Peixoto
Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bélenz
Aidenor Aires Pereira
Alberto Bastos Balazeiro
Alberto Nunes Vaz da Silva
Alberto Pimentel Carletto
Alberto Sales Paraíso Borges
Aldely Rocha Dias
Alex Guedes
Alex Schramm da Rocha
Alfredo Eurico R. Matta
Alírio Fernando Barbosa de Souza
Almerindo César de Quadros
Almir de Oliveira Santos
Aloildo Gomes Pires
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr.
Ana Claudia Gomes de Souza
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Anaci Bispo Paim
André Jorge Publio dias
Angélica Maria da A. Reis Soares
Anna Amélia Vieira Nascimento
Antonella Rita Roscilli
Antonietta D'Aguiar Nunes
Antonio Alberto Dias dos Santos
Balazeiro
Antônio Alberto Machado Pires
Valença
Antônio Carlos Leão Martins
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim

Antônio Gomes da Costa
Antônio Ivo de Almeida
Antônio Lima Farias
Antonio Luis Silva de Carvalho
Antônio Luiz Calmon Teixeira
Antônio Plínio Pires de Moura
Antônio Possrônio Sampaio
Aramis de Almada Ribeiro Costa
Archimedes José Stiebler P. Franco
Arilda Maria Cardoso Sousa
Aristeu Barreto de Almeida
Arivaldo Gomes da Mota
Armando Alexandre dos Santos
Aroldo Barreiros Cardoso
Arthur César Costa Pinto
Artur José Ruando Rangel
Astor de Castro Pessoa
Ático Frota Villas Boas da Mota
Augusto César Zeferino
Benedicto Alves de Castro Silva
Branca Hortélio Fernandes
Bruno Lopes do Rosário
Caio César Tourinho Marques
Caiuby Alves da Costa
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Alberto Saraiva Santos
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
Carlos Campos
Carlos D'Ávila Teixeira
Carlos Eugenio Libano Soares
Carlos Magno Estevanovic
Carlos Martheo C. Guanaes Gomes
Carlos Pronzato
Carlos Roberto de Melo Kertesz
Carlos Roberto Santos Araújo
Carlos Sampaio Filho
Célia Maria Leal Braga
César A. Borja Fernandez Cardillo
César de Faria Júnior
Cícero Vilas Boas Pinto
Cid José Mascarenhas

Cid José Teixeira Cavalcante
 Claudelino Monteiro da S. Miranda
 Claudia Moraes Trindade
 Cláudio Pondé Avena
 Clomir Gonçalves da Silva
 Coriolano Alberto Oliveira Filho
 Daniela Sarno Mercês Santos
 Dante Augusto Galeffi
 Denascy Phylocreon de Castro Lima
 Dilton Domingos Gomes dos Santos
 Dinorah Berbert de Castro
 Djalma Navarro Falcão
 Dom Emanuel D'Able do Amaral
 Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
 Edilece Souza Couto
 Edilton Meireles de Oliveira Santos
 Edivaldo Machado Boaventura
 Edivaldo Brito
 Edla Alcântara Angelim
 Edmundo Anibal Heredia
 Eduardo Guimarães Pereira das
 Neves
 Eduardo Meirelles Valente
 Eduardo Moraes de Castro
 Eliana Calmon Alves
 Ellen Melo dos Santos Ribeiro
 Emilton Moreira Rosa
 Epaminondas Costa Lima
 Epitácio Cerqueira
 Eraldo Dias Moura Costa
 Erivaldo Fagundes Neves
 Ernane Nelson Antunes Gusmão
 Emami Newton Quadros Cairo
 Esther Regina Largman
 Eugênio Walter Pinto Montalvão
 Everaldo Pedreira Rocha
 Evoá Gonçalves Ferreira Reis
 Fernando Antônio de Souza
 Fernando Antonio Gonçalves
 Alcoforado
 Fernando de Souza Pedrosa

Fernando Pinto de Queiroz
 Fernando Santana Rocha
 Florence Lebrum Sohsten
 Florencio Magalhaes Matos
 Florisvaldo Mattos
 Francisco Benjamin de Carvalho
 Francisco César Lins Santana
 Francisco Fernando Saraiva Câmara
 Francisco Jorge de Oliveira Brito
 Francisco Neto de Borges Reis
 Francisco Pinheiro Lima
 Franklin de C. Machado
 Franklin de Carvalho Oliveira Junior
 Franklin Machado
 Fredie Souza Didier Junior
 Gabriella Micks
 Geraldo Dannemann
 Geraldo Leite
 Geraldo Magalhães Machado
 Gerana Costa Damulakis
 Gerson Penna Neto
 Gilberto Caetano de Jesus
 Gilberto Sampaio Pithon
 Gildásio Vieira de Freitas
 Gláucia Lemos
 Gloria Kaiser
 Guilherme Cortizo Bellintani
 Guilherme Gomes da S. D'Avila Lins
 Guilherme Requião Radel
 Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
 Helen Sabrina Gledhill
 Helio de Oliveira Cardoso
 Hélio José Bastos Carneiro de
 Campos
 Helmann Sanches Silva
 Henrique Abreu Monteiro
 Hermano Augusto Machado
 Horacio Raymundo de Senna Pires
 Hylo Bezerra Gurgel
 Irton Villas Leão
 Isadora Perez Alves Peixoto

Isaías de Carvalho Santos Neto
 Israel de Oliveira Pinheiro
 Itamar José de Aguiar Batista
 Ivan da Silva Barroso
 Ivan Guanaís de Oliveira
 Ivanilton Santos da Silva
 Jackson Amorim de Andrade
 Jaime Oliveira do Nascimento
 Jaíra Capistrano da Cruz Soares
 Jan Maurício Oliveira Van Holthe
 Jayme Newton Vasconcelos de
 Lemos
 Jayme Ramos de Queiroz
 Joaci Fonseca de Góes
 João Alberto de Oliveira Matta
 João Augusto de Lima Rocha
 João Bosco Soares dos Santos
 João Carlos Tourinho Dantas
 João da Costa Falcão
 João da Costa Pinto Victória
 João Justiniano da Fonseca
 João Maurício de Araújo Pinho
 João Paulo Marques Sabido Costa
 Joaquim Augusto C. Bandeira
 Joaquim Rodrigo de Souza Dourado
 Joaquim Rogrigo
 Johildo Salomão Figueiredo Barbosa
 Jorge Falcão Paredes
 Jorge Luiz Ramos
 Jorge Raimundo de Cerqueira e Silva
 Jorge Santana Bispo Júnior
 Jorge Vaz Lordelo
 José Andrade Mendonça
 José Antônio de Jesus
 José Antônio de Mello Vicentini
 José Antonio Saja
 José Augusto da Silva
 José Bernardo Cordeiro Filho
 José Carlos Augusto da Silva
 José Carlos Martinez Martinez
 José Celso de La-Rocque de M. S.

Guimarães
 José da Silva Gazar
 José Dionísio Nóbrega
 José do Patrocínio Coelho de Araújo
 José dos Santos Pereira Filho
 José Eugênio Tramontano
 José Geraldo dos Reis Santos
 José Jorge Randam
 José Jorge Sousa Carvalho
 José Leite de Souza
 José Luiz Ganem
 José Marcos Pondé Fraga Lima
 José Newton Alves de Souza
 José Nilton Alves Pereira
 José Rodrigues Nogueira Neto
 Joselito Barreto Abreu
 Josué da Silva Mello
 Juracy Magalhães Neto
 Justino Mendens de Almeida
 Jutay Inácio Menezes
 Kátia Maria Coelho de C. Custódio
 Lamartine de Andrade Lima
 Leda Lazara Pimentel Lopes
 Leonardo Ribeiro Fraga Lima
 Lídia Boaventura Pimenta
 Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto
 Livia da Silva Modesto Rodrigues
 Lizir Arcanjo Alves
 Lourivaldo Valentim da Silva
 Lucas de Faria Junqueira
 Lúcia Maria da Franca Rocha
 Lúcia Maria Ruas Gaspar
 Lucigleide Nery Nascimento
 Lucio Normando do A. Reis
 Luís Fernando Galvão de Almeida
 Luis Guilherme Pontes Tavares
 Luís Henrique Dias Tavares
 Luislinda Dias de Valois Santos
 Luiz Americo Lisboa Junior
 Luiz Antônio Cajazeira Ramos
 Luiz Antonio de Souza

Luiz de Pinho Pedreira da Silva
 Luiz Gonzaga da Silveira
 Luiz Ovídio Fischer
 Luiz Paulo de Almeida Neiva
 Luiz Vianna Neto
 Luiza Maria Vasconcelos Vianna
 Manoel Antonio dos Santos Neto
 Manoel Bomfim Ribeiro
 Manoel Figueiredo Castro
 Manoel J. F. de Barros Sobrinho
 Manoel José Pereirar da Silva
 Marc Werner Herold
 Marcel Lavallée
 Marcelo Duarte Danyas de Ávila
 Marcia Angelina Matos de Oliveira
 Rangel
 Marcio Cesar de Mello Brandão
 Marco Antonio Neia
 Marcos Antônio Rodrigues
 Vasconcelos Filho
 Marcos Gorender
 Marcos Oliveira Gurgel
 Marcos Roberto de Santana
 Maria Angela Barreiros Cardoso
 Maria Angélica Barreiros Cardoso
 Maria Betty Coelho Silva
 Maria de Fátima Silva Carvalho
 Maria de Vasconcelos Tavares
 Maria do Socorro Targino Martinez
 Maria Dulce Cardoso Cardoso
 Maria Eleonora Cahayiba
 Maria Helena Flexor
 Maria Helena Lanat P. de Cerqueira
 Maria Inês Corrêa Marques
 Maria Luiza Pinto Leite Gonçalves
 Maria Nadja Nunes Bittencourt
 Maria Tereza Salles N. de Brito
 Matos
 Maribel Oliveira Barreto
 Marina Garrido Hoisés
 Mário de Mello Kertész

Mário Lindenor Bastos Brito
 Mário Mendonça de Oliveira
 Maurício Da Silva Ferreira
 Mauricio Tourinho Dantas
 Mauro Lopes Figueiredo
 Mazinete Vasconcelos de Lemos
 Melquiades Pinto Paiva
 Miguel Angelo Almeida Teles
 Miguel Calmon Teixeira de Carvalho
 Dantas
 Miguel Maria Santos Corrêa
 Monteiro
 Milton Carlos da Mota Cedraz
 Moacyr Pinheiro da Silva
 Monica Elizabeth Vieira Martins
 Garrido
 Nanci Elizabeth Oddone
 Nelson Almeida Taboada
 Newton Cleyde Alves Peixoto
 Newton Oliveira
 Nilton José Costa Ferreira
 Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
 Orlins Santana de Oliveira
 Oscar Damião de Almeida
 Osvaldo de Almeida Bomfim
 Osvaldo de Oliveira Bastos Neto
 Oswaldo Francisco Martins
 Pablo Antonio Iglesias Magalhães
 Pablo Sotuyo Blanco
 Paulo Coelho Veiga
 Paulo Costa Lima
 Paulo Emilio Parente de Barros
 Paulo Faria
 Paulo Fernando de Moraes Farias
 Paulo Motta Alves Peixoto
 Paulo Segundo da Costa
 Pedro de Almeida Vasconcelos
 Pedro Faustino de Souza Pondé
 Pedro José Galvão Nonato Alves
 Penildon Silva Filho
 Phídias Martins Júnior

Raimundo de Oliveira Borges
 Raimundo Luiz de Andrade
 Ramiro Senna Berbert de Castro
 Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
 Regina Stela Calmon Teixeira Dias
 Lima
 Remy Pompilho F. de Souza
 Renato de Mello Guimarães Lôbo
 Renato Luís Sapucaia Bandeira
 Renato Simões Filho
 Ricardo Mauricio Freire Soares
 Rita de Cássia Carvalho Rosado
 Rita Maria Cruz Pimentel
 Rizovaldo da Silva Menezes
 Roberto Figueira Santos
 Roberto José de Souza
 Roberto Nunes Dantas
 Romário Costa Gomes
 Rommel Robatto
 Rosa Maria Cardoso de Santana
 Valente
 Rubens Antonio da Silva Filho
 Sérgio Augusto Soares Mattos
 Sérgio Emílio Schlang Alves
 Sérgio Fraga Santos Faria
 Silvia Athaide
 Silvio de Almeida Passos
 Soane Nazaré de Andrade
 Sônia Maria de Couto Jonas
 Sonia Maria Moreira de Souza
 Bastos
 Sônia Maria Ribeiro Simon
 Cavalcanti
 Suzane Calmon Teixeira Dias Lima
 Swarts Alves Torres Sobral Bentes
 Sylvio Bandeira de Mello E Silva
 Sylvio de Carvalho Marback
 Tasso Paes Franco
 Tatiana Brito de Araújo
 Terezinha Teixeira Santos
 Tomas Gotthold

Ubaldo Marques Porto Filho
 Ubirajara Dantas Lemos
 Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
 Vasco de Azevedo Neto
 Vather Xavier Aguiar
 Vera Lucia Príncipe Costa
 Vera Madalena P. Barreto de Araújo
 Vicente Favella Filho
 Vicente Sebastião de Oliveira
 Victor Gradin
 Virgínia Ottony de Araújo Pinho
 Vivaldo do Amaral Adaes
 Waldette Maria dos Santos
 Waldir Freitas Oliveira
 Walter Carneiro da Silva
 Walter Luiz Brito dos Santos
 Washington Luís Andrade de Araújo
 Wellington Carlos Leão Sampaio
 William Vieira do NASCIMENTO
 Wilson Roberto de Mattos
 Wilson Thomé Sardinha Martins
 Wolf Immisch
 Yara Dulce D. Ataíde
 Zita Magalhães Alves
 José Bezerra Lima Irmãos
 Délio José Ferraz Pinheiro
 Durval Oliveri
 Aroldo Luiz da Silva Bacellar
 Saionara Bonfim Santos
 José Mário Dias Soares Junior
 Edvaldo Menezes de Araújo
 Sylvia Maria Alcantara Reis Mendes
 Andre Barachisio Lisboa
 Suylvio Guimarães Lobo
 Antonio Menezes Nascimento Filho
 Ana Paula Gordilho Pessoa
 Júlio César Teixeira
 Lúcia Maria de Araújo Góes da
 Cunha
 Fabio Barros Sá Barreto
 Octavio Henrique Coelho Messeder

Elie de Lago Gonçalves
Marcos de Meirelles Fonseca
Benito Muinos Juncal
Murilo Sebastião Ramos Krieger

Remidos

Adhemar Martins Bento Gomes
Adinoel Motta Maia
Aidre da Cunha Guedes
Alberto Sales Paraíso Borges
Almerindo César de Quadros
Almir de Oliveira Santos
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
Antonietta D'Aguiar Nunes
Augusto Manoel de Souza Braga
Cid José Teixeira Cavalcante
Clóvis Álvares Lima
Cydelmo Clydes Teixeira Cavalcante
Edivaldo Machado Boaventura
Edla Alcântara Angelim
Eduardo Jorge Mendes Magalhães
Esmeralda Maria de Aragão
Fernando da Rocha Peres
Francisco Pinheiro Lima
Gaspar Sadock da Natividade
George Alakija
Geraldo Dannemann
Germano Dias Machado
Germano Tabacoff
Gerson Pereira dos Santos
Guarani Valença de Araripe
Helena Margarida M. Abreu
Hermano Augusto Machado
Hildete Maria da Encarnação
Isaura Prisco Paraíso
Jairo Cunha
João Carlos Tourinho Dantas
Jonas de Souza Carvalho

José Augusto Guimarães
José Francisco de Sá Teles
José Góes de Araújo
José Maria Magnavita
José Newton Alves de Souza
Joviniano de Carvalho Neto
Lamartine de Andrade Lima
Lúcia Maria Ruas Gaspar
Luis Henrique Dias Tavares
Manoel José Pereira da Silva
Maria do Carmo Sardinha Martins
Maria do Socorro Targino Martinez
Maria Helena Ochi Flexor
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Maria Inês Cortes de Oliveira
Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Nelson Figueiredo Pondé
Nilton José de Souza Ferreira
Olga Magnavita Batista Neves
Remy Pompilho F. de Souza
Sílvio de Almeida Passos
Waldir Freitas Oliveira
Walter Carneiro da Silva

Correspondentes

Aaron Salles Fernandes Silva
Torres
Abilarde Duarte
Ademir Pereira dos Santos
Adilson César
Adolfo Morales de Los Rios Filho
Aidenor Aires Pereira
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Frederico Lins Caldas
Alberto Martins da Silva
Alberto Venâncio Filho
Alceu Maynard de Araújo
Ana Lucia Granja de Souza
Antonella Rita Roscilli
Antônio Augusto de Menezes
Drumond

Antônio da Rocha Almeida	Francisco Peçanha Martins
Antônio Dias Farinha	Gilfrancisco Santos
Antônio Ezequiel da Silva	Gloria Kaiser
Antônio Ferreira Paim	Guilherme Gomes da Silveira
Antônio Jorge Furquim	D'Ávila Lins
Antônio Pedro de Bacelar Carrilhas	Gutemberg Medeiros Costa
Antônio Possidônio Sampaio	Helena Parente Cunha
Armando Alexandre dos Santos	Hendrik Kraay
Arnaldo Arantes	Henrique Pinto Rema
Arno Wehling	Hilton José Gomes de Queiroz
Arraes de Vilhena Falcão	Hitoshi Ishihara
Artur Martins Franco	Hugo Ramírez
Aureliano Leite	Ionam Galo Toscano Brito
Berthold Zilly	Isidoro Vásquez de Acunã Garcia
Cândido Vargas de Freire	Delpostigo
Carlos Magno Estevanovic	Ivo Gastaldoni
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo E	Jair Fernandes de Moura
Bragança	Janete Ruiz de Macedo
Carlos Vianey Oliveira	João Alfredo de Souza Montenegro
Celso Jaloto Ávila Júnior	João Antônio da Silva Cezimbra
Christóvão Dias de Ávila Pires	João Maurício de Araújo Pinho
Júnior	Johannes Augel
Cybelle Moreira de Ipanema	Jorge Couto
Daniel Antunes Júnior	Jorge de Souza Duarte
Dario Teixeira Cotrim	Jorge Forjaz
Davis Ribeiro de Sena	José Antônio Nunes Beja da Costa
Dick Edgar Ibana Grasso	José Arthur Rios
Douglas Apratto Tenório	José Augusto Ventín Pereira
Edmundo Aníbal Herédia	José Ibarê Dantas
Edmundo Fernão Moniz de Aragão	José Mendonça Teles
Eduardo da Silva	José Pedro Nicodemos
Eliana Calmon Alves	Justino Mendes de Almeida
Enélio Lima Petrovich	Kabengele Munanga
Epitácio Pedreira de Cerqueira	Léa Brígida Rocha de Alvarenga
Esther Caldas Guimarães Bertoletti	Rosa
Esther Regina Largman	Luís Alberto Cibils
Fátima Alves Tostes	Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Fernando Abott Galvão	Luiz Alberto de Viana Moniz
Fernando da Costa Tourinho Neto	Bandeira
Fernando Hipólito da Costa	Luiz da Mota Menezes
Francisco de Vasconcelos	Luiz de Barros Guimarães

Luiz Philippe Pereira Leite
Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Marco Antonio Neia
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Marcus Soares de Albergaria da
Costa
Marcus Vinícius Vilaça
Maria Beltrão
Mário Portugal Fernandes Pinheiro
Max Justo Guedes
Melquíades Pinto Paiva
Miguel Maria Santos Corrêa
Monteiro
Moema Parente Augel
Napoleão Tavares Neves
Olindo Herculano de Menezes
Paulo Coêlho de Araújo
Paulo Fernando de Moraes Farias
Paulo Roberto Pereira
Pedro Augusto de Freitas Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Raimundo de Oliveira Borges
Raimundo Felipe Sobrinho

Raul Giovanni de Mota Lody
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Roberto Casali
Rui Manuel Cordeiro de Vieira
Rasquillo
Ruy N. Miranda
Sálvio de Figueiredo Teixeira
Sérgio Martínez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Túlio Vargas
Valther Xavier Aguiar
Vamireh Chacon A. Nascimento
Veríssimo de Melo
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont De
Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Júnior
Washington Luís Andrade Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Normas de publicação

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Instruções aos Colaboradores

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

Instruções Gerais

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- Artigos – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.

- Palestras – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- Discursos – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- Biografia – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- Acervo – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- Documentos – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- Relatório – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.
- Resenhas – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- Galeria de Fotografias – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- Mapa – (1)
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

Normas

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

Livro com um só autor

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadjá Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadjá Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

Instruções para envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

Aquisição de exemplares e endereço para correspondência

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

